



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL
Centros de Ciências Sociais Aplicadas
Departamentos de Administração



LUCIANO MENDES

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NO ÂMBITO DO
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO:
IDENTIDADE DO PEQUENO PRODUTOR OU FORMAÇÃO
DISCURSIVA?**

MARINGÁ
Março de 2006



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL
Centros de Ciências Sociais Aplicadas
Departamentos de Administração



LUCIANO MENDES

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NO ÂMBITO DO
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO:
IDENTIDADE DO PEQUENO PRODUTOR OU FORMAÇÃO
DISCURSIVA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Gestão de Negócios – da Universidade Estadual de Maringá em consórcio com a Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elisa Yoshie Ichikawa

MARINGÁ
Março de 2006

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

M538c Mendes, Luciano
A constituição do sujeito no âmbito do desenvolvimento tecnológico: identidade do pequeno produtor ou formação discursiva? / Luciano Mendes. -- Maringá : [s.n.], 2006.
206 f. : tabs.

Orientador : Prof. Dr. Elisa Yoshie Ichikawa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá. Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós-graduação em Administração, 2006.

1. Identidade - Pequeno produtor rural. 2. Desenvolvimento tecnológico. 3. Processo de subjetivação. 4. Programa Arenito Nova Fronteira. I. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-graduação em Administração.

CDD 21.ed. 658.08863

LUCIANO MENDES

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NO ÂMBITO DO
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO:
IDENTIDADE DO PEQUENO PRODUTOR OU FORMAÇÃO
DISCURSIVA?**

Dissertação aprovada no Programa de Pós-Graduação em Administração - consórcio entre a Universidade Estadual de Maringá e a Universidade Estadual de Londrina - pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em 09 de março de 2006.

Prof.^a Dr.^a Elisa Yoshie Ichikawa (PPA/UEM-UEL)

Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto (UEM)

Prof.^a Dr.^a Cristiane Vercesi Cruciol (PPA/UEM-UEL)

“Ao meu pai, Antônio Mendes, à minha mãe, Geraci Silva Mendes, aos meus irmãos
Giovani César Mendes, Adriano Silva Mendes e Rogério Luiz Mendes, e à minha
orientadora Elisa Yoshie Ichikawa”.

Dedico esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Quando chega esse momento, observo a dificuldade em desferir agradecimentos a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, vieram a contribuir, direta ou indiretamente, na constituição deste trabalho. A dificuldade não está no ato de agradecer, pois este ato é que me concede o direito de viver com uma felicidade incondicional, por saber que existem pessoas especiais à minha volta, as quais me dou o luxo de recorrer nas horas de necessidade. A dificuldade é não poder agradecer, particularmente, a todos, mas mesmo assim, se eu por um lapso esquecer de citá-los durante essa curta empreitada, saberão de coração que aqui falo delas. Obrigado! Exposto isso, gostaria de agradecer, em especial:

Ao Prof.º Arnaldo Pereira Vieira, da Universidade Federal de Lavras, por ter me incentivado a fazer o curso de mestrado em outra instituição, o que me impulsionou ao mestrado da Universidade Estadual de Maringá;

Ao amigo e secretário do mestrado Bruhmer, pela paciência e compreensão dedicada durante a realização do curso;

Aos professores do Programa, os quais tive o privilégio de me embevecer diante de seus conhecimentos, e que, de uma forma ou outra, fazem parte deste trabalho: particularmente os professores Elisa Yoshie Ichikawa, Gustavo A. Ramos Mello Neto, Francisco Giovanni D. Vieira, José Paulo de Souza, Hilka P. Vier Machado e Eliza Emília R. B. Rocha (*in memoriam*);

Novamente, ao Prof.º Gustavo A. Ramos Mello Neto, que me deu a felicidade de ser aluno em duas disciplinas, e que foi decisivo na constituição deste trabalho. Sem nem ao menos saber disso, existe nesta dissertação muito mais dele do que de qualquer outra pessoa;

Ao amigo e companheiro nas dificuldades, Carlos Jaelso A. Chaves (vulgo Carlinhos), pelos momentos bons e ruins que passamos durante a execução do curso, principalmente na ajuda que despendeu durante as minhas dificuldades na constituição desta dissertação;

Ao amigo e companheiro Pedro G. Espinha, pelas discussões (que corriam durante horas a fio), que me fizeram refletir sobre este trabalho;

Aos amigos que conquistei durante a execução do curso, que me surpreenderam por serem tão prestativos, apesar de se encontrarem nas mesmas dificuldades que eu. Em especial ao Marcos Cipriano e à Giselle Moraes, os quais tive um contato mais próximo e pude aprender muito com eles. Além deles, posso citar ainda a ajuda e o apoio dos amigos Lucilaine Pascucci, Rosemeri Schneider, Marisa Silvestre, Silvio Castro, Cíntia Oda, Carlos Delgado e Daniel Leal;

Ao Prof.º Antonio Carlos Struckel, pela ajuda durante a execução da coleta de dados, no momento em que encontrei a maior dificuldade desta dissertação;

À Prof.^a Maria Iolanda Sachuk, pelos conhecimentos cedidos durante minhas incógnitas sobre a constituição desta dissertação. Pessoa de quem levo a presteza e as lições de vida, aprendidas no simples fato de, por um instante, conviver com ela. Instante este que será eterno;

Ao Prof.^o Rodne de Oliveira Lima, pelo olhar crítico durante a banca de qualificação, que me fez observar arestas importantes e que colocavam infundáveis questionamentos sobre este trabalho, as quais pude suprir a partir de suas indicações de leitura;

À Prof.^a Cristiane Vercesi Cruciol, pelas considerações críticas e indicações de leitura que me possibilitaram enriquecer cada vez mais este trabalho. Considerações estas que levantaram questões importantes quanto aos rumos tomados na constituição deste estudo, possível apenas por esse “olhar” rico e minucioso, digno de sua pessoa, o qual tive o prazer de contemplá-lo na qualificação e o luxo de tê-lo novamente na defesa desta dissertação;

Acho que estou me esquecendo de alguém. Nossa! Estou mesmo! A Prof.^a Elisa Yoshie Ichikawa! É claro que nunca me esquecerei dela, pois este trabalho é mais dela do que meu. Obrigado pela dedicação, pela paciência quanto à minha indisciplina, pelo dispêndio de horas destinadas a dirimir minhas incógnitas, pela ajuda durante minhas dificuldades, enfim, por essa postura intelectual onde me resta apenas uma posição de contemplação. Não canso agradecê-la. Obrigado! Aqui está o nosso trabalho!

RESUMO

Objetivamos, neste trabalho, compreender a influência do programa de desenvolvimento tecnológico denominado “Arenito Nova Fronteira” no processo de construção, desconstrução ou manutenção da identidade do pequeno produtor rural da região de Umuarama-PR. Para tanto, realizamos um estudo sobre a identidade na perspectiva de vários autores, transitando nos contextos filosófico, sociológico e psicológico, com a intenção de extrair os pressupostos que guiam esses campos. Além desse percurso, caminhamos também pelas discussões sobre a pequena propriedade no Brasil, com o intuito de entender a sua problemática. Tendo como foco a identidade, pelas considerações do processo de desconstrução, vislumbramos também os estudos críticos pós-modernos sobre essa temática. Isso nos fez questionar se realmente poderíamos falar de uma identidade do pequeno produtor, pois apesar das discussões sobre identidade vislumbrá-la como algo subjetivo ao indivíduo, observamos que é o contexto social que possibilita a sua existência. Essa discussão nos fez buscar compreender, dessa forma, dois contextos: o subjetivo e o objetivo. Sendo assim, trabalhamos com a entrevista de história de vida, pois a identidade toca em aspectos como a continuidade do sujeito no contexto social. Foi com esse arcabouço teórico e metodológico que realizamos as entrevistas de história de vida com cinco pequenos produtores rurais de Umuarama. Observamos que a construção, desconstrução ou manutenção da identidade é um processo que obedece às designações sociais, e não do próprio sujeito. Sendo assim, concluímos não ser possível falar de uma identidade própria aos pequenos produtores, pois os sistemas tecnológicos e mercadológicos solapam com sua suposta subjetividade.

Palavras-chave: identidade, pequeno produtor rural, desenvolvimento tecnológico, Programa Arenito Nova Fronteira, processo de subjetivação.

ABSTRACT

We aimed, in this paper, to understand the influence of the program technological development called “Arenito Nova Fronteira” in the construction process, destruction or maintenance in the identity of the small rural producers in Umuarama-PR area. However, we accomplished a study about the identity in the several authors' perspective, in the philosophical, sociological and psychological contexts, with the intention of extracting the presuppositions that guide those fields. Besides this course, we also discussed about the small property in Brazil, in the intention of understanding their problems. Focusing the identity, for the considerations of the destruction process, we also shimmered the powder-modern critical studies on that thematic one. Those made us wondering if we could really speak about an identity of the small rural producers, because in spite of the discussions about identity to shimmer the identity as something subjective to the individual, we observed that is the social context that makes possible your existence. That discussion made us to look for to understand, in that way, two contexts: the subjective and the objective. Thus, we worked with the interview of life history, because the identity touches in aspects as the subject's continuity in the social context. It was with that vast theoretical and methodological discussion that we accomplished the interviews in life history with five small rural producers from Umuarama area. We observed that the construction process, destruction or maintenance of the identity, is a process that obeys the social designations and not the own subject. Being like this, we concluded that is not possible to speak from an own identity to the small rural producers, because the technological and marketing systems undermine with a supposed subjectivity of the subject.

Key Words: identity, small rural producer, technological development, Programs Arenito Nova Fronteira, subjective invasion process.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – OS QUATRO PARADIGMAS SOCIOLÓGICOS	90
FIGURA 2 – MAPA DO ESTADO DO PARANÁ DIVIDIDO EM MESOREGIÕES	95
FIGURA 3 – MUNICÍPIO DE UMUARAMA NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ	96

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – QUATRO CATEGORIAS BÁSICAS DE UNIDADES DE PRODUÇÃO (UP)..... 97

SUMÁRIO

1.	A PROBLEMÁTICA DO PEQUENO PRODUTOR NO BRASIL.....	1
2.	CONSIDERAÇÕES SOBRE IDENTIDADE E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA...11	
2.1	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE.....	11
2.1.1	<i>Modernidade e identidade</i>	12
2.1.2	<i>A identidade na perspectiva psicanalítica</i>	24
2.1.3	<i>A identidade na perspectiva sociológica</i>	34
2.2	A DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DA MODERNIDADE	45
2.2.1	<i>O espaço discursivo preenchido pelo sujeito e a não existência do homem</i>	45
2.2.2	<i>Poder, sociedade disciplinar e modernidade</i>	57
2.2.3	<i>A constituição do sujeito moderno</i>	63
2.3	MODERNIDADE, AGRICULTURA E IDENTIDADE.....	66
2.3.1	<i>Antecedentes históricos da agricultura brasileira</i>	67
2.3.2	<i>Estado, agricultura e pesquisa agrícola no Brasil</i>	72
2.3.3	<i>Modernidade, desenvolvimento rural e pequeno produtor</i>	76
2.3.4	<i>Desenvolvimento da agricultura e o desmonte da identidade</i>	82
3	O CAMINHO CIENTÍFICO E O DESVELAR DA IDENTIDADE.....	88
3.1	DELIMITAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA	91
3.2	A TRAJETÓRIA PARA A BUSCA DE FONTES DOCUMENTAIS	101
3.2.1	<i>Análise dos documentos sobre o Programa Arenito Nova Fronteira</i>	103
3.3	O CAMINHAR SOBRE A SUPOSTA IDENTIDADE DO PEQUENO PRODUTOR	105
3.3.1	<i>Análise do corpus de entrevista</i>	114
4	OS PEQUENOS PRODUTORES E O PROGRAMA ARENITO NOVA FRONTEIRA	119
4.1	O PROGRAMA ARENITO NOVA FRONTEIRA E AS AÇÕES NA REGIÃO DE UMUARAMA-PR.....	119
4.2	A HISTÓRIA DE VIDA DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE UMUARAMA	123
4.2.1	<i>Joaquim</i>	123
4.2.2	<i>Pedro</i>	130
4.2.3	<i>Avelino</i>	134
4.2.4	<i>José</i>	142
4.2.5	<i>Sebastião</i>	147
4.3	IDENTIDADE DO PEQUENO PRODUTOR OU FORMAÇÃO DISCURSIVA?	156
4.3.1	<i>A posição ocupada pelo sujeito nos discursos sobre a pequena propriedade</i>	156
4.3.2	<i>O discurso tecnológico e mercadológico e a subjetivação do sujeito</i>	167
4.3.3	<i>A produção de descontinuidades e o sujeito entregue aos discursos</i>	179
5	CONCLUSÕES: A IDENTIDADE DO PEQUENO PRODUTOR DESVELADA.....	192
6	REFERÊNCIAS.....	197
	ANEXOS	205
	ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PRODUTORES RURAIS	206

1. A PROBLEMÁTICA DO PEQUENO PRODUTOR NO BRASIL

O desenvolvimento da agricultura brasileira foi extremamente importante para sustentar o processo de modernização em que o país ingressou. Com a formação de um parque industrial, a partir do século XX, a necessidade de sustentá-lo tornou-se vital e isso só foi possível quando a agricultura – de onde provém os principais insumos utilizados no processo industrial – também se tornou modernizada. Como em todos os países capitalistas do Ocidente, o Estado teve um papel central no processo de modernização da sociedade brasileira, realizando inúmeras intervenções para garantir o sucesso das investidas rumo ao desenvolvimento.

Essa intervenção estatal ganha destaque na agropecuária brasileira, principalmente a partir da década de 1930, com o desfalque nas exportações de café, quando o governo brasileiro elaborou uma política de substituição de importações, via estímulo de uma industrialização interna (FURTADO, 1963).

Com a tendência crescente à urbanização e o contínuo crescimento dos sistemas industriais e de serviços – o que gerou uma demanda elevada por alimentos - logo foram desencadeadas algumas crises no abastecimento dos grandes centros. Nesse contexto, visualizando o problema da falta de alimentos é que o governo se volta mais intensamente para pesquisa e a extensão rural no país.

Na concepção de Carvalho (1992), o Estado brasileiro, assim como o Estado de muitos países capitalistas, foi o grande promotor e financiador do processo de desenvolvimento. Esse autor expõe que o Estado não só patrocinou grande parte da instalação de vários institutos de pesquisa e escolas de Agronomia, como também elaborou as diretrizes da pesquisa agrícola, donde se torna fácil concluir que esta sempre foi de caráter estatal. Mas, dentro desse contexto de investimento no desenvolvimento, o Estado sempre privilegiou aquelas categorias,

principalmente na agricultura, que mais poderiam contribuir, de imediato, para salvaguardar as crises que o país passou, principalmente após a Grande Depressão de 1930. Com isso, na concepção de Carvalho (1992), fica fácil concluir que a pesquisa agrícola brasileira foi estimulada mais para atender as necessidades dos grandes produtores de culturas de exportação do que as necessidades ou os interesses de pequenos e médios produtores de culturas alimentares e seus consumidores.

Os investimentos para o desenvolvimento da pequena agricultura foram extremamente marginais, pois em comparação com a grande propriedade rural, a capacidade de abastecimento do mercado pelas pequenas propriedades sempre foi reduzida. Assim, era mais viável investir no desenvolvimento de médios e grandes produtores do que nos pequenos.

Somente mais tarde, com o desenvolvimento tecnológico das grandes propriedades e com a constatação de que a pequena agricultura, em grande parte, era a responsável pelo abastecimento do mercado interno, é que se destinou atenção especial a esse ramo de atividade. Nesse ínterim, já existia uma conotação que passou a dominar os estudos sobre a propriedade rural: havia uma nítida designação entre “agricultura modernizada”, totalmente ligada aos complexos agroindustriais, e a “agricultura tradicional”, com características de uma agricultura ainda rudimentar.

Fica fácil visualizar que as características da pequena agricultura se assentavam nos aspectos mais tradicionais, devido à marginalização, por parte do Estado, dos problemas desses pequenos produtores. Nesse contexto, com o desenvolvimento da grande propriedade rural, que em grande parte tinha como foco os produtos de exportação, e visualizando a opressão do mercado sobre essa agricultura tradicional, é que o Estado, através dos institutos de pesquisa, se volta mais intensamente para o problema da pequena propriedade rural. A intenção era

“modernizar” a pequena propriedade, possibilitando-a de concorrer no mercado interno, o que dirimia, em grande parte, a exclusão e a pauperização desses pequenos produtores.

Esse processo de modernização da pequena agricultura sempre foi um dos problemas centrais nos estudos da área de Sociologia Rural, pois o impacto das mudanças, num curto espaço de tempo, de uma agricultura tradicional para uma agricultura modernizada, refletia muito da resistência de vários pequenos produtores às mudanças propostas. Nesse contexto, vários autores, como Freire (1977), vislumbrando a ineficácia do processo de transferência de tecnologia aos pequenos produtores, discutiam a melhor forma de realizar essa transferência, que até o momento, era preconizado pelo que Carvalho (1992) chamou de “modelo concentrado”, ou seja, o pressuposto que guiava as iniciativas de desenvolvimento partia da constatação de que os produtores não possuíam visão crítica, nem muito menos capacidade de optar pela melhor tecnologia a ser adotada, por falta de conhecimentos.

Assim, modernizar a pequena propriedade se tornava um problema, devido às manifestações de resistência e a pouca adotabilidade, por parte dos pequenos produtores, de novos métodos de produção e novas variedades mais adaptadas à sua região. As propostas sugeridas, principalmente por sociólogos rurais, perpassavam desde a questão da “ignorância” do pequeno produtor sobre as novas tecnologias até a questão do “desinteresse” desses pequenos produtores em adotá-las, que denotam diferentes métodos de intervenção.

Nesse contexto, além dessa problemática da adotabilidade das novas tecnologias, existia também a pressão mercadológica, ou seja, a concorrência de mercado que, com a abertura econômica a partir de 1990, colocava dentro das fronteiras do país uma infinidade de produtos estrangeiros, que veio a agravar ainda mais a situação da pequena propriedade rural. Porém, dizer que toda a pequena propriedade se enquadra nas características tradicionais é realizar uma afirmação um tanto incongruente, pois a complexidade do sistema agroindustrial, nos

dias atuais, não possibilita que afirmações dessa natureza sejam realizadas. Como expõe Graziano da Silva (1998), para estudar a agricultura hoje é necessário verificar, por exemplo, que ramo de atividades ela se enquadra, pois existem ramos como o café e o açúcar, que se encontram em um nível de modernização avançado, e outros como o feijão, que se enquadra ainda em maneiras tradicionais de produção e comercialização.

Com essa discussão, podemos destacar que dependendo do ramo de atividade, da região onde o pequeno produtor está inserido, como ocorreu o desenvolvimento da região, entre outras variáveis, é possível mostrar as influências exercidas sobre esses pequenos produtores no processo de construção, desconstrução ou manutenção de sua identidade. Entretanto, como afirma Accarini (1987), o espaço rural brasileiro apresenta uma infinidade de diferenças, não possibilitando enquadrar culturas, regiões e criações em classificações específicas, pois sempre comportarão exceções. Apesar dessas considerações, acreditamos que as influências exercidas sobre os pequenos produtores inseridos numa mesma região são similares, podendo ter impactos diversos na identidade de cada pequeno produtor em particular.

Observar a problemática do pequeno produtor a partir de sua identidade pode possibilitar um salto na maneira - em grande parte simples - de conceber essa problemática, até então vista por fatores como a ignorância, o desinteresse ou a sua impotência em realizar as mudanças tecnológicas necessárias. Assim, uma das principais conotações expressas na identidade é a continuidade do indivíduo que só se revela a partir deste contexto social.

Como expõe Erikson (1976), a identidade se processa subjetivamente nos indivíduos e também no núcleo central de sua cultura. Entender as particularidades dessa identidade é entender também de que maneira as influências do desenvolvimento tecnológico alteram essa identidade, o que pode revelar outros fatores que possam contribuir para entender com maior profundidade essa relação pequeno produtor/desenvolvimento tecnológico e assim verificar o

impacto do desenvolvimento tecnológico no processo construção, desconstrução ou manutenção da identidade do pequeno produtor.

Aqui é interessante abrir um parêntese, pois ao elucidar não só os processos de construção ou manutenção da identidade, mas também o processo de desconstrução, afloramos aí as considerações críticas sobre essa discussão. Acreditar que a identidade passou por um processo de desconstrução é observá-la como fragmentada ou inexistente. Nesse contexto, é possível salientar que se o desenvolvimento tecnológico pode ocasionar a desconstrução dessa identidade, então, de certa forma, esse desenvolvimento acaba tendo uma característica de “imposição” aos pequenos produtores que, ou seguem as designações expressas por esse desenvolvimento, ou são excluídos.

Por esse motivo, nesta dissertação, além de “construirmos” teoricamente o que é identidade, demos um passo além, “desconstruindo-a”, conduzindo a discussão teórica para a crítica do sujeito proposta por Michel Foucault, que acredita que os sistemas modernos não possibilitam que os sujeitos sejam portadores de uma identidade que vieram a constituir por suas próprias designações. Pelo contrário, eles [sujeitos] seguem as exigências de um discurso tecnológico que imprime cada vez mais descontinuidades em suas vidas. Verificar se as considerações críticas de Michel Foucault são pertinentes ou não, fez necessário tê-lo como ponto de partida na análise do impacto do desenvolvimento tecnológico na “suposta” identidade do pequeno produtor. Por esse motivo o grande tema que permeia esse estudo é: identidade do pequeno produtor ou formação discursiva?

Com essa exposição, vale salientar que a nossa intenção é verificar, em particular, o impacto de um programa de desenvolvimento tecnológico sobre os pequenos produtores da região de Umuarama-PR, programa este denominado “Arenito Nova Fronteira”. Esse programa é uma parceria do governo do Paraná, iniciativa privada, órgãos públicos e o terceiro setor, tendo

como objetivo desenvolver a região Noroeste do Estado. Essa região possuía pouca capacidade de desenvolvimento, assentada, em grande parte, sobre a pecuária extensiva, pois seu solo é extremamente arenoso, denominado de Arenito Caiuá.

As primeiras iniciativas desse desenvolvimento foram oriundas do IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná – órgão governamental responsável pela pesquisa agrícola do Estado. O IAPAR, desde 1997, vem realizando investidas com cultivares mais adaptadas ao solo da região, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento tecnológico e econômico do Noroeste do Estado. Uma de suas primeiras parcerias, nesse sentido, foi com a prefeitura de Umuarama, através do Programa de Arrendamento de Terras (PATER), que teve o respaldo do IAPAR na difusão de novas tecnologias.

Dados preliminares mostram grandes transformações na região desde então, como a introdução do plantio de soja e outras culturas mecanizadas. Infere-se que essas transformações geraram alterações também na identidade dos produtores rurais, que tiveram que se adaptar a uma nova realidade, principalmente os pequenos. Com isso, o problema que perfaz o contexto do nosso trabalho é: *como o pequeno produtor rural de Umuarama foi influenciado no processo de construção, desconstrução ou manutenção de sua identidade, enquanto sujeito inserido na região onde foi implantado o programa de desenvolvimento tecnológico denominado “Arenito Nova Fronteira”?*

Perante essa questão, temos como objetivo neste trabalho compreender a influência do Programa Arenito Nova Fronteira no processo de construção, desconstrução ou manutenção da identidade do pequeno produtor da região de Umuarama-PR. A escolha dessa região deve-se à constatação de que essa foi a primeira [região] onde ocorreu o processo de difusão dessas tecnologias, possibilitando vislumbrar, de maneira mais evidente, o impacto na identidade do pequeno produtor. Para tanto, pretendemos alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar o Programa Arenito Nova Fronteira na região de Umuarama, com o intuito de verificar sua história na região, como ele está nos dias atuais e que influências esse projeto exerceu, e ainda exerce, no desenvolvimento tecnológico da região;
- Descrever a história de vida de pequenos produtores da região de Umuarama, procurando evidenciar que rumo a vida desses pequenos produtores tomaram durante todos esses anos, quais foram as influências durante esse percurso, que escolhas tiveram ou fizeram e quais são suas perspectivas para o futuro;
- Analisar a relação entre a identidade desse pequeno produtor e o Programa Arenito Nova Fronteira, no sentido de verificar que influência este Programa teve, ou tem, na história de vida desses pequenos produtores, como eles o vêem e quais as suas perspectivas em relação a ele; e
- Buscar entender em que diferenciam e em que se assemelham os relatos entre os pequenos produtores e destes [pequenos produtores] com os discursos sobre o Programa Arenito Nova Fronteira na região.

Com a apresentação desses objetivos, ficam as questões: como realizar o caminho para atingir esses objetivos? Qual a importância de se estudar a identidade do pequeno produtor? Que contribuições esse estudo pode oferecer para o desenvolvimento das ciências, em especial a ciência da Administração?

De posse dessas incógnitas, seria interessante apresentar os passos que irão constituir esse trabalho científico. Com isso, não iremos ressaltar a importância que a Introdução e os objetivos têm para nosso trabalho, pois acreditamos que se o leitor está, neste momento, realizando a leitura desse parágrafo, é porque, pelo mesmo por alto, já tenha tido contato com

esses dois tópicos. Assim, seria interessante, a partir deste ponto, apresentar apenas o porvir, possibilitando uma leitura prévia das nossas pretensões em cada capítulo desta dissertação.

Com isso, o percurso teórico entremeia as discussões sobre a identidade, modernização da agricultura e a problemática do pequeno produtor. Como o foco central do nosso trabalho gira em torno da identidade, partimos de uma discussão teórica sobre esse termo, com a intenção de, como disse Minayo (1988), mostrar o “estado da arte”. Na verdade, a nossa intenção não se restringe apenas a apresentar o que se discute hoje sobre identidade, mas fomos um pouco mais a fundo, na tentativa de buscar os primórdios dessa discussão, construindo-a, ou seja, explicar porque se fala em identidade nos dias atuais, que conotações a identidade tomou durante esse tempo e porque, afinal, existe essa discussão sobre a identidade.

Aqui podemos destacar uma das relevâncias de nosso trabalho, pois buscamos realizar uma discussão sobre a problemática da identidade em três grandes campos de estudos: o filosófico, o sociológico e psicológico. A intenção não foi apenas apresentar como cada campo, ou melhor, cada autor, vislumbra a problemática da identidade, mas realizar uma discussão em termos de semelhanças e diferenças entre essas conotações.

Claro que são evidentes as limitações quanto a essa discussão. Primeiro, porque não somos filósofos, nem sociólogos e nem muito menos psicólogos, mas administradores, que possuem um conhecimento limitado sobre cada área em questão. Apesar dessa limitação, ousamos realizar uma discussão sobre esse campo de estudo, não no sentido de se assimilar uma discussão realizada por um filósofo, ou psicólogo, ou ainda um sociólogo, mas para possibilitar que o leitor, não formado nessas áreas de estudos, possa “degustar”, sem muitos entraves, o nosso trabalho.

Segundo, porque devido à própria necessidade de realizar uma discussão mais profunda, nosso trabalho se limita a alguns autores, pois se queremos ir além do conceito que cada autor

tem sobre a identidade, é necessário entender qual a sua visão sobre o termo, e isso não é possível visualizar apenas em seu conceito, mas em sua problematização sobre o tema.

Sendo assim, nesse contexto de construção da identidade, realizamos um percurso extremamente longo, pois tínhamos a intenção de verificar as semelhanças e as diferenças existentes na discussão extraídas dos contextos filosófico, sociológico e psicológico. Posterior a isso, destinamos atenção especial à obra de Michel Foucault, que realiza uma verdadeira desconstrução na e da identidade. Desconstrução que perfaz desde a existência da identidade subjetivamente nos indivíduos, quanto nas próprias designações que possibilitam verificar a existência deste termo. Enquanto nas discussões sobre a identidade observamos, por exemplo, que ela [a identidade] é que possibilita a continuidade do sujeito no contexto social, para Foucault o sujeito moderno está entregue a uma constante de descontinuidade.

Após essa discussão sobre a identidade, a nossa intenção foi tratar da questão da modernização da agricultura, focando a problemática do pequeno produtor. Assim, o nosso intuito nesse tópico foi mostrar como ocorreu essa modernização no Brasil, que fatores foram decisivos nessa modernização, como foi o processo de incorporação da pequena propriedade ao mercado e que problemas a pequena propriedade enfrentou, ou mesmo enfrenta, nesse processo de incorporação.

Essa não é uma discussão nova, nem se limita aos pontos que nós destacamos neste trabalho, mas procuramos conduzir essa discussão para uma área onde poucos estudos sistemáticos foram realizados, qual seja, a identidade. Essa discussão sobre a identidade do pequeno produtor transcende aos pontos que a Sociologia Rural sempre considerou com fator importante no processo de desenvolvimento da pequena propriedade, ou seja, como apresenta Galjart (1988), o desinteresse, a ignorância ou a impotência.

Realizar uma discussão da problemática do desenvolvimento rural para o pequeno produtor em termos de identidade permite maior profundidade e, conseqüentemente, a possibilidade de revelar outros fatores que vão além dos tópicos exposto por Galjart (1988). Sendo assim, essa é uma outra contribuição que este trabalho pode possibilitar para o desenvolvimento das ciências, e porque não dizer também, da Administração, quando se fala hoje tanto em agronegócio e inovação tecnológica. Compreender esses fenômenos requer um olhar multidisciplinar, e é isso o que tentamos fazer nesta dissertação.

Após essa discussão teórica sobre a identidade do pequeno produtor, foi necessário realizar o percurso metodológico, com a intenção de mostrar o caminho que percorreremos durante a pesquisa. Assim, a nossa intenção foi realizar esse caminho em concordância com a discussão da teoria social, para, posteriormente, na apresentação dos resultados, desenvolver a ligação entre pesquisa social e teoria social.

Com isso, o percurso metodológico gira em torno, basicamente, de duas constatações sobre a identidade, quais sejam, que ela se processa subjetivamente nos indivíduos, assim como possui uma estreita relação com a objetividade do mundo social. Para tanto, o percurso metodológico privilegia uma discussão, ao nível objetivo, da busca por fontes documentais a respeito do fenômeno em estudo, e a um nível subjetivo, da busca por entender a técnica da história de vida, para interpretar a identidade do pequeno produtor.

Por fim, os dois últimos tópicos deste trabalho tratam da discussão dos resultados e conclusão da pesquisa, sendo o primeiro, onde procuramos realizar a ligação entre teoria social e pesquisa social, e o segundo, quando buscamos mostrar a relevância dos resultados, destacando suas possíveis contribuições e também as limitações no desenvolvimento da pesquisa. Feita essa parte introdutória, com havíamos ressaltado, o próximo tópico inicia-se com a discussão sobre a identidade.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE IDENTIDADE E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Tendo como objetivo do trabalho estudar a identidade do pequeno produtor inserido num projeto de desenvolvimento tecnológico, antes de discutirmos a problemática do pequeno produtor seria interessante realizar o percurso em torno do termo identidade. Com isso, inicialmente partiremos de algumas constatações mais gerais sobre o termo e conduziremos essas constatações para discussões mais profundas, que congregam áreas como a identidade nas perspectivas filosófica, psicológica e sociológica. A intenção primordial é verificar como os autores que discutem sobre o termo problematizam a relação mundo interno/mundo externo ou subjetividade/objetividade.

2.1 A construção da identidade

Durante as últimas décadas, as ciências humanas têm destinado atenção especial ao estudo da identidade. O termo difundiu-se tanto no meio científico quanto no popular, pois como disse Erikson (1976), a identidade passou a circunscrever algo extremamente vasto e óbvio de forma que pedir uma definição seria quase que pedir o trivial. Apesar da complexidade por trás do que é a identidade, seria interessante enveredar-se pela discussão realizada por alguns autores com a intenção de trazer à memória seu significado.

Nos primórdios, e essa é uma discussão que Rovai (1995) realiza, a identidade era algo “ossificado” no âmago do indivíduo. A existência da identidade é que determinava a diferença entre os indivíduos. Assim, a identidade passa a congrega dois termos: identidade e diferença em que se estabelece uma relação de idêntico a si mesmo e diferente dos outros.

A complexidade do termo aumenta quando não mais a identidade será o algo “ossificado”, mas adquire uma característica um tanto fluida, passível de modificações. Sendo assim, as

discussões atuais sobre identidade tomaram rumos diferentes e o discurso totalizante cooptou o processo de identificação e o introduziu na identidade. Como disse Rovai (1995), justo a identificação, que apontava para o fragmentário.

Nesse contexto, é possível observar que as discussões sobre identidade não são recentes. Souza Santos (1997) relata que a preocupação com a identidade nasce com a modernidade e a modernidade com ela. Isso porque, na concepção deste autor, o primeiro nome moderno da identidade é subjetividade.

Nesta mesma linha, Touraine (1995) cita o trabalho de Jean-Pierre Vernant, que estudou a falta de subjetividade na cultura grega. Para Vernant, expõe Touraine (1995), a *psique* é uma identidade para o indivíduo, ou seja, sua identidade pessoal. Somente com a constituição da *psique* - que é um *daimon*, um ser divino, um poder sobrenatural, como caracteriza Vernant – é possível falar de identidade.

Sendo assim, as primeiras constatações da existência da subjetividade, Habermas (1990) atribui ao trabalho de Hegel. Para Habermas (1990), Hegel foi o primeiro filósofo a discutir o princípio dos tempos modernos: a subjetividade. Com a discussão deste princípio [a subjetividade], Habermas (1990) alega que Hegel podia explicar simultaneamente a superioridade do mundo moderno – por ele ser um mundo do progresso – e sua vulnerabilidade à crise – por ele ser um mundo do espírito alienado de si próprio. Sendo assim, Habermas (1990) alega que Hegel é que iniciou a discussão da modernidade.

2.1.1 Modernidade e identidade

Para entender esse princípio hegeliano dos tempos modernos [a subjetividade], é necessário entender o ponto central de toda a sua empreitada teórica: a razão. Marcuse (1978) expõe que o núcleo da filosofia de Hegel é uma estrutura formada por quatro conceitos – *liberdade*,

sujeito, espírito, conceito – todos derivados da idéia de razão. E coloca ainda que a não apreensão correta, clara e correlata destes conceitos pode jogar todo sistema de Hegel numa obscura metafísica, que de fato nunca foi.

Habermas (1990) comenta que o desenvolvimento da teoria hegeliana teve como acontecimento histórico, principalmente, a Revolução Francesa. Essa Revolução, apesar das inegáveis contestações de terror, saudou os filósofos daquela época como um acontecimento único, onde se via o nascer da liberdade do homem sobre um sistema social antes opressor. Marcuse (1978) expõe que para Hegel o homem superava o longo período de imaturidade, durante o qual fora oprimido por esmagadoras forças naturais e sociais, e se tornara o sujeito autônomo de seu próprio desenvolvimento. Por esse motivo é que Habermas (1990) diz que a subjetividade, na obra de Hegel, denota aspectos como liberdade e reflexão.

Neste ponto, o princípio da razão para Hegel, comenta Marcuse (1978), significava a capacidade do homem em “pensar”. Essa aptidão colocava o homem em confiança com seu espírito, capaz de submeter a realidade dada aos critérios da razão. Por isso é que Hegel (2002) diz que nada é razão que não resulte do pensar.

O idealismo hegeliano constitui-se quando ele [Hegel], relata que a Revolução Francesa proclamou o poder definitivo da razão sobre a realidade, dizendo que “o pensamento deve governar a realidade” (MARCUSE, 1978, p. 20). Neste ponto, Habermas (1990) relata que Hegel vislumbra a “bipartição” da modernidade ao mencionar que o indivíduo tem uma vida independente da realidade, ou seja, Hegel (2002) visualiza a existência de um mundo subjetivo (formado pelo conhecimento) e um mundo objetivo (formado pela realidade).

Mas esse sistema seria mera bipartição, se Hegel (2002) não considerasse a existência do que ele chamou de sujeito. Com isso, Marcuse (1978) expõe que para Hegel a razão não pode governar a realidade, a não ser que a realidade se tenha tornado racional em si mesma. Essa

racionalidade só é possível com a invasão do sujeito no próprio conteúdo da natureza e da história.

A noção de liberdade também provém desta invasão do sujeito, pois como relata Habermas (1990), o princípio da subjetividade de Hegel determina as configurações da cultura moderna, ao evidenciar que a ciência objetivante despe a natureza da magia e liberta simultaneamente o sujeito cognoscente, quer dizer, a liberdade do homem provém do conhecimento da natureza.

Para Marcuse (1978), é esta concepção que Hegel resume na mais fundamental de suas sentenças de que o Ser é, na sua substância, um “sujeito”. Além disso, Marcuse (1978) relata que a idéia hegeliana de “substância como sujeito” concebe a realidade como um processo, dentro do qual todo ser é a unificação de forças contraditórias. O sujeito, para Hegel, designa não apenas a consciência epistemológica, mas um modo de existência, ou seja, de uma unidade que se autodesenvolve em um processo contraditório. Nesse contexto, a imagem hegeliana de identidade está formada.

Até então, Habermas (1990) coloca que Hegel não via diferença entre o “mongol selvagem”, que se encontra submetido a uma dominação cega, e o “filho racional da modernidade”, que só obedece ao seu dever, pois o único ponto divergente entre os dois é que o primeiro tem o amo fora de si e o segundo o amo dentro de si. Somente no processo contraditório, ou melhor, dialético, de negação da realidade é que se pode constituir a verdadeira existência do sujeito.

Marcuse (1978) mostra que a dialética de Hegel está imbuída da convicção profunda de que todas as formas imediatas de existência – naturais ou históricas – são “más”, pois não permitem que as coisas sejam o que elas podem ser. Habermas (1990) interpreta essas considerações finais de Marcuse (1978) dizendo que para Hegel, o mundo moderno sofre de *falsas* identidades, pois a unificação do subjetivo pelo objetivo eleva um condicionado a

absoluto. Assim, a unificação é violenta, uma toma a outra sob si e a identidade, que deveria ser absoluta, é incompleta.

Hegel começa sua discussão sobre a identidade pela noção de senso comum. Isso porque, na análise de Hegel, o senso comum designa o que é apreendido pelos sentidos no cotidiano social. Por esse motivo, Marcuse (1978) mostra que o senso comum é, para Hegel, uma inumerável diversidade de coisas, cada qual com suas qualidades específicas.

Essas qualidades não constituem a essência das coisas na teoria hegeliana, isso porque observar apenas as qualidades não apresenta necessariamente a diferença das coisas, mas suas similaridades. Essas considerações ficam evidentes quando Marcuse (1978) cita o exemplo da mesa que é utilizada como escrivaninha. Esse autor coloca que ser uma escrivaninha com qualidades compatíveis de uma mesa (feita de madeira, nogueira, pesada, etc.) não é o mesmo que ser uma mesa. A mesa não é qualquer dessas qualidades, nem a soma de todas elas. Isso porque, para Hegel, como mostra Marcuse (1978), as qualidades particulares são, ao mesmo tempo, a “negação” da mesa-como-tal, ou seja, a negação que cada coisa contém determina seu próprio ser. Marcuse (1978) diz ainda que a parte material da realidade de uma coisa é constituída pelo que a coisa *não é*, pelo que ela exclui e repele como seu oposto.

Além disso, Marcuse (1978) coloca que a contradição não anula a identidade efetiva das coisas, mas produz esta identidade sob a forma de um processo no qual se desdobram as suas potencialidades. Esse autor expõe ainda que o princípio da identidade de Hegel implica o chamado princípio da contradição, no que A é igual a A unicamente enquanto oposto de não-A, ou, a identidade de A resulta da contradição e a contém. Portanto, a identidade do ser humano, apresenta Marcuse (1978), encontra-se naquelas relações que são a negação de sua particularidade isolada, na qualidade de membro de um grupo ou de uma classe social, cujas instituições, organização e valores determinam sua própria individualidade.

Por esse motivo, a razão teve um papel central no trabalho de Hegel. Como Marcuse (1978) coloca, na teoria hegeliana, a identidade da essência e da existência só pode ser criada pelo esforço contínuo da razão. Tal identidade chega a termo pela ação consciente do conhecimento e para tanto, é condição necessária o abandono do senso comum e da mera compreensão em favor do pensamento especulativo. Pois só assim, com esse tipo de pensamento, é possível comparar a forma dada ou aparente das coisas às potencialidades delas, distinguindo a essência do estado accidental de existência.

Marcuse (1978) ressalta ainda que a razão aparece na luta contínua do homem para compreender o existente, transformando-o conforme a verdade se torna compreendida. Assim, a razão é essencialmente uma força histórica que se realiza num mundo espaço-temporal, ou seja, num mundo histórico que não é uma cadeia de atos e acontecimentos, mas uma luta incessante para adaptar o mundo às crescentes potencialidades da humanidade. Mais um conceito de Hegel é desvelado com essa descrição, pois como disse Marcuse (1978), a palavra que designa a razão como história é “Espírito”.

Esse processo de vislumbrar a verdade e a essência das coisas só pode ser obtido, para Hegel, com a forma lógica do conceito. Essas considerações são evidentes quando Marcuse (1978) diz que tal resultado não é atingido através de algum processo de intuição mística, mas por métodos de conhecimento conceitual, que examinam o processo pelo qual cada forma veio a ser o que ela é.

Aqui, Marcuse (1978) abre um viés importante do trabalho de Hegel, mas logo supre o dilema aberto. Esse autor mostra que Hegel, ao relatar que a essência ou natureza das coisas é o conceito e que esse conceito é obtido através da razão, sustenta, ao mesmo tempo, que o conceito só existe no pensamento. Sendo assim, o conceito é apenas um conceito, e sua verdade, apenas um pensamento. Nesse contexto, o conceito seria formulado individualmente

pelas várias incursões do sujeito cognoscente no domínio da natureza ou da história, não sendo possível vislumbrar a universalização desse conceito.

Por outro lado, Marcuse (1978) apresenta que Hegel consegue distanciar-se deste dilema, mostrando que o universal não somente existe, como também é ainda mais efetivamente uma realidade do que o é o particular. Assim, Hegel diz que existe uma realidade universal como, por exemplo, homem e animal, e esse universal contribui para a existência de cada homem e animal em particular.

Apesar da existência desse universal, Habermas (1990) enfatiza que para Hegel, tornar o universal, particular, é constituir a identidade singular igual a “positiva”, ou seja, é transformar todos os homens e animais apenas em conglomerados homogêneos. Nesse ponto, Habermas (1990) coloca que a ânsia de uma identidade natural, diferente da positiva, só pode ser desenvolvida quando a razão tem certamente que ser pensada como auto-referência do sujeito. Por esse motivo, o processo dialético na teoria hegeliana teve uma importância central, pois só negando a realidade existente é que o sujeito poderia desenvolver-se, alcançando sua identidade natural.

Consciente da complexidade do tema identidade na obra de Hegel, com o intuito de aclarar e aprofundar a discussão, o trabalho de Heidegger (1971) se revela extremamente importante. Esse autor realiza uma discussão sobre a questão da identidade com algumas similaridades e, conseqüentemente, divergências das considerações de Hegel.

Heidegger (1971) inicia seu trabalho dizendo que o princípio da identidade soa conforme a fórmula corrente: $A = A$. Essa fórmula, na concepção desse autor, exprime a igualdade entre dois termos, e não a identidade. A palavra identidade tem como radical o termo latim *idem*, que Heidegger (1971) compara com a designação “*tò autò*” em grego, que significa “o mesmo”. Assim, esse autor diz que se alguém repete sem cessar o mesmo, acaba por exprimir

uma tautologia, o que acontece no princípio $A=A$. Sendo assim, acredita ele [Heidegger], que a fórmula adequada para o princípio da identidade seria: $A \text{ é } A$; querendo exprimir que cada A é ele mesmo.

Heidegger (1971) comenta que na história do pensamento ocidental, a identidade aparece como um caráter de unidade, que permite a manifestação da uniformidade. Além disso, na fórmula $A \text{ é } A$, essa designação “é” mostra a identidade como qualificação do ser. Por esse motivo, Heidegger (1971) comenta que todo pensamento ocidental-europeu vê que a unidade da identidade constitui um traço fundamental no seio do Ser, pois é essa identidade que manifesta a diferença entre os indivíduos no convívio social. Sem a existência da identidade, que também perfaz as coisas, Heidegger (1971) relata que não seria possível desenvolver ciência, pois se não fosse garantido a “mesmidade” dos objetos, a ciência não poderia ser o que é.

Até este ponto, não há uma contribuição efetiva de Heidegger (1971) à discussão realizada anteriormente. Heidegger (1971, p. 53) só consegue dar um salto nessa discussão sobre a identidade quando realiza uma análise do pensamento de Parmênides que diz, “o mesmo, pois, tanto é apreender (pensar) como também ser”. Com esse resgate, Heidegger (1971) coloca duas coisas, até então distintas, num mesmo patamar: ser e pensar. Para esse autor, antes mesmo da identidade ser formulada, pensar e ser têm um lugar, e juntos formam uma unidade. Essa união entre pensar e ser, Heidegger (1971) chamou de comum-pertencer.

Com essa designação comum-pertencer, Heidegger (1971) extrai dois sentidos. O primeiro, tentando mostrar o possível sentido hegeliano da identidade. Neste ponto, Heidegger (1971) faz uma síntese de toda a discussão que foi realizada anteriormente, pois na concepção de Hegel, a identidade se expressa entre ser e pensar, ser e homem (pois o homem é o único ser pensante), resultado de um progresso. E o segundo sentido mostra a identidade em sua própria

perspectiva, onde a identidade é a unidade de ser e homem, concebida através de um regresso. Apesar do percurso de Heidegger (1971) ocorrer, a partir deste ponto, na “contra-mão” do percurso hegeliano, esse autor acredita que os filósofos idealistas, como Hegel, contribuíram para mostrar que a identidade não é estática, mas dinâmica, sendo possível vislumbrá-la a partir das manifestações da vida social.

Para Heidegger (1971), é indiscutível que a identidade se estabelece na relação entre ser e homem, ser e pensar, mas ela não é constituída a partir de um progresso no âmbito da razão, como acreditava Hegel (2002), e sim a partir de um regresso. Heidegger (1971) relata que a identidade se funde no distanciar da atitude do pensamento que representa, afastando-se da comum representação do homem como *animal racional*, que na modernidade tornou-se sujeito para seus objetos. Isso fica evidente quando esse autor faz uma leitura do que ele chamou “era atômica”, tentando mostrar como ser e homem aparecem nesse contexto.

Heidegger (1971, p. 60) relata que na “era atômica”, constituída pelo universo da técnica, homem e ser interpelam-se mutuamente. O autor questiona: “será permitido identificarmos, sem mais, o universo técnico com o ser?” e enfaticamente responde que não. Esse autor vislumbra o universo da técnica como obra do homem e é no plano da técnica que o homem se projeta. Isso fica evidente na citação seguinte:

Pela representação da totalidade do universo técnico reduz-se tudo ao homem e chega-se, quando muito, a reivindicar uma ética para o universo da técnica. Cativos desta representação, confirmamo-nos na convicção de que a técnica é apenas um negócio do homem. Passe-se por alto o apelo do ser, que fala na essência da técnica (HEIDEGGER, 1971, p. 60).

Esse “apelo do ser”, na concepção de Heidegger (1971), refere-se à necessidade, por vezes incitada ou forçada, de se dedicar ao planejamento e cálculo de tudo. Assim, expõe Heidegger (1971, p. 61), “o homem é chamado à razão para armazenar o ente que aborda como o fundo de reserva para seu planificar e calcular e a realizar esta exploração indefinidamente”, quer

dizer, o homem é incitado a buscar o conhecimento das coisas para continuar explorando. Heidegger (1971) designa este processo como “arrazoamento”¹.

Nesse contexto, Heidegger (1971) não acredita, diferente de Hegel (2002), que a razão seja o processo pelo qual o indivíduo busca sua verdadeira identidade, mas a despersonaliza quando se torna racional². Esse autor relata que o arrazoamento agride diretamente os indivíduos, pelo fato do arrazoamento ser estranho a ele. Heidegger (1971) explica esse fato, dizendo que o arrazoamento não é algo último na concepção do indivíduo, mas algo que o comunica e que perpassa propriamente a constelação de ser e homem. Assim, Heidegger (1971) considera que a identidade é evidenciada a partir de um retrocesso, pois as manifestações de ser, na sociedade atual, são designadas pelo universo da técnica, onde o homem está entregue como propriedade ao ser.

Na proposição de retrocesso, Heidegger (1971) expõe que homem e ser já se constituem numa unidade em sua essência, como a pedra, a árvore, etc. Por esse motivo, acredita ele, que o distanciar desse mundo onde o homem está reduzido a um ser do universo da técnica, se constitui na maneira mais evidente de vislumbrar a essência da identidade.

O pensamento de Heidegger (1971) se aproxima do que Nietzsche (1983) havia concebido, talvez pela simpatia que esse autor tinha com as idéias de Nietzsche. Este último foi um dos principais críticos da modernidade e suas idéias perpassam até hoje o pensamento de muitos autores contemporâneos, como por exemplo, Michel Foucault, Gilles Deleuze e Jacques

¹ Este termo exprime o império da razão que tudo invade pela técnica. Nas palavras de Heidegger (1971, p. 62) “a palavra arrazoamento caracteriza uma época em que o homem busca as razões, os fundamentos de tudo, calculando a natureza, em que a natureza provoca a razão do homem a explorá-la como um fundo de reserva sobre o qual dispõe”.

² Vale salientar que esse tornar-se racional não destitui a capacidade do homem em pensar, pois Heidegger (1971) acredita que a unidade de ser e pensar é a identidade. Esse processo racional do qual Heidegger (1971) destaca seria compatível com a designação hegeliana de incursão do sujeito para aprender e conhecer o conteúdo da natureza, pois só assim o indivíduo poderia tornar-se livre. É interessante salientar ainda o quanto a liberdade é extremamente intrincada com a identidade, pois a manifestação da identidade individual só pode ocorrer num quadro onde os indivíduos se tenham tornados livres. Por esse motivo, Hegel acreditava que a liberdade provinha do conhecimento da natureza, que é extremamente opressora sobre a vida dos sujeitos, mas Hegel não via o quanto esses indivíduos se tornariam dependentes deste processo, como salienta Heidegger (1971).

Derrida. Nietzsche (1983) coloca em evidência o conhecimento humano, assim como Hegel (2002), mas numa perspectiva totalmente contrária, demolindo o ponto central da modernidade: a capacidade do homem em pensar. Essas considerações ficam evidentes numa célebre passagem da obra nietzscheniana, descrita abaixo:

Em algum remoto rincão do universo cintilante que se derrama em um sem números de sistemas solares, havia uma vez um astro, em que animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da “história universal”: mas também foi somente um minuto. (...) Assim poderia alguém inventar uma fábula e nem por isso teria ilustrado suficientemente quão lamentável, quão fantasmagórico e fugaz, quão sem finalidade e gratuito fica o intelecto humano dentro da natureza (NIETZSCHE, 1983, p. 46).

As considerações de Nietzsche (1983) chocam, pois ele rompe com todo o universo criado, ou melhor, nas palavras dele, inventado pelo homem e que foi o solo de toda a evolução tecnológica que caracterizou a era moderna. Nietzsche (1983) comenta que o intelecto não possui nenhuma missão mais vasta de conduzir o homem para o além da vida, mas é ao contrário humano, e somente seu possuidor e genitor o toma pateticamente, acreditando ser ele o centro do universo.

A aproximação de Heidegger (1971) com as considerações de Nietzsche (1983) se estabelece quando ele [Heidegger] comenta que a essência da identidade deve ser vislumbrada num distanciar do universo da representação, particularmente ao universo da técnica que, tanto para Nietzsche (1983) quanto para Heidegger (1971), é uma obra do homem. As semelhanças param aqui, pois Heidegger (1971) tende para outro lado, quando relata que o universo da técnica agride os indivíduos, despersonalizando sua identidade.

Mas que outro lado é esse? Neste ponto, retomaremos as considerações de Habermas (1990) sobre a obra de Hegel. Habermas (1990) diz que Hegel foi quem iniciou o discurso da modernidade com a descoberta da subjetividade. Essa subjetividade está basicamente na capacidade que o homem se viu munido de adquirir o conhecimento. A constatação da

subjetividade mostra complementarmente a existência também da objetividade ou, como Hegel chamou, da realidade. Com isso, Habermas (1990) considera que Hegel foi capaz de mostrar a bipartição ocorrida na modernidade, entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo.

Com essa bipartição, acreditava o jovem Hegel que o homem havia se desvinculado de um mundo opressor, unificado basicamente pela religião. Além disso, o homem conquistava sua liberdade, à medida que captava o que era externo, tornando-o conhecimento. Com este conhecimento, o homem poderia manifestar suas vontades, alterando a realidade de maneira que ela [realidade] se adaptasse às suas necessidades. Hegel via neste processo um acontecimento único, nunca visto em toda história da sociedade (HABERMAS, 1990).

Por outro lado, Hegel (2002) vislumbrou também a vulnerabilidade à crise deste sistema, pois se todos os homens fossem em busca de suas necessidades pessoais, romperiam com a sociedade. Este processo, Hegel (2002) chamou de o “espírito alienado de si próprio”. Por esse motivo, Habermas (1990) relata que Hegel acreditava ser obrigação dos filósofos de sua época restabelecer a unificação da modernidade, desde que, nem a realidade tomasse o sujeito sob si, nem o sujeito colocasse a realidade em prol de suas vontades individuais.

Mas como bem disse Heidegger (1971), Hegel foi um idealista em acreditar nesta possibilidade de unificação, mesmo porque, relata Habermas (1990), mal tinha Hegel acabado de realizar seu percurso teórico sobre a bipartição da modernidade e a rebelião, e o movimento da modernidade se preparava para estilhaçar com seu conceito. Isso, devido ao fato de que, para o jovem Hegel, tanto o mundo externo deveria influenciar o sujeito, quanto este influenciar a realidade, pois só assim a unificação seria absoluta. Se este processo não fosse ativo, não poderia Hegel vislumbrar na prática suas considerações teóricas. Este processo foi corrompido, expõe Habermas (1990), pelo forte institucionalismo que tomava o

indivíduo sob si. Por esse motivo é que Habermas (1990) acredita que Hegel disse, na introdução da “filosofia do direito”, ser o real, racional.

Este forte institucionalismo, numa perspectiva do interacionismo simbólico de Berger e Luckmann (1985), compara-se à realidade “reificante”, ou seja, a realidade que existe, independente da vontade dos indivíduos. Essa realidade “coisificada” toma os indivíduos sob si, não possibilitando suas manifestações, nem muito menos alterar o conteúdo dessa realidade. Vale ressaltar, como bem chama atenção Habermas (1990), que os estudiosos que acompanharam o pensamento de Hegel, tanto à esquerda quanto à direita, não colocaram em causa as conquistas da modernidade, mas desferiam suas críticas a essa incompatibilidade entre o mundo subjetivo e a realidade. Somente os autores que acompanharam as considerações de Nietzsche (1983) questionaram essas conquistas.

Pois bem, o que tem toda essa discussão a ver com o trabalho de Heidegger (1971)? O que tudo isso tem a ver com a identidade? E mais, o que realmente é identidade? Essas incógnitas mostram a obscuridade que a questão da identidade tomou neste trabalho. O que seria apenas um percurso na tentativa de aclarar seu significado, não fez mais do que torná-lo complexo e obscuro. Ciente destas incógnitas, muito tem que ser explicado e, como as questões foram colocadas numa ordem, devemos segui-las. Mas não seria mais fácil fazer o percurso inverso? Sim, mas a intenção é realizar a construção do conceito de identidade, no sentido de poder visualizar se realmente podemos falar na existência dela.

Com isso, essa realidade reificante ou como disse Habermas (1990), esse forte institucionalismo, está presente no trabalho Heidegger (1971), principalmente quando ele comenta sobre o universo da técnica que agride os indivíduos por ser estranho a eles. Esse universo toma os indivíduos sob si, possibilitando a manifestação da identidade somente no conteúdo do ser da técnica, que realiza a unificação impositiva entre ser e pensar. Para tanto,

Heidegger (1971) acredita que um distanciar do universo da técnica é a melhor forma de poder vislumbrar a essência da identidade, pois só assim os indivíduos poderiam ser o que realmente são.

Talvez, até este ponto, o conceito de identidade ainda esteja obscuro, devido ao fato da discussão se dar a um nível mais filosófico, o que provavelmente não aconteceria se vislumbrássemos essa discussão da identidade num contexto mais psicológico ou sociológico. Partindo desta constatação, deixaremos em aberto à discussão “filosófica” da identidade e enveredaremos numa discussão ao nível mais psicológico, na tentativa de aclarar seu significado, pois até o momento o percurso teórico parece ter sido em vão.

2.1.2 A identidade na perspectiva psicanalítica

Um dos trabalhos mais promissores dessa discussão da identidade ao nível mais psicológico é o de Erikson (1976). Esse autor verificou a questão da identidade nos diversos estágios de desenvolvimento do indivíduo, desde o nascimento até a velhice. Erikson (1976) resgata nos primórdios da psicologia uma definição para a identidade. Essa definição concebe a identidade como “sentimento subjetivo de uma envigorante uniformidade e continuidade” (ERIKSON, 1976, p. 17). Por esse motivo, Erikson (1976) acredita que a identidade é um sentimento subjetivo, que se processa no âmago do indivíduo e também no núcleo central de sua cultura.

Antes de analisar as considerações de Erikson (1976), vale salientar que a discussão da identidade está começando a deixar o lado obscuro, isso porque esse autor concebe um salto nessa discussão, pelo simples fato de conceituar o que é a identidade, dificuldade encontrada nos trabalhos mais “filosóficos”. Como disse Foucault (1997), o conceito tem a capacidade de limitar, travar, trancafiar e prender uma palavra ao que ela representa. Mesmo conceituando, Erikson (1976) realmente transcende a discussão mais filosófica da identidade? É possível

inferir que, a não ser a constatação de que a identidade é um sentimento, o conceito que esse autor expõe se assemelha às considerações “filosóficas”, pois tanto no conceito de Erikson (1976) quanto na discussão filosófica, a identidade é subjetiva e possibilita aos indivíduos a uniformidade e, como disse Heidegger (1971), “mesmidade”.

Além destes pontos, Erikson (1976) coloca que a identidade também se vincula ao cerne da cultura em que o indivíduo está inserido³. Isso porque, na concepção deste autor, é possível o indivíduo constituir sua identidade a partir das exigências sociais em cada etapa do desenvolvimento humano. Erikson (1976) destina importância especial à juventude, pois acredita ele que é nesta fase que ocorrem as principais crises de identidade, devido ao fato da cultura requerer desses indivíduos, principalmente, a responsabilidade na vida em sociedade.

Apesar do fato de que Erikson (1976) caminha ser, em grande parte, um solo freudiano, suas considerações vão de encontro às críticas de Freud (1976a) sobre a modernidade. Talvez pelo fato de que até para Freud (1976a), entre o indivíduo ser um eremita ou um membro da sociedade, a segunda opção seria a menos onerosa, por esse motivo se dedicou tanto ao tratamento clínico. Mas para Freud (1976a), diferente de Erikson (1976), a cultura coage a existência individual, pois reprime todas as suas manifestações. Para entender o que Freud (1976a) quer dizer com essa constatação é necessário entender alguns pontos de seu percurso teórico e clínico.

³ Neste ponto vale destacar que, no âmbito deste trabalho, não iremos desferir as diferenças entre termos como: cultura (ERIKSON, 1976), institucionalismo (HABERMAS, 1990; BERGER e LUCKMANN, 1985), realidade (MARCUSE, 1978), etc., apesar de elas existirem. Primeiro, porque para realizar este percurso seria necessário desvelar que conceito cada autor tem sobre o termo que utiliza, o que já é de uma dificuldade ímpar, pois seria indispensável conhecer a fundo a obra de cada um; e segundo, que as diferenças entre os termos têm uma importância marginal em nossa discussão, pois não é o conceito que o autor destina a tal palavra que mostrará a existência ou não da identidade, mas é na relação que este autor estabelece entre o indivíduo e o termo que utiliza é que vai mostrar como ele [o autor] problematiza a questão da identidade na sua obra. Sendo assim, estes termos representarão para nós tudo aquilo que é externo ao indivíduo e que, conseqüentemente, é compartilhado com o outro, ou seja, todas as expressões e significados compartilhados dentro de um grupo, comunidade, sociedade, etc.

Sendo assim, Freud (1974a) considera existir dois princípios de funcionamento mental: o do prazer e o da realidade. O primeiro seria um dos processos mais antigos, que se formou numa fase anterior do desenvolvimento do indivíduo, sendo considerado resquícios de um processo mental primário. Ele tem como intenção principal alcançar o prazer e evitar qualquer evento que venha causar desprazer.

Além disso, Freud (1976a) expõe que esse princípio do prazer faz parte da primeira das três instâncias da estrutura mental, a qual denominou de *id* ou “isso”. Essa denominação vem da crença que esse autor tinha de que a criança recém-nascida não distingue o seu *ego* do mundo externo como fonte de sensações que fluem sobre si, ou seja, é como se a criança pertencesse ao mundo e o mundo a ela mesma. Assim, o “isso” é uma instância que possui características primitivas, como se houvesse no indivíduo, resíduos provenientes de seus antepassados.

Nesse mesmo “isso”, devido a essas características primitivas e inconscientes, estariam congregados ainda dois tipos de pulsões, que Freud (1975a) chamou de pulsão da morte e pulsão da vida⁴. Freud (1975a) busca na Biologia uma explicação mais contundente sobre a existência dessas duas pulsões, dizendo que a primeira tem como objetivo tornar a matéria animada inanimada e a segunda prolongar a existência da matéria animada. Posteriormente, Freud (1976b) compara essas duas pulsões à distinção popular entre fome (pulsão da morte) e amor (pulsão da vida). Para Deleuze e Guattari (1976), essas pulsões expressas na obra freudiana funcionam como uma identidade natural para os seres humanos, que os acompanham desde o nascimento até a morte.

⁴ No âmbito deste trabalho utilizaremos o termo pulsão em detrimento de instinto, como apresenta a Edição Standard das Obras de Freud, publicada pela editora Imago, fazendo referência às considerações de Jacques Lacan sobre o termo *Trieb* que foi traduzido como instinto, devendo ser compreendido como pulsão. Isto porque, a pulsão não possui objeto de satisfação adequado, próprio, específico e determinado; enquanto o instinto percorre um caminho onde há início, meio e fim, possuindo um objetivo determinado e adequado à sua satisfação. Para a psicanálise, o ser humano deve ser compreendido como um ser pulsional e não como ser instintivo (ver mais sobre em LACAN, 1998a, p. 153-164).

Essa primeira instância, o “isso”, começa a sofrer mudanças em contato com o mundo externo. Um dos primeiros incentivos, comenta Freud (1976a, p.81), é “proporcionado pelas freqüentes, múltiplas e inevitáveis sensações de sofrimento e desprazer, cujo afastamento e cuja fuga são impostos pelo princípio do prazer, no exercício irrestrito do seu domínio”. Assim, uma nova instância da estrutura mental inicia seu desenvolvimento e Freud (1976a) a denominou como *ego* ou “eu”. Nas palavras de Freud (1976a, p. 83), esse “ego serve como uma espécie de fachada para o *id*”, ou seja, o *ego* desenvolve o papel de mediador entre o *id* e o mundo externo. Essa nova instância não mais será regida pelo princípio do prazer, mas agora por um outro princípio, que Freud (1974a) denominou de princípio da realidade. Aqui, ocorre a primeira incursão na constituição do sujeito: se antes ele era conduzido de forma pulsional, agora, essa identidade natural, como disseram Deleuze e Guattari (1976), apesar de continuar existindo, passa por um processo de transformação, influenciada pela cultura, como uma adequação do indivíduo ao convívio social.

Essas novas exigências efetuam uma sucessão de adaptações necessárias no aparelho psíquico. Como relata Freud (1976b), o *ego* aplica a influência do mundo externo ao *id*, esforçando-se para substituir o princípio de prazer pelo princípio da realidade. Para o *ego*, a percepção desempenha o papel que no *id* cabe às pulsões. É neste ponto que “a consciência aprende a abranger qualidades sensórias como atenção, memória e percepção, que serão utilizadas para ‘pesquisar’ o mundo externo, evitando ao máximo as fontes de desprazer, nessa empreitada rumo ao prazer” (FREUD, 1974a, p.53). Portanto, na concepção de Freud (1975a), o princípio da realidade não abandona a intenção de obter prazer, mas adia essa satisfação, devido às exigências sociais que o faz abandonar uma série de possibilidades de obtê-los, com a intenção de suprir esse prazer que ainda impulsiona o indivíduo no contexto social.

É com a mudança do princípio do prazer para o princípio da realidade que Freud (1974a) relata a ocorrência do processo de repressão, pois a cultura coage a existência biológica e pulsional dos indivíduos. Aqui está o ponto central de toda crítica freudiana quanto ao convívio em sociedade, pois os indivíduos não podem manifestar seus desejos pulsionais, devido ao fato de que as normas sociais reprimem esse tipo de manifestação. Apesar de reprimidas, essas pulsões continuam existindo no âmago dos indivíduos, mas de forma inconsciente, pois o consciente se processa em compatibilidade com a realidade cultural. Consideramos que, por esse motivo, Freud (1976a) foi extremamente crítico, principalmente nos seus últimos escritos, pela sua descrença na felicidade do homem. Pois a felicidade, acredita ele, é um sentimento derivado da satisfação das pulsões, que só é possível com a técnica desenvolvida pelo aparelho mental de deslocamento da libido, mas que apesar de amenizar o sofrimento, é ainda ineficaz.

Com isso, vale salientar, algumas considerações freudianas sobre a teoria da libido, extremamente importantes para entendermos a identidade nessa concepção psicológica. Assim, no recém-nascido, essa libido, proveniente da pulsão de vida ou sexual, estaria totalmente congregada no *ego* e, por esse motivo, Freud (1974b) a denominou narcisista. Somente num estágio mais avançado de desenvolvimento da estrutura mental, o indivíduo passa a “lançar” parte dessa libido para os objetos⁵.

⁵ O termo objeto, na concepção freudiana, foi designado com o intuito de abarcar um elenco de elementos os quais uma pessoa estaria diretamente ligada, através de sua libido. Esses elementos congregariam o amor do indivíduo por si mesmo, o amor paterno e o filial, a amizade e o amor à humanidade em geral, a objetos concretos ou a idéias abstratas, entre outros. É nessa amálgama de elementos que o termo objeto se insere, não devendo ser confundido somente como um objeto concreto ou pessoa como objeto sexual (ver mais sobre em FREUD, 1975b).

A explicação que Freud (1974b) estabelece para esse fato é de que, no início, as crianças amam as pessoas das quais dependem porque necessitam delas e não pode dispensá-las – por motivos egoístas. Somente mais tarde, a intenção de amar se torna independente do egoísmo. Assim, Freud (1974b) considera que seu egoísmo as ensinou a amar. Dentro deste contexto, Freud (1974b) distingue dois tipos de libido: a libido do *ego*, que visa a autopreservação do indivíduo, e a libido objetal, que visa uma ligação afetiva com os objetos.

Assim, para Freud (1975b, p.67) “a identificação é a manifestação mais precoce dessa ligação afetiva, e desempenha um papel importante na pré-história do complexo de Édipo”. Nesse ponto, Freud (1975b) relata que o menino manifesta um interesse especial por seu pai, pois desejaria ser como ele e substituí-lo em tudo, fazendo deste “um ideal”. Mais tarde, o menino toma a mãe como objeto de sua pulsão libidinosa (complexo de Édipo) e a identificação com o pai adquire uma hostilidade, pois o pai lhe fecha o caminho para a mãe. Aqui, comenta Freud (1975), a identificação com o pai torna-se ambivalente e pode concretizar-se tanto numa exteriorização carinhosa como no desejo de supressão⁶.

Os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância, para Freud (1976a), serão gerais e duradouros. Essas identificações vão dar origem a uma outra instância, que Freud (1976a) denominou como *superego* (supereu) ou *ideal do ego* (ideal do eu). Esse *superego* se constitui num órgão repressor que age a partir de dentro. É devido a esse *superego* que os indivíduos desenvolvem a consciência e também dispõem do sentimento de culpa. Com isso, Freud (1976a) relata que à medida que a criança cresce, o papel do pai é exercido pelos professores e outras pessoas colocadas em posição de autoridade. Neste contexto, o indivíduo absorve dessas pessoas colocadas na posição de autoridade as designações do que é tido como certo ou errado, e essas designações vão acompanhar o

⁶ Essa barreira que o filho sente com relação ao pai e a não aceitação do seu amor para com a mãe como mulher, fazem com que a criança desenvolva um novo tipo de sentimento, que Freud (1976a) chamou de “terno” ou “coartado em seus fins”, ou seja, sentimentos que foram bloqueados.

indivíduo durante toda sua vida com a manifestação do sentimento de culpa. De acordo com Freud (1976a, p.87), “a tensão entre as exigências da consciência e os desempenhos concretos do *ego* é experimentada como sentimento de culpa. Os sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, na base de possuírem o mesmo *ideal do ego*”.

Dentro desse contexto, Freud (1975b) destaca três tipos de identificação. A primeira é a identificação mais primitiva de ligação afetiva a um objeto, por exemplo, os pais; a segunda surge em casos que o sujeito descobre em si um traço comum com outra pessoa, que não é objeto de seus desejos sexuais; e a terceira, seguindo uma direção regressiva, converte-se em substituição de uma ligação libidinosa a um objeto, com a “introjeção” do objeto no *ego*.

A explicação para esta última acontece quando Freud (1974c) compara a depressão, que na época era chamada de melancolia, com o luto. Essa comparação não foi ao acaso: Freud (1975b) acreditava que tanto no luto quanto na depressão existia uma reação à perda de um objeto amado. A diferença entre os dois é que no luto, o indivíduo sabe o que perdeu, enquanto que na depressão, geralmente, não. Essa perda faz com que o *ego* retire a libido objetal e a insira novamente em si, ocorrendo um processo de identificação.

A explicação para tal fato, expõe Freud (1976b), é de que essa identificação seja a única condição em que o *id* pode abandonar os seus possíveis objetos. Assim, Freud (1976b) relata que, quando o *ego* assume as características do objeto, ele está-se forçando ao *id* como um objeto de amor e tentando compensar a perda do *id*. Freud (1974c) relata que esse fato ocorre quando a perda não é planejada pelo *ego*, ou seja, não ocorre o abandono voluntário do objeto.

Com isso, esse tipo de substituição (perda ou abandono) de objetos (identificações), considera Freud (1976b), são determinantes na forma tomada pelo *ego*, e efetua uma contribuição essencial no sentido de construção do que é chamado de seu “caráter”. Para Erikson (1976),

este caráter designa basicamente o sentimento de identidade. Esse autor tira essas conclusões ao analisar uma carta de William James para sua esposa, que diz: “(...) o caráter de um homem é discernível na atitude mental ou moral em que, quando chegou o momento de revelar-se-lhe, ele se sentiu mais profundo e intensamente ativo e vivo. Em tais momentos, existe uma voz íntima que nos fala e diz: Isto é o que realmente eu sou!” (ERIKSON, 1976, p. 17-18).

Freud (1976b) expõe ainda que existam diversos graus de capacidade de resistência, os quais decidem até que ponto o “caráter” de uma pessoa desvia ou aceita as influências da história de suas escolhas objetais. Isso porque se as identificações se tornam numerosas demais, como salienta Freud (1976b), indevidamente poderosas e incompatíveis umas com as outras, pode ocorrer uma ruptura do *ego*, desenvolvendo uma manifestação patológica conhecida como “personalidade múltipla”⁷.

A teoria da libido e o processo de identificação são fatores fundamentais na constituição da identidade individual. Primeiro, porque é a partir do outro que o *ego* se constitui (subjetividade) e segundo, porque são as ligações libidinais que os indivíduos estabelecem com os objetos durante sua vida que lhes proporcionam o sentimento de uniformidade e continuidade. Por esse motivo, acredita Erikson (1976), a identidade é um sentimento. Aqui, é possível evidenciar tanto o processo de construção quanto de desconstrução da identidade, pois no primeiro caso, os indivíduos realizam um abandono planejado do objeto amado e no segundo, ocorre a perda do objeto, obrigando os indivíduos a uma reorientação libidinal.

⁷ Neste mesmo texto, Freud (1976b) comenta sobre o caso de mulheres que tiveram muitos homens em sua vida amorosa, onde não é difícil verificar aspectos da personalidade desses homens manifestados na personalidade delas.

Nesse contexto, Klein (1991a) relata que é a introjeção e a projeção⁸ que constroem o mundo interno, bem como modelam a imagem da realidade externa. Na concepção dessa autora, o mundo interno se constitui dos objetos internalizados nas várias situações emocionais e é a partir desta constituição interna que o indivíduo obtém a percepção do mundo externo, fator decisivo no seu desenvolvimento.

Para Klein (1991b), todas essas relações, que na teoria freudiana o indivíduo estabelece num estágio mais avançado de constituição do *ego*, já ocorrem na relação do bebê com a mãe. Um exemplo é a ligação libidinal que, na análise dessa autora, se estabelece nos primeiros dias de vida. Por esse motivo é que Erikson (1976) diz que o sentimento de identidade nasce do encontro da mãe com o bebê, e é nesse encontro que se estabelecem a confiança e o reconhecimento mútuo.

Na teoria kleiniana, as duas pulsões (morte e vida) vão ter um papel central. Na perspectiva dessa autora, já existe uma distinção da criança recém-nascida com o mundo externo. Por esse motivo, Klein (1991c) relata sobre a existência do *ego* desde o nascimento da criança, onde os mecanismos de projeção e introjeção já operam. Isso fica evidente quando Klein (1991b) diz que se o mecanismo de projeção não pudesse operar, a pulsão da morte inundaria o *ego* com seus impulsos autodestrutivos. Sendo as duas pulsões faces da mesma moeda, a criança, já nos primeiros dias de vida, presencia um sentimento de ambivalência com os objetos (sendo o primeiro o seio materno), internalizando e projetando tanto as partes más quanto as boas.

Com a constatação da existência do *ego* no recém-nascido, Klein (1991b) relata que a introjeção e a projeção dos objetos faz cindir esse *ego*. Nesse contexto, essa autora se utiliza do termo *self* (eu-mesmo), com o intuito de mostrar as várias manifestações dos objetos na

⁸ Com o intuito de possibilitar uma compreensão do mecanismo projetivo (pois a introjeção já foi abordada na discussão da psicanálise freudiana realizada acima), Klein (1991b) cita como exemplo a seguinte situação: “Fenômenos bem conhecidos em psiquiatria – como o sentimento de um paciente de que ele realmente é Cristo, Deus, um rei, uma pessoa famosa – estão ligados à projeção”.

constituição dos indivíduos, realizadas a partir do processo de identificação. Nessa concepção kleiniana, o sujeito é constituído por um emaranhado de *selves* que ele toma emprestado de seus objetos. Isso fica claro quando Klein (1991b) conta a história de Fabian, personagem de uma peça teatral, que num pacto com o diabo, consegue se apropriar do corpo dos outros e se envereda numa peregrinação, apoderando-se e abandonando corpos, com a intenção de encontrar a pessoa de seus ideais, retornando ao final para seu próprio corpo. Vale destacar, nesta mesma linha da designação *self* que Klein (1991b) utiliza, as considerações de Erikson (1976) sobre a utilização do termo *self* ou “eu-mesmo” em detrimento do termo *ego* ou “eu”. Isso porque, falar na existência de um “eu” é descredenciar, na constituição do *ego*, os vários “eus” internalizados pelos indivíduos no convívio social. Talvez, por esse motivo, Touraine (1994) afirma que o “eu” não é o “*ego*”.

Com esse percurso pela obra freudiana e kleiniana é possível inferir que a constituição do sujeito e suas relações sociais se estabelecem com a estruturação mental. Assim, podemos apreender que a identidade se processa nesse domínio psíquico e no domínio social, por esse motivo, Erikson (1976) preferiu referir-se à identidade como “identidade psicossocial”. Além disso, quando Heidegger (1971) relata que a identidade se estabelece na unidade entre ser e pensar, também compartilha desta mesma idéia. Isso fica evidente, por exemplo, na análise que Erikson (1976) faz da carta de James à sua esposa, quando ele [James] diz que o caráter é discernível na atitude mental (eu penso) e moral (eu sou) e que no momento de revelar-se (eu sou), vem uma voz interna (eu penso) e diz: é isso mesmo que eu sou.

Apesar da psicanálise freudiana e kleiniana nos possibilitar entender alguns aspectos fundamentais da natureza humana e da identidade, Erikson (1976) acredita que é preciso ir além do método psicanalítico tradicional para entender como a identidade se processa nos dias atuais. Isso porque, os métodos psicanalíticos não são capazes de apreender a identidade, pelo fato de não terem elaborado termos para conceber o meio ambiente, ficando apenas em

designações como “mundo externo” ou “mundo objetal”. Com isso, Erikson (1976) relata ser extremamente importante desenvolver uma análise profunda da cultura na qual os indivíduos estão inseridos, pois os fatores sociais ocorridos em uma sociedade, comunidade ou grupo, podem abalar os alicerces tradicionais de toda identidade humana.

2.1.3 A identidade na perspectiva sociológica

Com essa constatação, deslocaremos a discussão da identidade para um nível mais sociológico, pois, como disse Erikson (1976), é necessário desenvolver uma análise de aspectos sociais importantes, para entender a influência deste contexto na identidade.

Sendo assim, partiremos de uma definição de identidade numa visão sociológica que se aproxima muito do que discutimos no âmbito da psicanálise. Essa definição, proposta por Souza Santos (1997, p. 135), evidencia a identidade apenas como “identificações em curso”. Mas essa proximidade é aparente, pois esse autor refere-se à identidade numa perspectiva cultural e a designação “identificação” ocorre a um nível simbólico de atribuição de significado. Com isso, é possível verificar a fluidez que esse autor introduz na sua discussão sobre a identidade, pois acredita ele que as identidades culturais não são rígidas e nem muito menos imutáveis, elas são passíveis de modificações, mesmo aquelas mais “sólidas”, como por exemplo, homem e mulher.

Touraine (1994) não compartilha desta afirmação de Souza Santos (1997), uma vez que para esse autor, o poder e a resistência das identidades culturais existem. Touraine (1994) comenta que se essa resistência não existisse, a modernidade seria vista apenas como um fluxo incessante de mudanças, proferidas através do processo de racionalização. Não havendo resistência, a modernidade seria considerada apenas como o mundo do progresso, não sendo possível as críticas contra ela, como o fizeram Nietzsche (1983), Freud (1976a) e Marx (1996a), por exemplo.

Nesse ponto, Touraine (1994) se aproxima das considerações de Hegel (2002) ao relatar que a modernidade se define pela separação crescente do mundo objetivo, criado pela razão em concordância com as leis da natureza, e do mundo da subjetividade, que é antes de tudo o mundo do individualismo, ou mais precisamente, o de um apelo à liberdade pessoal. Além disso, é possível evidenciar na obra de Touraine (1994) certo idealismo hegeliano, quando ele relata que a modernidade é feita através de um diálogo entre a razão e o sujeito. Sem a razão, considera esse autor, o sujeito se fecha na obsessão da sua identidade, e sem o sujeito, a razão se torna o instrumento do poder. Mas, diferente de Hegel (2002), Touraine (1994) tem consciência da forte ditadura da razão, aproximando-se das considerações de Heidegger (1971), e se questiona se é possível, nos dias atuais, razão e sujeito se comunicarem e aprenderem a viver juntos.

O ponto de ligação entre a obra de Souza Santos (1997) e a obra de Touraine (1994), com relação à discussão da identidade, é o trabalho de Castells (1999). Esse autor realiza seu percurso teórico, tentando destacar as faces da identidade na perspectiva sociológica. Castells (1999) visualiza a identidade no contexto do significado – identificação simbólica – onde os atores sociais constroem sua identidade a partir dos significados colhidos individualmente nos atributos culturais. Para esse autor, as identidades também podem ser formadas a partir das instituições dominantes, desde que os atores internalizem seus atributos, construindo seu significado.

Assim, Castells (1999) propõe três formas de origens de construção da identidade, sendo elas:

1) *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes, com o intuito de se legitimarem, expandindo e racionalizando sua dominação; 2) *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições ou condições desvalorizadas; e 3) *Identidade de projeto*: quando os atores constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na

sociedade. Somente neste último caso, relata esse autor, o indivíduo passa a ser sujeito, enquanto ator, pois são eles [os indivíduos] que projetam e mudam suas vidas.

Além dessas considerações, Castells (1999) ressalta um ponto importante com relação à identidade, ao comentar que a matéria-prima para construção da identidade é fornecida pela história, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva, por fantasias pessoais, etc., que edificam o indivíduo, possibilitando vislumbrar-se numa relação tempo/espaço.

Nessa mesma linha de pensamento está o trabalho de Giddens (1991). O interessante deste trabalho é que o autor se dedica principalmente à análise das instituições modernas, mostrando paralelamente as influências que os sujeitos sofrem no âmbito da modernidade. Com isso, Giddens (1991) realiza sua discussão sobre a relação tempo/espaço, as descontinuidades produzidas pela modernidade e os mecanismos de desencaixe. A intenção de trazer a discussão desta obra deve-se ao fato de que, durante todo o nosso percurso teórico, dedicamos exclusivamente à questão da identidade e à constituição do sujeito.

Além disso, no percurso teórico de Giddens (1991), existe um ponto crucial para entender a identidade, o qual até o momento esteve fora da discussão, mas que agora nos vimos obrigados a elucidá-lo, qual seja: a relação tempo/espaço. Não que este tópico não fosse importante, pelo contrário, sua importância é central, mas aguardávamos apenas o momento mais apropriado para realizar este debate.

Sendo assim, o tempo esteve presente desde as considerações de Heidegger (1971) até a discussão de Souza Santos (1991). Isso porque, quando Heidegger (1971) relata, por exemplo, que sem a existência da identidade não seria possível desenvolver ciência, ele queria dizer que a identidade possibilita a “mesmidade” das coisas, ou seja, possibilita que as coisas continuem a ser hoje o que elas foram ontem. Aqui também é possível vislumbrar as considerações de Erikson (1976) ao relatar que a identidade permite o sentimento de continuidade. E mais, é

visível também o tempo no fluido conceito de identidade expresso por Souza Santos (1994) ao relatar que a identidade não é nada além do que “identificações em curso”.

Nesse contexto, Giddens (1991) faz uma análise da relação tempo/espaço nos períodos pré-modernos e na era moderna. Para esse autor, todas as culturas pré-modernas tiveram alguma maneira de calcular o tempo, e que este sempre esteve atrelado ao lugar. Somente com a invenção do relógio mecânico no século XVIII é que houve a separação entre tempo e espaço. Mas essa separação, para Giddens (1991), é extremamente crucial para o dinamismo da modernidade, pelo fato dela inserir grande mobilidade na vida social, tornando, por exemplo, o real virtual. Esse autor destaca três pontos que elucidam esse fato, sendo eles: 1) essa separação entre tempo e espaço é condição principal do processo de desencaixe, ou seja, deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação; 2) ela proporciona uma violenta conexão entre o local e o global, afetando a vida de milhares de pessoas; 3) e também a historicidade radical acompanha de mudanças extremas.

Nessa mesma linha, Domingues (2001, p. 213) caracteriza a modernidade principalmente pelo “mecanismo de desencaixe”, pois os outros dois fatores destacados por Giddens (1991) são decorrentes deste. De acordo com esse autor, esse desencaixe acontece pelo fato das instituições modernas retirarem os indivíduos de contextos em que encontram uma identidade e se têm suas práticas definidas de forma já dadas e mais constantes, e introduzem maior fluidez e labilidade na vida social.

Talvez, por esse motivo, Klein (1991b) preferiu utilizar-se da palavra *self* em detrimento de identidade, devido à constatação de que as mudanças de sua época já se processavam numa intensidade em que a construção da identidade já não era algo possível de acontecer. Provavelmente, Freud (1976a) também o sabia tanto quanto Heidegger (1971), apesar de acreditarem na possibilidade de um dia os indivíduos virem a manifestar sua “identidade”, por

um lado pulsional, e por outro existencial, respectivamente. Por esse motivo, foram tão críticos quanto aos avanços da modernidade. Mas essa mobilidade da vida moderna é extremamente verificável nas obras de autores recentes como Erikson (1976), que colocou a identidade apenas como sentimento de continuidade, como fez Souza Santos (1991) e também Castells (1999), ou seja, a identidade passou a circunscrever não mais o algo “ossificado”, como destacou Rovai (1995), mas apenas a continuidade do ser no convívio social.

Mas essa discussão do tempo/espaço na obra de Giddens (1991) se desencadeia de maneira superficial, com o intuito apenas de elucidar as características da modernidade. Sendo esse ponto extremamente importante para a discussão sobre a identidade, recorreremos ao trabalho de Halbwachs (1990) que faz uma análise mais detalhada da relação tempo/espaço.

Uma das primeiras constatações que Halbwachs (1990) traz na relação tempo é o pensamento de Durkheim, que se refere à possibilidade de um indivíduo sozinho ignorar o tempo e se achar incapaz de medir sua duração, mas de que a vida em sociedade implica que todos os homens se ajustem aos tempos e às durações, e conheçam bem as convenções das quais são objeto. Tendo como foco de trabalho a memória coletiva, Halbwachs (1990) relata que, inicialmente, cada grupo ou província tinha uma representação do tempo a que pertence. Mais tarde, esses grupos e províncias se fundem numa nova comunidade e logo o tempo comum se amplia e, uma constatação interessante deste autor, é que provavelmente ele avance ainda mais para o passado, buscando as tradições antigas, pois é interessante compartilhar os aspectos similares. O inverso também é verdadeiro quando povos se desmembram.

Essa constatação de Halbwachs (1990) não atribui uma diferenciação em termos da cronologia do tempo, pois acredita esse autor que todas as sociedades se inspiram num mesmo tipo e que poderia ser considerado o tempo social por excelência. Isso porque a existência do tempo, na concepção de Halbwachs (1990), não se expressa apenas num acordo

realizado entre todos os grupos, pois poderia ocorrer a supressão deste acordo quando da separação dos grupos, mas o tempo repousa sobre as tradições mais antigas e que tem sua gênese nas primeiras sociedades. Isso porque, acredita esse autor, a divisão tradicional da duração se adapta ao curso da natureza e não há como dela se separar, já que foram estabelecidas por homens que observavam o curso dos astros e o curso do sol.

Por outro lado, Halbwachs (1990) comenta que, apesar de existir uma correspondência bastante exata entre todos os tempos, nada impede que o significado atribuído ao tempo seja diferente em determinados grupos. Pois, para esse autor, o tempo não é outra coisa senão uma série sucessiva de fatos, ou uma soma de diferenças, mas seria ilusório pensar que uma quantidade maior de acontecimentos ou diferenças seria a mesma coisa que um tempo mais longo, pois o tempo é vazio, ou seja, essa sucessão divide o tempo, mas não o preenche.

Nesse contexto, Halbwachs (1990) relata que o tempo é aquilo que deve ser dentro de um grupo, cujo pensamento assumiu uma conduta conforme as necessidades e as tradições. Por esse motivo, existem povos que são retardatários, cuja evolução se efetua muito lentamente, até mesmo dentro de um mesmo país. Esse autor comenta que são freqüentes as comparações entre, por exemplo, o campo e a cidade, em dizer que as mudanças no campo se processam numa velocidade muito menor do que na cidade, mas Halbwachs (1990) alerta que esse tipo de comparação não leva em consideração as necessidades de cada um desses grupos.

Com isso, as mudanças ocorridas em comunidades mais tradicionais pressupõem resistência, pois como relata Halbwachs (1990), a faculdade de mudar, para um grupo humano, é limitada. Sendo assim, à medida que as mudanças se multiplicam dentro de uma mesma duração de tempo, por exemplo, vinte e quatro horas, é necessário que cada uma dessas horas se torne menos importante, assim o indivíduo perde a noção do tempo real. Mas, mesmo as atividades de grupo que parecem ser mais intensas, como por exemplo, bolsas de valores,

escondem uma seqüência linear de tempo, pois toda a estrutura desse sistema, como os cálculos, as combinações, etc. são as mesmas, necessitando de vários anos para que ocorra uma mudança significativa na memória desses grupos, relata Halbwachs (1990).

Aqui, este autor ressalta um ponto importante referente ao tempo: o hábito. Para Halbwachs (1990) é o hábito que regula as atividades sociais e, por esse motivo, cada grupo tem o lugar e a duração que lhes convém e nesse ponto o tempo é aquilo que sempre foi, nem muito rápido, nem muito lento. Esse autor destaca um ponto extremamente interessante ao relatar sobre a ida do camponês para a cidade e este achar que o ritmo da cidade é muito intenso. O ponto de comparação que esse camponês tem é o vilarejo onde reside, por isso, pensa ele ser o ritmo da cidade mais intenso.

Por outro lado, Halbwachs (1990) relata que a cidade é a cidade e o tempo está dividido como deve ser, pois o intuito é estar em conformidade com as necessidades da vida urbana. Assim, coloca Halbwachs (1990, p. 120), “os pensamentos que o preenchem são mais numerosos, mas também mais breves: não podem criar raízes profundas no espírito. É porque um pensamento não toma consistência a não ser quando se estende por uma duração satisfatória”.

Essas últimas considerações de Halbwachs (1990) mostram um ponto importante sobre a questão da identidade: a memória. Para esse autor, e este é o ponto central de seu livro, a memória individual faz parte de um processo coletivo que pressupõe a existência do outro, por esse motivo Halbwachs (1990) considera existir uma memória coletiva. Mas a análise central não é esta, o que estamos querendo dizer e recorreremos ao próprio Halbwachs (1990) para elucidar, é que não basta apenas uma seqüência de pensamento delimitado no tempo para que o indivíduo recorde da sua história individual, mas que, de certa forma, os acontecimentos se enraízem no seu espírito para que eles tenham o sentimento de continuidade no tempo.

Nesse contexto, Halbwachs (1990) considera existir nos indivíduos um aparelho registrador, o qual ele chamou de consciência individual. Essa consciência se estabelece na relação com os outros - e a análise deste autor lembra muito do que discutimos no âmbito da psicanálise - pois as sucessões de lembranças individuais explicam-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações sociais. Assim, a unidade irreduzível que se processa no âmago do indivíduo não é nada além do que a fusão de tantos elementos diversos e separados, captados no convívio social, que encontram ali um sentido e uma continuidade.

O interessante deste percurso pela obra de Halbwachs (1990) é poder vislumbrar, com maior clareza, qual foi a intenção de Hegel (2002) ao relatar que a razão é que faria com que os indivíduos pudessem manifestar sua própria identidade, pois como expõe Halbwachs (1990, p. 52) “os filósofos mostraram que o sentimento de liberdade se explicaria pela multiplicidade das séries causais que se combinam para produzir uma ação”, ou seja, é esse “enraizamento” dos acontecimentos no âmago do indivíduo que lhe proporcionaria tornar sujeito, enquanto ator, no convívio social. Por esse motivo, é que Foucault (1999) diz que a filosofia da era moderna não será mais metafísica, porque será memória e vai se questionar o que é para o pensamento ter uma história.

Aqui podemos retomar com mais segurança às considerações de Giddens (1991), principalmente com relação às descontinuidades causadas pela modernidade. Para esse autor o modo de vida produzido pela modernidade não se compara com nenhum tipo tradicional de ordem social, pois as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças característicos dos períodos precedentes. Assim, Giddens (1990, p. 14) expõe que, “no plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; e em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana”. Isso porque, para esse autor, as mudanças ocorridas nos últimos séculos - um período pequeno

pela quantidade de mudanças - foram drásticas e abrangentes em seu impacto, pelo fato do ritmo dessas mudanças serem intensos.

Assim, é possível evidenciar as considerações de Dallmaryr (2001), ao caracterizar a modernidade pelo absolutismo científico-racional que possibilitou toda revolução científico-tecnológica ocorrida nos últimos séculos. Giddens (1990) expõe que essas mudanças têm como conteúdo, na mesma linha de Dallmaryr (2001), o desenvolvimento tecnológico e também a interconexão em diferentes áreas do globo, onde as transformações sociais penetram virtualmente toda superfície da Terra. Na análise de Touraine (1995), a modernidade não se restringe à pura mudança ou sucessões de acontecimentos, mas ela é a difusão dos produtos de atividade racional, científica, tecnológica e administrativa. Por esse motivo, há constantes interferências e diferenciações em vários setores da vida social: economia, política, vida familiar, etc.

Sendo assim, é possível evidenciar a nítida relação que se estabelece entre as designações da sociedade e o indivíduo. Neste contexto de discussão social da identidade, Berger (1985) observa esse fenômeno de interferência da vida social na vida individual dizendo que a sociedade em si é um fenômeno dialético. Isso porque, para esse autor, tanto a sociedade é um produto do homem, quanto este [o homem] é um produto da sociedade. A intenção de trazer essas considerações de Berger (1985) neste ponto do trabalho é possibilitar aos leitores entender com mais clareza a discussão da identidade que estabelecemos até esse ponto.

Berger (1985) faz um relato interessante desse processo dialético evidenciando três pontos que, acredita ele, são fundamentais para entender esse processo, sendo: a externalização, a objetivação e a internalização. Para Berger (1985), o indivíduo, diferente dos animais instintivos, possui uma relação extremamente aberta, no sentido de construção da subjetividade, quando vem ao mundo. Essa posição aberta possibilita ao indivíduo as

primeiras designações de conduta no contexto social. Nesse contexto, apesar do homem estar nessa posição passiva frente ao mundo, Berger (1985) observa esse processo como ativo, pois o homem, mesmo com essa designação incompleta e com essa abertura subjetiva, é quem deve construir seu próprio mundo. Assim, da mesma forma que o homem constrói sua subjetividade com atributos colhidos no contexto social (processo de internalização), ele também constrói o mundo social (processo de objetivação) com uma atitude ativa frente a esse mundo (processo de externalização).

A objetivação é o processo final de construção de uma realidade compartilhada, que Berger (1985) cita como exemplo a cultura. Agora, a internalização e a externalização, se formos observá-los como dois processos distintos, pressupõe também, como disse o autor, uma diferenciação significativa entre dois contextos ou mundos: o subjetivo e o objetivo. É devido a essa diferenciação entre esses dois mundos que é possível evidenciar esses processos de externalização, enquanto fundador da sociedade, e de internalização, enquanto constituição subjetiva do homem.

Com essa discussão, Berger (1985) relata que a objetividade passa a constituir toda a estrutura da sociedade, como as instituições, os papéis e as identidades existentes. Com essa constatação, esse autor acredita que a sociedade não só estabelece os papéis que os indivíduos possuem, mas também a sua identidade. Assim, os indivíduos não só atuam, por exemplo, como marido, pai, filho ou tio, mas ele acaba sendo um marido, um pai, um filho e um tio.

Berger (1985) possibilita um salto nessa discussão da identidade, isso porque, enquanto autores como Hegel (2002), Heidegger (1979), Freud (1976a) e Nietzsche (1989) acreditavam, pelos menos por alto, na constatação de algo como a natureza humana, nessa discussão de Berger (1985) essa natureza humana, tão cara para discussão da identidade, vai desaparecer. Como ficou constatado nessas considerações sobre esse texto de Berger (1985),

o indivíduo, ao nascer, não possui uma designação “instintiva”, mas constrói sua subjetividade a partir do seu contato com o mundo social.

Apesar de instigante essa discussão realizada por Berger (1985), é possível verificar que a identidade toma uma forma que não é construída pelo próprio indivíduo, apesar de constituí-lo, isso porque essa identidade já possui sua existência no próprio corpo social. Com essa constatação poderíamos dizer na existência de várias identidades (ALVESSON e DEETZ, 1998; HALL, 2005; GIDDENS, 2001), no processo de constituição do indivíduo, assim como poderíamos dizer que ela não existe (FOUCAULT, 1999). Isso porque, se a discussão da identidade que apresentamos durante todo esse percurso teórico mostra uma nítida relação com a individualidade, ou seja, é a identidade que vai possibilitar ao indivíduo algo como sua diferença frente aos outros indivíduos, com essa constatação de que a identidade é uma construção social, essa diferença e a “construção” subjetiva do indivíduo vão estar estabelecidas pelos papéis que ele assume na sociedade.

Nesse contexto de discussão nos aproximamos das considerações do filósofo francês Michel Foucault, pois acreditamos não ser possível falar, nos moldes em que a sociedade atual se assenta, na existência de uma identidade individual. Diferente de Berger (1985), que coloca o indivíduo numa posição ativa no processo de construção da sua subjetividade, relatando sobre a internalização, externalização e objetivação, ou seja, o indivíduo é quem internaliza – como dizia Freud (1976a) introjeta algo no ego - e também externaliza esse internalizado, para Foucault (1999) não ocorre o processo de internalização, mas sim de subjetivação. Com essa aproximação, passaremos a uma discussão sobre a idéia central de Michel Foucault, a qual nós compartilhamos neste trabalho.

2.2 A desconstrução da identidade e da modernidade

Se até então foi possível evidenciar a existência da identidade no âmago dos indivíduos, essa constatação será corrompida no percurso teórico de Michel Foucault, sem nem ao menos dar-nos chance de, por um segundo, contemplar a discussão teórica realizada até o momento, como um feito artístico de tão árduo trabalho. Foucault (1999) realiza essa proeza colocando uma simples questão que, de tão simples e instigante, resolvemos reescrevê-la abaixo:

Essa questão consistiria em perguntar se verdadeiramente o homem existe. Acredita-se que é simular um paradoxo supor por um só instante, o que poderiam ser o mundo, o pensamento e a verdade se o homem não existisse. É que estamos tão ofuscados pela recente evidência do homem que sequer guardamos em nossa lembrança o tempo, todavia pouco distante, em que existiam o mundo, sua ordem, os seres humanos, mas não o homem (FOUCAULT, 1999, p. 444).

Essa questão mostra o caminho que esse autor percorre para apresentar a constituição do homem moderno que, em grande parte, acaba se refletindo apenas como um eco discursivo. Com isso, fica a pergunta: existe identidade? Sobre isso, iremos trabalhar a seguir.

2.2.1 *O espaço discursivo preenchido pelo sujeito e a não existência do homem*

Para Foucault (1999), o homem é uma criação recente na ordem do saber, pois antes do século XVIII o homem não existia. Esse autor relata que essa criatura recente [o homem], que o saber criou, não tem duzentos anos, mas que também envelheceu tão depressa que se tem a impressão de que há muitos anos ele esperava para ser descoberto.

Por outro lado, Foucault (1999) não nega a existência do homem no saber clássico, pois seria ingênuo pensar que as ciências desenvolvidas nesta época, como a gramática geral, a análise das riquezas e a história natural, tivessem se constituído a partir de outra coisa que não em torno de maneiras de reconhecer o homem. Aí vem a questão: por que dizer que o homem em si, só aparece como ser empírico no saber moderno? E Foucault (1999) vai responder que é preciso discernir e de que sem dúvida as ciências naturais tratam do homem como de uma

espécie ou gênero; a gramática e economia, por outro lado, utilizam noções como as necessidades, desejo, memória e imaginação, todas condizentes com a “natureza humana”. O que Foucault (1999) contrapõe é que na *episteme* clássica não havia uma separação, ou melhor, um isolamento do ser do homem do seu próprio domínio, ou seja, não havia uma separação entre o que é o homem, constituído por uma subjetividade, e o mundo externo.

Para chegar a essa afirmação, Foucault (1999) percorre a ordem dos saberes desde o século XVI até os dias atuais, verificando quê saber predominou em cada época e que alterações esse saber provocou no âmbito das ciências. Com isso, Foucault (1999) vislumbra três grandes épocas do saber: da semelhança, da representação e da história.

A época da semelhança, que se estende até o fim do século XVI, foi constituída por uma ligação entre todas as coisas. Essa ligação foi desenvolvida por quatro figuras que articulam o saber da semelhança, sendo elas: 1) *convenientia*, relação de parentescos entre as coisas; 2) *aemulatio*, influência de uma coisa sobre a outra; 3) *analogia*, que sobrepõe a conveniência e emulação processando uma similitude entre as coisas que não são visíveis, ampliando indefinidamente o número de parentescos; e por fim, 4) *simpatia*, com o poder de tornar todas as coisas idênticas umas às outras, capaz de jogar essas coisas numa massa homogênea, e que só não o faz porque existe a antipatia. Nas palavras de Foucault (1999: 35), “*convenientia*, *aemulatio*, *analogia* e *simpatia* nos dizem de que modo o mundo deve se dobrar sobre si mesmo, se duplicar, se refletir ou se encadear para que as coisas possam assemelhar-se”.

Nessa época, a linguagem ainda não desempenhava um papel na constituição das coisas, ou seja, não era um conjunto de signos independentes em que essas coisas viriam a se refletir como num espelho, como ocorreu na era da representação, mas era sim, misteriosa, fragmentada e confusa, depositada no mundo, rogando por uma decifração. Com isso, a linguagem se entremeia na grande distribuição das similitudes, estando diretamente ligada, ou

melhor, convivendo lado a lado com as plantas, animais e pedras. O estudo da linguagem estaria na mesma disposição epistemológica em que repousa, por exemplo, as ciências naturais.

Essa configuração começa a mudar a partir do século XVII e se estende até a segunda metade do século XVIII, quando Foucault (1999) vislumbra uma nova formação na ordem do saber, a época da representação. Nessa era, as semelhanças não se constituem mais como a forma de saber, mas é necessário agora representar e ordenar, só assim é possível conhecer e pensar as coisas. O pensamento clássico procura agora desmistificar a confusão causada pelas semelhanças, propondo uma análise em termos de identidades e diferenças, de medidas e de ordem (FOUCAULT, 1999, p. 71).

Nessa nova ordem, a linguagem desempenha um papel central, ela não mais estará lado a lado com as coisas da natureza, mas será utilizada para representar as coisas deste mundo. Assim, enquanto na era da semelhança havia uma ligação entre o visto e o lido, o visível e o enunciável, na era da representação essa ligação se rompe, e é aí que Foucault (1999) vislumbra a separação entre as palavras e as coisas. Sendo assim, “o discurso terá realmente por tarefa dizer o que é, mas não será nada mais que o que diz” (FOUCAULT, 1999, p. 59).

Dentro da época da representação, três discursos do saber vão se aflorar: a gramática geral, a história natural e a análise das riquezas. Contidos nessa era, esses novos discursos objetivavam tornar as coisas passíveis de representação, através das palavras. A gramática geral ocupava-se em identificar os signos de cada representação, tornando possível a leitura do mundo. Só assim, podiam-se pensar as coisas do mundo, pois cada palavra designava a representação de cada coisa e é com esse objetivo que a gramática geral se aflora na ordem do saber (FOUCAULT, 1999).

Com a separação entre palavras e coisas, torna-se possível observar e recolher os seres pelos signos que representam e ordenam a observação, assim a história natural se constitui como um novo discurso na ordem do saber, não distinguindo o limite entre a vida e a morte, mas possibilitando descrever os animais e plantas, permitindo encaixá-los num quadro geral classificatório.

Do mesmo modo em que a história natural não distinguia os seres entre vivos ou não, a análise das riquezas não se fundamentava na noção de produção, mas vinculava-se a noções de riqueza, ou seja, às categorias moeda, troca, renda, entre outras, que possibilitavam avaliar se a riqueza aumentava ou não com o passar do tempo.

No final do século XVIII toda essa ordem do saber vai se alinhar novamente, ou seja, a ordem até então estabelecida vai sofrer uma ruptura, e é a partir daí que Foucault (1999) vislumbrou uma época constituída pela história. Enquanto na era da representação a validade do tempo só se expressava numa análise, do acúmulo ou não das riquezas, e não se processava na gramática geral e nem na história natural, nessa era, a história vai desenrolar, numa série temporal, as analogias que aproximam uma das outras as organizações distintas. É dentro dessa nova ordem do saber que a gramática geral, a história natural e a análise das riquezas vão dar lugar à filologia, à biologia e à economia política.

No deslocamento da gramática geral para a filologia, a linguagem já não será mais um sistema de representações que tem como base construir outras representações, mas vai designar ações, estados, vontades, etc. Essa nova feição da linguagem, Foucault (1999, p. 400) atribui, em grande parte, à obra de Boop, pois ele vai buscar o que se poderia chamar de a “essência da linguagem”, onde “mais do que o que se vê, pretende dizer originariamente o que se faz ou o que se sofre”. A linguagem ganha um coloril próprio ao lado do sujeito, pois é somente com a linguagem que o sujeito, como disse Foucault (1999, p. 402), vai conquistar sua “liberdade”.

O deslocamento da história natural para a biologia, na concepção de Foucault (1999), ocorre com o aparecimento da vida. Foucault (1999, p. 384) diz que, no âmbito da biologia, “a vida é a raiz de toda existência” e que “só há ser porque há vida”. É na obra de Curvier que Foucault (1999, p. 380) desvenda o enigma da vida para o século XIX, dizendo que a partir de Curvier “o ser vivo escapa, ao menos em primeira instância, às leis gerais do ser extenso, *que se estabelecia numa ligação com a natureza*; (...) a vida é, nos confins do ser, o que lhe é exterior e que, contudo, se manifesta nele” (o grifo é nosso). Para Foucault (1999), Curvier introduz essa noção de vida ligada ao ser, mas é com a entrada da história do ser que é possível vislumbrar a manutenção e as condições de existência da vida. Assim, é possível conhecer o que fundamenta e estrutura essa vida, como funciona, de que mecanismos ela se utiliza e, por fim, é possível classificar as coisas vivas e as não-vivas.

No âmbito da economia, Foucault (1999) vislumbra o deslocamento do pensamento de Adam Smith para o de David Ricardo. A diferença expressa entre esses dois é que enquanto para Smith, o valor de determinado bem era expresso pela quantidade de trabalho para produzi-lo, ou seja, servia de unidade básica para todas as mercadorias, para Ricardo o trabalho vai representar o valor de uma mercadoria, não mais como unidade básica, mas como uma nova mercadoria empregada no processo de produção. Sendo assim, o valor não mais será representado como um signo, mas como um produto, sendo possível apenas se houver uma história. Foucault (1999, p. 356) diz que “é a historicidade introduzida na economia por Ricardo que permite pensar essa imobilização da história (...) e só há história (trabalho, produção, acumulação e crescimento dos custos reais) na medida em que o homem como ser natural é finito”.

O homem vai ter sua posição de destaque e as representações vão deixar de estar ligadas à vida, à produção e à linguagem como origem primitiva de sua verdade, para se ligar ao lado do indivíduo empírico que é o homem. Nesse ponto, Foucault (1999) referencia o homem

moderno com uma posição ambígua, pois enquanto no saber clássico o ser e a representação encontravam seu lugar-comum, no saber moderno o homem aparece tanto como objeto para um saber, quanto sujeito que conhece. Assim, o homem se desvincula de todas essas representações e desponta como soberano, onde a vida, a linguagem e a produção se enrolam sobre si mesmo.

Foucault (1999) considera que a partir do século XIX, com o nascimento das chamadas “ciências humanas”, que o homem se constitui objeto de estudo no que ele tem de empírico. E isso fica evidente nas considerações seguintes:

Daí nasceram todas as quimeras dos novos humanismos, todas as facilidades de uma “antropologia”, entendida como reflexão geral, meio positiva, meio filosófica, sobre o homem. Contudo, é um reconforto e um profundo apaziguamento pensar que o homem não passa de uma invenção recente, uma figura que não tem dois séculos, uma simples dobra de nosso saber, e que desaparecerá desde que este houver encontrado uma forma nova (FOUCAULT, 1999, p. XXI).

É nessa ambigüidade da existência do homem que é possível pensa-lo como ser finito, ou seja, a constituição histórica das representações ou as positivities empíricas indicam limitações concretas à existência do homem. Aqui, Foucault (1999) relata que um primeiro ponto que marca o modo de ser do homem é o da repetição, ou seja, onde o homem consegue vislumbrar-se por inteiro numa continuidade que se estabelece e colocam no mesmo plano a identidade e a diferença, entre o positivo e o fundamental. Assim, Foucault (1999, p. 435) diz que:

A morte que corrói anonimamente a existência cotidiana do ser vivo é a mesma que aquela, fundamental, a partir da qual se dá a mim mesmo minha vida empírica; o desejo que liga e separa os homens na neutralidade do processo econômico é o mesmo a partir do qual alguma coisa me é desejável; o tempo que transporta as linguagens, nelas se aloja e acaba por desgastá-las, é esse tempo que alonga meu discurso antes mesmo que eu o tenha pronunciado numa sucessão que ninguém pode dominar. (...) É neste espaço estreito e imenso, aberto pela repetição do positivo no fundamental, que toda essa analítica da finitude – tão ligada ao destino do pensamento moderno – vai desdobrar-se: é aí que se verá sucessivamente o

transcendental repetir o empírico, o cogito repetir o impensado, o retorno à origem repetir seu recuo.

O pensamento central de Foucault (1999) está expresso nesse parágrafo, pois o autor mostra claramente a sua idéia sobre a duplicidade do homem, por exemplo, quando relata que o desejo que liga os homens no âmbito da economia é o mesmo desejo que se manifesta subjetivamente nele. Por esse motivo, Foucault (1999, p. 439) referencia a constituição do homem moderno como um duplo “empírico-transcendental”, ou seja, “um ser tal que nele se tomará conhecimento do que torna possível todo conhecimento”. Por esse motivo é que Foucault (1999) diz que são seus próprios conteúdos que funcionam com reflexão transcendental.

Além desta constatação sobre o homem ser o duplo empírico-transcendental, Foucault (1999) coloca ainda a questão do *cogito* e do impensado e do retorno à origem e seu recuo. Assim, Foucault (1999, p. 446) questiona:

Como pode ele ser o sujeito de uma linguagem, que desde milênios, se formou sem ele, cujo sistema lhe escapa, cujo sentido dorme um sono quase invencível nas palavras que, por um instante, ele faz cintilar por seu discurso, e no interior da qual ele é, desde o início, obrigado a alojar sua fala e seu pensamento, como se estes nada mais fizessem senão animar por algum tempo um segmento nessa trama de possibilidades inumeráveis?

Questão instigante e que faz Foucault (1999) retomar à problemática do *cogito* moderno, fazendo referência à característica do homem como duplo empírico-transcendental, pois não é uma súbita descoberta iluminadora que levará o homem à liberdade e à reflexão, como considerava Hegel (2002), mas ele será a interrogação para saber, percorrer e reativar a articulação do pensamento com o não-pensado, que nem por isso lhe é estranho.

Foucault (1999) comenta que o homem e o impensado são contemporâneos e que um pressupõe o outro, pois o homem não poderia existir se nele não houvesse algo de obscuro, inacabado, necessitando ser descoberto. Isso porque, para esse autor, no momento em que o homem se constitui como uma figura positiva no campo do saber moderno, o conhecimento

reflexivo desaparece e no lugar nasce um pensamento positivo que percorre o homem por inteiro, com o risco de nele descobrir o que jamais podia ser dado à sua reflexão, algo obscuro a que se chama de inconsciente.

Assim, o impensado, que na psicanálise foi chamado de inconsciente, na concepção de Foucault (1999) não está alojado no homem como uma natureza encarquilhada, mas é em relação ao homem, o Outro, não nascido nele, nem dele, mas ao lado e ao mesmo tempo.

Com essas considerações, Foucault (1999) se aproxima do estruturalismo de Lacan (1998b), pois para este último, o inconsciente, que na teoria freudiana significava os resquícios de uma fase primária do desenvolvimento do homem, com características bem darwinistas, é estruturado como uma linguagem, ou seja, ele é externo ao homem e está contido no próprio conteúdo do significante. Essa noção lacaniana do inconsciente pode ser vista na citação abaixo, principalmente nas últimas linhas:

Assim, o inconsciente se manifesta sempre como o que vacila num corte do sujeito – donde ressurgem um achado que Freud assimila ao desejo – desejo que situamos provisoriamente na metonímia desnuda do discurso em causa, em que o sujeito se saca em algum ponto inesperado (LACAN, 1998c, p. 32).

Mas, enquanto Lacan (1998b) se aproxima da lingüística de Saussure com a intenção de analisar a constituição dos discursos a partir das formas significante e significado, Foucault (1999) se atém apenas à questão do discurso como ordem do saber, sem se preocupar com uma análise mais aprofundada e analítica, lingüisticamente, deste discurso, como o fez Lacan.

Nessa mesma linha de não existência do inconsciente na natureza humana está o trabalho de Deleuze e Guattari (1976), que acreditam no inconsciente como um órfão que se produz a si mesmo na identidade da natureza e do homem - identidade enquanto representação. É com essa intenção que Deleuze e Guattari (1976, p. 68) expõem que “a autoprodução do inconsciente surge no mesmo lugar onde o sujeito cartesiano se descobria sem pais, aí

também onde o pensador socialista descobria na produção a unidade do homem e da natureza”, ou seja, na mesma linha de Foucault (1999), o impensado habita sem ser estranho o pensado.

Além desta concepção do *cogito* e do impensado, Foucault (1999) analisa também a questão do recuo e o retorno da origem, discussão cara para a existência da identidade. Com isso, esse autor relata que o homem, pela sua existência recente, se acha ligado a uma historicidade já feita e não é jamais contemporâneo dessa origem, ou seja, “é sempre sobre um fundo do já começado que o homem pode pensar o que para ele vale como origem” (FOUCAULT, 1999, p. 456).

O que Foucault (1999) pretende dizer é que à medida que o homem busca sua origem com o intuito de reconduzir-se em direção a uma identidade virtual ou real, não faz nada além de recuar cada vez mais no tempo sem, de certa forma, encontrar essa origem. Isso porque, para esse autor, o originário do homem é aquilo que desde o início o articula com outras coisas que não ele próprio, pois antes do século XVIII ele não existia.

Toda essa discussão mostra que, antes do homem aparecer no saber moderno, o lugar era ocupado pela filologia, biologia e economia política. A partir do momento que o homem nasce para o saber moderno, a filologia, a biologia e a economia política vão possibilitar pensar o homem como ser que vive, trabalha e fala. Mas, como expõe Foucault (1999), quando ele [o homem] busca sua origem na vida percebe que esta vida já começa bem antes dele; quando busca apreender-se no trabalho, visualiza suas formas mais rudimentares já institucionalizados num espaço e tempo humano; e quando tenta definir sua essência como sujeito falante, jamais encontra senão a possibilidade da linguagem já descoberta. Com isso, é possível vislumbrar a problemática do retorno e recuo da origem, pois a origem do homem se

entremeia a conteúdos os quais sempre lhe escapam. Outro ponto de dificuldade no encontro com a origem fica explícito na análise que Foucault (1996) faz da obra de Nietzsche (1983).

Foucault (1996) realiza uma leitura criteriosa da obra de Nietzsche, com o intuito de mostrar o cuidado deste último quanto aos termos que utilizava nos seus escritos. Na análise de Foucault (1996), Nietzsche utiliza-se da palavra invenção com a finalidade de contrapor a palavra origem, pois a invenção pressupõe algo que num período qualquer apareceu sem muita importância, inconfessável. Para Foucault (1996), essa sempre foi a idéia de Nietzsche, e fez suas críticas quanto à busca de Schopenhauer pela origem da religião, tanto quanto suas constatações de que a poesia, o conhecimento, o ideal, são tudo invenções estabelecidas por obscuras relações de poder.

Assim, Foucault (1996) relata que o conhecimento foi inventado e que além dele não ter origem, ele também não é intrínseco à natureza humana. Para chegar a essa afirmação, Foucault (1996) referencia novamente o percurso teórico de Nietzsche, dizendo que para este último, o conhecimento tem relação com o instinto humano, mas não está presente nele. Com isso, Foucault (1996) acredita que a teoria nietzschiana corrompe com toda a tradição kantiana que dominava o saber de sua época, pois o sujeito já não está mais numa posição fundamental como núcleo central de todo conhecimento, mas o conhecimento é apenas algo entre a natureza humana e o mundo, não havendo afinidade, semelhança ou mesmo elos de natureza entre eles. Isso porque, na concepção de Nietzsche, relata esse autor, o mundo é um caos eterno, desordenado, pois ele não imita o homem, ele ignora toda a lei. Com isso, o conhecimento desponta deste atrito entre a natureza humana e o mundo, pois a intenção dele [o conhecimento] é dominar a natureza, conhecer a partir da violação e exploração das coisas e não apenas perceber e reconhecer através da identificação delas e com elas.

Nesse ponto, Foucault (1996, p. 19) coloca uma questão instigante e que também perfeitamente as incógnitas de Nietzsche ao dizer “o que assegurava ao conhecimento o poder de conhecer bem as coisas do mundo e de não ser indefinidamente erro, ilusão, arbitrariedade?”, e responde que a garantia era a existência de Deus, pois desde Descartes e Kant, é Deus que assegura haver uma harmonia entre o conhecimento e as coisas a conhecer. Por esse motivo, que para Descartes demonstrar que o conhecimento era verdadeiro, precisou afirmar a existência de Deus.

Assim, Foucault (1996) relata que Nietzsche consegue desvincular a teoria do conhecimento da teologia, pois no conhecimento há a ruptura, relações de dominação e poder que faz desaparecer não Deus, mas o sujeito em sua unidade e soberania. A citação seguinte da obra de Foucault (1996, p. 19-20) possibilita uma reflexão ao que está expresso acima:

Remontando à tradição filosófica a partir de Descartes, vemos que a unidade do sujeito humano era assegurada pela continuidade que vai do desejo ao conhecer, do instinto ao saber, do corpo à verdade. Tudo isso assegurava a existência do sujeito. Se for verdade que há, por um lado, os mecanismos do instinto, os jogos de desejo, os afrontamentos da mecânica do corpo e da vontade e, por outro lado, a um nível de natureza totalmente diferente, o conhecimento, então não se tem mais necessidade da unidade do sujeito humano. Podemos admitir sujeitos, ou podemos admitir que o sujeito não existe.

Talvez essa citação esteja mais próxima do que havíamos discutido nas considerações sobre a identidade, pois como mostra Foucault (1996) num percurso extremamente instigante sobre a obra de Nietzsche, se existe, por um lado, uma natureza humana e, por outro lado, o conhecimento, não podemos admitir que exista uma unidade do sujeito. Claro que Foucault (1999) já sobrepôs a existência do que Nietzsche chamou de instinto, mas como Foucault (1996) relata, não podemos negar a riqueza da obra deste autor que contrapunha as idéias de Kant em plena época onde o kantismo ou neokantismo estava em alta.

Acreditamos estar diante do ponto central da obra foucaultiana neste retorno que ele faz a Nietzsche. Se até então o *cogito* e o impensado, o empírico e o transcendental e o recuo e

retorno à origem estavam obscuros, com a análise desta palavra “invenção”, principalmente, da invenção do conhecimento, essa obscuridade vai desaparecer. Isso porque, com a constatação de que o homem é uma invenção recente no saber, de início já apresenta a dificuldade em encontrar sua origem. Mesmo porque, como expõe Foucault (1999), o retorno à origem do homem se entremeia por saberes onde sua figura esteve ausente, mas que são esses mesmos conteúdos que possibilitaram o aparecimento deste homem.

Outra constatação quanto ao retorno a Nietzsche se entremeia às considerações sobre o *cogito* e o impensado. Com isso, na relação entre o *cogito* e impensado, Foucault (1999) destaca que tanto o homem quanto o impensado são contemporâneos. Para chegar a essa constatação, Foucault (1999, p. 450) expõe que “assim que o homem desponta como uma figura positiva no saber moderno, o pensamento passa a percorrer esse homem como o risco de nele descobrir o que precisamente jamais podia ser dado à sua reflexão nem mesmo à sua consciência”.

Assim, Foucault (1999) relata que o *cogito* moderno não será a súbita descoberta iluminadora de que todo o pensamento é pensado, mas a interrogação sempre recomeçada para saber como o pensamento habita no não-pensado. Nesse contexto, Foucault (1999) expõe que o impensado foi, por exemplo, o homem alienado para Karl Marx, tanto quanto foi o implícito, o sedimentado, o não-efetuado para Husserl, um inesgotável questionamento que objetiva desalienar o homem reconduzindo-o à sua própria essência, mas não faz nada além do que inventar novas formas de reconhecer o homem.

Isso fica evidente quando Foucault (2001) analisa o caso Heriette Cornier e tem ali o primeiro *insight* da descoberta dos instintos. Esse caso, que se passou no início do século XIX, é o caso de uma mulher que com um facão degola a cabeça da filha da vizinha de apenas dezenove meses. Foucault (2001) faz um relato interessante do processo de julgamento de Heriette

Cornier, colocando a figura do médico e do advogado, na intenção de desvendar o caso e saber por que essa mulher agiu desta maneira. Com isso, o parecer do médico mostra a atitude de Cornier como desejo quase irresistível, enquanto o advogado fala de uma energia, de uma paixão para a violência. No desenrolar do processo, o advogado fala ainda de um “instinto bárbaro” e o médico de um “ato instintivo” ou “propensão instintiva”.

É certo que seria necessário descrever todo o trâmite do caso de Heriette Cornier para entender onde Foucault (2001) quis chegar, mas vamos nos ater apenas às considerações finais deste caso. Para Foucault (2001, p. 164), esse novo objeto [o instinto] vai “possibilitar uma série de elementos que, aliás, serão nomeados, descritos, analisados e, pouco a pouco, integrados, ou antes, desenvolvidos no interior do discurso psiquiátrico do século XIX, sendo: os impulsos, as pulsões e as propensões”, quer dizer, um discurso que nasce sem muito conteúdo, mas que irá possibilitar o desenvolvimento de várias ciências a partir desta constatação, como a psicanálise, a psicologia clínica, a psiquiatria, etc. Não é sobre a existência da pulsão da vida e da morte que se constitui a teoria freudiana?

2.2.2 Poder, sociedade disciplinar e modernidade

Mas há algo neste discurso ainda não acabado e que vale questionar: como esses saberes se desenvolvem e por que ganham estatuto de verdade? E antes de respondermos a estas questões, ou melhor, antes que o próprio Michel Foucault responda a essas questões, seria interessante percorrer um dos mais célebres trabalhos desse autor sobre a história da loucura.

Até parece que estamos desviando do nosso objetivo, pois o que tem a ver a loucura com a identidade? O trabalho é sobre a loucura do pequeno produtor ou sua identidade? Com que finalidade é importante discutir a loucura se a discussão da identidade, pelo menos no domínio que está sendo estudada, não perpassa por essas considerações? E estamos conscientes de que não existe afinidade, neste domínio de estudo, entre loucura e identidade,

mas a intenção é apenas utilizar esta obra sobre a loucura como exemplo de como os saberes se desenvolvem e como eles entremeiam o corpo social.

Com isso, a intenção primordial de Foucault (1987) não foi propor tratamentos aos loucos, nem muito menos mostrar o problema do louco na sociedade atual, mas simplesmente apresentar as diversas formas tomadas pelo louco com a constituição de novos saberes. Sendo assim, Foucault (1987) vislumbra três grandes momentos na história do louco: 1) a *nau*; 2) a loucura internada no hospital geral e; 3) a loucura sob o olhar do especialista.

No primeiro momento, Foucault (1987) relata que somente no século XV é que o louco passou a ser isolado da sociedade. Esse louco era destinado, no renascimento, a *nau* com a intenção de purificá-los. A partir do século XVI ocorre o desvincular da loucura e a razão, e o louco será aquele que não possui razão. Nesta época, é criado o hospital geral e ali se internavam loucos, pobres, doentes, todos juntos, não havia uma especialização. O objetivo do hospital geral era punir o louco e o vadio, pois eram inúteis socialmente, ou seja, não eram pessoas produtoras e que, por outro lado, deviam produzir ali dentro. Esse trabalho internado foi duramente contestado pela sociedade da época, pois era uma forma desleal de concorrência.

No início do século XVIII o louco já não é mais obrigado a produzir para evitar movimentação social, mas ele será inútil socialmente, causando um efeito moral surpreendente que sustentava a produção e a ética no trabalho. Nesta época, devido ao forte impacto do louco com um ser inútil socialmente, era a família que pedia sua internação, através de uma medida judicial. Nessa mesma época, há uma revolta dos pobres, desempregados e criminosos que exigiam tratamento distinto do louco. Assim, logo foi exigido um espaço de confinamento para o louco, pois a loucura já apresentava perigo para a sociedade.

Nesse espaço de confinamento, que Foucault (1987) chama de asilo, as correntes dão lugar à camisa-de-força e a loucura passa a ser objeto de estudos e é necessário saber sobre o louco e tratá-lo, reconduzindo-o à razão. A psicologia nasce nessa época, com a intenção de libertar esse ser alienado psicologicamente, sendo este, relata Foucault (1987), o primeiro método de objetivação do homem. Nesse contexto, a loucura vai ganhar o olhar do médico, principalmente no século XIX, pois é o médico que possibilitará a cura da loucura, resultando em saberes como a psiquiatria, chegando até à psicanálise.

O que Foucault (1987) pretende mostrar com o foco voltado para a loucura é que o louco nunca foi o mesmo objeto para o saber, mas têm diferentes faces durante a história. Isso porque, como relata Foucault (1987), a partir do momento em que o louco torna-se objeto de estudos, a ciência descobre no louco um saber que é científico, ou seja, uma verdade científica e não do próprio alienado. Além disso, com forte aproximação de Nietzsche, Foucault (1987) mostra que a verdade é histórica, não podendo encontrar as razões da loucura no estatuto que ela tem hoje.

Nietzsche (1987, p. 48) expõe que a verdade é “um batalhão móvel de metáforas, metonímias e antropomorfismo que após longos usos, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias”. Além do aspecto histórico da verdade expresso neste conceito de Nietzsche, Araldi (2002) expõe que Nietzsche corrompe com existência da verdade fixa, atemporal e única, para falar de uma “vontade de verdade”, ou seja, da vontade humana de veracidade, de tentar tornar fixo, de assegurar, de conferir estatuto de permanência ao que está em fluxo.

Com essa constatação, Araldi (2002) ressalta que a verdade é compreendida para Nietzsche como uma expressão da vontade de potência, ou seja, onde o único critério de verdade residiria na intensificação do sentimento de poder. Para esse autor, a verdade na forma

nietzschiana é a essência do interpretar, no sentido do sobrepujar, impedir, abreviar, suprimir, preencher, poetizar, falsificar e, para Foucault (1988), saber.

Se até então não sabíamos como os discursos se formavam e como ganhavam estatuto de verdade, esse percurso pelas considerações de Nietzsche, mostra que existe nas relações discursivas, o poder. Para Foucault (1987), os discursos estão carregados de poder e por esse motivo eles ganharam o estatuto que têm na sociedade moderna. Além disso, Foucault (1987) concilia saber/poder com o intuito de mostrar o aparecimento de saberes, como a medicina, a psicologia e a pedagogia, que têm o poder de mostrar a verdade do homem para o homem.

Com a incorporação mais explícita do poder nas suas discussões teóricas, até parece que Michel Foucault abandona a sua discussão sobre a não existência do homem e a constituição do discurso. Engana-se quem pensa assim. A intenção primordial de Michel Foucault é mostrar como os infundáveis discursos atuam na sociedade atual (FOUCAULT, 1987), como se formam maneiras de conter a proliferação de discursos divergentes (FOUCAULT, 2002) e como os discursos imbuídos de poder/saber revelam a verdade do homem (FOUCAULT, 1988). Além disso, Foucault (1987) fala em corpo, pois o sujeito, na sua concepção, diferente do sujeito hegeliano, continua sendo um espaço vazio preenchido por essas discursividades proliferadas pelas relações de poder/saber. Por esse motivo, Foucault (1987) relata que o poder incide no corpo e não no indivíduo, pois ele não existe.

Com isso, Foucault (1987) realiza uma análise desde o século XVII para mostrar as primeiras manifestações no sentido de moralização e normalização social. Nesse contexto, aquele que transgredia as regras sociais se afastando da normalidade era punido em público, onde o corpo do condenado rogava através do suplício. Esse suplício, além do efeito moral revelava também a culpa do condenado pelo ato cometido. Essa maquinaria do corpo supliciado

começa a desaparecer a partir do século XVIII, quando a própria sociedade revolta-se com a crueldade e tirania exercida sobre o condenado.

Nesse contexto, Foucault (1987) relata que uma nova forma de punição se constituiu, nascendo todo um aparato de instituições jurídico-administrativas que tinha a intenção de punir os vários crimes cometidos contra a ordem social. Esses crimes variavam desde os crimes cometidos pela população contra a propriedade burguesa, com forte penalidade, tanto quanto crimes como fraude, peculato e não pagamento de impostos, com penalidades mais brandas, por exemplo, multas. Nessa época, a verdade do crime não estava mais ligada ao suplício, mas era desvelada por provas empíricas obtidas, por exemplo, através dos meios científicos. Foucault (1987) relata ainda sobre a existência das prisões, mas elas não eram vistas pelos reformadores como um ideal de punir, pois despendia um custo alto para a sociedade, além de multiplicar os vícios.

A partir do século XIX, o criminoso será objeto de estudos, pois é necessário saber porque ele age dessa forma. O criminoso não apenas transgrediu a lei, mas é necessário saber sobre sua verdade, para poder colocar na ordem todos os outros que venham a praticar delitos semelhantes. Com isso, para Foucault (1987), nasce um aparato de instituições com a intenção de controlar ou corrigir as operações do corpo, como as escolas, os hospitais, a prisão, o exército; que distribuem e proliferam uma série de regulamentos no sentido de adestrar e obter a docilidade do corpo. Foucault (1987, p. 119) vê esse aparato como disciplinar, em que

(...) o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficiência que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”.

É nesse contexto que Foucault (1987) acredita ser a sociedade moderna uma “sociedade disciplinar”, devido às múltiplas e infindáveis formas de disciplinar os corpos, tornando-os mais produtivos e mais dóceis. Com essa constatação, esse autor relata que o desenvolvimento do sistema capitalista só foi possível com essas tecnologias de poder, pois a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho (o duplo empírico-transcendental), fazendo com que a disciplina aumente a aptidão do corpo e também uma dominação acentuada.

Além disso, Foucault (1987) relata sobre os métodos que incitam o comportamento disciplinar: a vigilância, a normalização e o exame. No primeiro caso, Foucault (1987) procura mostrar as pequenas técnicas de vigilância que pressupõem olhares que devem ver sem serem vistos, uma vigília constante sobre os corpos. No segundo caso, esse autor mostra que é preciso diferenciar o normal do anormal, o louco do racional, o delinqüente do inocente, enfim, uma série de classificações expressas a partir do poder legal e da norma. E por fim, o exame, que congrega os processos de vigilância e normalização do corpo, pois ele extrai padrões, conhece, mede e produz saber sobre o homem. A intenção, diz Foucault (1987, p. 195) é

(...) repartir os indivíduos, fixá-os e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um poder que se acumula e se centraliza.

Nesse contexto, vale citar as considerações críticas de Habermas (1990) referente à constatação de Foucault (1987) sobre a sociedade atual ser uma “sociedade disciplinar”. Habermas (1990), como bom leitor da obra foucaultiana, questiona se não é prudente pensar que desde a descrição de Foucault (1987) sobre o corpo supliciado até a constatação do corpo disciplinado, a intenção geral sempre foi a sociedade disciplinar. Então, por que falar que somente a sociedade atual pode ser caracterizada como sociedade disciplinar? Questão

instigante, pois a execução em público de um condenado tinha como pressuposto a moralização e, conseqüentemente, a disciplina.

Por outro lado, Foucault (1987) mostra que todo esse espetáculo teve sua duração e se extinguiu com a movimentação social, quando nasceram novas formas de punição. Talvez a intenção, desde o século XVII, fosse realmente constituir uma sociedade disciplinar, mas essa constatação Foucault (1987) só vislumbra a partir do século XIX. Por quê? Pelo fato do nascimento do homem para um saber científico, que irá descobrir sua verdade, revelada a partir de sua intimidade, possibilitando controlá-lo, manipulá-lo e, conseqüentemente, discipliná-lo.

2.2.3 A constituição do sujeito moderno

A disciplina do corpo, como mostra Foucault (1988), pode ser evidenciada nos discursos sobre a sexualidade. Novamente parece que estamos deixando de lado a nossa discussão sobre a constituição do sujeito e a identidade, mas a nossa intenção é possibilitar uma discussão sobre os mecanismos de controle discursivos e disciplina dos corpos, desenvolvidos a partir da constatação da existência dos instintos, pulsões e propensões sexuais.

Nesse contexto, Marcuse (1966) retoma a discussão sobre a repressão das pulsões - numa interpretação da obra freudiana - com a intenção de mostrar, por esse viés repressor, o desenvolvimento do sistema capitalista. Para Marcuse (1966), o sistema capitalista se assenta na repressão das pulsões, pois é com o deslocamento da energia pulsional para o trabalho que é possível produzir cada vez mais. Com essa constatação, Marcuse (1966) relata que na sociedade atual, já não é possível falar de repressão e sim de “mais repressão”, pelas exigências que o sistema capitalista exerce sobre os indivíduos, tanto quanto não é cabível falar de “princípio da realidade”, mas de “princípio do desempenho”, devido à realidade reificante.

De posse dessa constatação, é possível evidenciar, assim como Freud (1976a) acreditava, que a formação da sociedade se assenta na repressão das pulsões, pois se as pessoas pudessem saciar completamente suas pulsões, a sociedade se desintegraria, como discutimos anteriormente. Por outro lado, na concepção de Foucault (1988), na sociedade moderna a questão sexual nunca foi reprimida, pois os discursos sobre o sexo não pararam de se proliferar, ou seja, uma verdadeira fermentação discursiva que se acelerou a partir do século XVIII.

Mas essas constatações de que a sexualidade não é reprimida, como bem expõe Foucault (1988), já era uma discussão que há muito tinha sido feita pelos psicanalistas. Essa, por exemplo, é a concepção de Lacan (1998d) que, ao falar sobre o inconsciente estruturado como uma linguagem e sendo as pulsões parte desse inconsciente, afirma essa designação. Para Lacan (1998d), o desejo não está reprimido, mas coexiste sobre uma lei, a lei do outro. Esse autor aproxima-se das considerações de Saussure sobre as formas, significante e significado, no sentido de explicar a “lei do desejo”. Assim, o significante não seria simplesmente a comunicação, mas uma realidade psíquica relacionada ao conteúdo sonoro; e o significado não seria o objeto real a que se designa uma palavra, mas é a idéia referente a esta palavra. Com essa constatação, é a forma transmitida pelo outro que constitui a idéia sobre o desejo, que acaba, na concepção de Lacan (1998d), sendo o desejo do outro e não do próprio sujeito.

Nesse ponto, Foucault (1988), apesar de algumas semelhanças que já apresentamos com a teoria lacaniana, caminha em direção contrária às considerações deste último. Para Foucault (1988), tanto a repressão quanto teoria da lei, fazem parte de uma mesma representação de poder, que ele chamou de “jurídico-discursiva”. Assim,

É essa concepção que comanda tanto a temática da repressão quanto a teoria da lei, enquanto constitutiva do desejo. Em outros termos, o que distingue uma análise da outra, a que é feita em termos de repressão dos instintos e a que se faz em termos de lei do desejo é, certamente, a maneira de conceber a

natureza e a dinâmica das pulsões; não é a maneira de conceber o poder. Uma como a outra recorre a uma representação comum do poder que, segundo o emprego que faz dele e a posição que se lhe reconhece quando ao desejo, leva a duas conseqüências opostas: seja à promessa de uma “libertação”, se o poder só tiver um domínio exterior sobre o desejo, seja à afirmação – se for constitutivo do próprio desejo – de que sempre já se está enredado (FOUCAULT, 1988, p. 80).

Nesse contexto, para Foucault (1988), a representação de poder que influenciou esses estudos teve como aspectos um “poder” de sujeição, de regra, onde nasce um conjunto de instituições e aparelhos garantidores dessa sujeição. Mas observar o poder apenas por essas características, que Foucault (1988) acredita serem terminais, que dominaram os estudos sobre as relações de poder, é conferir um estatuto do poder enquanto a simples capacidade de dizer “não”.

Por outro lado, Foucault (1982) acredita no poder com um feixe que perpassa o corpo social, mais ou menos organizado, mais ou menos coordenado, e que se manifesta nas relações sociais. O poder, antes de ter seu efeito, enquanto essa idéia de poder repressivo, é constituído através das formas discursivas. Com isso, Foucault (1988) propõe, em vez de uma teoria do poder, uma analítica do poder, ou seja, uma análise de como os diferentes discursos se proliferam e como ganham o estatuto de exercer o poder.

O que essa discussão sobre o poder tem a ver com a discussão da sexualidade? Esse é um foco importante do trabalho de Foucault (1988), pois em linhas gerais, esse autor procura mostrar como essa “maquinaria” dos discursos da sexualidade, além de se intensificar a partir do século XVIII, acaba constituindo uma forma cada vez mais forte de controle social, pois os discursos que foram se proliferando, fizeram nascer uma série de instituições que passaram a “objetivar” essa sexualidade com a intenção de “domá-la”. Por outro lado, essa constituição do sujeito, através dos discursos sobre a sexualidade, vai proporcionar também o nascimento de novas relações e manifestações que irão exercer influência no corpo social. Exemplo disso

foi o impacto que o trabalho de Herbert Marcuse teve sobre aos estudantes americanos que, observando a existência de algo como a “repressão”, se rebelaram contra o sistema.

Com essa discussão chegamos ao limiar da idéia foucaultiana de constituição do sujeito, que não faz nada além do que evidenciar em si mesmo aspectos discursivos que não pararam de se proliferar. O homem em si não é detentor de uma subjetividade criada por ele mesmo, mas segue as designações que um discurso científico impregna no contexto social. Por esse motivo, para Foucault (1988), ocorre o processo de subjetivação dos sujeitos, através de um processo de ininterrupção de objetivação. Essa objetivação, não no sentido exposto por Berger (1985), mas uma objetivação que a ciência descobre no homem algo que o próprio homem não teve acesso. Por esse motivo, Foucault (1999) diz que a ciência não faz nada além do que inventar novas formas de reconhecer o homem.

Com essa apresentação, chegamos ao término de exposição do percurso teórico de Michel Foucault. Antes de vislumbrarmos uma discussão dessas designações sobre a questão da identidade do pequeno produtor, vale apresentar alguns aspectos referentes ao desenvolvimento da agricultura e a problemática do pequeno produtor nesse processo.

2.3 Modernidade, agricultura e identidade

É nesse contexto, de discussão da identidade e da modernização social, que passamos a elucidar a problemática do desenvolvimento tecnológico e científico ocorrido no âmbito da agricultura brasileira, procurando destacar a problemática do pequeno produtor. Entretanto, para compreendermos o estado atual da agricultura brasileira, é necessário compreender o processo de colonização e a forma como o Brasil foi inserido na economia mundial.

2.3.1 Antecedentes históricos da agricultura brasileira

Mueller (1983) salienta que, no início, a economia brasileira era totalmente dependente e dominada por Portugal. O pacto colonial estabelecia linhas mestras entre o Brasil e Portugal, o que impedia, de forma coercitiva, o desenvolvimento de atividades que não estivessem associadas aos produtos de exportação. Mesmo com a “descolonização”, salienta esse autor, esse panorama não mudou muito. Isso porque, com o esgotamento das minas, o produto que se destacou nas exportações brasileiras foi o café, que representou, no início do século XX, cerca de 67% do valor das exportações, acompanhado por produtos como açúcar, cacau, mate, fumo, algodão e peles, que dividiam cerca de 13%. Nesse intermédio, a agricultura de subsistência entra em declínio, devido à transferência de recursos desta para o setor agrário exportador. Conseqüentemente, o mercado interno era abastecido por gêneros alimentícios importados (MUELLER, 1983).

A situação começa a tomar um coloril diferente durante a Grande Depressão (1930). Muitos autores, como por exemplo, Furtado (1963), consideram essa época como o grande divisor de águas de uma economia rural exportadora para uma economia urbana industrializada. Com a crise nas exportações de café, ressalta Furtado (1963), a economia brasileira entra em colapso e a saída adotada pelo governo foi o modelo de substituição de importações, através de uma industrialização interna. Sorj (1980) relata que na década de 1930 iniciou-se um processo de reorganização do espaço produtivo que se estendeu até 1964. Essa reorganização se pautava na especialização regional em determinados tipos de produtos e também na divisão social do trabalho na agricultura em nível nacional. Esse autor expõe que é nesse panorama que surgem estados brasileiros com crescente especialização na produção de alimentos para o mercado interno – como Rio Grande do Sul e Paraná.

Essa especialização de produtos tinha como propósito suprir a crescente demanda impulsionada pela industrialização. Mueller (1983) ressalta que essa industrialização, no período de 1930 a 1945, passou de uma mera transformadora de produtos e produtores de bens de consumo não-duráveis simples, para uma indústria fornecedora de bens intermediários usados pela indústria e por outros setores produtivos. Apesar de todas essas mudanças, a indústria nacional ainda era de pequeno porte. Somente após a Segunda Guerra Mundial é que se instaura no país a fase da industrialização pesada, com forte iniciativa governamental. Como ressalta Gonçalves Neto (1997), o Estado torna-se um dos maiores “sócios” da economia brasileira. Com isso, é possível evidenciar, como salienta Alencar (2001), a existência de duas fases nesse modelo de substituição de importações: uma industrialização restringida (1930-1950) e uma industrialização pesada (a partir de 1950).

Apesar da grande ênfase dada ao processo de industrialização do país, a produção agrícola teve um crescimento significativo no período de 1930 a 1950. Na concepção de Alencar (2001), esse crescimento deve-se principalmente à grande disponibilidade de terras agricultáveis e o desenvolvimento da estrutura viária do país. Para esse autor, a produção agrícola nessa época fundava-se no modelo de agricultura extensiva com baixo nível tecnológico, além de, como comenta Graziano da Silva (1998), ocorrer uma grande diversificação das atividades agrícolas. Apesar da característica extensiva da agricultura nessa época, Graziano da Silva (1998) salienta que o aumento na produção ocorrido nesse período conseguia suprir, sem muito problema, a demanda por alimentos gerada nos centros urbanos.

Somente após a Segunda Guerra Mundial é que houve realmente o processo de modernização da agricultura brasileira com a utilização de insumos fabricados industrialmente. Isso porque, como mostra Alencar (2001), no final dos anos 1950 e início dos anos de 1960, o país passou a enfrentar crises periódicas no abastecimento interno de alguns produtos (carnes, feijão, frutas, etc.), apresentado a exaustão do modelo de expansão horizontal e baixo nível

tecnológico. Graziano da Silva (1998) comenta ainda que os setores industriais, preocupados com a oferta de alimentos e matérias-primas, passaram a pressionar no sentido de modernização da agricultura. Além disso, Graziano da Silva (1998) expõe ainda que as empresas estrangeiras de insumos modernos para a agricultura (trator, máquinas, implementos agrícolas, fertilizantes, etc.), visando usufruir os benefícios fiscais que o Brasil estava oferecendo, tinham a intenção de transferir para o país suas plantas, em grande parte, obsoletas.

Esse movimento de modernização da agricultura e a constituição de um novo setor de insumos modernos para a agricultura no país, foram incentivados, segundo Graziano da Silva (1998), pelo sentido das políticas agrícolas que seguiram o golpe de 1964, apoiado por segmentos da burguesia brasileira e do capital internacional. Assim, para Graziano da Silva (1998) e Alencar (2001), o carro-chefe foi a política de crédito rural subsidiado que tinha a intenção de criar um mercado cativo para os insumos modernos da agricultura e realizar mudanças na base técnica de produção agropecuária, com financiamentos governamentais de longo prazo e juros reais negativos. É evidente, como ressalta Alencar (2001), que esses incentivos visavam muito mais as grandes e médias unidades de produção (UP)⁹ do que as pequenas. Isso pelo fato de que, se o problema era o abastecimento do setor industrial, pouco contribuía os pequenos produtores para salvaguardar esse abastecimento.

Além dessa política de créditos subsidiados, Alencar (2001) expõe que o governo passou a viabilizar essa modernização da agricultura, também com mecanismos voltados para as seguintes áreas: 1) investimento público em infra-estrutura (estradas, comunicação, comercialização, etc.); 2) estabelecimento de projetos especiais e programas regionais; 3)

⁹ Na concepção de Alencar (2001), entende-se por unidade de produção a área de terra onde a produção agropecuária é realizada.

desenvolvimento da agroindústria; e 4) reestruturação da pesquisa agropecuária e da extensão rural.

Tanto Alencar (2001) quanto Graziano da Silva (1998) acreditam que, a partir de 1970, é que nasce um novo padrão agrícola brasileiro, que passa a articular três segmentos: a indústria de insumos para a agricultura; a nova agroindústria oligopolística; e a própria agricultura modernizada. Nesse contexto, é possível evidenciar uma agricultura diversificada no país, a partir do processo de modernização com forte iniciativa governamental, que passa a dispor de um setor à montante (insumos modernos para agricultura) e um setor à jusante (agroindústrias).

Graziano da Silva (1998) comenta que depois de 1979, o crédito rural subsidiado perde sua base de sustentação política, pois nessa época os programas recessivos de ajuste impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a pretexto de combater o déficit público, impediram que o Tesouro Nacional, via Banco do Brasil, pudesse continuar bancando os volumes demandados de créditos rurais nos anos de 1980. Esse quadro, para Graziano da Silva (1998), representa a perda de tratamento diferencial do setor agropecuário em relação ao setor industrial, e a agricultura passa a enfrentar as mesmas dificuldades do capital produtivo em geral.

Nesse panorama, a partir da década de 1980, começa a ocorrer o arrefecimento da modernização da agricultura. Para Graziano da Silva (1998), esse arrefecimento ocorreu por quatro motivos. Primeiro, foi a recessão que se abateu sobre a economia brasileira; segundo, foi a redução dos incentivos de crédito para modernização; terceiro, o caráter excludente e desigual do processo de modernização, concentrando os avanços na região centro-sul que, apesar do alto nível de crescimento, na década de 1980 passa a ter um crescimento menor; e,

por fim, a mudança no padrão de modernização da agricultura em âmbito mundial, que passou a incorporar as chamadas “novas tecnologias”, principalmente, nos países desenvolvidos.

Essa situação não mudou muito na década de 1990, pois como mostra Barros (2001), a abertura econômica e a crise fiscal, foram os dois vetores que limitaram a atuação do Estado na política agrícola brasileira. Mas nesse contexto, a agricultura brasileira, em grande parte, já se apresentava consolidada, com complexos agroindustriais completos. Assim, salienta Barros (2001), coube ao próprio setor maior responsabilidade no processo de formação de preços de demais atividades de comercialização, pois o Estado necessitava economizar recursos.

Barros (2001) comenta ainda que, a partir de 1985, a política agrícola brasileira estava voltada mais intensamente para o mercado, pois havia se esgotado o modelo de substituição de importações, causado pela falência (financeira e operacional) do Estado e pela onda de globalização, fazendo com que a manutenção do crescimento da agricultura se pautasse nos seguintes itens: 1) racionalização dos gastos públicos com dispêndio seletivo para a produtividade e bem-estar do homem do campo; 2) liberalização comercial interna e externamente; e 3) maior realismo cambial. Para esse autor, a atuação efetiva do Estado sobre o setor agrícola deu-se basicamente sobre o primeiro item, ou seja, sobre os gastos públicos.

Apesar do impacto negativo da crise fiscal e da abertura econômica, elas [a crise e a abertura] foram responsáveis, principalmente a abertura econômica, por um novo rearranjo da agricultura brasileira. Barros (2001) relata que a abertura econômica acabou motivando o setor agrícola a desenvolver aglomerados em zonas de produção com o intuito de otimizar custos de produção, processamento, armazenamento e transporte. Com estratégias como esta, o setor agrícola procurou aumentar sua competitividade perante a concorrência externa, resultante da abertura econômica.

Sendo assim, Graziano da Silva (1998) comenta que hoje não é possível compreender a estrutura e a dinâmica da agricultura brasileira sem verificar a estrutura e dinâmica dos setores industriais com ela relacionados. Isso pelo fato de que a heterogeneidade das atividades e situações agrícolas impõe limitações concretas ao entendimento de estruturas complexas e interligadas. Esse autor acredita que só é possível compreender a dinâmica da produção e das mudanças estruturais em casos específicos, uma vez que, por exemplo, a dinâmica de preços, créditos e tecnologias certamente deverão ser distintas, caso trate de atividades que se inserem em estruturas de complexo (cana e soja, por exemplo) ou de outras que mal mantêm vínculos intersetoriais definidos (caso do feijão).

2.3.2 Estado, agricultura e pesquisa agrícola no Brasil

Nessa discussão sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira, Carvalho (1992) nos possibilita um novo olhar sobre esse tema, a partir de uma perspectiva estatal, ou seja, observando basicamente o movimento e os investimentos do Estado na agricultura. Para esse autor, o Estado foi o grande financiador do desenvolvimento da agricultura com a constituição de vários Institutos de Pesquisa e Escolas de Agronomia, além da elaboração e condução das diretrizes de pesquisa agrícola no país.

Carvalho (1992) comenta que, a partir da década de 1940, o Ministério da Agricultura promoveu a criação de vários Institutos de Pesquisas em regiões estratégicas, que tinham o objetivo de pesquisar culturas regionais, bem como adaptar variedades melhoradas. A partir da década de 1960, relata esse autor, houve a utilização massiva de defensivos agrícolas no processo de pesquisa, devido à instalação das indústrias de insumos modernos. Além desse fato, a pesquisa também foi direcionada para estimular e alimentar os processos de estruturação do complexo agroindustrial do país. Com isso, autores como Carvalho (1992) e Ichikawa (2000) expõem que as organizações estatais contribuíram de alguma forma para o

dinamismo desse modelo de desenvolvimento agrícola, ou seja, o Estado acaba sendo uma figura central nessa ligação entre os subsistemas agropecuários e os demais subsistemas industriais e comerciais.

Nesse contexto, Carvalho (1992) relata na mesma linha exposta por Barros (2001), a questão mercadológica, que tomou conta da pesquisa e da política agrícola no país. Esse autor comenta que, a partir da década de 1960, a preocupação dos pesquisadores, em coerência com as políticas desenvolvimentistas, era tornar a terra produtiva. Diferente de Barros (2001), que acredita que essa ênfase mercadológica se expressa somente a partir de 1985, Carvalho (1992) discute essa ênfase desde as crises de abastecimento da década de 1960, que irá resultar, devido à falta de dinamismo do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA), na criação Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Assim, Carvalho (1992) comenta que o modelo institucional que preconizou a EMBRAPA seguia duas dimensões de atuação. Primeiro, uma ação coordenadora, programática e normativa das pesquisas, que seriam realizadas por empresas estatais ou programas integrados. Segundo, uma atuação por produtos, condicionadas por centros nacionais e centros regionais de recursos e unidades de pesquisas no âmbito estadual. Para esse autor, o modelo preconizado pela EMBRAPA foi o chamado “modelo concentrado”, pois

Partiu-se do pressuposto de que o País não dispunha de recursos financeiros em abundância, de massa crítica de pesquisadores e de massa crítica de empresários que se dirigissem aos institutos e formassem, eles próprios, os seus sistemas de produção. A alternativa seria, portanto, dirigir as pesquisas para determinadas atividades e produtos, de modo a viabilizar a montagem de sistemas de produção para oferecer aos agricultores e pecuaristas (CARVALHO, 1992, p. 129).

Assim, comenta Carvalho (1992), cabia aos centros de pesquisa desenvolver novas tecnologias e gerar soluções para os problemas existentes com a intenção de difundi-las aos produtores. Aqui podemos ressaltar dois aspectos: primeiro, a importância da extensão rural

nesse contexto de difusão de tecnologia; segundo, o que o próprio Carvalho (1992) apresenta sobre a pesquisa agrícola, de ter sido estimulada para atender às necessidades dos grandes produtores do que as necessidades e interesse dos pequenos e médios.

Carvalho (1992) comenta que a intenção da extensão rural sempre foi proporcionar a difusão de informações e tecnologias aos produtores rurais, visando o aumento da produtividade. Esse modelo de extensão rural, originário de experiências americanas, comenta esse autor, teve um papel central na difusão das chamadas “novas tecnologias”, que potencializou, na década de 1960, através de milhares de técnicos, um amplo mercado para os produtos desse ramo.

Frente a essa discussão da extensão rural e retomando as considerações de Carvalho (1992) e Ichikawa (2000) sobre a ênfase dos Institutos de Pesquisa na difusão de tecnologias aos grandes produtores, e também a homogeneização de culturas em determinadas regiões, Freire (1977) abre uma discussão da extensão rural enquanto invasora cultural. Para Freire (1977), no termo “extensão” está implícito a ação de levar, transferir, depositar algo em alguém, prática comum no processo de educação. Para esse autor, no âmbito da extensão rural, existe a conotação de que o conhecimento do mundo é algo que deve ser transferido e depositado no educando. Conotação esta que, segundo Freire (1977), corrompe com a verdadeira natureza do conhecimento, que exige a presença da curiosidade do sujeito, ou seja, exige que o sujeito seja ator do processo e não objeto. Assim, Freire (1977, p. 36) expõe que “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui na relação homem mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”.

Nesse contexto, Freire (1983) relata, na mesma linha de Halbwachs (1990), que a ação do homem sobre mundo não se constitui apenas de uma ação sobre a natureza, mas também de uma ação social, porque o homem é também cultura e história. Assim, Freire (1977) ressalta

que o invasor reduz os homens do espaço social invadido a meros objetivos de sua ação, imbuindo seus sistemas de valores no espaço histórico-cultural dos invadidos. Aqui podemos retomar as discussões sobre identidade, pois uma ação que altere esse conteúdo histórico e cultural altera também a identidade do sujeito, e será construção ou desconstrução da identidade, dependendo da maneira como essa alteração foi realizada. Por esse motivo, Freire (1977) acredita na possibilidade de realizar a “extensão” rural de modo que o agrônomo extensionista não invada o mundo cultural do produtor, mas realize a “extensão” de forma dialógica.

Freire (1977) leva suas considerações para o limiar da problemática do processo de desenvolvimento rural: o pequeno produtor. Isso porque, expõe Freire (1977), esse tipo de exploração agrícola se assenta, em grande parte, sobre métodos “rudimentares” de trabalho com terra. Essa constatação, coloca esse autor, leva vários extensionistas, numa descrença com esse homem simples, a subestimarem o seu poder de refletir e sua capacidade de assumir o papel de quem procura conhecer. Por esse motivo, talvez, é que foi preconizado o chamando “modelo concentrado” da EMBRAPA, exposto por Carvalho (1992).

Essa problemática não se expressa, basicamente, numa agricultura de subsistência, pois esse modelo de desenvolvimento tecnológico pouco influiria nessas comunidades, apesar de que, muitos autores como Castro et al. (1979), acreditam que esse modelo está quase que em extinção em algumas regiões do país, como o sudeste e o sul. Nesse contexto, Alves (1988) mostra que a pequena propriedade rural acaba concorrendo com pequenos, médios e grandes produtores que se modernizaram. Para esse autor, é necessário que o Estado viabilize a modernização dessa pequena propriedade, fazendo repercutir aqui, novamente, a discussão de Freire (1977) sobre como realizar essa modernização que, na proposta desse autor [Freire], deve ser feita de forma dialógica.

2.3.3 Modernidade, desenvolvimento rural e pequeno produtor

Vislumbrando essa problemática, Alencar (1997) realiza uma discussão instigante, mostrando a visão de alguns autores sobre essa questão dos Institutos de Pesquisa, Ensino e Extensão estarem alheios aos problemas dos pequenos produtores. Para os autores que Alencar (1997) discute, como Kitching, Sardan e Brown, são fatores estruturais que comandam a formulação de políticas econômicas, educacionais e de pesquisa, que condicionam a situação de pauperização e exclusão dos pequenos produtores, e não simplesmente a ineficácia dessas organizações.

Esse quadro que Alencar (1997) apresenta, pode também ser evidenciado na discussão que Mueller (2001) faz, no âmbito da política agrícola brasileira, sobre os “planejadores da agricultura” e os “planejadores da modernização”. O primeiro grupo concentra sua atenção e esforço sobre a agricultura, numa perspectiva estritamente setorial. O segundo tem interesse nas políticas agrícolas se elas puderem ajudar a agricultura a desempenhar os papéis a ela atribuídos na expansão do setor urbano-industrial, ressalta Mueller (2001). Com isso, esse autor expõe que, os “planejadores da modernização” é que determinam o espaço e o campo que os “planejadores da agricultura” podem ocupar, pois existem produtos agrícolas extremamente estratégicos, necessitando limitar a atuação desses últimos. Esse quadro mostra o quanto a agricultura está subjugada por determinados domínios que vão além da simples concorrência de mercado. Com essa discussão, a identidade estaria totalmente submetida ao que Habermas (1990) chamou de realidade reificante, em que o pequeno produtor encontra-se totalmente entregue a um contexto onde ele pouco pode fazer para alterar ou modificar essa situação.

Alencar (1997) ressalta ainda que para esses autores - Kitching, Sardan e Brown - nem mesmo as estratégias pautadas na organização dos camponeses, na participação e na geração

de novas tecnologias apropriadas, são suficientes para eliminar a tendência de exclusão e pauperização da pequena propriedade rural. Apesar deste panorama de total desarticulação dos pequenos produtores rurais, Alencar (1997) mostra uma outra corrente de autores que acreditam que a maneira como a intervenção ocorre, não no sentido simplesmente de “injetar” mais conhecimento, mas de proporcionar a organização dos camponeses e geração de tecnologias apropriadas, pode ser um fator essencial para aumentar o poder de contraposição dos pequenos produtores.

Nesse contexto, Ammann (1980) ressalta que esses instrumentos podem não provocar a pretendida mudança social, se forem efetivados de maneira isolada tais como a educação, a organização ou o desenvolvimento de comunidades. Apesar dessas considerações, Alencar (1997) coloca que as discussões sobre o desenvolvimento da agricultura geram questões fundamentais e que podem assumir características de “questões agrícolas” (onde produzir, o que produzir, quando produzir, etc.) e de “questões agrárias” (como se produz, de que forma se produz, etc.). Para esse autor, a resposta a determinadas questões decorrerá do modo como os diferentes atores sociais interpretam esse cenário, identificando problemas, suas causas e propondo estratégias, bem como dos recursos de poder de que dispõem para implementá-las.

Assim, Alencar (1997) agrupa essa corrente de autores em três grandes perspectivas: técnico-econômica, social-reformista e transformação social. Na primeira corrente, os problemas dos pequenos produtores estão relacionados aos problemas técnicos, ou seja, à modernização da pequena propriedade rural, como por exemplo, o desenvolvimento de uma mentalidade empresarial, novas técnicas de produção, novos mecanismos de comercialização e a integração da agricultura aos complexos agroindustriais. Já a segunda perspectiva se vincula a uma corrente de justiça social no campo, ou seja, diminuição das desigualdades no campo, diminuição da concentração de terras, etc., que teriam como ponto de partida a reforma agrária. Por fim, a terceira perspectiva que vê o problema da pequena propriedade rural ligado

à posse privada da terra, ou seja, para se eliminar o problema seria necessário a abolição dos meios privados de produção.

Não obstante, é possível observar a complexidade que as discussões sobre a problemática do “pequeno produtor” tomou neste trabalho. Mesmo porque, como mostra Alencar (1997), essa problemática sofrerá diferentes soluções a partir da maneira como os atores sociais analisam os problemas da pequena propriedade rural. Nessa mesma linha de classificação que Alencar (1997) expõe, está o trabalho de Castro et al. (1979). A diferença é que, enquanto Alencar (1997) enfatiza uma discussão em termos de solução de problemas, Castro et al. (1979) mostram como as abordagens vêem o problema da pequena propriedade.

Assim, Castro et al. (1979) relatam que quatro abordagens sempre determinaram os estudos sobre a pequena propriedade rural, sendo: 1) uma tradição marxista, que vê o pequeno produtor como resíduo de uma formação social anterior e que tem características de “atraso”; 2) uma tradição chayanoviana, onde a pequena produção seria uma unidade de trabalho familiar e que se constitui um tipo específico de economia; 3) uma tradição durkheimiana, que vislumbra o dualismo entre o tradicional e o moderno, onde a pequena produção estaria ligada ao tradicional ou nesse intermédio; e 4) uma tradição etnográfica, que apreende a pequena propriedade como uma tradição mais antiga. Dentro dessa discussão, é possível destacar que a pequena propriedade rural toma duas posições, a primeira por ser um tipo particular de economia, como dizem Castro et al. (1979), subordinada ao sistema social dominante; e a segunda, numa relação entre o tradicional e o moderno, por congregar basicamente aspectos tradicionais.

Nesse contexto, Galjart (1979) acredita que explicar o desenvolvimento rural apenas pelo viés tradicional e moderno, que dominou os estudos em Sociologia Rural, não é suficiente para reconhecer a complexidade do problema. Assim, dentro dessa discussão sobre a problemática

do pequeno produtor no âmbito do desenvolvimento, Galjart (1979, p. 60) coloca três itens importantes a serem analisados: 1) ignorância: o pequeno produtor não sabe fazer outra coisa além daquela que tem feito; 2) impotência: ele sabe que poderia fazer outra coisa, mas não o faz, por razões financeiras ou por outras razões; e 3) desinteresse: o pequeno produtor sabe o que deveria fazer e pode fazer, mas não o quer fazer, por certos valores e atitudes que o retém. Galjart (1979) comenta ainda que essa classificação pode proporcionar certas vantagens, pois é possível identificar que fatores impedem o desenvolvimento e como resolvê-los, ou seja, se o fator identificado é a ignorância, por exemplo, a solução é injetar mais conhecimento.

Nesse ponto, fica fácil elucidar, como bem chamou atenção Galjart (1979), que os estudos dos sociólogos rurais sempre estiveram concentrados no fator “ignorância”, investigando como informações técnicas chegam os pequenos produtores e que impactos essas informações têm. Para esse autor, quando nasceu esse foco de pesquisa, era compreensivo que se desprezasse a questão da organização produtiva. Isso porque a intenção primordial era modernizar a pequena agricultura, pois alterar a organização produtiva não era possível no curto prazo. Por outro lado, Galjart (1979) comenta que nos dias atuais, fatores como *status* socioeconômico, a renda e o tamanho da propriedade são variáveis que explicam, às vezes muito melhor do que o fator educação, a adoção ou não de novos métodos.

Galjart (1979) realiza uma discussão interessante, levantando vários aspectos nesse contexto de organização produtiva. Esse autor comenta, por exemplo, que simplesmente muitos pequenos produtores não têm recursos necessários para adquirir novas tecnologias e mesmo que o tivessem, qualquer problema referente à adoção poderia ser extremamente desastroso, pois apesar de estudos que comprovem que determinada tecnologia é compensadora economicamente, Galjart (1979) expõe que, em determinadas regiões onde a colheita varia muito ao ano, 10% de aumento na produção não valeria muito a pena. Por outro lado, e até

parece óbvio, que nos setores agrícolas mais capitalizados – e não deixando de observar as condições da organização produtiva – esse impacto seria, em grande parte, marginal.

Para Galjart (1979), os riscos comerciais são extremamente importantes para o processo de estudo sobre os problemas da pequena propriedade rural. Esse autor comenta que os sociólogos rurais não dão a devida importância para esse fator, concentrando seus estudos nos fatores ignorância e desinteresse. Assim, Galjart (1979) comenta que os sociólogos não deveriam estudar porque eles [pequenos produtores] não adotam as inovações, e sim porque não se organizam para pressionar o governo. Talvez, por esse motivo, Alencar (1997) destinou considerável atenção aos estudos sobre o associativismo rural e as estratégias de intervenção, como forma de possibilitar aos pequenos produtores poder de barganha e poder de reivindicação.

Vale salientar ainda, dentro das considerações de Galjart (1979), o fator “desinteresse”, que pode mostrar muito sobre a problemática da identidade do pequeno produtor. Para Galjart (1979), esse fator desinteresse, na investigação sociológica, tem seguido direções diversas, mas que é possível enquadrá-lo em três grandes discussões.

Primeiro, os valores e atitudes relacionados com a “boa vida”, concernentes, por exemplo, com a satisfação da renda obtida pelo trabalho sem necessidade de aumentar essa renda, ou com a quantidade de ócio que o pequeno produtor deseja, ou ainda, por questões religiosas na adoção de novas tecnologias, onde as ações desses pequenos produtores estão limitadas por pressupostos e normas de interpretação religiosa.

Segundo, Galjart (1979) expõe sobre os valores e atitudes expressos na relação atividade-passividade, ou seja, o quanto o pequeno produtor acredita poder mudar e manipular o ambiente ou contexto onde ele vive. Nessa linha de raciocínio, vale salientar as discussões de Alencar (1997, p. 36) sobre os termos “cultura do silêncio”¹⁰ e “semi-intransividade”¹¹ de Paulo Freire, “*counterdevelopment*”¹² de Benno Galjart, “independência e interdependência”¹³ de Johan Galtung, “autoconfiança” de K. Verhagen, além dos termos “clientelismo”¹⁴ e “patronagem”¹⁵. Além destes pontos, Galjart (1979) coloca também o fator “auto-realização”, de conotação mais psicológica, ou seja, o que o indivíduo acredita ser importante em sua ascensão social, com características egóicas, e o que ele faz para realizar isso.

Por fim, Galjart (1979) relata sobre os valores e atitudes que governam as relações interpessoais nas comunidades rurais, ou seja, como esses pequenos produtores vêm sua relação com os demais atores sociais envolvidos no contexto onde estão inseridos. Para Galjart (1979) esse fator será extremamente importante no êxito das novas formas de associação necessárias ao desenvolvimento agrícola, por exemplo, se o pequeno produtor achar que uma aproximação de outros produtores está relacionada com os interesses que estes têm sobre algum recurso - em grande parte escasso - de sua propriedade, a aproximação pode

¹⁰ A “cultura do silêncio” expressa a submissão dos indivíduos em se acharem mudos ou semimudos de participarem criativamente na transformação da sociedade, mas ela não é imposta, nem construída pelo dominador, mas pelos que se acham dominados (ALENCAR, 1997).

¹¹ A “semi-intransividade” ocorre quando os indivíduos, em um nível de quase imersão, não conseguem captar muito dos desafios do contexto onde estão inseridos ou observam esses desafios de forma distorcida. Com isso, procuram, ora nos desígnios divinos, ora no destino, a explicação para seus problemas (ALENCAR, 1997).

¹² O termo “*counterdevelopment*” de Galjart, expõe Alencar (1997), opõe-se a certos mecanismos intrínsecos relacionados, ao que se pode chamar de “desenvolvimento normal” das coisas, ou seja, por exemplo, a tendência de alguns indivíduos mais capitalizados conduzirem as organizações locais ou a tendência dos grupos locais esperarem que o agente de mudanças desempenhe o papel de protetor e benfeitor, ou ainda, a tendência ao aumento da desigualdade de renda e riqueza entre os indivíduos. Essa constatação não quer dizer que os indivíduos devam ir contra o desenvolvimento em si, mas contra aspectos do desenvolvimento que acaba sendo perniciosos para muitos, não os possibilitando de se desenvolverem também.

¹³ Alencar (1997) salienta que o termo “independência” na obra de Galtung significa autonomia, combinada a autoconfiança e que predispõe o sentimento de auto-suficiência e predisposição para ação, enquanto o termo “interdependência”, pressupõe um estilo de cooperação que não produz novos padrões de dependência.

¹⁴ Para Alencar (1997) “clientelismo” significa a troca de favores entre pessoas, que está envolvida, de um lado, a solução de problemas e, de outro, a “lealdade” ou “submissão” política.

¹⁵ O termo “patronagem”, na concepção de Alencar (1997), expressa o sentimento de incapacidade das pessoas para lidarem com os problemas que enfrentam e a predisposição para recorrer aos indivíduos, tipos como mais poderosos, na tentativa de solucioná-los.

ser frustrada. O próprio Galjart (1979) comenta sobre um estudo que fez com pequenos produtores no Brasil, em que é possível vislumbrar essa falta de cooperação entre eles, muitas vezes por conflitos gerados na busca ativa de benefícios a serem concebidos por pessoas mais poderosas, ou seja, esses pequenos produtores acreditam que não poderiam depender de seus próprios esforços, discussão que se assemelha às considerações de Alencar (1997). Por outro lado, Galjart (1979) acredita que às vezes, a solidariedade entre pares pode não ser uma vantagem. Isso porque ela pode resultar no controle social e faz frear as tentativas individuais de mobilização.

Accarini (1987), por sua vez, apresenta as diversas conotações em que os estudos sobre o meio rural podem estar assentados, que compreendem, por exemplo, as técnicas e fatores de produção empregados, grau de integração nos mercados internos ou externos, rentabilidade e uso ou destino dos produtos gerados. A partir da verificação dessas conotações, a agricultura pode ter características de tradicional ou moderna, de subsistência ou comercial, destinada ao mercado interno ou externo, e ainda, de baixa ou alta rentabilidade. Essa discussão de Accarini (1987) vem a afirmar a complexidade que a agricultura brasileira tomou com o processo de modernização e integração aos mercados, por esse motivo, salienta esse autor, o espaço social brasileiro é bem disperso, que vai desde mudanças ambientais (clima, solo, topografia, etc.) até o tamanho da propriedade. Com isso, para Accarini (1987), enquadrar regiões, culturas ou criações em classificações específicas sempre comporta importantes exceções.

2.3.4 Desenvolvimento da agricultura e o desmonte da identidade

Feito o percurso extremamente complexo sobre a identidade e, conseqüentemente, o desmonte da existência dela no âmago dos indivíduos, talvez fique a incógnita de como realizar a ligação entre essa discussão e a questão da identidade do pequeno produtor, mesmo depois de

realizada a discussão sobre como se deu o desenvolvimento tecnológico da agricultura no Brasil. Isso porque falamos também de coisas distintas a essa problemática, como a loucura, a sexualidade, o crime e as relações de poder. O que tudo isso tem a ver com a identidade do pequeno produtor? Que contribuições essas discussões têm para o nosso trabalho?

Acreditamos que a leitura sobre a obra de Michel Foucault, que perpassa - às vezes corrompendo, às vezes se assemelhando - às considerações de Herbert Marcuse, Félix Guattari, Gilles Deleuze, Sigmund Freud e Jacques Lacan, nos possibilita uma nova maneira de olhar a realidade social. Talvez seja certo que a identidade não possui ligação alguma com a loucura ou a sexualidade e nem muito menos com o crime, mas essa discussão, apesar de distante, se assemelha muito com a problemática da identidade nos dias atuais.

Se olharmos pelo viés da sexualidade que, conseqüentemente, mostra a questão de invasão da intimidade, no processo de desenvolvimento rural brasileiro essa invasão foi extremamente verificável, principalmente nas considerações de Freire (1983). Olhando esse processo por um viés foucaultiano, o homem acaba não possuindo uma identidade própria, a qual foi construída a partir de suas intenções - pois Foucault (1989) acredita que somente a sociedade grega possibilitou isso aos indivíduos - mas possui uma identidade construída pelas intenções sociais. Isso porque, na concepção de Foucault (1999), tudo isso que designava a existência de uma “natureza humana” e que mostrou, após o século XIX, a existência de um homem constituído de uma subjetividade própria, não passa de uma formação discursiva, ou seja, os discursos sociais acabam por constituir o próprio sujeito.

Um ponto importante, referente a essa leitura de Foucault (1988), é que da mesma maneira que os discursos criam ou inventam novas formas de reconhecer o corpo social, acabam criando ou inventando novas formas de subjetividade humana, por esse motivo os indivíduos são tão dependentes do sistema social como um todo. Foucault (1982a) não leva sua discussão

a essa questão da dependência, pois se dissermos que existe uma “dependência” dos indivíduos ao contexto social, estamos alegando também a propensão à sua liberdade, como acreditavam Hegel (2002), Marx (1996a) e até Heidegger (1978).

Para Foucault (1988), essa “liberdade” não vai ocorrer - não nos moldes em que a modernidade se assenta - principalmente pelo fato do nascimento do homem para a ciência, que passou a inventar novas formas de reconhecê-lo; por esse motivo, Foucault (1999) vê o homem como duplo empírico-transcendental.

Com essa discussão, Foucault (1999) faz desaparecer o homem e sua subjetividade, pois se ele não faz nada além do que animar um discurso que está formado antes dele nascer, então ele não é passível de possuir uma subjetividade construída por suas próprias intenções. Não é difícil observar essa discussão foucaultiana no desenvolvimento da agricultura, pois se antes existiam agricultores de subsistência, onde o próprio homem desenvolvia suas tecnologias, hoje esse tipo de agricultor está quase em extinção, que faz nascer uma “dependência” desses agricultores do mercado, assim como faz nascer uma necessidade cada vez mais acentuada pelos insumos modernos.

Esse quadro de mudanças na problemática da pequena propriedade possui uma nítida ligação com as considerações de Foucault (1982b) sobre a loucura. Claro que Foucault (1982b) realiza um retrospecto e se estende até a idade clássica, procurando desvelar quê discurso dominou em cada época. Mas como o próprio Foucault (1982c) acredita que o poder está espalhado no corpo social, ou seja, não é possível encontrá-lo encarquilhado numa estrutura ou instituição, acaba por afirmar que os discursos são passíveis de modificações e, conseqüentemente, passíveis de deslocamento e com a capacidade de criar novas estruturas de poder.

Assim, todo esse processo de desenvolvimento tecnológico, numa análise foucaultiana, esquadriinha e desarticula o sujeito, fazendo com que ele se discipline, se enquadre ao sistema, que além de criar novas formas de tecnologias sociais, cria também novas formas de reconhecer o homem. Apesar de não entrarmos diretamente na questão do poder durante a nossa discussão da identidade, o poder sempre esteve implícito, pois se existe um processo de construção, desconstrução ou manutenção da identidade que se estabelece numa relação do sujeito com o contexto social, existem aí relações de poder.

Esse foi o grande salto da teoria foucaultiana, pois Foucault (1982a) vai olhar o poder não mais centralizado, por exemplo, no aparelho do Estado, como via Marx (1996b), nem em categorias de poder burocrático, carismático ou tradicional, como via Weber (1999), nem muito menos sob a égide da repressão ou da lei, mas sim um poder espalhado no corpo social. Para Foucault (1982a), todas essas designações de poder servem a uma mesma representação, que observa o poder como estrutural. Se o poder fosse apenas isso, ressalta Foucault (1982a), seria fácil miná-lo. Com isso, fica a questão: por que não foi possível, como acreditava Hegel (2002) e, principalmente, Marx (1996b), destruir essa estrutura de poder opressiva aos indivíduos?

A resposta a essa incógnita foi possível desvelar nesse percurso sobre a obra foucaultiana, pois para Foucault (1988), da mesma maneira que o poder constitui as relações sociais, por exemplo, relações de interesses, privilégios, opressão, cooperação e desenvolvimento tecnológico, ele constitui também o próprio sujeito. Com isso, o poder está implícito no próprio conteúdo discursivo, pois é o discurso, na concepção de Foucault (2002a), que arma lugar que o sujeito ocupa, da mesma forma que ele constrói a estrutura social, e por esse motivo, é difícil miná-lo.

Essa também foi uma das principais críticas de Habermas (1990) à obra foucaultiana. Primeiro, pelo fato da “mudança” que Michel Foucault realiza de um estudo sobre a constituição discursiva para um estudo entre saber e poder. Segundo, porque Foucault (1982c), da mesma forma que desfere suas críticas contra as ciências humanas, se utiliza de um termo desse campo de estudo: o poder. Mas dizer que houve uma mudança radical nos estudos de Michel Foucault é realizar uma afirmação que desconsidera a idéia central que esse autor teve durante todos seus estudos. Claro que todo percurso teórico não está isento de que ocorram mudanças, mesmo porque, à medida que o cientista se aprofunda em seu campo de estudo, passa a observar detalhes que antes estavam obscuros.

Por outro lado, desde que Michel Foucault realizou suas primeiras incursões teóricas, acreditamos que ele teve em mente mostrar esse espaço vazio preenchido pelo sujeito, que está totalmente entregue aos discursos sociais, principalmente os discursos científicos. Quanto à utilização do termo “poder” em suas obras, por diversas vezes Foucault (1999) afirmou a não existência dele. Essa seria uma ambigüidade da obra foucaultiana, pois se toda sua discussão se assenta numa discussão referente ao poder, como afirmar que ele não existe?

Aqui é interessante ressaltar que, da mesma forma que o foco dos estudos de Michel Foucault sempre foi o sujeito, por diversas vezes ele afirmou a não existência dele, o que de tudo também acaba num paradoxo. Sendo assim, afirmar que o poder é onipresente, também é afirmar que ele não existe, pois se não é possível constatar a existência dele concentrado em um lugar, também não podemos constatar sua presença. A intenção de Foucault (1988) foi utilizar esse termo, tão difundido no contexto social, para mostrar a problemática da sociedade moderna e corromper com as representações sobre o poder que havia dominado os estudos científicos até o momento. Vale ressaltar que Foucault (1988) nunca se utilizou deste termo da mesma forma que as ciências humanas o utilizaram.

Assim, para concluir a idéia, se olharmos essa problemática da identidade sob a égide de Michel Foucault, é possível destacar a não existência dela no âmago dos indivíduos. Isso porque a identidade acaba sendo outra das diversas criações ou invenções da sociedade moderna e que, se existe uma continuidade dos indivíduos no contexto social, essa continuidade perfaz o sentido tomado pelo discurso e não as intenções do próprio sujeito. Por esse motivo, como o próprio Foucault (1977, p. 144) mostra, muitos autores enquadram sua obra como positivista, e ele retribui dizendo que, se sua obra se assemelha com o positivismo, então ele é um “positivista feliz”. E ao encerrarmos este capítulo sobre a discussão teórica tanto da identidade quanto do processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira, podemos retomar então ao grande tema desta dissertação, ou seja, **a constituição do sujeito no âmbito do desenvolvimento tecnológico: identidade do pequeno produtor ou formação discursiva?**

3 O CAMINHO CIENTÍFICO E O DESVELAR DA IDENTIDADE

Acreditamos estar diante de um dos pontos mais importantes deste trabalho e, conseqüentemente, um dos mais complicados. A pergunta que nos rondou nesta parte é: como desenvolver o caminho a ser realizado na investigação científica? Incógnita difícil de ser respondida, pois como disse Minayo (1996), a construção do conhecimento numa teorização sobre a prática da pesquisa, não está isenta de interesse, de preconceito e de incursões subjetivas, assim como é a idéia de Habermas (1982). Para Minayo (1996), o arcabouço teórico da prática da pesquisa busca abranger aspectos particulares, além de relegar outros, mostrando a inevitável ligação entre conhecimento e interesse, entre condições históricas e avanços das ciências, entre a “identidade” do pesquisador e seu “objeto”, e a necessidade indiscutível da crítica interna e externa na “objetivação” do saber.

Até parece que Minayo (1996) se aproxima das considerações de Feyerabend (1977), que propõe um afrouxamento da ciência, por acreditar que uma aventura intelectual não conhece limites e não conhece regras. Pelo contrário, essa autora procura apenas ressaltar diferenças paradigmáticas entre pesquisadores que procuram fundamentar sua pesquisa de forma mais condizente com sua “visão de mundo”. Assim, a discussão que essa autora realiza está focada em questões ontológicas e epistemológicas da pesquisa, ou seja, na maneira como o pesquisador acredita ser “construída” a realidade (ontologia), e a partir dessa constatação, o que é considerado conhecimento (epistemologia).

Em meio a essa discussão paradigmática, Minayo (1996) resalta três paradigmas dominantes em pesquisa social, sendo: o positivismo sociológico (Durkheim) e o funcionalismo (Malinowski), a fenomenologia sociológica (Weber) e o materialismo histórico (Marx). A dominância desses paradigmas se expressa não apenas em termos ontológicos e

epistemológicos, mas principalmente em termos metodológicos, por possuírem métodos de pesquisa extremamente fundamentados e difundidos.

Apesar dessa dominância, nos últimos anos houve uma proliferação de paradigmas, em termos ontológicos e epistemológicos, que proporcionaram um novo olhar sobre a pesquisa social. Lincoln e Guba (2000) ressaltam que em termos metodológicos, é inevitável a aproximação com esses paradigmas dominantes, pelo fato da grande difusão de métodos em pesquisa social que esses paradigmas proporcionaram. Por outro lado, Lincoln e Guba (2000) acreditam que esses paradigmas emergentes possibilitam uma nova maneira de “ler” os “dados” da pesquisa social, ocorrendo um salto significativo na maneira de se fazer ciência. Com isso, dentre esses novos paradigmas, é possível destacar, de acordo com May (2004), o pós-modernismo, o pós-estruturalismo e o feminismo, por exemplo.

Acreditamos que essa discussão paradigmática toma forma sintética no trabalho de Burrell e Morgan (1982), que conseguem congregam as diversas teorias sociais existentes em quatro paradigmas sociológicos: 1) *Sociologia funcionalista* (Objetivismo, Teoria do Sistema Social, Interacionismo, etc.), 2) *Sociologia Interpretativa* (Hermenêutica, Fenomenologia, etc.), 3) *Estruturalismo Radical* (Teoria do Conflito, Marxismo Contemporâneo, etc.) e 4) *Humanismo Radical* (Teoria Crítica, Existencialismo Francês, etc.). Esses autores enquadram esses paradigmas em duas dimensões que vão, por um lado, da sociologia da regulação até a sociologia da mudança radical e por outro lado, da subjetividade até a objetividade, como é possível observar na Figura 1.

Sociologia da mudança radical		
Subjetividade	Humanismo radical	Estruturalismo radical
	Sociologia interpretativa	Sociologia funcionalista
	Sociologia da regulação	
	Objetividade	

Figura 1 – Os quatro paradigmas sociológicos

Fonte: Adaptado de Burrell e Morgan (1982)

Pois bem, qual a necessidade de realizar uma discussão paradigmática neste trabalho? Essa discussão tem o objetivo primordial de dizer a posição tomada pelo pesquisador no âmbito deste trabalho? Essa questão paradigmática não é algo implícito no desenvolvimento da pesquisa, não sendo necessário elucidá-la?

Talvez, realmente estejamos destinando um tempo valioso numa discussão sem muito propósito e que abre infindáveis questionamentos sobre sua relevância. Por outro lado, estamos cientes de que, no percurso teórico, desenvolvemos uma discussão abrangente, principalmente sobre a questão da identidade. Se observarmos essa discussão em termos paradigmáticos, é possível congregá-las, por exemplo, nos quatros paradigmas propostos por Burrell e Morgan (1982). Com essas considerações, May (2004), ao realizar uma discussão sobre a teoria social e a pesquisa social, acredita que seria interessante, para obter uma leitura profunda do fenômeno em estudo, não se posicionar frente a um paradigma teórico que mais se enquadra com a visão de mundo do pesquisador. Isso porque,

A teoria, junto com a pesquisa, é de central importância nas ciências sociais. Ela é útil para a interpretação dos dados empíricos. (...) Desse ponto de vista, para obter o máximo de suas explicações é necessário adotar uma atitude aberta e investigativa. O estudo da teoria social e da pesquisa social é um empreendimento reflexivo no qual é problemático supor que um paradigma teórico, como um sistema de pensamento fechado, seja capaz de explicar o mundo social plenamente. As teorias sociais monopolíticas e as abordagens unidimensionais de pesquisa não podem explicar o funcionamento das sociedades ou entender as relações sociais plenamente (MAY, 2004, p. 43).

Não estamos querendo explicar o mundo social plenamente, pois seria ingênuo pensar nesta possibilidade. O problema central dessa amplitude paradigmática é que quando Burrell e Morgan (1982) discutem sobre a existência desses paradigmas ressaltam, principalmente, que são excludentes. Partindo dessa constatação de Burrell e Morgan (1982) sobre os paradigmas serem excludentes, e tendo como pretensões, após o percurso teórico, realizar uma nova leitura sobre o tema identidade, iremos nos posicionar frente às considerações que congreguem as discussões de Michel Foucault.

3.1 Delimitação teórica da pesquisa

Com isso, talvez fiquem as incógnitas: como realizar o percurso metodológico se Michel Foucault corrompe com essa questão da cientificidade, que não faz nada além do que inventar novas formas de reconhecer o homem? Ou ainda, como desenvolver uma pesquisa se a discussão de Michel Foucault já pronuncia a não existência do homem, ou seja, como realizar a coleta com os supostos sujeitos da pesquisa?

Incógnitas importantes e que colocam em foco a relevância do nosso trabalho, mas se é aceitável falar sobre uma suposta não existência da identidade, isso só é possível desvelar com uma pesquisa. Apesar de Michel Foucault expor em seu trabalho a não existência do homem, seu foco de estudo sempre foi ele [o homem], não como indivíduo unificado e ativo no contexto social - como se deram as discussões sobre a existência da identidade - mas como um sujeito passivo a um processo de subjetivação constante, realizado pelos discursos.

Não obstante à aproximação que estamos realizando da discussão teórica do trabalho de Michel Foucault, na construção da metodologia de pesquisa, levamos em consideração a constatação de Lincoln e Guba (2000), sobre a inevitável aproximação em termos metodológicos que essas teorias emergentes têm com os paradigmas dominantes.

Além disso, Michel Foucault nunca realizou pesquisas “empíricas” com sujeitos, que fundamentassem suas discussões teóricas e desenvolvessem métodos ou procedimentos que auxiliassem outros pesquisadores que viessem a realizar esse tipo de pesquisa, tendo como foco sua idéia. Foucault (1997, p. 23) deixa isso bem claro no primeiro capítulo de seu trabalho, dizendo que:

O emprego dos conceitos de descontinuidades, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação, coloca, a qualquer análise histórica, não somente questões de procedimentos, mas também problemas teóricos. São estes os problemas que vão ser aqui estudados (as questões de procedimentos serão consideradas no curso das próximas pesquisas empíricas, se eu tiver, pelo menos, a oportunidade, o desejo e a coragem de empreendê-las).

Sendo assim, independente de como realizamos esse percurso metodológico, ou melhor, como realizamos a coleta de dados, a ligação que fizemos entre pesquisa social e teoria social está na maneira de ler os dados da pesquisa.

Portanto, é a análise dos dados que nos possibilitou realizar a leitura que fizemos entre a teoria de Michel Foucault (teoria social) e a identidade do pequeno produtor (pesquisa social). Sendo assim, conduzimos nossa coleta dos dados de maneira similar a qualquer outro método de pesquisa, tendo como foco a questão da identidade. Essa posição tem o objetivo proporcionar ao leitor, no sentido expresso por Gaskell e Bauer (2001), uma prestação de contas e uma possível confiança no desenvolvimento da pesquisa. Estamos cientes que a nossa posição frente à teoria de Michel Foucault não necessariamente nos “impõe” essa obrigação, mas como dissemos, não é a maneira como os dados foram coletados e sim como foram analisados que nos permitiram realizar a leitura da suposta não existência da

identidade. Talvez, por esse motivo, Michel Foucault nunca realizou uma pesquisa empírica (no sentido de uma pesquisa realizada com sujeitos, os quais foram amplamente discutidos no seu trabalho), mas destinou atenção especial aos arquivos.

Sendo assim, para realizar o percurso metodológico deste trabalho, levamos em consideração alguns pontos-chave que nos conduziram aos métodos adotados na investigação científica. Apesar de Foucault (1999) afirmar essa não existência do sujeito, sua discussão leva em consideração uma suposta constatação de um mundo subjetivo, que seria o eco discursivo ou duplo empírico-transcendental, e também um suposto mundo objetivo, constituído pelos discursos.

Essa constatação mostra que o objeto de estudo, independente do posicionamento adotado pelo autor, sempre foi o mesmo, que no nosso caso se expressa nessa constatação de existência de um mundo subjetivo e um mundo objetivo. Deixaremos, pelo menos por enquanto, essa discussão de Michel Foucault em aberto e a retomaremos quando formos discutir o método de análise dos dados. Com essas evidências, na discussão dos métodos de coleta de dados, nos posicionamos frente a métodos que nos possibilitaram desvelar a identidade.

Sendo assim, nessa discussão da identidade, o tempo esteve presente na discussão de todos os autores, ou melhor, a possibilidade de continuidade do indivíduo no contexto social. Independente do posicionamento de cada autor, o tempo esteve expresso, implícita ou explicitamente, em suas discussões. Assim, podemos destacar que, até mesmo nas considerações de Foucault (1999), o tempo está presente e pode ser evidenciado, quando esse autor discute a reduplicação do homem e sua finitude.

Quanto ao mundo objetivo, as discussões desses autores referiram-se à cultura (ERIKSON, 1986), institucionalismo (HABERMAS, 1990), realidade (HEGEL, 2002), discursos

(FOUCAULT, 1999), universo técnico (HEIDEGGER, 1971), entre outras maneiras de reconhecê-lo. Nesse contexto, observando as inúmeras manifestações da vida moderna, como bem chamou atenção Hegel (2002), delimitamos o mundo objetivo frente à discussão da modernização da agricultura.

Essa delimitação leva em consideração, primeiro, os três fatores que Araújo (2003) acredita serem necessários no desenvolvimento das ciências, que são: 1) toda a ciência se compõe de um conjunto de hipóteses e teorias resolvidas e a resolver; 2) possui um objeto próprio de investigação, que é um determinado setor da realidade recortado para fins de descrição e explicação; 3) possui um método, sem o qual as tarefas anteriores seriam impraticáveis. Mesmo delimitando a partir da modernização da agricultura, o trabalho de pesquisa ainda torna-se complexo, pois as manifestações ainda são inúmeras.

Essa abrangência é extremamente importante durante a discussão teórica do trabalho científico que, como disse Minayo (1996), é necessária uma bibliografia extremamente ampla para traçar a moldura dentro da qual o objeto se situa, ou seja, destacar os vários pontos de vista, com o intuito de mostrar o “estado da arte”. Por outro lado, Minayo (1996) ressalta que é necessário realizar um recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação. Esse recorte espacial, para essa autora, significa o campo de pesquisa.

Com essa constatação, a delimitação quanto à modernização da agricultura foi o Programa Arenito Nova Fronteira, que teve início a partir de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). Esse projeto se ampliou, transformando-se num programa governamental levado a cabo através de uma parceria do IAPAR com o governo do Paraná, a iniciativa privada e o terceiro setor, com o intuito de desenvolver a região Noroeste do Estado. Santos e Ichikawa (2002) mostram que o principal objetivo deste Programa era

possibilitar o desenvolvimento tecnológico, através da pesquisa e aplicação de novas tecnologias, com a intenção de suprir as deficiências do solo da região do arenito.

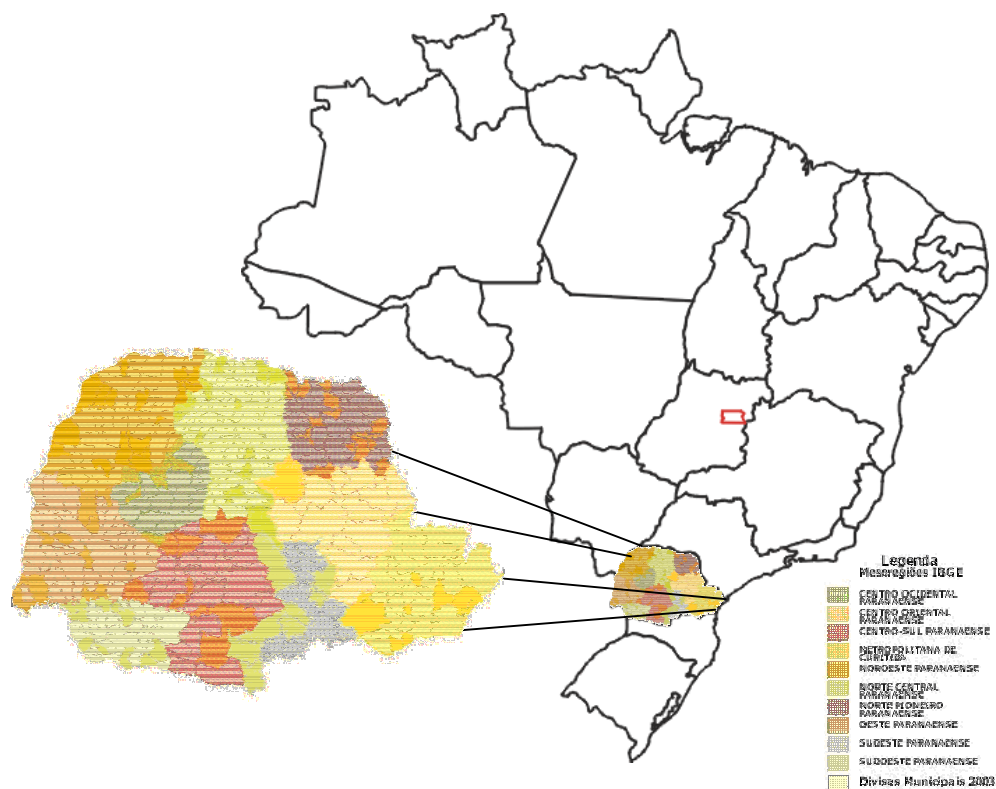


Figura 2 – Mapa do Estado do Paraná dividido em mesoregiões

A região Noroeste do Estado do Paraná constitui uma área de 3,2 milhões de hectares, compreendendo cerca de 110 municípios (Figura 3). Nesse contexto, o Programa Arenito Nova Fronteira, que teve como objetivo a introdução de novas tecnologias, como por exemplo, cultivares de soja em áreas degradadas, iniciou as principais ações de difusão dessas tecnologias nas regiões de Umuarama, Cianorte e na Estação Experimental de Paranavaí (SANTOS e ICHIKAWA, 2002).

Santos e Ichikawa (2002) comentam que a prefeitura de Umuarama teve um papel central nesse processo de difusão de novas tecnologias desenvolvidas pelo IAPAR. Com o intuito de

implantar seu Programa de Arrendamento de Terras (PATER), a prefeitura de Umuarama buscou parceria com o IAPAR no sentido de dar respaldo na difusão dos conhecimentos tecnológicos. Sendo assim, antes mesmo do programa governamental se constituir, o que ocorreu oficialmente em setembro de 2001, já existia um vínculo entre o IAPAR e a prefeitura de Umuarama, no sentido de possibilitar o desenvolvimento tecnológico da região (ICHIKAWA et al., 2004).



Figura 3 – Município de Umuarama na região noroeste do Estado do Paraná

Com essa constatação, de que a região de Umuarama (Figura 3) foi a primeira onde ocorreu a difusão da tecnologia, então foi esta região, particularmente, o campo de pesquisa deste trabalho. A escolha desta região não foi ao acaso, pois durante as discussões sobre a “identidade”, ficou constatado que uma das principais características dela [a identidade] é o tempo, ou melhor, a continuidade do indivíduo no contexto social. Por isso, acreditamos que a influência do Programa Arenito Nova Fronteira sobre os pequenos produtores esteja mais difundida nessa região, pois as primeiras ações desenvolvidas sistematicamente datam de 1997.

Feita a delimitação em termos de espaço geográfico, será necessária uma discussão com o intuito de delimitar o que se entende por pequeno produtor. Até parece óbvia a expressão

“pequeno produtor”, mas se não realizarmos essa discussão, ficaria difícil delimitar quem seriam os supostos sujeitos da pesquisa.

Uma das primeiras constatações de diferenças existentes entre pequenos, médios e grandes produtores, pode ser evidenciada no trabalho de Alencar (2001). Esse autor relata sobre a existência de quatro tipos básicos de unidade de produção (UP), sendo: a) Latifúndio; b) empresa agropecuária capitalista; c) empresa agropecuária familiar; e d) unidade camponesa (Quadro 1). A discussão que esse autor desenvolve sobre esses quatro modelos se assemelha ao que Max Weber chamou de “tipos ideais”, ou seja, modelos “puros”, que servem para classificar fenômenos particulares de acordo com os traços gerais apresentado pelos mesmos.

Quadro 1 – Quatro categorias básicas de Unidades de Produção (UP)

Categorias		Latifúndio	Empresa capitalista	Empresa familiar	Unidade camponesa
Nível tecnológico	Alto Baixo	X	X	X	X
Força de trabalho	Assalariada Familiar Parceiros/ outros	X	X	X	X
Comercialização da produção	Alta Baixa	X	X	X	X
Nível de especialização	Especialização Policultura	X	X	X	X
Área	Multimodular Modular Minifúndio	X	X	X	X

Fonte: Alencar (2001, p. 34)

Assim, Alencar (2001) expõe que as UP empresa agropecuária e empresa familiar possuem características comuns, como alta composição de capital de exploração, alto grau de comercialização da produção (visam basicamente o mercado) e especialização (possuem poucas linhas de exploração). O latifúndio e a empresa agropecuária se assemelham quanto ao tamanho de sua área, nível de comercialização e grau de especialização, mas diferem quanto ao tipo de trabalho, pois no latifúndio não se utiliza mão-de-obra assalariada. A empresa

familiar e a unidade camponesa assemelham-se quanto ao tamanho da UP, mas diferem quanto ao grau de capitalização, nível de especialização e comercialização. O latifúndio se assemelha à unidade camponesa quando ao baixo nível de especialização e comercialização, mas difere quanto ao tamanho, grau de comercialização e nível de especialização.

Nesse contexto, procurando verificar a influência do Programa Arenito Nova Fronteira sobre a identidade do pequeno produtor, apesar da similaridade em termos de área da empresa agropecuária familiar e a unidade camponesa, a empresa agropecuária familiar tem um alto vínculo mercadológico, diferente da unidade camponesa, onde a produção é destinada, basicamente, à subsistência. Assim, a influência do Programa sobre a unidade camponesa pode ser considerada mínima ou nenhuma. Com essa constatação, entendeu-se pequena propriedade rural, neste trabalho, a unidade de produção com as características, expostas por Alencar (2001), da empresa agropecuária familiar.

A intenção primordial de nos posicionarmos frente à empresa agropecuária familiar exposta por Alencar (2001) é simplesmente uma questão de delimitação de estudo. Mesmo porque, nem essa discussão da agricultura familiar e nem o desenvolvimento de um conceito que consiga abarcar todas as unidades de produção familiares ainda não foram concretizados. Como disse Lamarche (1993, p.18) “as explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo”.

Sendo assim, delimitamos o que se entende por pequena propriedade neste trabalho a esse modelo de exploração familiar que, como conceitua Lamarche (1993, p.15), é “a unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Esse posicionamento não destitui a nossa intenção primordial de trabalhar com a pequena propriedade rural, pois, como expõe Wanderley (2001), a agricultura familiar é, em geral,

pequena, ou seja, possui poucos recursos e tem restrições para potencializar sua força produtiva. Por outro lado, não é porque a propriedade é pequena, na perspectiva de Wanderley (2001), que ela se caracteriza como uma agricultura familiar, pois não é sua dimensão e sim as suas relações internas e externas que determinam sua natureza, aqui estabelecida pelas características expressas por Alencar (2001). Vale salientar ainda, seguindo a linha de raciocínio de Wanderley (2001) que a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam, necessariamente, a desagregação da agricultura familiar, mas constitui elementos positivos que podem proporcionar à família, atributos para viabilizar suas estratégias presentes e futuras.

Além dessa discussão qualitativa da pequena propriedade rural, nos moldes da agricultura familiar, Cardim et al. (2005), discutindo a exploração e ocupação do espaço agrário brasileiro, apresentam uma caracterização do que se entende por pequeno, médio e grande produtor, em termos de dimensões de terras. Esses autores, a partir dos conceitos oriundos do Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504 de 30 de novembro de 1964, expõem, a existência de quatro tipos de propriedade rurais, sendo: minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade.

Assim, Cardim et al. (2005) classificam: o minifúndio como o imóvel rural¹⁶ com dimensão inferior a 1 (um) módulo fiscal¹⁷; a pequena propriedade é o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; a média propriedade é o imóvel rural

¹⁶ De acordo com o art. 4, parágrafo I, da Lei n.º 4.504 de 30 de novembro 1964, entende-se imóvel rural como o prédio rústico, de área contínua, formada de uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um mesmo proprietário, que seja ou possa ser utilizado em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial, independentemente de sua localização (BRASIL, 1964).

¹⁷ O módulo fiscal é a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município e leva em consideração: o tipo de exploração predominante no município, renda obtida com a exploração predominante, outras explorações existentes no município e o conceito de propriedade familiar, estabelecido no art. 4, parágrafo II, da Lei n.º 4.504 de 30 de novembro de 1964, que diz: “Propriedade Familiar é o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros” (BRASIL, 1964).

de área superior a 4 (quatro) até 15 (quinze) módulos fiscais; e grande propriedade com área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

De acordo com dados publicados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR), através de um Manual de Orientação da Câmara Especializada de Agronomia, a quantidade de hectares do módulo fiscal, estabelecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para a região de Umuarama, são 20 (vinte) hectares (CREA, 2003). Assim, nos moldes estabelecidos pela Lei n.º 4.504, exposto por Cardim et al. (2005), a pequena propriedade, nessa região, em termos de extensão de terras, é aquela que possui de vinte a oitenta hectares de terra.

A apresentação dessa classificação, apesar de marginal em nosso trabalho, nos possibilitou uma primeira delimitação dos nossos supostos sujeitos de pesquisa. Como disse Wanderley (2001), a agricultura familiar é, em geral, pequena, mas nem todas as pequenas propriedades são explorações familiares. Com essa constatação e tendo como foco principal a exploração familiar, poderíamos estabelecer uma delimitação apenas para uma seleção inicial dos supostos sujeitos da pesquisa, em termos de quantidade de terras, aqueles que possuem área inferior a 80 (oitenta) hectares. Após essa delimitação é que realizamos uma nova seleção no padrão proposto por Alencar (2001).

Com essa constatação, acreditamos que a delimitação em termos do que seria pequeno produtor está formulada. Voltaremos a esse assunto quando formos discutir sobre os métodos de pesquisa e a delimitação, mais especificamente, dos sujeitos da pesquisa escolhidos em Umuarama.

Nesse ponto, retomando as considerações de Araújo (2003) sobre os três fatores indispensáveis no desenvolvimento das ciências, acreditamos que o primeiro, constituição teórica, e o segundo, delimitação da pesquisa, foram realizados. Somente o terceiro, o método

de pesquisa, ainda está faltando descrever neste trabalho. De posse dessa constatação e após a discussão sobre os dois contextos em que se processam a identidade, por um lado, subjetivamente e, por outro lado, socialmente, a pesquisa propriamente dita deverá contemplar, conseqüentemente, esses dois contextos.

3.2 A trajetória para a busca de fontes documentais

Assim, foi necessário realizar uma descrição mais detalhada do Programa Arenito Nova Fronteira, conduzindo essa descrição para as ações desenvolvidas na região de Umuarama. Selltiz et al. (1975) relatam que qualquer comunidade que utilize a escrita possui muitos dados e documentos sobre o comportamento de seus membros, e que o pesquisador social pode utilizá-los. Assim, no processo de descrição do Programa Arenito Nova Fronteira, utilizamos o método de pesquisa documental. May (2004) observa a importância da pesquisa documental, ao relatar que esse tipo de pesquisa pode mostrar muitas coisas sobre a maneira na qual os eventos são construídos, as justificativas empregadas, assim como fornecer materiais para investigações que requerem mais profundidade no assunto.

Selltiz et al. (1975), discutindo sobre as fontes em pesquisa documental, consideram a possibilidade do pesquisador social utilizar registros estatísticos, documentos pessoais – como autobiografias, cartas, diários etc. - e informações obtidas através dos meios de comunicação de massa. May (2004) expõe que hoje em dia, existe uma ampla variedade de fontes documentais que inclui, complementando as fontes expostas por Selltiz et al. (1975), documentos históricos, leis, declarações, relatos de pessoas sobre determinados assuntos.

Para May (2004), existem variados propósitos para a pesquisa documental, como por exemplo, análise da história de vida de determinada pessoa através de documentos pessoais ou determinado evento através de documentos históricos. Os documentos históricos proporcionam ao pesquisador social, segundo May (2004), um meio de entender contextos e

situações de relatos contemporâneos. Com essa constatação, May (2004) apresenta uma situação interessante, colocando a pesquisa documental aplicada junto com outros métodos de pesquisa, próximo ao que propusemos fazer nesta dissertação.

Com essa discussão, é possível observar a amplitude que a palavra “documento” tomou neste trabalho. Ora significando documentos históricos, registros, etc., ora significando documentos pessoais, relatos sobre determinados eventos, entre outros. Observando essa amplitude e verificando a necessidade de delimitar os tipos de documentos que seriam analisados, com o intuito de fazer uma descrição do Programa Arenito Nova Fronteira, recorreremos às considerações de Hodder (2000), sobre a diferença entre documento enquanto arquivo e documento enquanto registro. Para esse autor, os dois termos sempre foram usados de modo similar, mas é importante mostrar essa distinção. Hodder (2000) inicia sua discussão com a diferença entre os termos: os registros incluem, por exemplo, certificados de casamento, contratos de construção, etc., enquanto os arquivos, por outro lado, incluem, numa perspectiva mais pessoal, diários, cartas, notícias, notas de campo. Portanto, os registros são documentos de caráter oficial, enquanto os arquivos em si são de caráter mais pessoal.

Hodder (2000) relata que apesar de marginal essa diferenciação, ela é extremamente importante, pois os pesquisadores podem ter amplo acesso a determinados tipos de “arquivos” e, contrariamente, ter acesso restrito a determinados tipos de “registros”, pelo fato de que, em muitos casos e dependendo da pesquisa, eles [os registros] serem privados, confidenciais e não disponíveis. Por esse motivo, tanto May (2004) quanto Selltiz et al. (1975), relatam sobre a dificuldade que os pesquisadores podem encontrar em trabalhar com determinados tipos de documentos.

Assim, Merriam (1998) relata que uma proposta específica para a pesquisa documental é apreender mais sobre determinada situação, pessoa ou investigação de determinado evento.

Essa autora coloca que a pesquisa documental pode ser utilizada na investigação, por exemplo, da história de vida de uma pessoa ou descrição de um programa, onde a intenção é esclarecer ou possibilitar uma contextualização da presente situação, o que se aproxima muito do que pretendemos fazer.

Nesse contexto, as fontes de pesquisa documental foram: publicações, notícias, etc., colhidos através de meios eletrônicos, bibliotecas e, principalmente, as publicações sobre o Programa na região de Umuarama. Como já havíamos relatado, o nosso intuito foi realizar uma descrição histórica sobre o Programa, no sentido de verificar que ações foram desenvolvidas, que resultados foram obtidos, como o projeto está nos dias atuais, na tentativa de realizar uma contextualização, e não verificar a validade de determinadas ações através de documentos não disponíveis, no sentido descrito por Hodder (2000). Com isso, podemos dizer que essa pesquisa documental serve a duas frentes: primeiro, realizar a descrição do Programa Arenito Nova Fronteira, o que estamos tentando mostrar durante toda essa discussão sobre pesquisa documental e segundo, realizar uma pesquisa inicial para saber quem serão os nossos supostos sujeitos da pesquisa.

3.2.1 Análise dos documentos sobre o Programa Arenito Nova Fronteira

Antes de discutir sobre os sujeitos da pesquisa, é necessário saber como foi realizada a análise dos documentos levantados. Com essa constatação, May (2004) apresenta duas formas de análise em pesquisa documental: uma de cunho mais quantitativo e outra mais qualitativa. Em termos quantitativos, para May (2004), a forma mais utilizada é a análise de conteúdo que incluiria três estágios: 1) estabelecer o problema de pesquisa; 2) recuperar o texto e empregar métodos de amostragem; e 3) interpretação e análise dos dados. Esse método de amostragem procura focar a frequência com que certas palavras ou frases particulares ocorrem no texto, ou seja, palavras e frases são transformadas em números de vezes em que elas ocorrem no

texto, possibilitando tomá-las como indicador de sua significação e que, conseqüentemente, suporta a confiabilidade e validade dos dados classificados.

Por outro lado, May (2004) relata que esse método de análise dos dados pode tornar-se um modelo grosseiro de estímulo-resposta do comportamento humano, ou seja, em pensar que o que as pessoas lêem é o mesmo que elas pensam. Sendo assim, considera esse autor que a frequência com que as palavras ocorrem em um texto (ênfase quantitativa) pode não dizer nada sobre a sua significação (ênfase qualitativa).

Com essa constatação, May (2004) expõe que na ênfase qualitativa de análise dos documentos, a idéia inicial é vislumbrar, de maneira ampla, o contexto social de produção dos textos. Assim, o analista realiza uma leitura dos textos em termos dos seus símbolos, ou seja, o texto é abordado a partir do entendimento do contexto da sua produção pelo analista. Esse autor coloca ainda que a flexibilidade deste método permite ao pesquisador considerar não apenas as maneiras nas quais os significados são construídos, mas também aquelas nas quais são desenvolvidos e empregados significados novos.

Com a apresentação desses dois métodos de análise de dados, acreditamos que a ênfase mais qualitativa foi a que melhor permitiu descrever, com maior riqueza de detalhes, o Programa Arenito Nova Fronteira. Nossa intenção não foi realizar um estudo minucioso e exaustivo, em termos quantitativos, dos textos selecionados, mas proporcionar ao leitor uma descrição ampla e contextualizada do Programa e seu impacto na região de Umuarama. Sendo assim, acreditamos ter concluído o caminho na busca da descrição do Programa Arenito Nova Fronteira. Agora podemos destinar atenção especial na construção do caminho para a busca de evidências da identidade do pequeno produtor, foco principal deste trabalho.

3.3 O caminhar sobre a suposta identidade do pequeno produtor

Após esse longo percurso sobre como realizamos a descrição do Programa Arenito Nova Fronteira, passaremos para uma discussão focada nos sujeitos da pesquisa, ou seja, aqueles os quais estudamos sua “identidade”: os pequenos produtores da região de Umuarama.

Com essa constatação, seria possível desenvolver um estudo sobre a identidade desse pequeno produtor, por exemplo, com uma análise documental ou a apreensão de normas e padrões comuns de conduta? Seria possível apreender essa identidade com a aplicação de um questionário com questões objetivas e métodos estatísticos para verificar similaridades entre as respostas e, conseqüentemente, uma homogeneidade “identitária” desses produtores? Mais uma vez essas questões são de difícil resposta, devido ao fato de levarem em consideração, por exemplo, questões paradigmáticas entre pesquisadores que fundamentam sua pesquisa de maneira mais condizente com sua “visão de mundo”, como já havíamos ressaltado.

Apesar disso, fazemos referência à discussão que Minayo (1996) realiza sobre a polêmica existente entre a pesquisa quantitativa *versus* qualitativa, mundo objetivo *versus* mundo subjetivo, dizendo que essa polêmica não pode ser assumida apenas pela opção pessoal do cientista ao abordar a realidade, mas que deve apontar para o problema específico do objeto do conhecimento. Com essa constatação e tendo a intenção, como já havíamos dito, de realizar a interação entre teoria social e pesquisa social, partimos de constatações mais gerais nas discussões teóricas sobre a identidade. Assim, conduzimos as discussões sobre o suposto mundo “objetivo” a partir do Programa Arenito Nova Fronteira, e fica a incógnita sobre como desvelar a suposta existência de um mundo “subjetivo”.

Com isso, acreditamos que só podemos vislumbrar essa “identidade” a partir de uma ênfase mais qualitativa, pois se podemos falar na existência dela, independente dela se dar numa interação com o mundo objetivo, é através de uma exploração subjetiva. Vale destacar que,

com essa discussão, se o filósofo francês Michel Foucault tivesse contato com nosso trabalho, iria desferir seu famoso “riso filosófico”, pois apesar da referência que fazemos aos seus textos, ainda estamos investigando algo como a identidade. Mas, vale destacar que, se existe ou não, se é possível falar ou não de uma identidade, como já havíamos dito, isso só é verificável com o desenvolvimento de uma pesquisa e sua análise.

Portanto, o instrumento de coleta que possibilita maior profundidade na apreensão da identidade é a entrevista. Mas, dizer apenas que realizamos entrevistas com os sujeitos da pesquisa é algo extremamente vasto. Primeiro, como propõem Gaskell e Bauer (2004), na tradição qualitativa de pesquisa, uma das maneiras de se obter a confiabilidade e fidedignidade – expressões tomadas da tradição quantitativa – é através da transparência e clareza nos procedimentos, o que realmente estamos destinando tempo considerável no desenvolvimento desta dissertação. Segundo, como mostram Fontana e Frey (2000), as entrevistas incluem ampla variedade de formas e também uma multiplicidade de usos. Dentre essas formas, esses autores citam que as entrevistas podem ser individuais, numa interação face a face, grupais, na interação entre o pesquisador e o grupo, a partir de questionários enviados por correio, entrevistas por telefone e também os famosos *surveys*. Com isso, as entrevistas podem ter a forma estruturada, semi-estruturada ou não-estruturada. Além dessa amplitude de formas, Fontana e Frey (2000) ressaltam que as entrevistas respondem a vários interesses, podendo ser usadas para pesquisas de marketing, opiniões sobre eleições políticas ou análises acadêmicas.

Com esse percurso, é possível evidenciar o quão vago fica, para um pesquisador, dizer apenas que realizou entrevistas, como justificativa de sua técnica de coleta de dados. Claro que o leitor, neste ponto, não desconhece os propósitos do nosso trabalho, mas devemos descrever com maior rigor de detalhe que tipo de entrevistas utilizamos e o porquê. Dentre as formas de entrevista destacadas por Fontana e Frey (2000) - estruturada, semi-estruturada e não-

estruturada - a primeira é formada por questões pré-estabelecidas e com categorias de respostas formadas; a segunda também se utiliza de questões pré-estabelecidas, mas não de categorias de respostas formadas, ficando a cargo do entrevistado a resposta a ser considerada; e por fim, a terceira não possui nem questões, nem categorias de resposta pré-formada, e neste caso o pesquisador só dispõe de um roteiro com a intenção apenas de poder cobrir alguns aspectos importantes no desenvolvimento da entrevista.

Com essa descrição sobre os tipos de entrevista e com a constatação de que a identidade toca em aspectos subjetivos, com características particulares, acreditamos que a melhor forma de entrevista que nos possibilitaria, conseqüentemente, uma melhor apreensão das particularidades dos sujeitos, é a entrevista não-estruturada. Recorremos a May (2004, p. 150), na tentativa de justificar a nossa opção, pois para esse autor, “as entrevistas estruturadas dão muito pouco espaço para as pessoas expressarem as suas próprias opiniões da maneira que escolhem, elas têm que se ajustar a quadros ou categorias que o pesquisador já predeterminou”. Nessa mesma linha, Minayo (1996, p. 121) considera que “quando se trata de apreender sistemas de valores, de normas, de representações de determinado grupo social, ou quando se trata de compreender relações, o questionário se revela insuficiente”.

As justificativas não param aqui, e neste ponto, as considerações de Bernd (2003, p. 19) sobre o trabalho de Paul Ricoeur, mostram que a identidade não possui outra forma do que a narrativa, isto porque, “definir-se é, em última análise, narrar”. Essa autora coloca que para Ricoeur, somente através das histórias que as pessoas ou grupos narram sobre si mesmas, é que é possível extrair a essência de suas vidas, vislumbrando quê significado elas atribuem ao contexto em que estão inseridas. Essas considerações, além de justificarem a utilização do método de entrevistas não-estruturadas, apresentam ainda a forma como as entrevistas foram conduzidas, ou seja, a entrevista de história de vida. Antes de entrarmos nesse assunto, será necessário uma discussão mais aprofundada sobre a entrevista não-estruturada.

Sendo assim, May (2004) relata que as chamadas entrevistas “informais”, “não-padronizadas” ou “não-estruturadas”, proporcionam dois focos diferentes pelas seguintes razões: 1) ela provê profundidade qualitativa ao permitir que os entrevistados falem sobre o tema no qual usa próprias estruturas de referências, ou seja, que eles “naveguem” por significados e idéias das quais já estão familiarizados; 2) ela oferece um entendimento sobre o ponto de vista dos sujeitos. Com essa última constatação, May (2004) expõe que para muitos autores, esse tipo de entrevista pode apresentar uma defasagem pelo seu caráter aberto. Essa defasagem se expressa, principalmente, pelo fato dela [a entrevista] desafiar as pré-concepções do pesquisador, ou seja, a maneira como os sujeitos da pesquisa observam determinada realidade difere da maneira do pesquisador. Por outro lado, esse autor acredita que essa defasagem é aparente, pois nesse tipo de pesquisa há uma preocupação do pesquisador com a perspectiva da pessoa que está sendo entrevistada, independente dela se divergir do tópico específico da pesquisa.

Taylor e Bogdan (1998), referindo-se à entrevista não-estruturada como entrevista em profundidade, relatam que, nessa categoria de entrevista, é possível distinguir três tipos, sendo: 1) história de vida ou autobiografia sociológica; 2) aprendizado sobre eventos ou atividades que não podem ser observadas diretamente; e 3) estudo sobre o quadro de renda ou produção num determinado contexto, situação ou povo. Nessa mesma linha, Minayo (1996) faz menção à história de vida e à discussão em grupo, como forma de entrevistas não-estruturadas, e May (2004) relata que a história de vida e as entrevistas biográficas são o extremo qualitativo do espectro das entrevistas.

Assim, de posse dessa discussão e retomando as constatações de Bernd (2003) sobre o trabalho de Ricoeur, podemos caracterizar esse tipo de entrevista não-estruturada na forma de história de vida. Isso pelo fato de que a identidade está associada à questão espaço-temporal, ou seja, só podemos vislumbrar essa continuidade do indivíduo num resgate histórico sobre

sua vida. Além deste ponto, é possível acrescentar que, como disse May (2004), a história de vida é um tipo de entrevista que vai ao extremo qualitativo e, se considerarmos que a problemática quantitativo/qualitativo também se processa na questão da objetividade/subjetividade, acreditamos ter conduzindo as entrevistas para o extremo da subjetividade.

Taylor e Bogdan (1998) relatam que a história de vida é interessante, como forma de entrevista, quando o pesquisador tem como foco evidenciar as experiências de vida das pessoas. Esses autores comentam que a história de vida revela o “mundo interno” da pessoa, suas lutas, sucessos, fracassos, possibilitando ao pesquisador observar as variações quanto às suas idéias e suas expectativas, algo como uma autobiografia. Com essa constatação, a história de vida se aproxima da autobiografia, mas não confunde. Taylor e Bogdan (1998) expõem que existe uma diferença entre esses dois termos, pois na história de vida o pesquisador solicita ativamente as experiências da pessoa, onde a construção [da história da vida] é o produto final.

Constituída a descrição do método utilizado, fica a questão: quem foram os sujeitos da pesquisa? Quantas entrevistas foram realizadas? Essas questões, caras na tradição de pesquisa quantitativa, talvez tivessem a seguinte resposta: poderíamos verificar quantos pequenos produtores existem em Umuarama e a partir disso realizar uma amostragem (probabilística ou não-probabilística), no sentido de obter o mínimo de representatividade na análise dos dados.

Mas, como fazer na pesquisa qualitativa? Para Minayo (1996), nesse tipo de pesquisa existe menos preocupação com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência na compreensão do sujeito da pesquisa. Assim, para essa autora, o critério não é numérico, mas ele deve refletir a totalidade nas suas múltiplas manifestações. Portanto, Minayo (1996, p. 102) expõe que,

a amostragem qualitativa: a) privilegia os sujeitos sociais que detém os atributos que o investigador pretende conhecer, b) considera-os em número suficiente para permitir certa reincidência das informações, porém não despreza informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta; c) entende que na sua homogeneidade fundamental relativa aos atributos, o conjunto de informantes possa ser diversificado para possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças; b) esforça-se para que a escolha do *locus* e do grupo de observação e informação contenham o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar com a pesquisa.

Nessa mesma linha, Gaskell (2000) relata que a finalidade da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre um assunto em questão. Para esse autor, não existe um número certo de entrevistas a serem realizadas, isso depende da natureza do tipo de pesquisa que se deseja realizar.

Apesar dessa relatividade, Gaskell (2000) expõe que, um ponto-chave que o pesquisador tem que ter em mente é que, permanecendo todas as coisas iguais, mais entrevistas não melhorarão a qualidade do trabalho, podendo em muitos casos até prejudicar. Esse autor coloca duas razões para isso: primeiro, que existe um número limitado de versões da realidade, pois acredita esse autor que, embora existam representações que pareçam únicas aos indivíduos, essas representações não surgem das mentes individuais, mas são, em grande parte, compartilhadas; segundo, que o pesquisador deve se preocupar com o tamanho do *corpus* de entrevistas, pois se forem realizadas muitas entrevistas e o pesquisador tem a intenção de ir além da seleção superficial do “dito”, o que é exigido numa pesquisa qualitativa, é necessário quase “viver e sonhar as entrevistas”, ou seja, lembrar tudo que aconteceu em cada entrevista, qual foi a reação de cada entrevistado, entre outras coisas.

Apesar de relevante as primeiras considerações de Gaskell (2000) sobre o número limitado de versões da realidade, não estamos estudando o Programa Arenito Nova Fronteira em si, mas o impacto dele na identidade dos pequenos produtores. A intenção de reforçar isso se deve ao fato de que não estamos privilegiando, no âmbito desta dissertação, as similaridades nas

respostas, apesar de não desconsiderarmos sua existência. Como bem disse Gaskell (2000), a maneira como o pesquisador lida com seus sujeitos de pesquisa está ligada à natureza da própria pesquisa, que aqui é a identidade. Se a identidade expressa, além dessa constatação objetiva, algo subjetivo que, como diz Auroux (1998, p. 253), “a noção de subjetividade designa a consciência interior de si, somente o sujeito tem acesso a esta interioridade, em oposição à objetividade do mundo externo que pensamos ser acessível a todos”, então não podemos privilegiar somente as similaridades entre as respostas e tolher nosso trabalho. Voltemos à nossa discussão sobre os sujeitos de pesquisa.

Taylor e Bogdan (1998) colocam que a entrevista qualitativa exige flexibilidade no “design” da pesquisa. Com isso, nem o número nem o tipo de informante, para esses autores, precisam ser especificados anteriormente. Com essa constatação, o pesquisador pode iniciar a pesquisa com uma idéia geral de quem serão os possíveis entrevistados e como eles serão encontrados, isso possibilita que o pesquisador mude o caminho após o início das entrevistas. Assim, nesse contexto da idéia geral sobre os informantes, Taylor e Bogdan (1998) acreditam que uma estratégia pode ser utilizar uma amostra teórica como guia para selecionar as pessoas.

Nesse ponto, retomando as delimitações que realizamos no início do percurso metodológico sobre a discussão teórica de pequeno produtor e sobre a região em que realizamos o estudo, é possível relatar que os supostos sujeitos da pesquisa, deveriam possuir as seguintes características:

- 1) serem pequenos produtores que se enquadrem nas peculiaridades da “empresa agropecuária familiar”, proposta por Alencar (2001), e tenham uma área menor a oitenta hectares de terra, como exposto por Cardim et al (2005);
- 2) que sejam produtores rurais da região de Umuarama;

3) que tenham algum contato, direto ou indireto, com o Programa Arenito Nova Fronteira, pois como disse May (2004), é necessário que as pessoas façam parte ou tenham acesso às informações que o pesquisador procura; e

4) que tenham trabalhado a vida toda ou pelo menos parte dela no campo, pois a intenção é analisar as mudanças ocorridas na história de vida desses pequenos produtores durante esse tempo, com o foco voltado para o desenvolvimento tecnológico no meio rural.

Além dessa delimitação teórica dos sujeitos da pesquisa, Taylor e Bogdan (1998) relatam que um caminho na busca de outros informantes, durante o trabalho de campo, pode ser a estratégia *snowball* (“bola de neve”). Essa estratégia consiste em pedir uma indicação para os informantes iniciais de outros informantes potenciais. Estratégia interessante para ser utilizada em nossa pesquisa, principalmente pelo fato de nos possibilitar algo como um “cartão de visitas” para o próximo entrevistado. Assim, podemos produzir um relacionamento mais próximo com o entrevistado, pois como disse May (2004), um relacionamento mais intenso parece produzir uma entrevista bem sucedida do ponto de vista qualitativo. Por outro lado, Taylor e Bogdan (1998) expõem que, apesar de eficiente essa estratégia, ela pode limitar a diversidade de outros informantes. Defasagem aparente, pois, na tradição qualitativa, a intenção não é a generalização dos dados.

A seleção desses pequenos produtores, portanto, ocorreu através de uma lista fornecida pelo secretário de agricultura de Umuarama, contendo, basicamente, o nome dos produtores, o endereço da propriedade e a quantidade de terras que eles possuíam. Quanto à quantidade de terras colocamos para ele [secretário] que deveriam ser produtores com menos do que oitenta hectares de terra, pois nossa intenção era realizar a pesquisa com pequenos produtores.

Além dessa delimitação, que gerou a lista que ele nos forneceu, questionamos se ele sabia dizer quais daqueles produtores se encaixavam no tipo de agricultura familiar. Prontamente o

secretário, a partir da lista gerada que continha cerca de quarenta pequenos produtores cadastrados no sistema, nos indicou oito nomes. Dentro dessa indicação, fizemos uma seleção mais heterogênea em termos de quantidade de terras e de cultura que trabalhavam, para verificar quais as designações de cada pequeno produtor.

Ao iniciar a pesquisa com os pequenos produtores, perguntávamos se eles conheciam alguns dos produtores daquela lista e se eles poderiam nos indicar um deles para visitarmos. Tivemos sucesso nessa estratégia de coleta de novos sujeitos de pesquisa, pois dentre os oito pequenos produtores selecionados, todos se conheciam, nos proporcionando algo como o “cartão de visitas”, porque pedíamos permissão para os que foram entrevistados se poderíamos dizer que eles haviam contribuído com a nossa pesquisa. Sendo assim, realizamos a entrevista de história de vida com cinco produtores rurais.

Há que se ressaltar, ainda, que Taylor e Bogdan (1998) enfatizam sobre a importância de o pesquisador utilizar um guia de entrevista. Esse guia, que Minayo (1996) chama de roteiro, possibilita ao pesquisador estabelecer tópicos-chave que devem ser explorados durante as entrevistas. Esse roteiro serve apenas para que o pesquisador relembre aspectos que não poderiam passar em branco.

Além do roteiro, até mesmo pela característica da entrevista de história de vida, outro recurso que foi utilizado durante as entrevistas foi o gravador. Como disse Bom Meihy (1996, p. 15), a base desse tipo de entrevista é o depoimento gravado. Assim, na concepção desse autor, três elementos são essenciais durante a entrevista: 1) o entrevistador; 2) o entrevistado; e 3) o aparelho gravador. Até parece óbvia essa constatação, mas ela é de fundamental importância, pois como dizem Taylor e Bogdan (1998), até mesmo pela característica flexível e dinâmica da entrevista de história de vida, ela deve ocorrer numa interação face a face entre o

pesquisador e seu informante direto, com o intuito de entender melhor sua vida, experiências ou situações particulares.

May (2004) coloca um ponto importante a ser considerado sobre a utilização do gravador, devido ao fato dele [o gravador] acabar inibindo o entrevistado, dificultando obter informações mais completas. Por outro lado, Taylor e Bogdan (1998) acreditam que essa inibição pode ocorrer no momento inicial da entrevista, pois passado algum tempo, o entrevistado fica mais relaxado e se acostuma com a presença do gravador. A utilização do gravador nos possibilitou maior qualidade durante a análise das entrevistas. Taylor e Bogdan (1998) colocam que o pesquisador já tem uma dificuldade de se lembrar dos momentos da entrevista - por isso Alencar (1999) expõe sobre a necessidade de o pesquisador ter sua agenda de campo – o que prejudicaria ainda mais se tivesse que se lembrar de todas as falas.

3.3.1 Análise do corpus de entrevista

Realizado o percurso referente ao trabalho de campo, fica a questão: como analisar o material produzido? Essa incógnita nos leva a existência de uma infinidade de maneiras de análises de dados, como por exemplo, análise de conteúdo (BARDIN, 1977), análise argumentativa (LIAKOPOULOS, 2004), análise de discurso (PÊCHEUX, 1988; FOUCAULT, 1982), análise da fala e do texto (SILVERMAN, 2000), análise retórica (LEACH, 2004), entre outras. Nesse arcabouço de maneiras de realizar as análises das entrevistas, com o intuito de realizar a leitura da pesquisa social (entrevista com os pequenos produtores) a partir da teoria social (percurso teórico de Michel Foucault), realizamos a análise dos dados a partir da análise do discurso.

Para Gill (2004) existem cerca de sessenta variedades de análise de discurso, mas apesar dessa multiplicidade, é possível enquadrá-las em três tradições teóricas amplas. Essas tradições são: 1) a lingüística crítica, semiótica social e estudos da linguagem, que se processam num

vínculo mais estreito com a semiótica e com a análise estruturalista; 2) análise da conversação, teoria do ato da fala e etnometodologia, que se orientam para a ação ou função que o discurso possui ao lado do sujeito; e 3) análise do discurso associado ao pós-estruturalismo, que negou a noção de sujeito unificado coerente, que durante muitos anos esteve em voga na tradição filosófica ocidental.

Apesar de essas três estruturas estarem intimamente relacionadas, o que possibilitou Gill (2004) realizar a unificação delas em seu percurso teórico, conduziremos nossa discussão sobre a análise do discurso para a terceira tradição exposta por Gill (2004). Sendo assim, nos aproximamos da análise de discurso desenvolvida no contexto francês, que tem como precursor Michel Pêcheux.

Nesse contexto de aproximação a essa tradição de análise do discurso, Orlandi (2003), uma das maiores seguidoras da linha pêcheuxniana no Brasil, comenta que o ponto central dos estudos em análise de discurso é a linguagem. Assim, esse tipo de análise, apesar da aproximação que tem com relação à língua ou à gramática, não trata dessas instâncias da linguagem, mas do discurso em si.

Com essa exposição, Pêcheux e Fuchs (1997) comentam sobre a necessidade de se evitar dois tipos de equívocos quanto ao termo “discurso”. No primeiro caso, Pêcheux e Fuchs (1997, p. 178) dizem que a palavra discurso tem sido, durante muito tempo, confundida com a fala, ou seja, “o discurso seria então a realização em atos verbais da liberdade subjetiva que escapa ao sistema da língua”. Para essa noção, o autor afirma que a teoria do discurso não poderia ser confundida com uma lingüística da fala. No segundo caso, Pêcheux e Fuchs (1997) expõem que o termo discurso vai corresponder a um elemento particular do sistema da língua, que tem como estrutura um elemento social. Nessa concepção, esse autor coloca que o discurso estaria reduzido à língua e que existem várias línguas de acordo com a variação da posição social, ou

seja, como expõem Pêcheux e Fuchs (1997, p. 179), “tomando ao pé da letra a expressão segundo a qual ‘patrões e empregados não falam a mesma língua’ ”.

Essas considerações de Pêcheux e Fuchs (1997) mostram, e eles acham útil salientar, que no processo discursivo existe uma base, da qual faz parte a linguagem, e um processo, contemplado pelo discurso, e que apesar do discurso se desenvolver nesta base, ele não promove uma pluralidade de línguas que pertencem a diferentes formações discursivas. Quando Foucault (1997) introduz em sua arqueologia o termo *episteme*, para estudar o que determina a existência, e também o nascimento, de várias formações discursivas, nos possibilita entender a amplitude que o termo discurso tem, e que transcende, com bem mostra Pêcheux e Fuchs (1997), essa simples relação do discurso com a fala. Nesse contexto, o discurso estaria tanto ligado ao dito como ao não dito. Assim, Foucault (1997, p. 28) relata que,

Todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito e que esse já-dito não seria simples uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro.

Com essa exposição, Orlandi (2003) comenta que neste tipo de análise não se pensa mais a posição de homem, mas de sujeito, ou seja, um sujeito que está submetido constantemente ao processo de subjetivação. Sendo assim, Orlandi (2001) comenta que o sujeito é constituído pelas relações com o simbólico, estando assujeitado à língua, na história, ou seja, não há nem sujeito nem sentido se não houver assujeitamento à língua.

Com essa discussão, Orlandi (2001, p.100) relata que para análise do discurso, o sujeito não poderia ser a origem de si, pois “esse teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, etc.) é observado dos bastidores, lá onde se pode captar que se fala ao sujeito, que se fala do sujeito, antes que o sujeito possa dizer ‘eu falo’ ”. Com essa exposição, Orlandi (2001) comenta que a análise de discurso corrompe com os pressupostos que dominaram as teorias

da enunciação, onde existe uma ilusão sobre as evidências subjetivas (do sujeito como único, insubstituível e idêntico a si mesmo). Com isso, Orlandi (2001, p.101) diz,

A “evidência” da identidade não deixa ver que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito. A essa contradição “sofrida” (o sujeito já é sempre sujeito) responde a contradição “apreendida” e “exibida” que se apresenta como um sintoma da contradição inerente, da discrepância ente um já-lá pensado antes, em outro lugar, independente e o que se apresenta como origem espontânea de si. E é isto que faz com que, na análise de discurso, tratemos o próprio (do) sujeito, na filiação lacaniana, como um processo significante: como um processo (de representação) interior ao não sujeito constituído pela rede de significantes.

É devido a essa constatação de que o sujeito vive uma ilusão de que ele é a origem do que diz, que Pêcheux (1997) considera existir duas formas de esquecimento: o nº 1 e o nº 2. No primeiro caso, tem-se aí um esquecimento que perfaz a zona do não-dito, inacessível ao sujeito, mas que aparece como constitutivo da subjetividade na língua. No outro caso, o sujeito tem a impressão da realidade de seu pensamento, no sentido de que “eu sei o que eu digo” ou “eu sei do que eu estou falando”, dando a impressão de que ele poderia dizer aquilo de outra maneira que não aquela. Assim, Pêcheux e Funchs (1997, p.178) dizem que “esta desigualdade entre os dois tipos de esquecimento corresponde a uma relação de dominância que pode caracterizar dizendo que ‘o não-afirmado precede e domina o afirmado’ ”.

Essa discussão sobre os tipos de esquecimentos vai estar intimamente relacionada ao que Orlandi (2003) chama de *Formações Imaginárias*, ou seja, relações de força, relações de sentido e antecipação. Sendo assim, relações de sentido é uma condição básica para a produção e constituição dos discursos, pois não há discurso que não se relacione com outros. Como expõe essa autora, todo o discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, ou seja, um discurso aponta para outro que o sustenta.

Com relação à antecipação, Orlandi (2003) diz que o sujeito tem a capacidade de se colocar no lugar em que o interlocutor ouve suas palavras. Com essa antecipação, expõe essa autora, o sujeito dirá de uma forma ou de outra, a partir da maneira como pensa produzir em seu

ouvinte. Por fim, as relações de força, onde, expõe Orlandi (2003), o lugar de onde o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Essa autora expõe, por exemplo, sobre as relações de força, que o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno.

Sendo assim, Orlandi (2001) diz que a noção de formação discursiva é de central importância para a análise de discurso, pois permite que o analista compreenda o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. Assim, conceitua Orlandi (2001, p. 43), “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”.

Acreditamos que a idéia em torno desse método de análise de discurso, e que foi utilizada nesta dissertação, está formada. Dedicamos atenção especial aos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni P. Orlandi, pois esses autores, diferente de Michel Foucault, se dedicaram a uma análise de discurso aplicada a uma pesquisa com os sujeitos.

Esse método de análise de dados nos proporcionou realizar a análise das entrevistas com os pequenos produtores, pois como havíamos destacado, Foucault (1997) não chegou a realizar uma pesquisa empírica com sujeitos, se concentrando nos escritos históricos. Por outro lado, apesar de dedicarmos atenção especial a esse tipo de análise – o que nos auxiliou no processo de discussão dos dados – dedicamos atenção especial às idéias de Michel Pêcheux, pois esse método de análise trabalha com algumas categorias - como por exemplo, “sentido” - que foram corrompidas por Foucault (1982d). Quando esse tipo de fato ocorrer, apesar da proximidade existente entre Michel Pêcheux e Michel Foucault, privilegiaremos as idéias de Michel Foucault.

4 OS PEQUENOS PRODUTORES E O PROGRAMA ARENITO NOVA FRONTEIRA

Neste capítulo iremos realizar uma breve apresentação do Programa Arenito Nova Fronteira, destacando as ações desenvolvidas na região de Umuarama-PR. Posterior a essa exposição do Programa, serão apresentadas as histórias de vida dos pequenos produtores dessa região, sujeitos desta pesquisa, no sentido de poder vislumbrar suas condições de vida e trabalho, durante esses anos, no meio rural. Por fim, realizaremos uma discussão no sentido de revelar se podemos ou não dizer sobre a existência de uma identidade do pequeno produtor.

4.1 O Programa Arenito Nova Fronteira e as ações na região de Umuarama-PR

O Programa Arenito Nova Fronteira foi oficialmente constituído como um programa do Governo do Estado do Paraná em setembro de 2001. Assim, o objetivo do Programa era levar novas tecnologias aos produtores de toda a “região do arenito”, com a intenção de possibilitar a integração da produção agrícola com a pecuária, através de um Sistema de Plantio Rotacionado (SANTOS e ICHIKAWA, 2003).

A região Noroeste do Estado do Paraná, conhecida como região do Arenito Caiuá, possui 107 municípios distribuídos em uma área de 3,2 milhões de hectares, sendo correspondente a 18% da área total do Estado. Até a implantação do Programa, a região se assentava, basicamente, sobre a pecuária extensiva, que chegou a ocupar 72% da área, possuindo 3,5 milhões de bovinos, que representava cerca 40% do plantel total do Estado (OLIVEIRA et al., 2000).

Essa região foi desbravada na década de 1950, com a derrubada e queimada da mata, para a implantação da cultura do café. A denominação Arenito Caiuá, deve-se ao fato de ser a região do Estado que possui um solo com baixos teores de argila e altos teores areia. Sendo assim, logo após a derrubada da mata, o solo possuía alta fertilidade natural, proveniente da matéria orgânica produzida, o que propiciou o desenvolvimento da cultura do café, que durante anos

se manteve produtiva e lucrativa na região. Mais tarde, com a perda da fertilidade natural do solo, a cafeicultura entrou em declínio, sendo substituída pela criação extensiva de boi, principalmente a bovinocultura de corte (MAURINA et al., 1998).

Devido a essa característica arenosa do solo, com a implantação da pecuária extensiva na região, houve um processo acentuado de degradação dos solos e baixos índices de produtividade das pastagens e do rebanho bovino, que exigiu uma atenção especial por parte dos agrônomos e produtores rurais. Vislumbrando a necessidade de solucionar esse problema, a prefeitura de Umuarama, através de sua Secretária Municipal de Agricultura, criou o Programa de Arrendamento de Terras (PATER), com o intuito de realizar a integração entre agricultura e pecuária, no sentido de possibilitar a recuperação de áreas degradadas com a implantação de culturas anuais (MAURINA et al., 1998).

Nesse contexto, com a intenção de possuir respaldo na implantação do PATER, a prefeitura de Umuarama buscou parceiras com o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), órgão responsável pelas pesquisas agrícolas no Estado, e também com a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR). Assim, a cultura estimulada a ser implantada na região foi a soja que, além do preço estimulante no mercado brasileiro, já dispunha de pesquisas realizadas pelo IAPAR e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (MAURINA et al., 1998).

Vislumbrando a necessidade de realizar uma discussão mais técnica para entender a necessidade do plantio de culturas anuais, Oliveira (2004) relata que nessa região predomina um solo constituído pelo latossolo vermelho-amarelo distrófico e argissolo vermelho-amarelo distrófico, que são caracterizados pela presença dominante do mineral de quartzo, que apresentam cerca de 88% de areia, 2% de silte e 10% de argila, o que o torna altamente susceptível à erosão, quando manejados com ausência de palhadas na superfície ou plantas de

cobertura. Esse mesmo autor apresenta dados referentes aos níveis médios de nutrientes encontrados nas áreas de pastagens degradadas na região, que se encontram numa faixa extremamente baixa, suportando uma lotação de 1,2 UA¹⁸/ha.

Assim, Oliveira (2004) mostra que, desde a década de 1980, o IAPAR vem conduzindo trabalhos de recuperação de pastagens, através da sucessão de culturas como mandioca, mamona, milho, algodão, entre outras. Essa sucessão ocorria sob a forma do Sistema de Plantio Convencional, em função da incipiência do Sistema de Plantio Direto (SPD) na época, pois a região não dispunha de equipamentos para a realização dessa modalidade de plantio, além da própria fitotecnia das culturas adotadas não possibilitarem a implantação do SPD.

A implantação de lavouras (milho, mandioca, algodão, etc.) para a reforma de pastagens, conduzidas sob o preparo convencional do solo, ao invés de contribuir para reaver a degradação do solo, acabou contribuindo para agravar o problema. Isso porque, nesse modelo convencional, existem problemas inerentes como erosão, compactação, diminuição do teor de matéria orgânica, elevação da temperatura no solo, diminuição da eficiência da adubação química e armazenamento de água (MAURINA et al., 1998).

A alternativa para a solução de tais problemas foi a utilização do plantio direto na palhada. Porém, devido às condições climáticas da região (altas temperaturas durante o ano e baixa precipitação pluviométrica no outono/inverno), a quantidade de massa vegetal/palha deixada pelas culturas nem sempre é suficiente. Por esse motivo, com a consolidação do sistema de plantio direto, a partir da década de 1990, foi de fundamental importância a rotação de culturas (incluindo as pastagens), para a produção de palha em quantidade adequada para a cobertura do solo e a viabilidade do sistema (MAURINA et al., 1998).

¹⁸ UA: Unidade Animal, equivale a 450 kg de peso vivo animal.

A integração entre lavoura e pecuária, de acordo com Maurina et al. (1998), foi o caminho mais curto e seguro para reverter o processo de degradação e recuperar as pastagens já degradadas. Isso porque, além de permitir um retorno mais rápido do capital investido e fornecer nutrientes como nitrogênio para o solo, ainda possibilita diminuir a incidência de pragas e doenças, devido ao processo de rotação de culturas.

Foi com esta intenção, e vislumbrando as vantagens concebidas por esse processo de rotação de culturas, que o prefeito de Umuarama implantou o Programa de Arrendamento de Terras (PATER), sendo esta a primeira iniciativa para a consolidação do Programa Arenito Nova Fronteira.

O maior desafio de implantação deste Programa foi do IAPAR, que precisou demonstrar a viabilidade da integração lavoura/pecuária, num solo de baixa fertilidade, principal problema enfrentado pelos grandes e pequenos pecuaristas. A intenção deste Programa não foi substituir a pecuária pela agricultura de grãos, mas possibilitar o fortalecimento da pecuária com agricultura. Como mostra Oliveira (2004), foi durante a segunda metade da década de 1990, diante das pressões por novas fronteiras agrícolas e pelo atrativo preço da soja, é que o PATER, consolidado numa parceria entre a prefeitura de Umuarama, instituições públicas e empresas de insumos, deu início à introdução da soja no processo de recuperação de pastagens (REVOLUÇÃO..., 2004).

É neste panorama em que se encontram as discussões publicadas sobre o Programa Arenito Nova Fronteira e as iniciativas na região de Umuarama. Após esse percurso, que teve o objetivo de apresentar e descrever o Programa, seguiremos com a história de vida dos pequenos produtores e a influência exercida sobre eles com a implantação deste Programa.

4.2 A história de vida de pequenos produtores rurais de Umuarama

Nesta parte do trabalho, apresentamos a história de vida de alguns pequenos produtores da região de Umuarama. Vale salientar que os nomes aqui utilizados são fictícios, não correspondendo ao verdadeiro nome de cada pequeno produtor, pois esse fator tem importância marginal na análise do nosso trabalho.

4.2.1 *Joaquim*¹⁹

Joaquim é um senhor de sessenta e sete anos que desde criança trabalha no meio rural. Foi criado no município de Colorado-PR, num sítio de nove hectares de propriedade de seus pais. Nesse sítio havia uma diversificação de culturas destinadas basicamente à subsistência da família, sendo comercializado o excedente. Dentre essas culturas encontravam-se o arroz, o feijão, a soja, entre outras. Depois de casado, o senhor Joaquim adquiriu um pedaço de terra na região de Umuarama, em 1964, através da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná.

Desde moleque, a gente trabalha na roça. Aqui foi em 1964, que eu adquiri as terras. Nessa época eu plantei café, agora é que está tudo no pasto, porque a lavoura não dá para mexer, né? Não compensa.

Na época em que o senhor Joaquim foi para Umuarama, o café era um produto difundido na região, existia um plantio muito disseminado, tanto entre os grandes produtores como entre os pequenos:

Aqui era tudo café. Aí o pessoal foi vendendo porque o café arruinou de preço, né? E o povo não agüentava mexer mais. Tem muita propriedade aí que virou fazenda, ali para os lados da Vila América virou fazenda e era tudo lote de dez, quinze e cinco alqueires, né? Foram tudo embora, uns foram para o Mato Grosso, outros foram para a cidade [Umuarama]. Foram quase todos embora, quem ficou mais enraizado aqui [risos] fomos nós (...). Até

¹⁹ A entrevista com o senhor Joaquim ocorreu às 17h15min do dia sete de novembro de 2005. Ele estava retornando do trato com o gado. Apesar do semblante cansado por ter trabalhado o dia todo embaixo de um sol muito quente, se disponibilizou a conceder a entrevista para mim. Ainda enxugando o suor que escorria em seu rosto, o senhor Joaquim falou comigo por cerca de cinquenta minutos. Com um tom de voz baixo e calmo, as respostas concebidas pelo o senhor Joaquim eram curtas e diretas, demorando apenas na discussão da febre aftosa, que o estava incomodando naquele dia.

1985, a faixa de café era boa...foi bom!...melhor de todos foi em 1985, aí de 1986 para cá caiu que não deu para fazer quase nada. A gente faz mais ou menos para comer.

O plantio do café, devido ao baixo nível de tecnologia que poderia ser utilizado para produzi-lo, era um tipo de cultura que proporcionava a subsistência de pequenos e grandes produtores. Após a queda no preço do café, houve o desaparecimento de muitas pequenas propriedades. A justificativa do senhor Joaquim para abandono da produção de café foi a relação entre a queda do preço do café e o aumento dos insumos:

Por causa da lavoura, né? Os insumos subiram demais e o café abaixou de preço. Então não dá para produzir, se a gente for produzir mesmo, do jeito que precisa, a gente não come. Eu deixei um pouquinho de café aí, como se diz, só para divertir [risos].

Após o abandono do plantio de café, o senhor Joaquim começou a trabalhar com a pecuária, ou melhor, a pecuária de corte em sistema extensivo, onde o gado é colocado em pasto aberto e não confinado. Essa mudança de um plantio de café para a pecuária de corte não foi uma atitude apenas sua [senhor Joaquim], mas também de muitos produtores da região. A pecuária ganhou uma força compatível, após 1986, com a que o café tinha antes dessa época.

Na época em que o senhor Joaquim trabalhava com o café, ele já possuía algumas cabeças de gado de leite, destinado ao consumo da família. Além desse gado de leite, o senhor Joaquim comercializava os bezerros devido ao tamanho do pasto:

Eu mexia, mas era muito pouco, né? Eu tinha um pedaço de pastinho, aí coloquei umas cabeças (...). Era de leite, de leite e de corte. Então eu tirava um pouco de leite e os bezerros eu ia vendendo, porque o pasto era pouco, né?

Na época em que o senhor Joaquim foi para a região de Umuarama, o seu intuito sempre foi a comercialização dos produtos. Apesar desse foco na comercialização, ele dispunha do plantio de algumas culturas que eram destinadas ao consumo da família. Situação que ele não dispõe mais nos dias atuais, pois toda sua produtividade é destinada para o mercado:

A gente produzia para vender, né?...A gente plantava milho, feijão...Mas a maioria era para vender, né? Tirava um tanto para o gasto e o resto vendia. A gente mexia também com porco, tirava um pouco para o gasto, mas a maioria era de venda, era para vender mesmo.

Hoje o senhor Joaquim possui aproximadamente cem cabeças de gado e mais ou menos uns dois mil pés de café, como ele diz, “só para divertir”. No processo de comercialização do gado, o senhor Joaquim, até pelo porte da sua propriedade, comercializa o bezerro, ele não realiza o processo de engorda do boi:

Bom, eu vendo o bezerro. Eu crio, desmamo e vendo. Eu não deixo engordar porque...A gente é fraco, né? [risos] e o boi demora muito. Aí eu vendo os bezerros e compro bezerros, porque o bezerro sai primeiro, né? O boi tem que ser mais pesado, né? Não sei se você entende disso, mas o boi tem que ter dezesseis arrobas acima, e o bezerro, com dez arrobas já vende. Então, com dois anos, dois anos e meio, já está vendendo, né? E o boi vai três, quatro anos para pegar o peso. Então é mais demorado, né?

Mesmo tendo como foco de trabalho a pecuária de corte, para o senhor Joaquim a pecuária nos dias atuais já não possui mais retornos significativos:

Hoje não dá mais, ainda mais que estava melhorando de preço, deu esse foco de aftosa, não sei se você pegou na televisão, aqui no Paraná não tinha, mas em Londrina teve o leilão e um fazendeiro trouxe lá do Mato Grosso e andou vendendo, né?...Aí esparramou... Estão fazendo uns exames aí, mas acho que não saiu nada, ainda, do resultado. Não sei como fica, aí caiu o preço da arroba de boi e ficou muito ruim.

Apesar dessa disseminação da aftosa no Brasil e dos possíveis focos dessa doença no Estado do Paraná, a situação do senhor Joaquim tem como agravantes outros fatores, como o alto preço dos produtos de consumo da família e dos gastos na propriedade e a queda significativa dos preços de seus produtos no mercado:

Para nós, não melhorou não! (...). Porque está muito caro as coisas que a gente compra no mercado e as coisas que a gente colhe não têm quase preço. Então, quando colhe bastante, nem preço tem, né? Igual o milho, o milho esse ano mesmo, o preço esteve a doze, treze reais o saco para vender, agora para comprar vai pagar quase vinte. Agora está mais, uns trinta. A semente também é muito cara, a semente de qualidade em vinte quilos você vai pagar cento e tantos reais...Aí você tem vinte quilos de milho, você tem que vender um monte de sacos de milho para pagar essa semente [risos]. Ainda você tem os fertilizantes e os outros produtos que você gasta, né?

Devido a essas altas e a dificuldade de se trabalhar com a lavoura é que, para o senhor Joaquim, é melhor trabalhar com a bovinocultura de corte:

Os gastos [com o gado], você tem as vacinas, os vermífugos, o sal mineral, né? (...) mexer com lavoura você gasta muito veneno, essas coisas, adubo e tem que esperar o tempo também, né? O gado também depende do pasto, mas é mais seguro do que essas lavouras, né? (...). Para mexer assim [entre a lavoura e o gado], de lucro não tem comparação, mas o gado é muito mais fácil, né?

Nesse contexto, seu Joaquim faz um relato de como ele lida com o pasto para manter a produtividade do gado. Essa foi uma das designações encontradas na discussão do projeto Arenito Nova Fronteira de que a pecuária de corte e o plantio de pasto na região estavam prejudicando a produtividade do solo, que já não é muito boa devido à sua característica arenosa. Assim, para o senhor Joaquim, algo que ele não fazia quando começou a trabalhar com o gado, era necessário ter um cuidado especial com o pasto, pois a engorda do gado dependia dele:

Dá assim, se for só deixar o pasto largado, a terra também tem fazer o trato, tem muita gente que solta o gado, deixa comer e não coloca nada, acaba fracassando porque ele sai com menos força, né? Então, em um alqueire que dá para colocar aí umas quatro, cinco cabeças, vai ficar com umas duas, três cabeças no máximo, então tem que tratar a terra também. (...) Eu tenho cinco pastos aqui, né? Tenho um pasto em cima que tem uns dezessete alqueires, tem outro ali que tem vinte e dois alqueires, né? Os outros são menores, né?

Sobre essa falta de produtividade do pasto na região é que houve a intenção do prefeito de Umarama, em 1997, realizar o plantio de soja com o intuito de melhorar o solo da região. A intenção, como mostramos na discussão do projeto, não era substituir a pecuária pela soja, mesmo porque os produtores de gado continuaram trabalhando com gado e foram os arrendatários que realizaram o plantio de soja na região. Para o senhor Joaquim, essa realmente foi a intenção do projeto, mas ele não se viabilizou porque os arrendatários acabavam abandonando as terras, talvez, pela queda no preço da soja:

É o plano, mas eles pegavam aí para três anos [arrendamento] ou cinco anos, né? Aí fica... Tem muita fazenda aí que deu assim, agora não consegue

formar o pasto, porque desmancharam a cerca, tudo, né? E depois, fazer tudo de novo, plantar o capim, tudo... Aí não consegue, tem muita fazenda aí que não está nem conseguindo formar o pasto, porque o plano era esse, de melhorar o solo e isso aí, mas [risos] não estão conseguindo. Tem gente que abandonou [arrendatário], aí não conseguiu receber a renda e depois para fazer o pasto não consegue, né? Então ficou muito difícil.

Apesar do contato e de conhecer os resultados do Programa, o senhor Joaquim acredita que esse Programa não foi viabilizado para atender aos pequenos produtores, mas para atender aos grandes produtores:

Mas, esse Programa é mais para fazenda, incentivando o plantio de soja. Eles falaram que o Programa deu certo, só que o pessoal está [risos]... Tudo afundou... A maioria pegava fazenda para arrendar para pagar em soja...Acho que são trinta sacas, né? Por alqueire. Então...Na primeira vez, acho que colheu um bom tanto, depois, no segundo ano, caiu que não deu nem para pagar a renda.

Com essa designação de que a viabilidade do Programa era para os grandes produtores é que o senhor Joaquim, enquanto pequeno produtor, não teve como participar do processo de arrendamento de suas terras para o plantio de soja:

Não, eu não fiz porque minhas terras são poucas, não dá nem para mexer. Então, esse Programa não deu certo não, a maioria do povo que mexeu com soja está tudo afundado, né?

Na concepção do senhor Joaquim, a soja não possuía uma difusão na região até a implantação do Programa. Ele havia plantado soja quando foi para a região, mas era destinada ao consumo próprio e sem maquinários especializados:

Aqui não tinha [soja], logo no começo a gente plantava algum pouco para consumo, né? Aquele tempo que não tinha maquinário, né? Era colhido na mão, mas não plantava do jeito que planta hoje não. Depois que inventou esse negócio do Programa Arenito... Sei lá como é que é [risos]...Aí começou a plantar, mas pelo que a gente vê não deu certo não, porque quase ninguém está plantando mais.

Como o senhor Joaquim, nos dias atuais é um pecuarista, mas que já trabalhou com outros produtos como o café, e para consumo o milho, o arroz, o feijão, a soja, suas pretensões para o futuro são continuar trabalhando com o gado. Para o senhor Joaquim, o gado proporciona uma facilidade, não encontrada na lavoura, de trabalho:

É, eu pretendo trabalhar com o gado, mexer um pouquinho com gado, porque gado dá menos trabalho. O gado mesmo, se tivesse uma fazenda, dois, três, fazendas de duzentos, até trezentos alqueires, em três toma conta. Se for gado de corte, dois, três cuidam tranquilos. O problema é quando for vacinar, mas sempre um vizinho ajuda o outro, um ajuda o outro, então não tem tanto trabalho. Agora, quando for gado de leite, aí sim tem trabalho, tem que tratar da ração, tem que cortar cana, *napie*, essas coisas, aí dá muito trabalho. O gado de corte não, o gado de corte é só o sal no coxo, olhar carrapato, essas coisas, então não tem trabalho.

Com a intenção de continuar trabalhando com o gado, devido à difusão da aftosa, o senhor Joaquim não vê muita perspectiva, se o panorama continuar da maneira que se encontra, em obter uma rentabilidade melhor. Como a discussão sobre a aftosa estava muito difundida quando realizamos a entrevista com o senhor Joaquim, ele se deteve um tempo maior em explicar as designações da aftosa nos dias atuais, como ela é vista, e como a aftosa era tratada quando ele começou a trabalhar com o gado e mesmo quando ele tinha contato com o gado criado por seu pai:

Ah! Se continuar do jeito que está aí, não vai ser bom, essa doença que está dando, estão fazendo essas coisas com o gado aí, que estão matando no Mato Grosso (...) mas eu lembro de antigamente que não tinha isso, porque dava a aftosa sacrificava o gado? Porque ele sara, não é coisa que fica para toda vida, porque ele sara, né? Não é coisa que fica para toda vida, porque aftosa sara, né? E a carne pode ser consumida, é só sarar que pode ser consumida, e agora eles estão falando de matar não sei quantos e enterrando e mostrando na televisão. Eu acho que esse negócio é errado, porque esse negócio de aftosa é uma coisa que sara, dá febre e depois estoura no casco, fazendo o tratamento, engorda o gado a mesma coisa, é só sarar. Eu acho isso muito errado, porque deu foco aqui, daqui não sei em quantos quilômetros essa região é interdita, tem que sacrificar o gado. Eu achei essa política muito errada que estão fazendo.

A discussão da aftosa nos dias atuais mostra a possibilidade dessa doença ser transmitida ao ser humano. Diante disso, para o senhor Joaquim, o contágio não é algo que prejudicaria a vida do ser humano e se detém um tempo maior na explicação de como era feita a cura do gado com aftosa na sua época de moleque:

Oh! Que eu sei, acho que não passa não, só se consumir o leite, mesmo assim quando está com febre pode fazer mal, dá só uma febre, não é de matar. Desde moleque eu lembro, dava aftosa assim no gado, era toda a região, esse tempo não existia nem vacina, a turma fazia que nem simpatia, uns colocavam querosene na nuca do gado, nesses gados mansos, esses

gados ariscos não conseguia nem fazer isso, né? Fazia o tratamento que dava no casco, se der bicho curar e fazer um lameiro para o gado passar dentro para sarar logo, era mais ou menos isso aí, a gente usava creolina, naquela época a gente usava creolina, piche, misturava, fazia um lameiro e fazia o gado passar ali. O tratamento era esse. Agora estão matando, falando que estão matando, até o gado que não está doente, eu acho isso uma coisa muito errada, entende? Que a aftosa passa um no outro, que nem antigamente, que a água era no córrego, então se pegasse no de cima passava no de baixo, porque o gado ia beber água, então passava, né? Mas ninguém matava, agora que estão falando de matar, acho que é muito errado isso.

Hoje, o senhor Joaquim mora com a esposa e cuida da sua propriedade sozinho. Possui trinta e oito hectares de terra, mas quando foi morar na região de Umuarama tinha adquirido apenas três hectares. Seus filhos trabalhavam com ele enquanto eram jovens, até que o filho mais velho foi para o Japão, estimulando a ida de outro filho. Hoje, os filhos têm funções diversas, um trabalha com a compra e venda de gado, outro trabalha em Umuarama como empregado e outro, que também faz parte do nosso trabalho, trabalha com gado leite:

Um trabalha de empregado lá em Umuarama; o outro mora na Serra (distrito de Umuarama), ele foi para o Japão trabalhar, juntou um pouco de dinheiro, comprou um caminhão e está comprando e vendendo gado. Aí tem esse outro filho meu, que mora nessa chácara ali na frente. Esse também foi para o Japão trabalhar, ganhou dinheiro e comprou esse pedacinho de terra aí e trabalha com gado de leite.

Com essa apresentação chegamos ao término de discussão de parte da história de vida do senhor Joaquim, que não se resume aos tópicos discutidos aqui, nem muito menos terminou. Sendo assim, passaremos à apresentação, também parcial, da história de vida do filho do senhor Joaquim, que possui uma pequena propriedade próxima a do seu pai, e que trabalha com o gado de leite.

4.2.2 *Pedro*²⁰

Filho mais novo do senhor Joaquim, trabalha no sítio desde pequeno. Primeiro trabalhando com o pai e, depois de casado, comprou um sítio próximo ao sítio do pai, em 1996. Pedro tem trinta e quatro anos e mora no sítio com sua esposa e mais duas filhas, uma de oito e outra de seis anos.

Bom, eu fui criado no sítio mesmo, desde mais ou menos onze, doze anos eu trabalho na roça, a gente mexia com café, e agora eu estou mais com gado de leite.

Trabalhou com seu pai na lavoura de café dos doze até os vinte anos, quando foi trabalhar no Japão. Somente quando retornou, é que ele comprou o sítio próximo ao do pai. Antes de comprar o sítio, trabalhou com o irmão, após sua volta do Japão em 1995, na compra e venda de gado. Com a queda no mercado do gado é que ele resolveu adquirir um pedaço de terra próximo ao sítio do pai.

Ah! Eu trabalhei dos doze até os vinte anos [na lavoura de café] (...), trabalhava com meu pai e depois eu fui para o Japão, né? Trabalhei um tempo lá e comprei o sítio meu aqui. (...) Eu voltei em 1995. Quando eu voltei a gente fazia bastante “rolo” de gado, né? Compra e venda de gado, mas agora está muito ruim o comércio. Aqui no sítio eu comecei um pouco com café e com gado, agora eu estou mais é com gado de leite.

Mesmo com esse desfalque do preço do café, o que fez com que o senhor Pedro se dedicasse à pecuária leiteira, não fez com que ele abandonasse totalmente o plantio do café. Ele, assim como o pai, possui um pequeno pedaço de terra onde cultiva café, mas quem cuida desse café

²⁰ A entrevista com o senhor Pedro ocorreu no dia seguinte à entrevista do senhor Joaquim, dia 08 de novembro de 2005. No dia em que realizei a entrevista com o senhor Joaquim, não consegui conversar com o senhor Pedro, pois ele tinha ido para a cidade. Perguntei ao senhor Joaquim o melhor horário para realizar a entrevista com o senhor Pedro e ele respondeu que aquele horário, término da entrevista com ele, que ocorreu próximo às 18h, era um bom horário, pois o senhor Pedro terminava o trato do gado naquele horário. Sendo assim, fui realizar a entrevista com o senhor Pedro próximo a esse horário. O pai já havia falado sobre minha visita, mas quando cheguei, ele ainda não tinha feito o trato do gado, porque teve problemas com a colheita do capim *napie*. Com isso, falei que poderíamos realizar a entrevista outro dia, mas ele insistiu em realizá-la naquele momento, pois com o horário de verão, até às 20h ainda estava claro. A entrevista com o senhor Pedro também demorou cerca de quarenta e cinco minutos, e eu tinha a preocupação, mais do que ele, em não atrapalhar sua rotina. Da mesma forma que o pai, o senhor Pedro fala baixo e pouco, o que fez aumentar o meu papel ativo durante a entrevista, ou seja, tive que questiona-lo mais para entender sua história de vida.

é um empreiteiro, pois o tempo dele está totalmente dedicado ao gado de leite. Ele possui dezessete cabeças de gado na sua propriedade, mas apenas dez cabeças em lactação:

(...) tem um pouco aí de café, né? Mas tem um empreiteiro, porque é muito serviço, o gado de leite tem que tratar de manhã, tem que tratar à tarde, né? Aí eu arrumei um empreiteiro que toca aí. (...) Agora eu estou tirando só dez cabeças, mas tenho dezessete vacas de leite.

A produção de leite no sítio do senhor Pedro é destinada, integralmente, para um laticínio próximo à Umuarama. Para ele, sua situação vem piorando de uns anos para cá. Ele atribui isso às dificuldades encontradas para se poder comercializar leite nos dias atuais:

Eu acho que antigamente era mais fácil a vida, de uns tempos para cá, eu não sei se é o custo de vida ou o que é, ou se a produção caiu, né? Está difícil hoje no sítio. (...) O leite também, se você não tratar o gado, não produz muito leite e o leite está muito baixo. No ano passado eu vendi leite, nessa época, a cinquenta e quatro centavos e esse ano está trinta e seis centavos. E as coisas da cidade que você vai comprar só sobem, né? Combustível mesmo, quantas vezes não subiu? Energia... O gado mesmo, está difícil de vender, você vai vender um bezerro de leite, está ruim no comércio.

Essa discussão da sua má situação está vinculada à escolha que tinha feito em trabalhar com a pecuária leiteira, porque o leite, na época em que ele comprou o sítio, é que proporcionava uma rentabilidade um pouco maior, comparada à pecuária de corte e ao café:

Mais por uma questão de mercado, porque a única coisa, assim, no sítio que está dando uma rendinha, é o leite. Porque todo mês você tem uma renda, né? E se, por exemplo, você vai engordar uma novilha em dez alqueires, você praticamente põe trinta ou quarenta novilhas e aí eu acho que não dá a renda que dá o leite.

O manejo do gado de leite, no sítio do senhor Pedro, é realizado basicamente no pasto. Com a queda na produtividade do pasto, o senhor Pedro está sem condição de adubar, então planta cana e capim *napie* para ajudar no trato do gado.

Eu trabalho com o gado no pasto. (...) O certo era a gente adubar, né? Mas a renda não está dando para você adubar, aí eu tenho plantado bastante cana e *napie* para ajudar o gado, porque só no pasto não dá, né? Não mantém o gado.

Com todas as injunções que o gado de leite tem proporcionado, principalmente em termos de pouca rentabilidade na venda do leite e os gastos extras que o ramo de produção de leite no Brasil está obrigando os produtores a realizar, o senhor Pedro acredita que o gado de corte hoje seria uma boa atividade para se trabalhar:

Se estivesse melhor, eu trabalhava com gado de corte, porque é menos trabalhoso. O gado de corte é só você tratar e olhar alguns, se acontecer de bichar, de furar, essas coisas, né? Pôr o sal no cocho, né? Agora, a vaca de leite não, você tem que apartar, tirar o leite, aí você tem que tratar de manhã cedo, tratar à tarde, e agora ainda, para complicar mais, estão falando que a partir de janeiro é obrigado a pôr no resfriador. Aí, provavelmente, muitos produtores de leite pequenos vão ter que parar, porque hoje, um resfriador, o que eles estão exigindo, custa aí, de quinhentos mil litros, custa na faixa aí de dez mil reais. Tem uns que colocam o tambor dentro, eles falam não sei o que de água, né? Resfriador de água, mas disse que aquele lá mais para frente não vai ser permitido, porque tem o contato do leite com o tambor, essas coisas, eles querem que ponham direto no resfriador, por causa de negócios de bactérias, essas coisas, né? Então o governo está exigindo. Os caminhões não podem puxar mais com tambor, tem que colocar o tanque, né? Então, cada vez está ficando mais difícil na lavoura.

Essas injunções que a pequena propriedade vem sofrendo nos últimos anos, levaram o senhor Pedro alegar que a situação do pequeno produtor tem piorado nos últimos anos:

Ah! De uns tempos para cá piorou, até uns... Até o ano passado estava... Parece-me que tinha melhorado um pouco, o governo estava dando incentivo para os pequenos produtores, mas agora, de uns tempos para cá, de um ano para cá, está ficando mais difícil, principalmente pela queda no preço do leite, né? Porque hoje, se o leite estivesse na faixa de cinquenta centavos, não estava tão ruim, porque eu tiro aqui de mil e quinhentos a dois mil litros de leite por mês, então a cinquenta centavos você ia tirar de oitocentos a mil reais, né? E a trinta e cinco centavos, dá quinhentos e poucos reais. Aí tem o custo, né? Remédio e sal para o gado, então está difícil.

Além disso, o senhor Pedro diz que se tivesse outra fonte de renda, que lhe possibilitasse uma renda maior do que a pecuária leiteira, até em um trabalho na cidade, ele mudaria de ramo e atividade para aproveitar essa renda:

Oh! Se eu tivesse uma outra fonte de renda, sim. Eu falo assim, se eu tivesse um serviço que desse mais do que no sítio, né? Porque se a renda estivesse melhor não, porque se desse para você manter estava bom, né? Mas do jeito que está, com o preço do leite, fica difícil, né?

Apesar das mudanças ocorridas na região, e das próprias mudanças que o senhor Pedro realizou em termos de culturas na sua propriedade, não houve melhoria da situação nos dias atuais. Enquanto pequeno produtor, ele não fala apenas do seu caso, mas inclui outros pequenos produtores com os quais tem contato:

Praticamente todos os pequenos proprietários estão reclamando que está difícil a coisa, pelas coisas que você paga, né? Aumenta imposto, aumenta tudo, né? E as coisas da lavoura não têm valor. Se você planta um milho, por exemplo, às vezes você vai vender e quando você vai vender, não tem preço. Pra gente comprar lá, hoje, um saco de milho, você paga dezessete ou dezoito reais; para vender, acho que está na faixa de doze ou treze reais.

Com relação às mudanças ocorridas na região, para o senhor Pedro houve uma mudança radical, principalmente após a implantação do Programa Arenito Nova Fronteira na região. Na mesma linha de seu pai [o senhor Joaquim], ele relata sobre as pequenas propriedades que existiam ali perto e que viraram uma, duas fazendas. Além disso, para o senhor Pedro, a introdução de novas culturas na região teve forte impacto, em grande parte negativo:

Mudou demais a região, porque antigamente você andava aqui, por exemplo, não aqui, mas no outro sítio ali embaixo, na estrada Paraguaçu, ali era tudo lote de cinco alqueires, cada cinco alqueires tinha umas duas famílias, porque tinha o dono do sítio mais o empregado, hoje virou tudo fazenda. (...) É porque aqui na região ninguém ouvia falar em plantio, nem de soja, milho era para alguns que iam reformar pasto, né? E hoje, a fazenda Garcia ali mesmo, são mil alqueires, era tudo pasto e hoje está tudo soja e milho, tudo soja e milho, não tem um boi ali. Na fazenda Serra Dourada também, setecentos alqueires, eles matavam em média de oito a dez mil cabeças de boi por ano e hoje está tudo soja e milho. Mudou muito então, né? Essa fazenda do vizinho nosso aqui, são duzentos e quarenta alqueires, eles devem ter uns oitenta ou noventa alqueires de pasto, o resto virou tudo soja e milho. Até eles estavam com um problema no ano passado, porque o rapaz que pegou a roça [arrendatário] não pagou a renda para eles, aí disseram que o rapaz não ia tocar mais, mas como eles tinham dado para três anos, né? Eles estavam esperando para ver o que ia acontecer, se o rapaz vinha tocar ou não. As terras foram arrendadas, né? É, por aqui mesmo ninguém está plantando, a maioria arrenda para o pessoal de fora.

Nesse processo de arrendamento para melhoria do pasto, o senhor Pedro alega que ele não arrendou a terra. Isso não por opção, mas pela quantidade de área que ele dispõe, cerca de vinte e quatro hectares de terra. Nessa discussão da pequena quantidade de terra, o senhor Pedro expõe alguns problemas referentes à pequena propriedade:

Não, porque a minha área é pequena, geralmente esse pessoal quer uma área maior. Por exemplo, se eles tivessem pegado a divisa aqui, se eu quisesse arrendar um pedaço, talvez eles pegariam, mas como é longe, aí para eles pegarem aí, negócio de cinco ou dez alqueires, acho que não compensa deslocar o maquinário, né? (...) Então, para área pequena, todas as coisas são difíceis, porque uma área grande para você fazer um financiamento também sai mais dinheiro, é mais fácil para você trabalhar. O algodão, por exemplo, você vai reformar um pasto hoje, não tem nem como você pensar em plantar algodão, porque o ano passado quem plantou algodão teve problema para vender, e é uma lavoura que vai bastante veneno também. O ano passado, muita gente ficou com dívida no banco, porque não conseguia vender. Então, o problema do pequeno produtor é esse aí, às vezes você quer reformar uma área pequena, aí você não tem como... Aí você não consegue.

Com essas considerações chegamos ao término de apresentação de parte significativa da história de vida do senhor Pedro. Durante a entrevista, o senhor Pedro deteve-se mais sobre uma discussão mercadológica do seu produto e da sua posição de pequeno produtor, sem entrar muito em seu percurso histórico até chegar onde está hoje, ou seja, quais foram os problemas que enfrentou, que caminho percorreu, etc. Sendo assim, passaremos para a apresentação de parte da história de vida do senhor Avelino, outro pequeno produtor rural da região de Umuarama.

4.2.3 *Avelino*²¹

O senhor Avelino é um pequeno produtor rural que possui doze hectares de terra. Com cinquenta e dois anos, apesar de ter trabalhado no sítio grande parte da sua vida com a família, há pouco tempo tinha retornado para lá, cerca de três anos. O senhor Avelino ficou quatro anos trabalhando na cidade devido à falta de renda obtida no sítio.

²¹ A entrevista com o senhor Avelino foi realizada no dia 09 de novembro de 2005 às 17h30min. Fui atrás do senhor Avelino por telefone, pois pelo endereço que tinha não consegui encontrar onde ficava sua propriedade, mesmo com a explicação do senhor Joaquim. Umuarama tem vários distritos, que o pessoal de lá chama de patrimônio. Assim, conversei com sua mãe por telefone, pois o senhor Avelino estava tratando do gado na hora em que liguei. Disse a ela quais eram minhas intenções com a entrevista e que tanto o senhor Joaquim quando o senhor Pedro tinham indicado ele para fazer parte dela também. Muito prestativa, a mãe do senhor Avelino logo disse o horário em que ele se encontraria em casa, próximo às 17h, e me explicou, tendo como referência o local em Umuarama em que me encontrava, como poderia chegar à propriedade da família. Sendo assim, fui visitá-los e logo que me apresentei para o senhor Avelino e expliquei os propósitos da pesquisa, ele foi inteiramente prestativo e se colocou à disposição para colaborar. A entrevista durou cerca de uma hora, e na mesma linha dos dois entrevistados anteriores, o senhor Avelino também fala muito baixo, mas detalha mais aspectos de sua vida.

Eu trabalho desde criança, né? Mas que eu voltei para a roça faz pouco tempo. (...) É, porque fui trabalhar na cidade durante alguns anos e hoje estou mexendo com queijo. (...) A roça para pequeno produtor não dá, a gente lutou durante muito tempo nesse pedaço de terra, né? Meus irmãos foram saindo, porque não dava para sustentar a família, e eu fui junto. Hoje que a gente viu uma oportunidade de voltar para a roça, com uma nova maneira de trabalhar na roça.

Antes de apresentar o que o senhor Avelino diz quando fala sobre “uma nova maneira de trabalhar na roça”, é interessante mostrar sua trajetória enquanto produtor rural. Assim, a família do senhor Avelino, apesar de ser de lá, durante muito tempo deixou a região. Quantos eles voltaram para Umuarama, trabalharam com o café e gado de leite:

A gente mexia com café, moramos sete anos no Mato Grosso mexendo com café. Fomos para tentar melhorar a situação, na época que o café estava muito bom, lá não tinha geadas, aí achamos que o café ia produzir mais e ia dar mais renda. Mas engano do pobre, lá também você tinha que pagar tudo muito mais caro. O insumo agrícola você pagava o preço daqui mais o frete para ir lá. Você vai vender um produto lá, por causa do café, você tem que vender com o preço daqui, mas você tem que descontar o frete daqui, lá. Então, você acaba vendendo barato lá, mas acaba pagando caro o insumo agrícola, essas coisas, o adubo também, é um absurdo! Lá, é só coisa para rico. O rico tem o caminhão dele, né? Ele compra aqui, leva embora e a produção dele, ele traz de lá pra cá mesmo, né? Não paga frete, não paga nada. Então, a coisa se torna mais fácil para quem é grande produtor, agora para o pequeno, não tem jeito não. Aí não deu nada [risos], aí viemos para cá, compramos uma chácara aqui em Altônia [distrito de Umuarama], mexemos com café também. Um ano pega geadas, no outro ano dá seca, aí fomos indo. (...) Aí acabamos mudando para cá [Serra, outro distrito de Umuarama], na esperança de que morar perto da cidade maior era melhor, mas é a mesma coisa.

Depois que compraram essa propriedade em Serra dos Dourados, distrito de Umuarama, o senhor Avelino começou trabalhando com café e gado de leite. Após dois anos trabalhando com o café nessa propriedade, que eles possuem há onze anos, o senhor Avelino parou de trabalhar com o café, ficando apenas com a pecuária. Da mesma maneira que o senhor Joaquim e o senhor Pedro, o senhor Avelino também dispõe ainda um pedaço de terra onde ele produz café e diz que é para “matar a saudade”:

A gente tinha um pouquinho de café, um pouquinho de leite, então eram muitas poucas coisas. Hoje, a gente trabalha tudo com leite, só com leite. Tudo que a gente faz no leite [dinheiro] estamos investindo em pastagem nova, novo tipo de gado de leite. (...) O café hoje não tem preço, a gente

mantém um pouquinho ali só para matar a saudade [risos], só para matar a saudade, não tem? Café, hoje em dia, não dá mais nada não. (...) O café na região praticamente acabou, né? Hoje, tem cinco ou dez por cento do café que existia. Acabou!

Sobre essa discussão do que existia na região há alguns anos atrás e o que existe hoje, para o senhor Avelino sobrou muita pouca coisa, alguns pastos de grama “matogrosso” e algumas vacas leiteiras que não têm produtividade:

Hoje [na região], um pasto de grama matogrosso, vaca que não produz praticamente nada, se produz em média, de vaca, chega a quatro ou cinco litros de leite por dia, então hoje está uma miséria na região por causa disso. O pessoal não tem um gado que presta, nem tem mais terra que presta, por que tirou o dinheiro daqui e colocou no Mato Grosso, Rondônia, São Paulo, não aplicou direito na terra e hoje ficou essa areia aí, sem café, sem nenhuma pastagem que presta e sem recurso. Então, hoje está difícil, né? Como se fazer, eu não sei! [risos].

Neste ponto entramos na discussão do Programa Arenito Nova Fronteira, pois as intenções do Programa, pelo menos nas publicações, era possibilitar à região justamente o que o senhor Avelino estava questionando, a questão do pasto ruim, do solo arenoso, etc.

É, mas foi muito pouco o que ele [o Programa] fez, né? Se você pensar o que era para produzir na região, hoje não consegue produzir nada, o ano passado foi uma época de produzir mandioca, esse ano ninguém vai plantar, porque não compensa.

Apesar do pouco que o Programa fez em termos de melhoria para a região, o senhor Avelino acha que houve benefícios e que a região ganhou com a implantação do Programa pela introdução de novas culturas como a soja, o milho, por exemplo, que possibilitou o desenvolvimento do comércio:

Hoje, para os médios produtores até que foi uma boa, porque desenvolveu mais a área de soja na região que não existia, milho também desenvolveu um pouco mais, é aquela história, se a roça produz, o comércio ganha. Então, a nossa região desenvolveu muito com isso, porque, acho que há dez anos atrás, não existia quase nada de casa agrícola, casa agropecuária nas ruas, quem vendesse produtos agrícolas... Hoje não! Hoje, a COCAMAR²², por exemplo, tem uma loja grande, em todos os setores tem uma loja grande de produtos agrícolas, então desenvolveu, né? Deu emprego pra mais gente, deu...desenvolveu a região.

²² Cooperativa Agroindustrial de Maringá Ltda.

Mas, apesar desse desenvolvimento para a região, o senhor Avelino acredita que o pequeno produtor ficou à margem desse processo, pois o cultivo, por exemplo, de soja, somente é viável quando realizado em grandes áreas:

Para o pequeno não tem vantagem, você tem dois ou três alqueires de terra, vai plantar soja? Não tem jeito, não tem jeito de plantar. Ou você arrenda uma área grande ou senão arrenda para as pessoas que vêm de fora, né? A maioria do pessoal arrendou para quem vem de Palotina e Toledo, então gerou um pouquinho de dinheiro, mas não foi muito também não [risos]. Alguns já foram embora, alguns aí de Toledo plantaram aqui [apontado para uma fazenda em frente], colheu a produção e levou embora, né?

Além da questão da produção ser realizada em grandes áreas, o senhor Avelino relata sobre a defasagem do plantio de soja na região. Com a queda no preço da soja no último ano, muitos arrendatários abandonaram a terra, e outros pararam de produzir a soja, o que deixou algumas propriedades da região sem produção de nenhum tipo de cultivar:

Quem plantou soja, do outro lado ali, tem uma área que foi plantada soja em vinte e cinco alqueires, plantou o ano passado, esse ano está lá no mato, até agora não mexeram. Lá na frente tem mais uma de trinta alqueires, plantou o ano passado e esse ano também está no mato, a mesma coisa. Então, é sinal que não produziu por causa da seca e o preço está muito ruim, não compensa, então, eu não sei onde vai parar o projeto do plantio de soja, plantio de milho, para a região está muito difícil, né?

Assim, com essa queda no plantio de soja, o senhor Avelino diz que o gado é que predomina ainda na região, não o gado de leite, que para ele está em queda, mas o gado de corte. Apesar dessa predominância, para o senhor Avelino, são dois produtos que hoje não proporcionam um bom rendimento para o produtor rural:

Predomina o gado, no caso do gado de leite está meio fraco, né? O preço do leite agora está a trinta e poucos centavos, trinta e cinco ou trinta e sete, o que você vai fazer com isso? Não dá para fazer nada. O gado de corte, o preço está defasado, ainda mais essa onda de aftosa que deu aí, aí piorou tudo a situação, então o gado é um gado muito comum, não é um gado bom de raça e de peso. Na região ainda predomina um gado muito comum, é difícil para os caras.

Com esse posicionamento de dizer que a situação está pior para quem trabalha com o gado de leite, vendendo leite *in natura* para o laticínio ou cooperativa, é que o senhor Avelino discute

sobre sua nova maneira de lidar com a roça. O retorno do senhor Avelino para a roça não foi ao acaso. Vendo que o serviço que ele tinha na cidade não lhe proporcionava um rendimento bom e que tinha um vereador - que hoje é secretário da agricultura do município - incentivando os pequenos produtores para a constituição de microagroindústrias, o senhor Avelino resolveu investir e tentar voltar para a roça:

A propriedade não tem valor, na propriedade hoje você tem que inventar alguma coisa, ela em si mesmo, você não vive de jeito nenhum, não tem como. Quando a situação está ruim, para a gente fica pior, a única opção é ir para a cidade, aí você vai para a favela, que é o que está acontecendo hoje. Eu peguei um serviço na cidade, fiquei lá quatro anos, achei que ia ganhar alguma coisa, mas também não faz além do que viver, e mal. Aí estamos aqui hoje, investe um dia após o outro, só estamos investindo, investindo. Tudo o que a gente faz é investir, tudo o que a gente ganha é investido. (...) Aí todo mundo [a família: mãe, pai e irmão] trabalha em cima de um produto, só que é leite. Leite para produzir queijo. Você planta comida para a vaca, arruma pasto, você faz cerca nova, é isso aí a nossa vida aqui.

Faz dois anos que o senhor Avelino está trabalhando na fabricação de queijo. Um ano antes de começar a produzir o queijo, com a iniciativa do secretário da agricultura, ele foi conhecer alguns métodos similares a de pequenas propriedades no sul do estado do Paraná que produzem queijo, vinho, etc.

O leite para a produção de queijo está com dois anos, né? Nós fomos conhecer algumas pequenas propriedades que ficam aqui no sudoeste do estado, lá a origem do povo é outra, ali é tudo alemão, italiano, um povo europeu, ali tem famílias que vivem há quatro ou cinco décadas ou mais, então ali chegou, ali acabou, não tem um futuro, uma perspectiva de crescer, um faz queijo, outro faz vinho, e vive ali. (...) É, eles são bem desenvolvidos, nessas condições de pequenas propriedades, são.

Ao relatar sobre os modelos de microagroindústria que foi visitar, o senhor Avelino nos explica que lá existe um deputado que colaborou com a implantação do sistema para os pequenos produtores, além deles [os produtores] receberem financiamento governamental para construir as queijarias:

Outra, que lá eles tinham um deputado que ajudava eles e foram criadas doze queijarias num município de seis mil habitantes. Foi construído tudo com dinheiro do governo, tudo dinheiro doado. O pessoal chegou, só colocou o leite dentro e passou a fabricar. O contrário do que acontece com a gente,

né? Aqui a gente tem que fazer tudo, construir tudo para depois começar, e lá não, lá eles ganham tudo. Você ganha tudo, tem o maquinário na mão, é só trabalhar, aí fica tudo mais fácil. Agora, a gente não, a gente tem que investir tudo o que a gente ganha.

Esse modelo de produção de queijo, vinhos, etc. que foi desenvolvido na região sudoeste do estado, é um modelo de produção que segue as normas expressas pelos órgãos fiscalizadores.

Assim, o senhor Avelino procura destacar essa característica de seu produto:

A gente trabalha com queijo pronto para o mercado, então é inspecionado, posso vender para o município inteiro, nos mercados, então não existe problema para a nossa produção, o problema é produzir ele, porque torna um pouco mais caro e na roça tudo é difícil, né? Não tem jeito.

Com a mudança da produção de leite *in natura* para a fabricação de queijo, o senhor Avelino, apesar de estar há dois anos produzindo, encontra grandes dificuldades. Essas dificuldades estão relacionadas à necessidade de tecnologias que proporcionem a qualidade do queijo que ele fabrica, ou seja, que esteja de acordo com as exigências dos órgãos fiscalizadores; dificuldade encontrada na implementação da queijaria na região, pois é um modelo novo; dificuldade em obter financiamento frente aos órgãos de fomentos; entre outras:

Até hoje você encontra dificuldade, porque é aquele tal negócio, tudo que é novo é difícil, nessa região aqui a gente foi montar esse negócio de queijaria e é tudo coisa de inox, na região aqui você não encontra essas coisas, só em Cascavel ou Maringá, aqui você não acha nada. Então, se você precisar de alguma peça, você tem que ir lá para Maringá, você precisa de outra vai para Cascavel, você precisa de uma rotulagem de um produto mais barata, você vai até Cascavel, porque aqui não chega, uma embaladora a vácuo aqui é um absurdo! Então, pra você encontrar um negócio melhor, tem que ser para fora, então não tem jeito, tudo que você vai fazer é difícil. E por ser uma coisa que é nova na região, na nossa região só existe essa queijaria nossa aqui, na região de Umuarama, só existe aqui, por isso que é difícil, tudo que você mexe é, ainda nós fomos buscar um modelo lá fora. Agora, para tudo você tem que ser o primeiro, você está ali de cobaia, se deu certo deu, se não deu você recua, e começa tudo de novo [risos], então a gente está aí, mas que foi difícil foi. Você construir tudo com dinheiro seu e produzir com dinheiro seu é uma coisa complicada, né?

Além dessas dificuldades, o senhor Avelino ainda expõe o problema de ser pequeno produtor e a necessidade da pequena propriedade se diferenciar no mercado. Assim, a diferenciação é apenas mais um fator que pode possibilitar a sobrevivência do homem no campo, pois as

iniciativas governamentais, na concepção do senhor Avelino, não são concretizadas e neste caso é necessário que o próprio pequeno produtor realize seus investimentos:

Oh! Aí é difícil, viu? Porque em termos de pequena propriedade, ou se adapta à tecnologia moderna, você passa a produzir bastante em pouca área, ou você pode ir para a cidade. É o que a gente tenta aqui, a gente está mexendo, né? Ou você passa a produzir em pequenas áreas ou vai ter que voltar para a rua. (...) inclusive, agora, a gente tem a promessa do esterco de frango aí pela metade do custo, o calcário à metade do custo, adubo também à metade do custo, mas isso não apareceu, já está com cinco ou seis meses e não apareceu [risos]. Então, é a história do pobre, você espera, espera e não consegue nada. Então, a gente consegue alguma coisinha aplicando o que você ganha, deixa de comprar um sapato novo, mas [risos compulsivo], mas aplica na terra, se der amanhã compra dois, se não der [risos], perdeu tudo. A vida do pobre é assim!

Para o senhor Avelino, o desenvolvimento de tecnologias para a pequena propriedade deve seguir o modelo onde se observa o que o grande está fazendo e procura copiar. O único problema, ressalta ele, é o risco que esse processo acarreta para a pequena propriedade, que pode dar certo ou não:

Existe assim, se você mesmo aplicar, como se diz, ir apanhando e tentando, enxerga do grande e tenta copiar, se der certo, parabéns para você, se não der certo, perdeu tudo [risos], você tem que olhar o do grande e copiar, se der certo, parabéns para você, se não, você vai para a rua de novo [risos].

Com o intuito de aperfeiçoar na produção de queijo, o senhor Avelino vem procurando melhorar a raça do gado, no sentido de obter maior produtividade animal. Além das visitas que fez nas pequenas propriedades que trabalham com modelos similares na região de Salgado Filho, o senhor Avelino também participou de cursos oferecidos pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), pela UEM (Universidade Estadual de Maringá) e pela EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural):

A gente procura, melhora a raça para leite e assim mesmo é difícil. O gado nosso a gente busca fora, porque aqui da região não tem jeito, a gente busca tudo de fora. (...) É, a gente fez curso, a gente foi em Salgado Filho para pegar o jeito da coisa como é que funcionava, lá nas queijarias lá, fizemos um curso aqui no SENAR, fiz mais uns cursos na UEM. Aí, tem uma instituição do governo estadual que dá toda a assistência para a gente, a gente vai tocando devagarzinho, a gente vai indo, tentando modificar as coisas e vai fazendo. É um produto diferenciado no mercado, é um produto bem aceito no mercado, então a gente vai levando.

Com essa discussão, para o senhor Avelino, assim como para os outros entrevistados já apresentados, a situação do pequeno produtor se tornou mais difícil nos últimos anos. Isso porque existem muitas exigências governamentais e sociais, que vão impulsionando o pequeno produtor a se encaixar a esse modelo, ou seja, tornando o processo de trabalho mais difícil:

Hoje, é muito mais difícil, porque quem procura realizar alguma coisa, sempre, de alguma maneira, ele é perseguido. Porque quem trabalha, é igual esse pessoal que vive de comércio, a gente como já mexe com um tipo de produto que tem que ser fiscalizado pela vigilância e por tudo quanto é órgão do governo, vamos dizer assim, eles procuram acompanhar você. Quem não está legalizado lá por fora, eles não vêem, então esses que não estão legalizados dão prejuízos para você. Você produz um produto mais caro e eles não, o produto deles é barato, mas só que não tem vigilância nenhuma, não tem vistoria nenhuma no produto deles, então a gente está pagando mais caro, aí é muito mais difícil. Antigamente, tudo que você fazia na roça dava dinheiro, vendia uma galinha, um porquinho, o que viesse dava dinheiro. Hoje, você vai criar um porco, é um absurdo! Ninguém mais cria porco no sítio, porque você não pode vender um porco na rua, não pode fazer mais nada. Então, vai fazer o que? O pobre tem que ficar disso para pior. A gente investe em alguma coisinha para ver se tira algum lucrinho, senão, eu acho que se continuar assim, o caminho é a cidade mesmo, não tem outro jeito, para nós pequenos, não tem outro jeito não.

Com essa discussão sobre as dificuldades estarem aumentado, principalmente com relação à pequena propriedade, chegamos ao término da apresentação de alguns aspectos significativos da história de vida do senhor Avelino. Sendo assim, passaremos agora à apresentação da história de vida do senhor José, que possui sua propriedade rural cerca de dois quilômetros da propriedade do senhor Avelino.

4.2.4 José²³

José é um senhor de sessenta anos de idade, que desde criança trabalha na roça. Apesar disso, ficou durante muitos anos trabalhando na cidade, cerca de vinte e dois anos, retornado para a roça após sua aposentadoria numa instituição pública:

A gente trabalhava aqui, meu pai sempre foi agricultor, aí é aquela coisa de ir para cidade para aumentar a renda, né? Isso daí é o que acontece com todo mundo, meu pai ficou, eu e meus irmãos fomos todos para a cidade, eu fui para mais longe, né? Fui para Curitiba, mas meus irmãos ficaram aqui na região mesmo. Agora eu voltei, porque me aposentei, passei um tempo sem uma ocupação assim, certa, né? Aí resolvi assumir alguma coisa na chácara de novo.

O retorno para o sítio onde foi criado e onde o pai morava, foi com a intenção de poder cuidar do pai, que na época estava muito mal de saúde, vindo a falecer alguns anos depois. Sua intenção inicial não era voltar para a roça, mas observando a situação do pai, o senhor José voltou e quando chegou resolveu ficar morando no sítio novamente.

Eu pensava em ficar lá na capital ou em alguma outra cidade e viver como aposentado, mas ocorreu do meu pai precisar, de eu cuidar dele no final da velhice, meu pai e minha mãe. Aí eu voltei para cá e acabei me estabelecendo aqui de novo.

Antes de o senhor José ir trabalhar na cidade, ele relata que havia uma diversificação no sítio do pai, trabalhando com culturas como horta, amendoim, mamona, leite, etc. Essa diversificação foi predominante até 1975. Após essa data, houve uma especialização maior na pecuária leiteira.

²³ A entrevista com o senhor José ocorreu no mesmo dia em que fiz a entrevista com o senhor Avelino. De posse da lista de pequenos produtores, perguntei para o senhor Avelino se ele não sabia onde ficava a propriedade do senhor José, pois ambas eram no mesmo distrito. Imediatamente, ao ouvir falar no nome do senhor José, o senhor Avelino disse que era um dos seus bons amigos e que iria nos levar até a propriedade dele, que fica cerca de cinco quilômetros dali. Disse que ele não precisava se incomodar, mas ele respondeu que com a presença dele lá na propriedade, o senhor José teria menos restrições em conversar, pois era uma pessoa muito reservada. Sendo assim, fomos até o sítio do senhor José, que nos recebeu com euforia, pois há dias não via o amigo. A entrevista com o senhor José durou cerca de quarenta minutos e iniciou às 18h25min, sendo a entrevista mais curta que realizei para esta pesquisa, mas ficamos em sua propriedade cerca de 1h20min, pois ele passou a nos mostrar como estava sua produção de ovos de codorna, iniciada recentemente, e sua produção de galinhas semicaipiras. De novo, tenho que dizer que todos os entrevistados possuem um timbre de voz muito baixo, o que dificultou na hora de transcrever as gravações.

A gente trabalhou com horta, trabalhou com leite, no cultivo de roça, a gente trabalhava com amendoim, plantava mamona. (...) De sessenta e um até...setenta e cinco, setenta e seis, aí depois passou para mexer com gado de leite, né?

O senhor José voltou para morar e cuidar dos pais em 1996. Quando ele voltou, existia na propriedade algumas cabeças de gado leiteiro, que não era muito produtivo. Após essa época, o pai veio a falecer e o sítio ficou um bom tempo parado, apenas com algumas plantações destinadas ao consumo da família:

Em 1996, nesta época meu pai já estava bem de idade avançada, tinha um gado, que não era muito produtivo, ele parou de tirar leite, aí ninguém mais tirou leite, porque só morava a minha irmã aqui, aí ficou um gado procriando assim, sem muita qualidade, até que nós resolvemos dispor desse gado e parar com essa criação. Nessa época, quando a gente dispôs do gado, aí paramos de trabalhar com gado, meu pai já tinha falecido. (...) A gente tinha uma pequena plantação, assim só para... pouca coisa, para a chácara mesmo, assim tinha pouca coisa, mandioca, milho, era questão de meio alqueire, cana... Era muito pouco, tem ainda, mas isso era apenas para consumo. (...) No começo, a intenção era o consumo, mas depois começamos a vender, principalmente mandioca.

Somente a partir de 2002, incentivado pelo mesmo vereador que levou o senhor Avelino e um grupo de produtores rurais para conhecer o processo de implantação de microagroindústrias, é que o senhor José iniciou um processo de produção de frango semicaipira. Com a produção de frango, o senhor José já está há três anos, e há uns seis meses ele implantou também a criação de codornas, com o intuito de comercialização do ovo:

Aqui a gente tem agora criação de frango diferenciado, tem criação de codorna, a gente está industrializando e entregando na cidade. Isso é a história de agora, de 2002 para cá. (...). No caso das codornas, é recente, faz uns seis meses, agora no caso do frango já faz três anos.

Apesar desse processo ser recente, o senhor José já tinha planos de constituir-lo desde quando trabalhava em Curitiba. Nos últimos anos é que ele teve a oportunidade de implementá-lo:

Não, essa era uma idéia muito antiga já, mas foi posto em prática agora de uns dois anos para cá. Essa idéia eu já tinha, mas eu morava lá em Curitiba e para cuidar aqui não tinha jeito. Agora que eu coloquei em prática, mesmo. Esse processo que a gente tem aqui é chamado de frango semicaipira, né? A gente trata ele diferenciado do frango de terreiro assim em casa, e é uma atividade até boa de se trabalhar com ela, é até rentável.

Por ser uma atividade nova, o senhor José diz que existe um mercado muito promissor, em termos de lucratividade, para o frango semicaipira e um mercado fornecedor dos pintinhos e frangos, melhorados por empresas públicas e privadas para possibilitar essa qualidade e característica semicaipira.

Existe no mercado o pintinho e o frango para essa finalidade, tem as empresas que produzem os pintinhos, tem também os órgãos do governo que têm raças melhoradas, criadas, desenvolvidas para essa finalidade. (...) Não tem muito não, no mercado, aqui na região a gente conhece pouca gente que trabalha com esse tipo de frango. Por ter pouca oferta, é uma atividade lucrativa.

Observando a dificuldade em se trabalhar com frango semicaipira e com ovos de codorna, que exigem um bom desempenho tecnológico, o senhor José alega que não trabalha com gado de leite, ou café, porque a opção foi a de trabalhar com esses produtos que proporcionam uma lucratividade maior do que esses outros que perderam sua vivacidade na região:

Não, a gente não trabalha com essas outras coisas, porque a opção foi essa. A região perdeu aquela... aquela vocação para café, agora são alguns casos, mas não é como antigamente. Aqui, essa chácara, tinha plantação de café, daqui até na cabeceira lá, não desenvolveu, quando o café estava saindo assim para crescer, a geada veio e levou tudo. Aí meu pai veio e plantou tudo de novo e também não foi para adiante, aí vinha a geada e acabava com tudo.

Por serem projetos recentes, principalmente no caso de criação das codornas, as dificuldades são evidentes, mas ainda não avaliadas. Com relação ao frango, o senhor José alega que, em termos de produção, não há muitos problemas, somente a questão de espaço para aumentar a quantidade de frangos.

Nessa atividade de ovos de codorna, a gente está começando agora, a gente tem muita dificuldade, mas não dá para te falar assim, porque os resultados disso a gente só vai ver daqui uns anos, a gente ainda não tem uma posição assim, a gente tem uma perspectiva de que evolua, ainda não temos dados. (...) A produção de frango, ela não está muito... assim, por falta de espaço ela não tem uma continuidade, tem meses em que eu não tenho frango, por exemplo, nesse mês eu não tenho, né? Tinha há quase um mês atrás, agora eu vou ter frango no final do mês. Então, se eu tivesse mais barraco, se eu tivesse mais lugares para procriar, eu teria mais frango, para ter todo mês uma tiragem de frango seria interessante.

Além das dificuldades quanto ao processo produtivo, o senhor José enfatiza também a questão dos financiamentos concebidos pelo governo, ou seja, a dificuldade do pequeno produtor obter esses financiamentos:

As coisas que eu tenho feito agora são recentes, isso vem de 2002 para cá, e as nossas dificuldades se resumem em financiamento, no meu caso se resumem a isso. (...) No meu caso, no caso do pequeno produtor tem os programas iguais ao PRONAF²⁴ ou PRONAFINHO²⁵, que são programas que destinam uma quantidade de dinheiro muito pequena. Aqui no meu caso, eu precisava de oito mil reais, aí eu não me encaixei nesses programas, não tinha como, é muito complicado para pegar. Ainda para se pegar esses financiamentos dão muito trabalho, muito complicado para uma quantidade de dinheiro muito pequena, não vale o esforço. Aí eu descobri um tipo de financiamento que era consignado em folha, aí foi fácil para mim, não precisou de documentação nenhuma não, foi digitar e conseguir, por isso que eu consegui montar aqui, por isso que eu consegui implantar esse projeto das codornas.

Com essa discussão sobre as dificuldades encontradas pelos pequenos produtores em obter financiamento e estrutura para trabalhar, o senhor José acredita, na mesma linha que o senhor Avelino, que a saída para a pequena propriedade é obter um diferencial no mercado:

Eu acho que tem que se buscar uma coisa diferente, tem que buscar uma coisa nova para fazer a propriedade dar lucro, para a propriedade ter um retorno. Se você ficar com pequenas plantações de cereais na pequena propriedade, não, para mim não é uma atividade que dê grandes resultados. Por exemplo, horta bem trabalhada dá lucro, produção de frango diferenciado também, tem que ser uma coisa diferenciada, sair daquela coisa de chácara, de vinte ou trinta anos atrás.

Para o senhor José, antigamente não havia uma diferenciação no processo de produção da propriedade rural, ou seja, todos os produtores produziam café e hoje é necessário o pequeno produtor buscar outras alternativas e se diferenciar no mercado:

Procurar alternativa, ah, antigamente a gente via muita produção de café em pequenas propriedades, e hoje para essa propriedade dar lucro, como eu te falei, a gente tem que buscar alternativas novas, tem que buscar coisas que dêem resultados. (...) Não saberia te dizer como fazer ou o que tem que fazer para melhorar, a minha visão é que você tem que procurar novas alternativas.

²⁴ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

²⁵ Crédito para produtores com faturamento anual até oito mil reais.

Nesse contexto de discussão, de diferenças entre o processo de produção, de um modelo mais antigo para um modelo atual, o senhor José relata que atualmente as dificuldades são maiores do que antigamente:

Antigamente, não se tinha preocupação de trabalhar na propriedade, a visão da época era de que os filhos deveriam sair e trabalhar na cidade, não é igual hoje que a gente voltou e está trabalhando. Aqui, esse empreendimento é mais uma complementação de renda ou até a gente encontrar o que seja o principal, né?

Com a exposição que o senhor José faz sobre as dificuldades encontradas para a pequena propriedade e a necessidade de desenvolver algo novo para continuar sobrevivendo no mercado, ele comenta sobre o Programa Arenito Nova Fronteira e acredita que o pequeno produtor tem uma posição marginal no processo de implantação do Programa, pois visa apenas os grandes produtores:

Eu não tenho muito conhecimento sobre esse Programa não, agora para mim [risos], para o pequeno agricultor continua a mesma coisa, porque esse Arenito Nova Fronteira foi a implantação do plantio de soja na região e quem plantou soja aqui foi só o grande produtor. Isso porque eles têm mais terra para trabalhar, e o pequeno produtor, para arrumar terra para plantar soja, eu acho que é inviável. Pelo que se vê aí, pequeno produtor nenhum plantou soja, só plantou aquele que arrendava grandes áreas de terra e quem tinha grandes áreas de terra, pequeno produtor eu não vi ninguém plantar soja. A pequena propriedade, a maioria que eu vejo é horta e gado leiteiro em pequena quantidade.

Além dessa visão do pequeno produtor à margem desse processo, o senhor José faz um relato sobre a ausência de melhorias que o Programa proporcionou na região. Fazendo uma análise histórica, o senhor José relata que a situação vem piorando e faz algumas críticas aos programas governamentais, mostrando a questão desses programas serem paternalistas:

Eu acho que não, não tem muita melhoria, não. No geral, quem na época tinha uma atividade, continua na mesma atividade, não melhorou em nada. Se tivesse melhorado alguma coisa de lá para cá, a gente veria as pessoas aqui na região em melhor situação. O que eu não vejo, pelo contrário, piorou bastante. Sabe o que eu penso disso? Você pega, por exemplo, esses programas governamentais de acabar com a fome, distribuindo um salário de miséria, em vez de falar “vamos ensinar você”, “vamos dar condição para você se manter”, mas não, dão um salariozinho de miséria. O pior disso tudo, é que as pessoas ainda não têm consciência, ganham uma miséria e não estão

nem aí. Aqui em Umuarama, eu não sei como funciona, mas lá em Jussara, a prefeitura paga energia e água para as pessoas. Eu acho isso uma vergonha, em vez de dar condições para eles se sustentarem, é a prefeitura que sustenta eles. Você vai à casa dessas pessoas, eles estão no “bem bom”, aí é complicado.

Com essas considerações sobre a postura paternalista do governo frente aos problemas sociais, chegamos ao limiar de apresentação de alguns aspectos que constituem a história de vida do senhor José. Sendo assim, realizaremos a apresentação da última entrevista que fizemos, sendo o entrevistado Sebastião.

4.2.5 Sebastião²⁶

O senhor Sebastião é um pequeno produtor rural com trinta e quatro hectares de terra em Roberto Silveira, distrito de Umuarama. O senhor Sebastião tem sessenta e oito anos de idade e durante a vida toda trabalhou na roça, salvo cinco anos que trabalhou na construção civil numa cidade no estado de São Paulo:

Eu fui criado na roça, eu só trabalhei cinco anos na construção civil, aí voltei novamente para a lavoura de café. Meu pai tinha um sítio em Novo Horizonte e eu fiquei, ainda solteiro, peguei o sítio dele, eram sete mil pés de café, cinco alqueires, eu deixei minha família em Vera Cruz, no estado de São Paulo, e fui me aventurar na lavoura de café. Aí eu trabalhei seis meses, voltei para o estado de São Paulo e me casei. Aí, eu e a mulher fomos viver juntos e trabalhar na lavoura de café.

A história do senhor Sebastião com a terra começa a partir de 1961, trabalhando na propriedade do pai. Antes, ele trabalhou como pedreiro na cidade, mas tinha como planos voltar a trabalhar no sítio. Naquela época, o pai havia levado a família para morar na cidade, mas continuava indo e voltando para o sítio, que ficava distante uns sete quilômetros. A ida

²⁶ A entrevista com o senhor Sebastião foi realizada no dia 11 de novembro de 2005, às 18hs15min, com duração de 1hs45min, sendo a entrevista mais longa que realizei. Eu havia entrado em contato por telefone no dia anterior, mas não consegui conversar diretamente com ele. Devido à chuva que ocorreu no dia 10 de novembro, resolvi adiar a visita, pois para chegar lá, tinha que percorrer um trecho de trinta quilômetros de estrada de chão. No dia seguinte resolvi fazer a visita, chegando lá por volta das 6 horas da tarde. O senhor Sebastião tinha acabado de chegar em casa e não se recusou em me conceder a entrevista, apesar de falar algumas vezes que estava com a voz ruim, pois tinha trabalhado o dia todo embaixo do sol forte. Pela sua personalidade, mais expansiva, foi uma entrevista em que não tive que fazer tantas perguntas, pois seus comentários já eram suficientes para entender sua história de vida.

do pai com a família para cidade foi devido à falta de estrutura que o sítio proporcionava à mulher e aos filhos, principalmente, em termos de saúde, educação, etc.

Eu trabalhei cinco anos na construção civil, no estado de São Paulo. Eu tinha até carteira de pedreiro, mas não era a minha vocação. Eu trabalhava lá pensando na roça, eu tinha que voltar para a roça, mas para eu voltar para a roça eu fiz uma experiência, fiz um teste. Meu pai tinha uma família que formou o café para ele lá em Novo Bilaque, e nós morávamos em Vera Cruz, meu pai criou onze filhos, eu era o penúltimo da casa, só tem um abaixo de mim. Nós ficamos os quatro homens mais novos, o pai e a mãe, então os filhos mais velhos se casaram e minha mãe ficou com cinco homens dentro de casa, o meu pai e nós quatro. Nós tínhamos um sitinho lá em Vera Cruz, era café também, e depois meu pai resolveu morar na cidade e nós fomos tudo para a cidade, cada um foi pegar um emprego, foi aprender uma profissão e todos nós tocávamos numa banda de música lá em Vera Cruz, que era um bandinha da prefeitura.

Foi nessa banda de música que o senhor Sebastião teve contato com um amigo que lhe indicou o pai, que estava realizando um serviço para a prefeitura, e perguntou para o senhor Sebastião se ele não queria aprender uma profissão. O senhor Sebastião começou a trabalhar como servente de pedreiro, conseguindo, tempos depois, a assinatura na carteira profissional, já como pedreiro.

Aí a gente tocava na banda de música e tinha dois músicos que o pai deles era construtor, e eles estavam construindo o estádio de esporte de Vera Cruz. (...) Os dois músicos, que eram amigos meus, me disseram “ô Sebastião, se você quiser aprender o ofício de pedreiro meu pai te ensina”. Aí eu fui lá, falei com meu pai e fui. Fiquei o dia todo olhando os pedreiros trabalharem, aí o senhor Amadeu, que era construtor e hoje já é falecido, me disse “ô Sebastião, só olhar você não vai aprender, você tem que trabalhar”, aí ele me deu uma colher, esticou uma linha para fazer o alicerce e me disse “você assenta assim e assim”. Eu pegava a massa, a massa caía da colher, rapaz! Não tinha nível na colher [risos], até que eu fui pegando o jeito para a massa não cair mais. Para encurtar a conversa, eu trabalhei um mês de graça, sem cobrar um tostão, não recebi nada, ele me falou “oh! Você vai trabalhar - até você aprender a assentar tijolo - sem ganhar nada” e eu disse “eu topo”. Aí, com trinta dias, ele viu que eu estava assentando tijolo mais ou menos, aí falou com o prefeito e fez ele me chamar como servente, era um salário mínimo e mais um pouquinho. Eu tinha dezessete anos de idade naquela época. Aí fiquei trabalhando ali naquela construção até acabar, quando acabou eu já estava ganhando um salário e meio, já tinha pegado o jeito da coisa, né? Eu aprendi a rebocar, a “chapistar”, depois saí dali e já fui trabalhar em outra firma, já registrado e com um salário e meio também, não meia colher, mas como pedreiro, né? Depois eu peguei umas casas para reformar lá, por minha conta mesmo, aí fiquei trabalhando lá por cinco anos, aí deu uma fracassada no serviço.

Nessa mesma época o empreiteiro que tocava uma propriedade do pai em Novo Bilaque estava deixando a propriedade e o senhor Sebastião viu uma oportunidade para voltar a trabalhar na roça. Ofereceu para o pai ir tocar a roça de café e o pai logo aceitou. Ele dividia a rentabilidade do café com o pai e começou a comprar, com o dinheiro que ia ganhando, mais uns pedaços de terras:

Nesse meio tempo, o empreiteiro que o pai tinha aqui no Paraná ia sair, aí eu disse para o pai “se o senhor consentir eu vou lá ajudar o Dito a colher café, se eu ainda me adaptar com o serviço de roça e tudo eu fico lá, o senhor me dá o sítio e eu tomo conta, vou trabalhar lá de arrendatário com o senhor, eu levo outra família, porque sozinho eu não toco, eu estou noivo e quero casar, mas eu não queria casar sem ter um serviço pego”. Fiquei namorando cinco anos, e ele disse “pode ir”. Aí eu trabalhei do dia vinte de julho até o dia dez de setembro ajudando o homem a colher café lá, né? Mas eu gostei, hein! Vou te falar, viu? O senhor Dito ficou contente porque eu vim para cá, ele precisava de um camarada para trabalhar e eu trabalhava igual ele, derriçava café, colhia café, eu sabia fazer, né? Ele ficou contente, eu dei uma mão para ele, depois ele entregou o sítio para o pai, aí meu pai trouxe uma família também, comecei a trabalhar no sítio do pai em primeiro de outubro, quando foi em janeiro eu voltei para Vera Cruz para casar. Aí casei, aí trouxe a mulher para cá e ficamos aqui, trabalhando até 1969.

Com a contaminação do cafezal pela nematóide, o pai do senhor Sebastião resolveu vender o sítio. Nesse tempo, ele tinha ganhado algum dinheiro e investido em terras no local onde ele possui a propriedade hoje, no distrito de Roberto Silveira.

Eu trabalhei no sítio do meu pai nove anos, de 1961 até 1970, trabalhava com o plantio de cereal no meio do café, milho, arroz, soja, o cereal, era tudo meu e o café era de “ameia” com meu pai. Eu toquei o sítio com mais uma família de colono, toquei o sítio até 1969, depois entrou uma doença chamada nematóide no café e ela se instala na raiz do café, aí não tem controle, não tem remédio, aí o café morre, não tem alternativa. Então, meu pai resolveu vender o sítio lá, porque não dava renda e eu nesses nove anos, a minha família aumentou rápido, eu já tinha seis filhos, e consegui comprar quatro alqueires aqui e mais um ano que eu fiquei lá criando porco, deu para eu comprar mais quatro alqueires, aí ficaram oito.

As terras que o senhor Sebastião adquiriu na região de Umuarama faziam parte de um loteamento. Era uma região de muita mata e as terras que ele havia adquirido eram terras que possuíam grande parte constituída por mata.

Eu comprei mata, aqui era tudo mata, em 1970, aqui era tudo mata. Tinha um núcleo aqui, mas se plantava de tudo, mandioca porque tinha uma farinheira aqui, até tinha um apelido esse patrimônio [distrito], que era o patrimônio da mandioca, mas ele sempre foi patrimônio de Roberto Silveira, né? Roberto Silveira, em homenagem ao governador do Rio de Janeiro, que morreu acidentado. Então, minha vida foi assim, a gente veio para cá, derrubei mata, plantei café, as minhas crianças eram todas pequenas, o mais velho tinha oito anos e eu entrei formando, derrubei mata, plantei café, e até o café formar, a gente plantava soja, milho, arroz, feijão, criava-se porco. Eu tinha duas vaquinhas de leite, né? Para criar a família, eu criava porco junto com as vacas, então eu fiz um paiol grande e jogava milho lá dentro. A porcada aumentou um pouco e eu engordava aqui umas cinquenta arrobas por ano, eu fazia aqui e vendia para o açougue aqui mesmo.

Depois dessa época, o senhor Sebastião parou de produzir porco, pois a banha já não era um produto aceito mais no mercado, e também o café adquiriu a nematóide e ele foi substituindo sua plantação de café por pasto, pois começava a nascer à idéia de comercializar leite e depois gado de corte.

Depois, conforme o tempo foi passando, o pessoal deixou de comer a banha de porco e começou a comer óleo, aí a gente parou de criar porco também. Inclusive, eu que fui criado com banha de porco e comendo carne de porco, tinha uma filha que começou a sentir gastrite, aí a gente mudou para o óleo também. Nessa época, o óleo não era bem refinado. Quando começou o plantio de soja aqui no Paraná, a gente comprava um litro de óleo, tinha litro que fazia depósito no fundo, né? [risos] Não era bem refinado [risos]. (...) Eu comecei com duas vaquinhas de leite para criar meus filhos, depois eu aumentei um pouquinho, porque eu aumentei a área também, de sete para doze alqueires, aí eu tinha o café e tinha também as vaquinhas de leite. Passei a produzir cinquenta litros por dia, mas não era a minha vocação criar vaca de leite. Enquanto os filhos estavam pequenos, eu tirava um leitinho e o que sobrava eu vendia, depois eu coloquei touro nelore e fui cruzando para sair tudo nelore. Então, conforme o café ia morrendo com a nematóide, porque aqui tinha nematóide. Não acabou tudo de uma vez, levou uns dez anos para acabar tudo, conforme o café ia morrendo com a nematóide, eu ia plantando o pasto, então eu aumentava o pasto e diminuía o café. Então eu fiquei tocando o café com minha família até 1992, por aí, eu tocava café, depois o café foi acabando e ficou aí uns cinco mil pés. Depois, tinha uma família aqui que trabalhava de “porcenteiro”, né? Eles ficaram tocando o café e eu fui mexer com o gado, arrumando os pastos e aumentando o gado nelore.

O senhor Sebastião, assim como o senhor Joaquim, não engorda o boi, mas comercializa os bezerros. Além disso, deixa bem claro que o processo de procriação do boi não é feito através da inseminação.

Eu não engordo não, só crio a bezerrada e vendo, a vaca vai ficando velha, eu descarto e deixo a novilha e vou lutando assim, não é inseminação, eu tenho touro. Como eu disse para você, eu trabalho aqui porque eu gosto.

Nesse meio tempo, o senhor Sebastião tinha levado, assim como o pai, a família para a cidade, ou seja, a mulher e duas filhas, pois os outros filhos já haviam casado. A mulher ficou morando na cidade e ele ia nos finais de semana para lá, ficando no sítio sozinho. Depois das filhas casarem, a mulher queria que o senhor Sebastião fosse morar na cidade, mas ele, apaixonado pela roça, não quis ir. Assim, a mulher foi para a roça morar com ele. O senhor Sebastião possui três lotes no local onde mora hoje. O primeiro lote adquirido, ele morou nele cerca de treze anos. Depois, adquiriu outro lote, próximo ao primeiro lote, cortado apenas pela estrada de chão que liga Roberto Silveira a Umuarama.

Eu levei a minha família em 1992 para Umuarama, levei minha família para lá, tinha eu, minha mulher e duas meninas. Esse meu filho já era casado e tinha a chacinha de dois alqueires que eu comprei para ele, aí ele ficou morando aí. Só que eu ia de sábado e voltava de segunda, ficava aqui sozinho, aí no sábado eu ia, minha mulher ficava lá com as meninas, aí eu levava a roupa suja para ela lavar. Aí passados os anos, as minhas filhas se casaram e minha mulher ficou sozinha lá, né? Ela queria que eu fosse para cidade, mas eu não vou para cidade, porque eu não vou pegar emprego na cidade, e eu queria trabalhar na roça e eu gosto daqui [risos]! Aí ela falou “então eu vou voltar para lá”, aí eu disse “então vem”. A casa era ali embaixo, no patrimônio, eu a arranquei de lá e trouxe para cá, fiz ela aqui, essa outra casa a gente que fez, aí eu só paguei um pintor para pintar ela, o serviço de mão-de-obra fui eu quem fez e fiquei morando aqui, ela veio para cá.

Com a volta da mulher, o senhor Sebastião comenta, empolgado, sua paixão pela roça e diz o quanto não gostaria de morar na cidade, pois sua vocação é trabalhar na roça. Apesar de os filhos ajudarem o senhor Sebastião a cuidar da propriedade, hoje ele diz que trabalha sozinho, mesmo porque ele alega que o lidar com o gado não é difícil, talvez pelo método que ele utiliza para realizar seu trabalho:

Eu fiquei trabalhando na roça porque eu tenho vocação, não é porque eu sou obrigado, eu tenho vocação, eu não gosto muito de cidade. A vida de roça para mim, eu adoro, inclusive hoje eu trabalho sozinho, os filhos tomaram um rumo diferente. (...) Eu cuido dos trinta alqueires de pasto, eu faço cerca, eu vacino gado, eu cuido do pasto, eu curo o bezerro e faço hoje tudo sozinho, porque o meu pasto é tudo piqueteado, e minha mangueira é ali

embaixo. Hoje, o gado está aqui e vai ficar até quinta-feira, aí na quinta-feira eu passo eles para lá, aqui tem outro piquete e eles ficam ali, mas para passar de um piquete para outro, tem que passar no piquete da mangueira. Em volta da mangueira tem um piquete menor, então o gado passa por dentro, então quando eu quero fechar a mangueira para curar, ou passar algum remedinho contra mosca ou vacinar, então fica fácil, eles obedecem e eu cuido a pé, eu não ando a cavalo, eu cuido a pé. Então, quando eu quero curar um bezerro, eu levo na mangueira e lá eu curo e solto, não laço não, eu não vou laçar um bezerro no meio da vaca, né? Ela pega [risos], aí eu curo lá na mangueira.

Apesar de toda essa tecnologia desenvolvida para o lidar com o gado no dia a dia, o senhor Sebastião diz que nunca teve a intenção de lidar com gado, pois sempre trabalhou com o café:

Eu nunca tive a idéia de criar gado, porque eu fui criado embaixo do pé de café, como diz o ditado, meu pai me criou na roça cultivando café e aqui eu fiquei cultivando café, mas como agora não dá para a gente cultivar café, eu estou trabalhando com gado. A renda do gado não é muita, mas dá para gente viver. Eu, na idade que eu estou, podia estar só administrando, mas a minha natureza não dá para administrar, eu não tenho dom para administrador, eu planejo tudo para eu fazer, eu não planejo para o outro fazer, então eu planejo, eu faço. Não é um trabalho muito pesado.

Ao discutir esse assunto do café, o senhor Sebastião dedica-se um tempo para comentar como trabalhava com o café na sua propriedade. Contrapõe seu método aos métodos constituídos depois pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café) e a nova forma de café adensado que estava se disseminando naquela época:

Voltando ao assunto do café, produziu bem café aqui, meu café era bom, produzi bem, sempre média de oitenta sacas, quando dava uma época boa, dava cento e vinte por mil pés. Aqui, a gente fala por mil pés, porque o café é plantado dezesseis palmos por dezesseis palmos, quadrado, não é o sistema que o IBC aconselhava plantar, estreito de um lado e rua larga, de pé em pé um metro, e de rua quatro metros. Depois, houve esse novo plantio adensado, naquele tempo não existia café adensado, o meu café é plantado dezesseis e meio por dezesseis e meio.

Após esse retorno comentando o sistema de plantio do café, o senhor Sebastião se dedica novamente a explicar como lida com a propriedade nos dias atuais, e sua peregrinação para controlar a invasão de tipo de grama chamada “matogrosso”.

Na minha propriedade é o seguinte, grama matogrosso eu pego tudo na enxada, no enxadão. Não sei se você já ouviu falar, mas a grama matogrosso não é um capim muito bom, ela é uma grama invasora e para mim, a grama matogrosso é praga, então eu arranco tudo. Lá embaixo, onde eles fizeram o plantio de soja, eles arrancaram tudo, diminui noventa e oito por cento, então

sai alguma graminha ainda. Agora, antes de semear o capim, eu catei duas vezes três alqueires de terra no enxadão as moitinhas de grama que tinha, eu catava um alqueire, um alqueire e meio, por dia, para ela não aumentar. Porque quando a gente passa grade para mexer com a terra para plantar, não mata a matogrosso, aí ela mistura na terra e ainda aumenta mais. Uma moitinha assim, faz uma moitona assim, porque fica uma mudinha ali, outra lá, aí ela acaba aumentando mais.

Um dos métodos de controle para essa grama matogrosso em um dos lotes do senhor Sebastião foi através do arrendamento da propriedade que ele havia adquirido recentemente. Esse arrendamento fazia parte do Programa Arenito Nova Fronteira, que tinha sido implantado na região. Assim, o senhor Sebastião realiza um comentário sobre o Programa e explica como funciona o sistema de arrendamento na região e diz que o produtor de gado não trabalha com a soja, por esse motivo vêm arrendatários para realizar esse plantio na região:

O plantio de soja para o fazendeiro que não tem maquinário não é viável, porque o fazendeiro de gado, ele vai criar gado, não vai ficar plantando. Então, veio muitas famílias de Toledo, de Cascavel, que são profissionais na plantação de soja, e eles são arrendatários, arrendam terras lá e eles vieram para a região, incentivado por esse programa do Fernando, que era o prefeito de Umuarama, né? No início, não foi muito animando, depois a soja melhorou de preço e houve uma invasão de arrendatários aqui na região, e foi bom para os fazendeiros que tinham a terra já esgotada, né? Com o gado pisando e comendo capim há quinze ou vinte anos, aí o capim já não estava prestando mais, aí eles vieram com uma tecnologia mais avançada, né? Eles preparam o terreno, fazem o terraço muito bem feito para conter a enxurrada, eles adubam a terra e sempre fica um adubo na terra para o proprietário formar a pastagem. Geralmente, eles pegam a terra por quatro anos, mas agora, com esse preço da soja, que caiu muito nesses últimos dois anos, e foram dois anos muito ruins de chuva na nossa região, então eles descapitalizaram muito. Então, muitos entregaram o arrendamento e muitos não conseguiram pagar o arrendamento.

Apesar de citar que muitos arrendatários abandonaram as terras e não conseguiram pagar o arrendamento, o senhor Sebastião, que havia arrendado um pedaço de terra que tinha adquirido há pouco tempo, diz que o arrendatário de suas terras realizou o pagamento combinado:

(...) pagou certinho, no primeiro ano ele pagou quinze sacos por alqueire e no segundo, ele pagou vinte. Então, eu fiquei contente assim, mesmo porque ele me deixou o sítio arrumadinho, os terraços bem feitos, acabou a grama matogrosso, a terra ficou macia, tem bastante palha da soja na terra, né? E ficou fácil para eu formar o pasto.

O senhor Sebastião arrendou as terras, primeiro porque ele precisava formar o pasto, e segundo, que o arrendatário havia arrendado uma fazenda que faz divisa com seu sítio, por isso ele teve essa oportunidade de arrendar. Até pelo resultado que o senhor Sebastião teve, ele alega que o Programa proporcionou benefícios para a região e para o produtor rural. Além disso, o senhor Sebastião mostra que a cultura da soja teve boa aceitação na região, pois tem fazendeiros que pararam de trabalhar com gado para mexer com soja:

Então, o programa do prefeito de Umuarama junto com o IAPAR é um programa bom. Bom porque o fazendeiro tem uma rendinha do cereal e ele não tem despesa para reformar a pastagem, além de não ter despesa ele tem uma rendinha, uma porcentagem que o arrendatário paga. Mas já tem uma fazenda aqui, daqui a uns cinco quilômetros, eles acabaram com a pastagem e o próprio dono que está plantando soja, ele tem outra fazenda lá para o lado de Mandaguari, e tem essa fazenda aqui, com mais de trezentos alqueires, ele plantou aveia no inverno e agora está plantando soja. Já há três anos que ele planta soja, ele mesmo planta, ele tem as máquinas e ele está plantando e acabou com o pasto todo. Eu acho que ele está se dando muito bem, porque estão plantando novamente.

Apesar da tecnologia da soja ter entrado na região pelos incentivos do prefeito de Umuarama e do IAPAR, através deste Programa, o senhor Sebastião tem orgulho de dizer que há tempos atrás ele havia plantado soja, mas com uma tecnologia bem “rudimentar”:

Eu mesmo plantei soja aqui no meio do café, porque lá em Novo Bilaque, eu plantava soja também, eu tinha o café, mas eu plantava soja num alqueire no fundo das terras, eu plantava soja de matraquinha assim, e recolhia com o ferro, cortava com o ferro depois batia numa máquina chamada trilhadeira, tinha que jogar a soja em cima para ela bater. Eu colhi cem sacas de soja cortando com o ferro o pé, e depois a gente fez um monte, eu e a mulher, a mulher me ajudou, cem sacas de soja, eu cortei e empilhei, eu e ela, depois eu paguei um para bater. Aí nós reuníamos os vizinhos, uma dez pessoas, todo mundo tinha soja lá, um pouquinho cada um, vinte sacos, trinta, o meu deu cento e dez, e eles vieram ajudar eu bater e eu fui ajudar eles baterem o deles, começamos às sete horas da tarde e acabamos às cinco da manhã, as minhas sacas. Quando eu derrubei a mata aqui, eu plantei também aqui de matraquinha, né? Plantei cento e dez litros de soja, era terra nova, colhi cem sacas, do mesmo jeito, só que aqui eu cortei de enxada, porque tinha muito pau, tinha muito pauzinho, era terra nova, aí eu bati na trilhadeira. Depois que o café foi crescendo, eu não plantei mais, porque a soja prejudica um pouco o café, porque a soja tem óleo e ele chupa, né? Então, para o café formar bem, você não pode plantar muita soja e a minha prioridade era o café, não era cereal, né? O cereal sim, a gente plantava para ter o milho para o gasto, o feijão para o gasto, a arroz para o gasto, né? Isso aí eu colhia tudo aqui, não precisava comprar.

Com essa discussão, o senhor Sebastião mostra que antes ele realizava o plantio de cereais para a subsistência da família. Hoje em dia, ele não faz mais esse plantio, consumindo tudo na cidade:

Eu não planto mais, não planto feijão, não planto milho, não planto arroz, não planto nada, agora eu compro tudo isso aí para comer, aqui tudo é pasto. Antigamente eu plantava, eu colhia quarenta, cinquenta sacas de feijão, plantava no meio do café e batendo no cambão, aqui fala cambão, né? É um pedaço de pau numa correia com um pedaço de ferro, você levava aquilo e batia, eu batia no terreiro, tem um terreiro ali embaixo que eu secava café, eu batia o feijão ali no terreiro. Eu arrancava do meio do café, levava no carreador, punha na carroça e jogava no terreiro, aí secava e batia. Eu, a molecada, a mulher ajudava. O serviço manual, tudo manual, como diz, era um serviço braçal.

O senhor Sebastião diz não se arrepender de nada do que fez. Diz ainda que sempre esteve sozinho trabalhando, fora o período que morou sozinho, e cuidando da propriedade, pois não tem receio de ficar sozinho. Mostra também sua fé em Deus e diz que se sente bem trabalhando na roça:

Eu não tenho arrependimento não, eu tenho é alegria de estar aqui na roça. Você vê, eu moro aqui e os vizinhos mais perto moram ali para baixo, eu praticamente estou sozinho aqui, eu não tenho medo de nada, eu morei nessa casa aqui um ano, a mulher morava em Umuarama, aí você fala “você é louco de ficar sozinho aqui” e eu digo “louco por que?”. Eu não tenho medo de nada, se o ladrão vier para roubar, eu fecho os braços e fico quietinho, “rouba, pode levar”, eu não tenho arma de fogo em casa, nunca tive, eu não tenho medo, eu tenho muita fé em Deus, né? E eu acho que estou realizado, na roça eu estou realizado, eu tenho uma casa na cidade e se Deus quiser, um dia a gente vai voltar para lá, mas agora não, eu gosto daqui e trabalho porque eu gosto, a renda que eu tenho eu não precisava trabalhar, mas eu me sinto bem trabalhando, o serviço para mim é uma terapia. Se eu parar de trabalhar, eu tenho que fazer caminhada, mas eu faço caminhada todo dia, eu ando um alqueire de terra todo dia, catando grama matogrosso. Eu como na hora certa, eu janto cedo, seis horas, seis e meia eu janto, depois eu não como mais nada, aí eu vou dormir.

Ainda nessa discussão de arrependimento de alguma coisa, o senhor Sebastião diz que hoje optaria por produzir o café e gado, apesar do maior dispêndio de esforço que o café exige. Ao pensar sobre esse dispêndio, o senhor Sebastião diz que necessitaria de uma família para tocar o café, pois sozinho ele não daria conta:

Se o café não tivesse dado nematóide, eu ia optar pelos dois, por que? Porque o café, ele depende de bastante gente, e meus filhos foram casando e eu ficando sozinho, então para tocar o café hoje, eu não tocaria, porque o serviço do café é mais pesado e é mais cativo também. Eu poderia até ter café, mas ter uma família para tocar o café, hoje eu optaria mais para a pecuária. Mas eu gostaria de ter os dois, café e pecuária, porque antigamente tinha uma época que eu tinha quinze mil pés de café e dez alqueires de pasto, eu cuidava um pouquinho do café, e um pouquinho do pasto, né? Mas hoje, eu prefiro a pecuária, na pecuária eu faço tudo o que eu preciso fazer, né? Conserto cerca, lido com o gado, e o meu gadinho é pouco, tem cento e poucas cabeças, mas ruim não está, se Deus quiser, a hora que eu formar lá embaixo, eu volto a ter cento e oitenta cabeças. Tenho esperança de continuar cuidando sozinho, se Deus permitir.

Com essa discussão chegamos ao término de apresentação de alguns pontos importantes sobre a história de vida do senhor Sebastião na roça. Além do término de apresentação da história de vida do senhor Sebastião, chegamos ao término de apresentação de todos os pequenos produtores entrevistados.

Com essa exposição, passaremos ao próximo passo, que é realizar uma análise desses relatos, no sentido de verificar se existe uma identidade do pequeno produtor ou essa identidade não passa de uma formação discursiva, em que o sujeito está entregue as designações sociais.

4.3 Identidade do pequeno produtor ou formação discursiva?

Com a apresentação da história de vida desses cinco pequenos produtores, passamos ao ponto central de nosso trabalho, procurando responder o grande tema desta dissertação: identidade do pequeno produtor ou formação discursiva?

4.3.1 A posição ocupada pelo sujeito nos discursos sobre a pequena propriedade

Sendo assim, a primeira constatação que observamos na fala desses produtores está relacionada à sua posição frente à estrutura social, ou seja, a posição de pequeno produtor. Essa posição, que Foucault (1997) e Pêcheux (1997) chamam do lugar ocupado pelo sujeito no processo discursivo, é que vai determinar a maneira como os vários discursos constituem e são interpretados pelos sujeitos. Isso mostra que, como expõe Orlandi (2003), a partir da

posição que o sujeito ocupa na estrutura social, se designa como ele interpreta o contexto social.

Com essa discussão, podemos reavivar nossas considerações sobre a problemática da pequena propriedade - cientificamente discutida - e que nos possibilitam entender a posição tomada pelos sujeitos de nossa pesquisa, assim como essa posição vai ser central na maneira como o sujeito fala sobre determinado assunto ou acontecimento.

Sendo assim, vamos nos deter por um momento sobre os desígnios que o pequeno produtor tomou em nossa discussão sobre o processo de desenvolvimento rural brasileiro. Essa discussão mostrou que o pequeno produtor possui várias concepções que comandaram e comandam os estudos de vários cientistas que se dedicaram a essa problemática. Por esse motivo, Castro et al. (1979) mostram um elenco de tradições que “comandaram” os estudos sobre a pequena propriedade. Dentre essas tradições, esses autores dizem que, numa tradição marxista, a pequena propriedade possui característica de atraso, sendo resíduo de uma formação social anterior. Já numa concepção chayanoviana, a pequena propriedade seria aquela onde a unidade de trabalho é constituída pela família. Numa concepção durkheimiana, esse dualismo entre o tradicional e o moderno, mostra a pequena propriedade com características tradicionais.

Com essa discussão, vale expor salientar a idéia de Foucault (1997) sobre os discursos da doença mental, que possui uma nítida semelhança com o rumo tomado pelos discursos do pequeno produtor. Para esse autor,

A doença mental foi construída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos, indicavam suas diversas correlações, julgavam-na e, eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando, em seu nome, discursos que deviam passar por seus (FOUCAULT, 1997, p.36).

Apesar de distantes essas considerações, as características expostas Foucault (1997) perfazem os discursos estabelecidos pelas tradições apresentadas por Castro et al. (1979) e que vão se aflorar, de alguma forma, no discurso dos pequenos produtores sobre seu processo de trabalho. Assim, podemos observar, por exemplo, na fala do senhor Sebastião e também do senhor Joaquim, a questão do atraso, em termos tecnológicos, da pequena propriedade, que se assenta nessas características, de uma tradição durkheimiana, tradicional, ou numa tradição marxista, de atraso, ou ainda, numa tradição chayanoviana, de trabalho familiar.

(...) eu plantava soja de matraquinha assim, e recolhia com o ferro, cortava com o ferro depois batia numa máquina chamada trilhadeira, tinha que jogar a soja em cima para ela bater. Eu colhi cem sacas de soja cortando com o ferro o pé e depois a gente fez um monte, eu e a mulher, a mulher me ajudou, cem sacas de soja, eu cortei e empilhei, eu e ela, depois eu paguei um para bater (Sebastião).

(...) logo no começo, a gente plantava algum pouco para consumo, né? Aquele tempo que não tinha maquinário, né? Era colhido na mão, mas não plantava do jeito que planta hoje não (Joaquim).

Apesar de, nos dias atuais, esses pequenos produtores possuírem uma outra maneira de lidar com a terra, essas características da pequena propriedade estão longe de cessarem. Isso porque, a maneira como o senhor Joaquim, o senhor Pedro e o senhor Sebastião trabalham com o gado, ainda é de uma forma um tanto “rudimentar”, ou seja, sem a utilização de tecnologias, assentado basicamente no manejo extensivo do gado de corte:

Dá assim, se for só deixar o pasto largado, a terra também tem fazer o trato, tem muita gente que solta o gado, deixa comer e não coloca nada, acaba fracassando porque ele sai com menos força, né? Então, em um alqueire que dá para colocar aí umas quatro, cinco cabeças, vai ficar com umas duas, três cabeças no máximo, então tem que tratar a terra também. (...) Eu tenho cinco pastos aqui, né? Tenho um pasto em cima que tem uns dezessete alqueires, tem outro ali que tem vinte e dois alqueires, né? Os outros são menores, né? (Joaquim).

Eu trabalho com o gado no pasto. (...) O certo era a gente adubar, né? Mas a renda não está dando para você adubar, aí eu tenho plantado bastante cana e *napie* para ajudar o gado, porque só no pasto não dá, né? Não mantém o gado (Pedro).

(...) eu faço hoje tudo sozinho, porque o meu pasto é tudo piqueteado e minha mangueira é ali embaixo. Hoje, o gado está aqui e vai ficar até quinta-

feira, aí na quinta-feira eu passo eles para lá, aqui tem outro piquete e eles ficam ali, mas para passar de um piquete para outro, tem que passar no piquete da mangueira (Sebastião).

Além disso, por serem pequenos produtores, não há a possibilidade, mesmo porque existe o discurso de atraso dessa categoria de produtor rural, de lidar com a produção e comercialização de maneira “moderna”, ou seja, da maneira como os grandes produtores produzem e comercializam os produtos agropecuários nos dias atuais. Por esse motivo, pela falta de capacidade expressa no discurso da pequena propriedade rural no Brasil, é que o produtor se acha incapacitado de realizar seu trabalho com o emprego de “tecnologias modernas”, aplicadas, basicamente, às grandes propriedades:

Bom, eu vendo o bezerro, né? Eu crio, desmamo e vendo. Eu não deixo engordar porque...a gente é fraco, né? [risos], e o boi demora muito. Aí eu vendo os bezerros e compro bezerros, porque o bezerro sai primeiro, o boi tem que ser mais pesado, né? (Joaquim).

Eu não engordo não, só crio a bezerrada e vendo, a vaca vai ficando velha, eu descarto e deixo a novilha e vou lutando assim, não é inseminação, eu tenho touro. Como eu disse para você, eu trabalho aqui porque eu gosto (Sebastião).

A relação que existe entre, de um lado, a pequena propriedade e de outro, a grande propriedade, no discurso dos pequenos produtores já ocorre uma conotação que perpassa fortemente as discussões sobre sua situação, evidenciada pela colocação no diminutivo de vários atributos referentes à sua propriedade e caracterização.

Eu tinha um pedaço de pastinho aí coloquei umas cabeças (Joaquim).

(...) ele ganhou dinheiro e comprou esse pedacinho de terra, aí ele trabalha com gado de leite (Joaquim).

É, eu pretendo trabalhar com o gado, mexer um pouquinho com gado, por que gado dá menos trabalho (Joaquim).

A gente tinha um pouquinho de café, um pouquinho de leite, então eram muitas poucas coisas (Avelino).

(...) então gerou um pouquinho de dinheiro, mas não foi muito também não (Avelino).

(...) a gente vai tocando devagarzinho, a gente vai indo, tentado modificar as coisas e vai fazendo (Avelino).

(...) fazia na roça, dava dinheiro, vendia uma galinha, um porquinho o que viesse dava dinheiro (Avelino).

A gente investe em alguma coisinha para ver se tira algum lucrinho, senão, eu acho que se continuar assim o caminho é a cidade mesmo (Avelino).

Nós tínhamos um sitinho lá em Vera Cruz, era café também, e depois meu pai resolveu morar na cidade e nós fomos (Sebastião).

(...) duas vaquinhas de leite para criar meus filhos, depois eu aumentei um pouquinho, porque eu aumentei a área também (Sebastião).

Enquanto os filhos estavam pequenos eu tirava um leitinho (...) (Sebastião).

(...) e o meu gadinho é pouco tem cento e poucas cabeças (Sebastião).

Além dessas considerações, podemos destacar ainda o caso de dois produtores entrevistados, o senhor Avelino e o senhor José, que após voltarem a trabalhar na propriedade rural, se enquadram num discurso que Alencar (1997) chamou de técnico-econômico, ou seja, de que o problema da pequena propriedade não desenvolver, deve-se à falta de uma mentalidade empresarial, novas técnicas de produção, novos mecanismos de comercialização, etc. Com isso, a fala destes pequenos produtores está relacionada ao desenvolvimento de uma mentalidade de inovação, à aplicação de novas tecnologias, ou seja, a uma outra maneira de lidar com a pequena propriedade para se conseguir mercado, mas que não deixará de ser sempre uma pequena propriedade.

Oh! Aí é difícil viu! Porque em termos de pequena propriedade, ou se adapta à tecnologia moderna, você passa a produzir bastante em pouca área, ou você pode ir para a cidade. É o que a gente tenta aqui, a gente está mexendo, né? Ou você passa a produzir em pequenas áreas ou vai ter que voltar para a rua (Avelino).

Eu acho que tem que se buscar uma coisa diferente, tem que buscar uma coisa nova para fazer a propriedade dar lucro, para a propriedade ter um retorno. Se você ficar com pequenas plantações de cereais na pequena propriedade, não, para mim não é uma atividade que dê grandes resultados. Por exemplo, horta bem trabalhada dá lucro, produção de frango diferenciado também, tem que ser uma coisa diferenciada, sair daquela coisa de chácara, de vinte ou trinta anos atrás (José).

(...) antigamente, a gente via muita produção de café em pequenas propriedades, e hoje para essa propriedade dar lucro, como eu te falei, a

gente tem que buscar alternativas novas, tem que buscar coisas que dêem resultados. (...) Não saberia te dizer como fazer ou o que tem que fazer para melhorar, a minha visão é que você tem que procurar novas alternativas (José).

A gente procura melhorar a raça para leite e assim mesmo é difícil. O gado nosso, a gente busca fora, porque aqui da região não tem jeito, a gente busca tudo de fora. (...) É, a gente fez curso, a gente foi em Salgado Filho para pegar o jeito da coisa como é que funcionava, lá nas queijarias, fizemos um curso aqui no SENAR, fiz mais uns cursos na UEM (Avelino).

Mas, essa posição de pequeno produtor ficou muito evidente quando passamos a abordar uma outra formação discursiva, no sentido expresso por Foucault (1997), e que Orlandi (2003) faz uma exposição interessante, ao relatar as formações discursivas, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada. Esse novo objeto, o Programa Arenito Nova Fronteira, mostra isso: apesar da maioria dos pequenos produtores entrevistados não ter participado do arrendamento de terras, esse assunto perpassa sem muitos entraves nos discursos deles. Com isso, é possível salientar que essa mesma posição “marginal” que o discurso do pequeno produtor tem, reflete na maneira como ele [o pequeno produtor] fala sobre o Programa, como podemos observar nos relatos seguintes:

(...) agora, para mim [risos], para o pequeno agricultor, continua a mesma coisa, porque esse Arenito Nova Fronteira foi a implantação do plantio de soja na região e quem plantou soja aqui foi só o grande produtor, isso porque eles têm mais terra para trabalhar e o pequeno produtor, para arrumar terra, para plantar soja, eu acho que é inviável. Pelo que se vê aí, pequeno produtor nenhum plantou soja, só plantou aquele que arrendava grandes áreas de terra e quem tinha grandes áreas de terra, pequeno produtor, eu não vi ninguém plantar soja. A pequena propriedade, a maioria que eu vejo, é horta e gado leiteiro em pequena quantidade (José).

O plantio de soja, para o fazendeiro que não tem maquinário, não é viável, porque o fazendeiro de gado, ele vai criar gado, não vai ficar plantando (Sebastião).

Mas esse Programa é mais para fazenda, né? Incentivando o plantio de soja (...). Não, eu não fiz, porque minhas terras são poucas, não dá nem para mexer. Então, esse Programa não deu certo não, a maioria do povo que mexeu com soja está tudo afundado, né? (Joaquim).

Não, porque a minha área é pequena, geralmente esse pessoal quer uma área maior. (...) para eles pegarem aí, negócio de cinco ou dez alqueires, acho que não compensa deslocar o maquinário, né? (...) Então, para área pequena, todas as coisas são difíceis (Pedro).

Para o pequeno não tem vantagem, você tem dois ou três alqueires de terra, vai plantar soja? Não tem jeito, não tem jeito de plantar (Avelino).

Uma outra abordagem com relação à pequena propriedade, e que Alencar (1997) apresenta em seu trabalho, assim como Freire (1967), é sobre essa estrutura de instituições governamentais estarem alheias às necessidades da pequena propriedade. Isso quer dizer que as discussões realizadas sobre como promover o desenvolvimento da pequena propriedade, acabam refletindo na posição do Estado frente a essa problemática, que em grande parte está [o Estado] alheio a tudo isso. Mesmo os programas destinados a esse ramo de atividade acabam não suprimindo as necessidades:

(...) as nossas dificuldades se resumem em financiamento, no meu caso se resumem a isso. (...) No meu caso, no caso do pequeno produtor tem os programas iguais ao PRONAF ou PRONAFINHO, que são programas que destinam uma quantidade de dinheiro muito pequena. Aqui no meu caso, eu precisava de oito mil reais, aí eu não me encaixei nesses programas, não tinha como, é muito complicado para pegar. Ainda para se pegar esses financiamentos dão muito trabalho, muito complicado para uma quantidade de dinheiro muito pequena, não vale o esforço (José).

(...) inclusive agora, a gente tem a promessa do esterco de frango aí pela metade do custo, o calcário à metade do custo, adubo também à metade do custo, mas isso não apareceu, já está com cinco ou seis meses e não apareceu [risos]. Então, é a história do pobre, você espera, espera e não consegue nada. Então a gente consegue alguma coisinha aplicando o que você ganha, deixa de comprar um sapato novo, [risos compulsivo], mas aplica na terra, se der amanhã compra dois, se não der [risos], perdeu tudo! A vida do pobre é assim! (Avelino).

(...) o governo estava dando incentivo para os pequenos produtores, mas agora, de uns tempos para cá, de um ano para cá, está ficando mais difícil, principalmente pela queda no preço do leite, né? Porque hoje, se o leite estivesse na faixa de cinquenta centavos, não estava tão ruim, porque eu tiro aqui de mil e quinhentos a dois mil litros de leite por mês, então à cinquenta centavos, você ia tirar de oitocentos a mil reais, né? E a trinta e cinco centavos dá quinhentos e poucos reais. Aí tem o custo, né? Remédio e sal para o gado, então está difícil (Pedro).

Esse discurso de que o Estado deve possibilitar respaldo para a pequena propriedade, por ser esta uma categoria marginalizada no processo de desenvolvimento rural - mas acaba não realizando esse respaldo eficientemente - mostra a “dependência” do sujeito [pequeno produtor] para com as iniciativas governamentais, no sentido de que o Estado vai transitar no

discurso destes pequenos produtores sempre que a discussão for o investimento na pequena propriedade. Por esse motivo, Foucault (1999) diz que as ciências humanas passaram a “inventar” novas formas de reconhecer o homem e que esse mesmo conteúdo que realiza esse reconhecimento passa a transitar, sem muitos entraves, no próprio homem. Daí a idéia do duplo empírico-transcendental.

Sendo assim, podemos observar que, em uma dada formação discursiva, por exemplo, pequeno produtor, existe uma grande disseminação de discursos que acabam constituindo o sujeito e que ele se posiciona nesses discursos à medida que eles são incitados. Por esse motivo, quando questionamos aos pequenos produtores se sua situação melhorou ou piorou nos últimos anos, é nítida a posição que eles tomam em dizer que sua situação piorou, e em muitos casos, que essa situação piorou demais. Por outro lado, evidenciando essa situação negativa, ao questionarmos se eles se arrependeram de alguma coisa, prontamente nos dizem que não, e que se pudessem, fariam tudo de novo. Isso fica evidente, por exemplo, no caso do senhor Pedro, conforme expresso abaixo.

Praticamente, todos os pequenos proprietários estão reclamando que está difícil a coisa, porque as coisas que você paga, né? Aumenta imposto, aumenta tudo, né? E as coisas da lavoura não têm valor. Se você planta um milho, por exemplo, às vezes você vai vender e quando você vai vender, não tem preço (Pedro).

Oh! Se eu tivesse uma outra fonte de renda, sim. Eu falo assim, se eu tivesse um serviço que desse mais do que no sítio, né? Porque, se a renda tivesse melhor, não, porque se desse para você manter, estava bom, né? Mas do jeito que está, com o preço do leite, fica difícil, né? (Pedro).

Faria! (...) É porque é uma coisa que eu gosto, é uma coisa que eu sei fazer. Por exemplo, cidade mesmo, eu não gosto de cidade, eu gosto assim do sítio, eu acho muito tranquilo, às vezes é um serviço mais cansativo, mas você deitou, descansou, você está de cabeça fria, agora na cidade, quando você depende de muita coisa, é muito ruim, né? (Pedro).

Neste ponto, vale salientar uma instigante discussão que Foucault (1999) realiza sobre a falta de ética na sociedade atual. Para esse autor, não é possível realizar um discussão sobre a ética do sujeito, pois o sujeito está alocado numa infinidade de discursos que o possibilita

interpretar o contexto social sempre de maneira diferente, mesmo pela capacidade de mudanças dos próprios discursos. Sendo assim, Foucault (1997, p. 61) diz,

As diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade do plano de onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva.

Com essa discussão, numa posição de satisfação, o senhor Pedro não está satisfeito, na posição de arrependido diz que não se arrepende de nada, do mesmo jeito, na posição de trabalhar com outra coisa, evidencia sua possibilidade.

Talvez fosse nesse patamar discursivo que Freud (1976a) e Klein (1991a) expõem sobre essa posição dialética do sujeito no contexto social, impulsionado pelas pulsões de morte e vida, fazendo com que ele ora ame tudo o que possui, e ora já não gosta de tudo isso. Para Foucault (1999), essa posição ambígua do sujeito perfaz o próprio conteúdo discursivo, através de uma íntima relação entre o dito e o não-dito.

Sendo assim, com a constituição dos discursos sobre o pequeno produtor é que, na análise de Foucault (1997), vai ocorrer a possibilidade de limitar seu domínio [enquanto pequeno produtor], da mesma forma que irá definir aquilo que fala, além de proporcionar o *status* de objeto – que sem muitas contestações, tomou neste trabalho – fazendo com que ele apareça, se torne nomeável e descritível.

Nesse ponto, Foucault (1999) realiza um salto na maneira de analisar os sujeitos e os discursos que constituem sua posição. Isso porque, na apreciação dele, o homem deixa de ter uma posição primordial, ou melhor, uma posição primeira enquanto indivíduo que fala, base da qual toda a discussão da identidade se assenta. Essa posição primeira donde o discurso parte, como acreditava Hegel (2002), assim como Heidegger (1971) e até mesmo Erikson

(1971), que discutem a relação entre ser e pensar, com a apreciação de Foucault (1999), essa posição primeira se desvanece e aparece aí um discurso que interpela o sujeito, constituindo-o e não sendo constituído por ele. Até mesmo Berger (1972), que consegue escapar desta suposta existência de uma “natureza humana”, acaba por desaguar no mesmo local de onde partiram, por exemplo, Hegel (2002) e Heidegger (1971), ao ativar a posição do sujeito.

Com essa discussão, Deleuze (1988) relata que essa posição que o sujeito ocupa nos infindáveis discursos não perfaz uma posição primordial, mas uma posição de reduplicação do dito, que pressupõe uma regularidade, como disse Foucault (1997), do jamais-dito. Sendo assim, Deleuze (1988, p.19) diz que,

Por mais razões ainda, então, um mesmo enunciado pode ter várias posições, vários lugares do sujeito: um autor e um narrador, ou até um signatário e um autor (...). Mas todas essas posições não são aspectos de um “Eu primordial”, do qual o enunciado derivaria: ao contrário, elas derivam do próprio enunciado. Nessa categoria estão os modos de uma “não-pessoa”, de um “ELE” ou de um “SE”, “Ele diz”, “Diz-se”, que se especifica segundo a família de enunciados.

Com essa exposição, Deleuze (1988) mostra claramente a idéia central que sempre esteve atrelada ao trabalho de Foucault (1997). Primeiro, mostrando que o sujeito pode tomar várias posições dentro de um enunciado, que no nosso caso perfaz as discussões sobre o pequeno produtor. Segundo, a questão da reduplicação do sujeito, que produz uma existência histórica, típica da sociedade moderna, e que coloca o sujeito em certa “continuidade” sempre modificada (voltaremos a este ponto mais adiante). Com relação ao primeiro ponto, a apresentação mostra porque a questão pequeno produtor tornou-se problemática até mesmo na discussão e no processo de coleta de dados em nosso trabalho. Isso porque, como dizem Lamarche (1993), Wanderley (2001) e Alencar (2001), a pequena propriedade não perfaz um grupo social homogêneo, mas extremamente heterogêneo, pois os discursos passaram a produzir infindáveis formas, ou melhor, posições de pequenos produtores. Isso é o que está expresso na apreciação de Deleuze (1988, p.19), realizada anteriormente, quando ele diz que

“todas essas posições não são aspectos de um ‘Eu primordial’, do qual o enunciado derivaria: ao contrário, elas derivam do próprio enunciado”. Hoje, por exemplo, se fala de uma pequena propriedade capitalizada, outra descapitalizada, outra intermediária a esses dois modelos. Além disso, há uma fragmentação no próprio discurso sobre a pequena propriedade, aparecendo aí, além da própria designação de pequena propriedade, uma agricultura familiar e outra agricultura de subsistência ou agricultura camponesa, que antes de tudo são pequenas propriedades. Como disse Foucault (1997), ocorre uma verdadeira fermentação discursiva que não faz nada além do que inventar novas formas de reconhecer o próprio homem.

Por esse motivo, os discursos sobre a pequena propriedade vão possibilitar ao senhor Sebastião e o senhor Joaquim trabalharem com uma pecuária de corte extensiva, assim como vão possibilitar ao senhor Pedro trabalhar com uma pecuária de leite também extensiva, tanto quanto vão possibilitar ao senhor Avelino e o senhor José se ingressarem numa nova perspectiva dos discursos sobre a pequena propriedade, trabalhando com produtos que possuam uma agregação de valor no modelo de microagroindústrias familiares. A proliferação destes discursos vai possibilitar – e esse possibilitar enquanto fator limitador – o campo em que a pequena agricultura pode atuar.

Dentro desta posição que o pequeno produtor ocupa e todos os discursos que falam em seu nome, é que Foucault (1999) faz uma análise dos saberes que articulam a existência de determinados objetos, assim como a sua dispersão, agrupamento, aparecimento e desaparecimento. Com a constituição dos saberes e o nascimento histórico dos objetos, ou seja, dos discursos que constituem os infindáveis objetos que a ciência se destina, é que Foucault (1987b) dedica atenção especial à relação existente entre discurso e poder, ou melhor, entre saber e poder.

4.3.2 *O discurso tecnológico e mercadológico e a subjetivação do sujeito*

Com isso, quando apresentamos as características e problemáticas do pequeno produtor na sociedade brasileira, apresentamos também, mesmo que implicitamente, um discurso carregado de poder, principalmente quando vislumbramos sua posição marginal ao processo de desenvolvimento social - expressa também na fala dos pequenos produtores. Deleuze (1988) chama esta posição e essas relações de poder de formações não-discursivas, dizendo que a última fatia em que Michel Foucault trabalha é um “lado de fora” que coexiste como espaço complementar ao sujeito, formado pelas instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos.

Essas designações expressas pelo “lado de fora” é que vão se constituir num suposto “lado de dentro”, através de uma íntima relação entre os dois, e que produz não uma unificação, mas uma divisão, que Foucault (1999) chama de duplo. Como disse Deleuze (1988, p.105),

O duplo nunca é uma projeção do interior, é, ao contrário, uma interiorização do lado de fora. Não é um desdobramento do Um, é uma reduplicação do Outro. Não é uma reprodução do Mesmo, é uma repetição do Diferente. Não é a emanção de um Eu, é a instauração da imanência de um sempre-outro ou de um Não-eu. Não é nunca o outro que é um duplo, na reduplicação, sou eu que me vejo como o duplo do outro: eu não me encontro no exterior, eu encontro o outro em mim (“trata-se de mostrar como o Outro, o Longínquo, é também o mais Próximo e o Mesmo”).

Apesar de longínqua essas considerações de Deleuze (1988) e que proporcionam uma reflexão complexa sobre a questão do duplo empírico-transcendental que Foucault (1999) discute em seu trabalho, ela não está longe, nem muito menos isenta, de perfazer as discussões dos pequenos produtores entrevistados. Como expusemos, a primeira característica que vai determinar a constituição do sujeito é a posição que ele ocupa no contexto social, ou seja, no nosso caso, a posição de pequeno produtor. A segunda característica é revelada pelo modo como esta posição é interpelada pelos discursos econômicos, políticos e tecnológicos, que vão sustentar e determinar a posição desses pequenos produtores no contexto social. É

neste ponto que Foucault (1997) relata sobre a proximidade de um discurso ao outro, que longe de ocorrer uma dispersão, ocorre aí um agrupamento discursivo. Sendo assim, Pêcheux (1997, p.314) diz que:

Uma formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “inválida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outra formação discursiva) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma de “preconstruídos” e de “discursos transversos”).

Com essa apresentação de Pêcheux (1997), vale salientar que é sobre um discurso, ou melhor, sobre uma formação discursiva que se constitui outra, pois é necessário que uma possibilite e valide a outra, assim como seja capaz de invalidá-la.

Essas designações podem ser vistas, por exemplo, na fala do senhor Joaquim e do senhor Pedro que, devido à questão da proximidade, ou seja, por serem pai e filho respectivamente, há uma similaridade no discurso, ocorrendo uma reduplicação do mesmo, impulsionado pela questão das mudanças que ocorreram na região:

Aqui era tudo café. Aí o pessoal foi vendendo porque o café arruinou de preço, né? E o povo não agüentava mexer mais. Tem muita propriedade aí que virou fazenda, ali para os lados da Vila América virou fazenda e era tudo lote de dez, quinze e cinco alqueires, né? Foram tudo embora, uns foram para o Mato Grosso, outros foram para a cidade [Umuarama]. Foram quase todos embora, quem ficou mais enraizado aqui [risos] fomos nós (...) (Joaquim).

Mudou demais a região, porque antigamente você andava aqui, por exemplo, não aqui, mas no outro sítio ali embaixo, na estrada Paraguaçu, ali era tudo lote de cinco alqueires, cada cinco alqueires tinha umas duas família, porque tinha o dono do sítio mais o empregado, hoje virou tudo fazenda. (...) (Pedro).

Além dessa exposição, há uma nítida tendência do discurso do senhor Pedro (filho) se aproximar do discurso do senhor Joaquim (pai), por exemplo, quando o senhor Pedro fala sobre o produto que proporciona menos trabalho e, conseqüentemente, maior possibilidade de renda para o pequeno produtor:

Se estivesse melhor, eu trabalhava com gado de corte, porque é menos trabalhoso. O gado de corte é só você tratar e olhar alguns, se acontecer de bichar, de furar, essas coisas, né? Pôr o sal no cocho, né? Agora, a vaca de leite não, você tem que apartar, tirar o leite, aí você tem que tratar de manhã cedo, tratar à tarde (...) (Pedro).

É, eu pretendo trabalhar com o gado, mexer um pouquinho com gado, porque gado dá menos trabalho. O gado mesmo, se tivesse uma fazenda, dois, três, fazendas de duzentos, até trezentos alqueires, em três toma conta. Se for gado de corte, dois, três cuidam tranquilos. O problema é quando for vacinar, mas sempre um vizinho ajuda o outro, um ajuda o outro, então não tem tanto trabalho. Agora, quando for gado de leite, aí sim tem trabalho, tem que tratar da ração, tem que cortar cana, *napie*, essas coisas, aí dá muito trabalho. O gado de corte não, o gado de corte é só o sal no coxo, olhar carrapato, essas coisas, então não tem trabalho (Joaquim).

Além dessa interpelação discursiva dos produtores entrevistados, que proporciona uma reduplicação dos discursos, emerge neste íterim um discurso carregado de preceitos econômicos, políticos e tecnológicos. São esses discursos políticos, tecnológicos e, principalmente, econômicos, que vão determinar sua posição enquanto produtor de um produto e não outro, enquanto monocultor de culturas comerciais e não um produtor de subsistência, enquanto um produtor que utiliza tecnologias “modernas” e não um produtor que constitui sua própria tecnologia de lidar com a terra (considerado nos discursos modernos como tecnologias rudimentares ou atrasadas).

Mas, conviver neste intermédio de uma tecnologia atrasada e uma tecnologia moderna, assim como os tipos de culturas comerciais destinadas a esse tipo de exploração agrícola, são aspectos que perfazem sua posição de pequeno produtor. Sendo assim, o senhor Joaquim e o senhor Sebastião trabalham com uma bovinocultura de corte, a qual eles comercializam apenas os bezerros, pois o processo de engorda do boi requer um dispêndio maior de tecnologias e recursos, características que eles não possuem:

Bom, eu vendo o bezerro, né? Eu crio, desmamo e vendo. Eu não deixo engordar porque...a gente é fraco, né? [risos], e o boi demora muito. Aí eu vendo os bezerros e compro bezerros, porque o bezerro sai primeiro, né? (Joaquim).

Eu não engordo não, só crio a bezerrada e vendo, a vaca vai ficando velha, eu descarto e deixo a novilha e vou lutando assim (Sebastião).

Nesta mesma discussão, o senhor Joaquim e o senhor Sebastião expõem que o processo de engorda dos bezerros é realizado em sistema extensivo, ou seja, no pasto, e não em um sistema intensivo ou semi-extensivo que, devido à necessidade de aplicações de tecnologias modernas, não é um sistema que congregaria sua posição de pequeno produtor, mas uma posição de médios e grandes produtores capitalizados.

Além destes pontos, vale salientar a descapitalização dos pequenos produtores entrevistados, pois todos relataram sobre a falta de recursos, a incapacidade de se obter rendimentos, enfim, as dificuldades de serem pequenos produtores. Essas considerações não estão longe de constituírem também os discursos científicos. Foi sobre essa descapitalização, a exclusão dos pequenos proprietários rurais do mercado e a necessidade de capitalização desses produtores, que toda a discussão sobre a pequena propriedade no Brasil se instaura. Na concepção de Foucault (1999) a proliferação destes discursos é que determina essa posição excludente, pois a ciência descobre uma verdade que não a do próprio sujeito, colocando-o numa posição de assujeitamento constante a um discurso que fala em seu nome, ao mesmo tempo em que, além de determinar sua posição, acaba por constituí-lo.

É neste contexto limitador que, com a implantação do Programa Arenito Nova Fronteira, o cultivo da soja da região de Umuarama será destinado basicamente ao grande produtor. Apesar de o foco ser o grande produtor, o discurso propagado sobre o Programa não deixou de transitar na fala dos pequenos produtores, pois como disse Foucault (1997), essas formações discursivas transitam sem muitos entraves em outras formações discursivas, pois uma é que determina e sustenta o lugar que a outra ocupa. Para que existam pequenos produtores, é necessária a existência de grandes, e vice-versa. Sendo assim, o cultivo de soja, que possui, nos dias atuais, tecnologias avançadas de plantio e colheita, sendo basicamente possível aos grandes produtores, determina também a posição dos pequenos, ao excluí-los da possibilidade de cultivá-la na região, como fica explícito nos seguintes relatos:

Não, eu não fiz porque minhas terras são poucas, não dá nem para mexer. Então, esse Programa não deu certo não, a maioria do povo que mexeu com soja está tudo afundado, né? (Joaquim).

Não, porque a minha área é pequena, geralmente esse pessoal quer uma área maior. Por exemplo, se eles tivessem pegado a divisa aqui, se eu quisesse arrendar um pedaço, talvez eles pegariam, mas como é longe, aí para eles pegarem um negócio de cinco ou dez alqueires, acho que não compensa deslocar o maquinário, né? (...) (Pedro).

Para o pequeno não tem vantagem, você tem dois ou três alqueires de terra, vai plantar soja? Não tem jeito, não tem jeito de plantar (Avelino).

Para mim [risos], para o pequeno agricultor continua a mesma coisa, porque esse Arenito Nova Fronteira foi a implantação do plantio de soja na região e quem plantou soja aqui foi só o grande produtor, isso porque eles têm mais terra para trabalhar e o pequeno produtor para arrumar terra para plantar soja eu acho que é inviável (José).

O plantio de soja para o fazendeiro que não tem maquinário não é viável, porque o fazendeiro de gado ele vai criar gado, não vai ficar plantando (Sebastião).

Mas, será que não é possível a estes produtores rurais realizarem o cultivo da soja? Aqui entra a questão do impensado, ou como disse Foucault (1997), do jamais-dito, pois as estruturas econômicas, políticas e tecnológicas, possibilitam o que Foucault (2002a) chama de *a ordem do discurso*, ou seja, algo sutil, como um sopro, e que determina as relações sem nem ao menos os sujeitos se darem conta desta maquinaria estruturante. Como foi possível observar, muitos desses pequenos produtores já realizaram o cultivo da soja com a utilização de uma tecnologia um tanto rudimentar:

Eu mesmo plantei soja aqui, no meio do café, porque lá em Novo Bilaque eu plantava soja também, eu tinha o café, mas eu plantava soja num alqueire no fundo das terras, eu plantava soja de matraquinha assim, e recolhia com o ferro, cortava com o ferro, depois batia numa máquina chamada trilhadeira, tinha que jogar a soja em cima para ela bater (Sebastião).

Aqui não tinha [soja], logo no começo a gente plantava algum pouco para consumo, né? Aquele tempo que não tinha maquinário, né? Era colhido na mão, mas não plantava do jeito que planta hoje, não. Depois que inventou esse negócio do Programa Arenito...sei lá como é que é [risos]... aí começou a plantar (Joaquim).

Apesar de já terem cultivado soja na região, esses pequenos produtores se vêem incapazes de realizá-lo novamente, pois o desenvolvimento de tecnologias avançadas para o plantio da soja

e o discurso sobre arrendamento de grandes áreas, colocam restrições explícitas à sua possibilidade. Mas, o que está por trás deste dito, é um não-dito que determina a própria possibilidade do sujeito, com já havíamos exposto. Por esse motivo, o pequeno produtor se acha incapaz de cultivar soja, da mesma forma em que vislumbra apenas as possibilidades abertas para sua posição, ou seja, para a região, uma pecuária extensiva, ou produtor de leite *in natura*, ou ainda, produtor de queijo e frango semicaipira em pequenas quantidades. Esses últimos tipos, sustentados por um discurso que articula a pequena propriedade, ou melhor, a agricultura familiar, a necessidade de aumento da renda com a agregação de valor ao produto, através de microagroindústrias rurais, como é possível observar no trabalho de Tremea (2001).

Além deste ponto, existe ainda um forte discurso mercadológico que sustenta todo o desenvolvimento do sistema capitalista dos países ocidentais. Esse discurso coloca ao pequeno produtor a necessidade de se produzir para atender a uma demanda de mercado, da mesma forma em que vincula esse pequeno produtor como consumidor deste mercado. A intenção primordial de exploração agropecuária desses produtores sempre foi o mercado, mesmo que no início eles se destinassem ao cultivo de algumas culturas para a subsistência da família, que logo foi abandonado por um discurso que passou a integrá-los como consumidores de produtos com qualidade superior aos produzidos em sua propriedade:

A gente produzia para vender, né?...a gente plantava milho, feijão...mas a maioria era para vender, né? Tirava um tanto para o gasto e o resto vendia, né? A gente mexia também com porco, tirava um pouco para o gasto, mas a maioria era de venda, era para vender mesmo, né? (Joaquim).

(...) plantei café, e até o café formar, a gente plantava soja, milho, arroz, feijão, criava-se porco. Eu tinha duas vaquinhas de leite, né? Para criar a família, e criava porco junto com as vacas, então eu fiz um paiol grande e jogava milho lá dentro. A porcada aumentou um pouco e eu engordava aqui umas cinqüenta arrobas por ano, eu fazia aqui e vendia para o açougue aqui mesmo (Sebastião).

Depois, conforme o tempo foi passando, o pessoal deixou de comer a banha de porco e começou a comer óleo, aí a gente parou de criar porco também.

Inclusive eu, que fui criado com banha de porco e comendo carne de porco, tinha uma filha que começou a sentir gastrite, aí a gente mudou para o óleo também. Nessa época o óleo não era bem refinado. Quando começou o plantio de soja aqui no Paraná, a gente comprava um litro de óleo, tinha litro que fazia depósito no fundo, né? [risos] Não era bem refinado [risos] (Sebastião).

Sendo assim, essa maquinaria que articula o pequeno produtor ao mercado, articula também sua dependência a ele [o mercado], fazendo com que todos esses discursos sobre os complexos agroindustriais – insumos modernos, consumo de produtos de qualidade, aumento da produtividade, industrialização dos produtos agropecuários, baixo valor das *commodities in natura*, exigências de controle de qualidade expeditas por órgãos governamentais, necessidade de diferenciação dos produtos no mercado, enfim, a instauração, como mostra Alencar (2001) e Graziano Silva (2001), de uma maquinaria à jusante (por exemplo, empresas de insumos e tecnologias destinadas à agropecuária) e outra à montante (por exemplo, empresas de processamento e beneficiamento dos produtos provenientes da agropecuária) - façam parte das próprias necessidades dos pequenos produtores:

Não, eu não planto mais, não planto feijão, não planto milho, não planto arroz, não planto nada, agora eu compro tudo isso aí para comer, aqui tudo é pasto (Sebastião).

O senhor Joaquim aborda sua dificuldade na venda dos produtos, assim como o aumento no preço dos produtos necessários ao consumo familiar e os insumos modernos necessários para o plantio de determinada cultura, como, por exemplo, o milho. Neste mesmo patamar estão as dificuldades encontradas pelo senhor Pedro, que ressalta a questão do aumento dos impostos e dos combustíveis, estabelecendo um comparativo com os baixos preços dos produtos agropecuários.

Para nós, não melhorou não! (...). Porque está muito caro as coisas que a gente compra no mercado e as coisas que a gente colhe não têm quase preço. Então, quando colhe bastante, nem preço tem, né? Igual o milho, o milho esse ano mesmo, o preço esteve a doze, treze reais o saco para vender, agora para comprar vai pagar quase vinte. Agora está mais, uns trinta. A semente também é muito cara, a semente de qualidade em vinte quilos você vai pagar cento e tantos reais...Aí você tem vinte quilos de milho, você tem que

vender um monte de sacos de milho para pagar essa semente [risos]. Ainda você tem os fertilizantes e os outros produtos que você gasta, né? (Joaquim).

Praticamente todos os pequenos proprietários estão reclamando que está difícil a coisa, pelas coisas que você paga, né? Aumenta imposto, aumenta tudo, né? E as coisas da lavoura não têm valor. Se você planta um milho, por exemplo, às vezes você vai vender e quando você vai vender não tem preço. Pra gente comprar lá, hoje, um saco de milho, você paga dezessete ou dezoito reais, para vender, acho que está na faixa de doze ou treze reais (Pedro).

Além dessa exposição, no caso do senhor Pedro ainda existem as exigências governamentais e sociais de controle de qualidade para o produto leite, que começam a impor novas tecnologias para lidar com a pecuária leiteira:

(...) para complicar mais, estão falando que a partir de janeiro é obrigado a pôr no resfriador. Aí, provavelmente, muitos produtores de leite pequenos vão ter que parar, porque hoje, um resfriador, o que eles estão exigindo, custa aí, de quinhentos mil litros, custa na faixa aí de dez mil reais. Tem uns que colocam o tambor dentro, eles falam não sei o que de água, né? Resfriador de água, mas disse que aquele lá mais para frente não vai ser permitido, porque tem o contato do leite com o tambor, essas coisas, eles querem que ponham direto no resfriador, por causa de negócios de bactérias, essas coisas, né? Então o governo está exigindo. Os caminhões não podem puxar mais com tambor, tem que colocar o tanque, né? Então, cada vez está ficando mais difícil na lavoura (Pedro).

Avultadas a essa exposição, estão as considerações do senhor Avelino, sobre as propriedades que trabalham em rigor com a fiscalização e as que trabalham sem se preocupar com essas exigências:

(...) quem trabalha, é igual esse pessoal que vive de comércio, a gente como já mexe com um tipo de produto que tem que ser fiscalizado pela vigilância e por tudo quanto é órgão do governo, vamos dizer assim, eles procuram acompanhar você. Quem não está legalizado lá por fora, eles não vêem, então esses que não estão legalizados dão prejuízos para você. Você produz um produto mais caro e eles não, o produto deles é barato, mas só que não tem vigilância nenhuma, não tem vistoria nenhuma no produto deles, então a gente está pagando mais caro, aí é muito mais difícil. Antigamente, tudo que você fazia na roça dava dinheiro, vendia uma galinha, um porquinho, o que viesse dava dinheiro. Hoje, você vai criar um porco, é um absurdo! Ninguém mais cria porco no sítio, porque você não pode vender um porco na rua, não pode fazer mais nada. Então, vai fazer o que? O pobre tem que ficar disso para pior. A gente investe em alguma coisinha para ver se tira algum lucrinho, senão, eu acho que se continuar assim, o caminho é a cidade mesmo, não tem outro jeito, para nós pequenos, não tem outro jeito não (Avelino).

Além dessas considerações, vale salientar ainda a posição do senhor Avelino e do senhor José, com relação aos discursos sobre a pequena propriedade. Com ficou constatado, esses dois produtores se enquadram no que Tremea (2001) chama de uma pequena agroindústria familiar. Para esse autor, um modelo que pode viabilizar a atividade e o desenvolvimento da pequena propriedade rural é a instalação de pequenas agroindústrias, como forma de agregar valor aos produtos primários produzidos por essas e, conseqüentemente, proporcionar um bem-estar socioeconômico à família rural.

Dentro desta perspectiva, ocorre a ativação de um discurso que enfatiza a necessidade da pequena propriedade se adaptar à tecnologia moderna, da mesma forma que destaca a necessidade de se produzir um produto diferente no mercado, pois esta, como expõe Tremea (2001) é a única forma de o pequeno produtor desviar-se dos problemas ligados à pequena propriedade no Brasil:

Oh! Aí é difícil, viu? Porque em termos de pequena propriedade ou se adapta à tecnologia moderna, você passa a produzir bastante em pouca área, ou você pode ir para a cidade. É o que a gente tenta aqui, a gente está mexendo, né? Ou você passa a produzir em pequenas áreas ou vai ter que voltar para a rua (Avelino).

Existe assim, se você mesmo aplicar, como se diz, ir apanhando e tentando, enxerga do grande e tenta copiar, se der certo, parabéns para você, se não der certo, perdeu tudo [risos], você tem que olhar o do grande e copiar, se der certo, parabéns para você, senão você vai para a rua de novo [risos] (Avelino).

Eu acho que tem que se buscar uma coisa diferente, tem que buscar uma coisa nova para fazer a propriedade dar lucro, para a propriedade ter um retorno. Se você ficar com pequenas plantações de cereais na pequena propriedade, não, para mim não é uma atividade que dê grandes resultados. Por exemplo, horta bem trabalhada dá lucro, produção de frango diferenciado também, tem que ser uma coisa diferenciada, sair daquela coisa de chácara, de vinte ou trinta anos atrás (José).

Esse discurso, ou melhor, como expõe Foucault (1997), essa nova formação discursiva que nasce no próprio discurso sobre a pequena propriedade no Brasil, vincula o pequeno produtor a uma estrutura que nasce juntamente com a necessidade de capitalização da pequena

propriedade. Sendo assim, da mesma forma que é necessário a capitalização da pequena propriedade que a possibilite se enquadrar no mercado, nascem aí estruturas que vão possibilitar a sustentação de todo esse discurso sobre uma “pequena agroindústria familiar”. Isso foi possível constatar no próprio discurso do senhor José, ao relatar que o diferencial de seus frangos, o qual possibilitou chamá-los de “semicaipiras”, são produzidos por empresas especializadas em pesquisa.

Podemos ainda vislumbrar a questão das instituições de fiscalização que sustentam a produção e venda do produto que o senhor Avelino trabalha, além dessas sustentarem a maneira como devem ser as máquinas e equipamentos do processo produtivo. Como podemos observar a seguir:

Existe no mercado o pintinho e o frango para essa finalidade, tem as empresas que produzem os pintinhos, tem também os órgãos do governo também que tem raças melhoradas, criadas, desenvolvidas para essa finalidade. (...) Não tem muito não, no mercado, aqui na região a gente conhece pouca gente que trabalha com esse tipo de frango. Por ter pouca oferta é uma atividade lucrativa (José).

A gente trabalha com queijo pronto para o mercado, então é inspecionado, posso vender para o município inteiro, nos mercados, então não existe problema para a nossa produção, o problema é produzir ele, porque torna um pouco mais caro e na roça tudo é difícil, né? Não tem jeito (Avelino).

Até hoje você encontra dificuldade, porque, é aquele tal negócio, tudo que é novo é difícil, nessa região aqui a gente foi montar esse negócio de queijaria e é tudo coisa de inox, na região aqui você não encontra essas coisas, só em Cascavel ou Maringá, aqui você não acha nada. Então, se você precisar de alguma peça, você tem que ir lá para Maringá, você precisa de outra, vai para Cascavel, você precisa de uma rotulagem de um produto mais barata, você vai até Cascavel, porque aqui não chega, uma embaladora a vácuo aqui é um absurdo, então pra você encontrar um negócio melhor, tem que ser para fora, então não tem jeito, tudo que você vai fazer é difícil (Avelino).

Essa exposição mostra o nascimento de inúmeras instituições que vão sustentar um discurso sobre uma suposta “pequena agroindústria familiar”, da mesma forma que essa pequena agroindústria vai sustentar também o nascimento dessas instituições. É neste ponto que Foucault (1999) quis chegar ao relatar o duplo empírico-transcendental, pois da mesma forma

que as instituições (“lado de fora”) permitiram e permitem o nascimento de algo o qual chamamos de pequeno produtor, esse pequeno produtor (“lado de dentro”) sustenta todas essas instituições. Por esse motivo, Foucault (1999) expõe sobre a não existência do homem, pois ele [o homem] não faz nada além do que assumir uma posição discursiva, além de sustentar e proliferar cada vez mais os discursos.

A crítica de Foucault (2004) vai um pouco além, pois se é possível falar de uma subjetividade a qual só o indivíduo tem acesso, da mesma forma que as discussões sobre a identidade se inserem, ela [a subjetividade] só ocorre numa relação do sujeito consigo mesmo. É neste contexto que Foucault (1989) vai até os escritos que perpez as idéias na Grécia Antiga, para resgatar um termo que ele traduz como “cuidados de si”. Com esse resgate, Foucault (1989) faz uma discussão interessante sobre como a sociedade grega instituía preceitos éticos, morais e religiosos, através de um olhar que o sujeito tinha consigo mesmo e em suas relações com os outros.

Nesse contexto, por exemplo, a verdade é encontrada juntamente com o sujeito, possibilitando, inicialmente, uma ética do sujeito que se estende até suas relações sociais. Dando um salto até a era moderna, Foucault (1989) mostra como esses preceitos, particularmente a questão da verdade, vão se modificar, pois essas relações éticas, morais e religiosas, que estão inseridas na própria discussão sobre a verdade, serão obtidas através do conhecimento. Foucault (1989) chama essa era de “cartesiana”, pois é o conhecimento que determinará o que é a verdade. Sendo a verdade obtida através do conhecimento, é ele [o conhecimento] que possui o poder de dizer a verdade do homem e não o próprio homem.

Pode parecer distante essa discussão, mas quando evidenciamos a história de vida dos pequenos produtores, evidenciamos aí um discurso que fala em seu nome, ao mesmo tempo em que constitui suas possibilidades. Esse discurso destitui a verdade do próprio sujeito -

construída numa relação do sujeito consigo mesmo - para colocar aí uma verdade que perfaz o conhecimento. Sendo assim, Foucault (2004, p.19) diz, fazendo referências à espiritualidade como uma requalificação do conhece-te a ti mesmo na sociedade ocidental, as seguintes palavras:

A espiritualidade postula que a verdade jamais é dada de pleno direito ao sujeito. A espiritualidade postula que o sujeito enquanto tal não tem direito, não possui capacidade de ter acesso à verdade. Postula que a verdade jamais é dada ao sujeito por um simples ato de conhecimento, ato que seria fundamentado e legitimado por ser ele o sujeito e por ter tal e qual estrutura de sujeito. Postula a necessidade de que o sujeito se modifique, se transforme, se desloque, torne-se em certa medida e até certo ponto, outro que não ele mesmo, para ter direito a [o] acesso à verdade. A verdade só é dada ao sujeito a um preço que põe em jogo o ser mesmo do sujeito. Pois, tal como ele é, não é capaz de verdade.

Vários pontos devem ser ressaltados, ou melhor, elucidados neste parágrafo. Primeiro, que de imediato, vemos uma nítida aproximação de Foucault (2004) com as considerações de Heidegger (1971), ao dizer que a verdade é dada ao sujeito ao preço de colocar em jogo o ser mesmo do sujeito, pois a idéia que perfez as discussões sobre a identidade em Heidegger (1971), tem uma íntima ligação do sujeito estar entregue ao universo da técnica, e para o sujeito revelar sua identidade, ele tem que se distanciar deste universo. Com certeza, existe uma aproximação das considerações de Foucault (2004) e Heidegger (1971), pois ambos têm Nietzsche como ponto de partida, mas ao contrário de Heidegger (1971), Foucault (2004) não vislumbra a possibilidade de o homem afastar-se do universo da técnica e poder contemplar o que realmente ele é, pois é este universo que o constituiu.

Acreditamos que já havíamos exposto isto, da mesma forma que procuramos elucidar a constituição dos sujeitos através dos discursos, mas vale novamente ressaltar que esta é a grande contribuição de Michel Foucault para os estudos científicos, pois Foucault (1999) desarma a estrutura que até então vislumbrava o homem com um ser unificado, e quando não unificado, ativo no contexto social. Esquecer que esse homem nunca teve um lugar na história

do pensamento e, nessa era moderna, ele aparece como objeto de um saber científico que passa a descobrir nele verdades, é esquecer que todas essas discussões que se instauram sobre o homem, nada mais são do que verdades “inventadas” pelo conhecimento. Se todas essas invenções são ditas pelo conhecimento e não pelo próprio sujeito, na concepção de Foucault (1999), não podemos dizer sobre algo como uma subjetividade própria do homem, mas sobre algo que perfaz o próprio discurso que o conhecimento “inventou”.

O segundo ponto, e que tem a ver com o primeiro, é que a legitimidade do homem provém disto, que Deleuze (1988c) chama sagazmente de “lado de fora”, pois na sociedade moderna, o valor não está expresso no que o próprio sujeito constitui, ou seja, no nosso caso, a maneira particular que os sujeitos lidam com a terra, mas no valor que um produto tem no mercado, nas tecnologias que possibilitam a existência deste produto, nas instituições que nascem em torno do nascimento deste produto, que estão atrelados, ao mesmo tempo, à necessidade e ao desejo desses produtos pelos sujeitos. É com esta discussão que conseguimos vislumbrar o distanciar de Foucault (1999) de Heidegger (1971), pois não é simplesmente abandonando essa estrutura que o homem se “libertará” deste universo que o reduz a um ser da técnica, mas ele é, já em si mesmo, uma constituição deste universo.

4.3.3 A produção de descontinuidades e o sujeito entregue aos discursos

Com essa discussão, podemos passar ao terceiro e último ponto que gostaríamos de elucidar sobre as considerações de Foucault (2004), particularmente quando ele diz sobre a necessidade do sujeito se modificar, se transformar, se deslocar, que ele se torne outro que não ele mesmo, para assim ter acesso à verdade. É com esta discussão que conseguimos elucidar o que Foucault (1997) chama de descontinuidades.

Com essa alteração sobre as descontinuidades, chegamos ao ponto central sobre as discussões sobre a identidade. Como podemos observar, a estrutura básica que se assentam

essas discussões é a continuidade do indivíduo no contexto. Essa continuidade esteve atrelada ao trabalho de Hegel (2002), quando ele expõe sobre a necessidade do sujeito realizar o processo de invasão na realidade – obtida através do conhecimento - para só assim conseguir observar o que as coisas realmente são, e como isso aflora uma identidade que sempre esteve ali, encarquilhada no âmago do indivíduo. Da mesma forma, essa necessidade de continuidade perpeza a idéia de Heidegger (1971), ao relatar que o que assegurava a possibilidade de se fazer ciência, é que os objetos continuassem a ser hoje o que eles foram ontem. Do mesmo jeito que essa continuidade perpassa o trabalho de Souza Santos (1991), ao dizer que a identidade não passa de identificações em curso, assim como Erikson (1976), que coloca a identidade como um sentimento de continuidade.

Com essa discussão, se considerarmos, como disse Foucault (2004), a existência de uma descontinuidade do sujeito atrelada a uma mudança constante, poderíamos atribuí-la ao processo de globalização como um fenômeno de invasão cultural, no sentido exposto por Freire (1983), que arranca o sujeito, como diz Dallmayr (2001), de um contexto onde ele possui uma identidade e introduz uma fluidez, mudando-o radicalmente? Para considerarmos um processo de desconstrução da identidade, neste sentido expresso por Dallmayr (2001), é necessário que algo tenha sido construído. Esse é o foco central, pois para Foucault (1999), essa construção não perfaz as intenções do sujeito, mas o sujeito tem que se alocar nas categorias que os discursos sociais possibilitam. Por esse motivo, Foucault (1999) não contempla algo como a existência do homem, pois o discurso que revela sua verdade “íntima” está carregado de uma cientificidade que lhe escapa. Sendo assim, vale salientar essa idéia expressa nas considerações seguintes, sobre os discursos da loucura:

A unidade dos discursos sobre a loucura seria o jogo das regras que definem as transformações desses diferentes objetos, sua não identidade através do tempo, a ruptura que nele se produz, a descontinuidade interna que suspende sua permanência (FOUCAULT, 1997, p.37).

Como já havíamos exposto, Foucault (1982d) dedica suas pesquisas a longos períodos, observando as rupturas que implantaram novas formas de reconhecer os objetos de formas diferentes. Por esse motivo, Foucault (1982d) acredita que é necessário transcender uma discussão do sujeito constituinte, que a psicanálise se dedicou, para se chegar a uma historicidade que determina o aparecimento deste sujeito, como fica explícito em suas considerações seguintes:

Queria ver como estes problemas de constituição podiam ser resolvidos no interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte. É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. E isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 1982d, p.11).

Neste ponto, vale salientar o distanciar do trabalho de Foucault (1982d) e o nosso, pois como havíamos exposto, se ele [Foucault] tivesse contato com nosso trabalho, iria desferir seu famoso riso filosófico. Por outro lado, seguimos suas pegadas, na tentativa de mostrar como esses discursos históricos, constituem a própria história do sujeito. Não é isso que Foucault (1982d) prescinde ao dizer que a trama histórica é que possibilita analisar a constituição do sujeito? A crítica de Foucault (1999) a uma análise do sujeito constituinte desemboca na idéia de que um estudo desses acaba inventando novas formas de reconhecer este homem. Novamente, podemos dizer que a intenção é desvelar o véu que cobre as discussões da identidade, algo compatível à idéia de Foucault (1999).

Voltando à questão da historicidade, na concepção de Foucault (1982d) existe uma mudança constante da história, pois ela [a história] não possui sentido, o que possibilitaria a continuidade do sujeito no contexto social, mas essa historia é constituída por relações de poder que a colocam numa descontinuidade constante. Sendo assim, expõe Foucault (1982d, p.12):

A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não lingüística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem "sentido", o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas.

Neste ponto, devemos retomar à idéia de Foucault (1988) sobre o poder, pois para esse autor, o poder, antes de ser um poder estrutural, é um poder constituinte, que se encontra espalhado no corpo social. Esse poder não possui uma estrutura de onde emana para se chegar aos níveis mais periféricos da estrutura social, mas é um poder que surge nas relações sociais.

Sendo assim, Foucault (1988) dá um salto ao relatar que os discursos estão carregados de poder, pois é um discurso científico (saber) que constitui as possibilidades do homem. Com isso, Foucault (1982d) diz sobre o que mais ele poderia ter falado, em seus estudos sobre os discursos, senão do poder. Na concepção de Foucault (1982d, p.14),

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Com essas considerações, Foucault (1982d) mostra sua idéia sobre o poder constituinte, pois ele [o poder] não permeia as relações como algo negativo ou como uma força que age de fora, como é a idéia da repressão, da lei, ou do que Berger e Luckmann (1985) chamam de realidade reificante, o que seria fácil minar, mas é esse poder que constitui as próprias possibilidades do sujeito:

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é

um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (FOUCAULT, 1982e, p.144).

Se deslocarmos o olhar dessas considerações de Foucault (1982e) para o caso dos pequenos produtores entrevistados, se existisse apenas uma pressão externa no sentido de impulsioná-los a adotar novas tecnologias, ou a se ingressarem no mercado, ou ainda produzir outro tipo de cultura que não aquela a qual tinham se dedicado, seria de fato aceita pelos pequenos produtores essa pressão? Se o poder fosse apenas algo negativo, como a coerção, a repressão, seria de fato obedecido? Seria possível falar de um poder que não tivesse apenas conotações negativas, mas estratégicas?

Essa idéia de que o poder não perfaz apenas as características negativas, mas estratégicas, está por trás das discussões de Foucault (1982d). Isso fica evidente quando ele [Foucault] diz que o poder de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso, etc., o que de alguma forma, estaria longe dessas conotações negativas.

Essa idéia do poder microfísico ligada ao discurso, lança uma descontinuidade no próprio conteúdo histórico, pois o homem moderno se embebeda do que Foucault (1999) chama do impensado, passando a inventar sempre novas formas que, acrescidas à idéia de verdade que Foucault (1996b) extrai de Nietzsche (1983) sobre a verdade ser histórica, possibilita sempre as mudanças discursivas. Mas, como acontece essa descontinuidade, que perfaz o sujeito, sem que o sujeito tenha se dado conta dessas rupturas? Como é possível que haja mudanças no conteúdo discursivo sem que essas mudanças produzam revoltas ou revoluções, que coloquem em risco essas alterações?

Neste ponto, Foucault (2002a) expõe um imperativo, que está atrelado à sociedade atual, o qual designou como a “ordem do discurso”. Para esse autor, existe, no âmbito da sociedade, o controle, a seleção, a organização e também a redistribuição na produção dos discursos, com a

intenção de eliminar os poderes e os perigos, frear acontecimentos aleatórios e disfarçar sua pesada e temível materialidade.

Com essa apresentação, Foucault (2002a) coloca três designações que estariam diretamente ligadas ao controle e seleção dos discursos, sendo elas: o interdito – onde as pessoas não têm o direito de dizer tudo em qualquer circunstância; a exclusão – ou a rejeição dos discursos que não estejam sob as designações de um discurso verdadeiro, por exemplo, o são e o louco; e a oposição entre verdadeiro e falso, que para Foucault (2002a) congrega as duas formas anteriores de controle discursivo.

Neste ponto, Foucault (2002a) leva-nos à qualificação do que ele chamou de “sociedade disciplinar”, pois é a disciplina que produz o controle discursivo, da mesma forma que lhe impõe limites, instaura a descontinuidade e ordena as relações no interior do que é tido como “verdadeiro”, como é possível observar nas considerações seguintes:

(...) uma disciplina não é a soma de tudo aquilo que pode ser dito de verdadeiro a propósito de qualquer coisa; nem mesmo é o conjunto de tudo aquilo que, a propósito de um mesmo dado, pode, pelo princípio de coerência ou sistematização, ser aceito (...). A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Fixa-lhe limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras (FOUCAULT, 2002a, p.18).

Ora, como Foucault (2002a) mostra, a história não se desenvolve sobre os desígnios de uma continuidade, mas de uma ruptura constante. Essa descontinuidade se acentua na sociedade atual, pois há uma proliferação de discursos que instaura uma mobilidade na constituição dos sujeitos modernos, que, como disse Foucault (1982d), vive em busca de uma identidade vazia. Essa identidade é vazia pelo fato dela não possibilitar a continuidade do sujeito, pois é construída nos próprios conteúdos discursivos. Como diria Foucault (1972), são rupturas sensíveis que trazem o mesmo, sempre de forma diferente, que colocam o contínuo sobre o

fundo de um sempre recomeçado, que faz com que um mesmo enunciado seja proferido durante a história de maneiras diferentes:

Não se trata, bem entendido, nem da sucessão de instantes no tempo, nem da pluralidade dos diversos sujeitos pensantes; trata-se de cesuras que quebram o instante e o dispersam numa pluralidade de posições e de funções possíveis. Esta descontinuidade atinge e invalida as menores unidades tradicionalmente reconhecidas ou as que menos facilmente são contestadas: o instante e o sujeito. E, num nível inferior a essas unidades, independentemente delas, é preciso conceber relações entre as séries descontínuas que não são da ordem da sucessão (ou da simultaneidade) numa (ou várias) consciência; é preciso elaborar — fora das filosofias do sujeito e do tempo — uma teoria das sistematizações descontínuas (FOUCAULT, 2002a, p.23).

Será possível conceber ou visualizar essas rupturas na história de vida dos pequenos produtores da região de Umuarama? Acreditamos que todo o árduo trabalho que realizamos até este ponto foi com a intenção de responder a essa simples questão. Por outro lado, não conseguiríamos vislumbrá-la, se não desenvolvêssemos esse percurso, que tem a intenção de conceber um novo olhar sobre a questão da identidade.

Na apresentação da história de vida dos pequenos produtores, sob o fundo de uma história coerente, se dissolve a ruptura constante. Descontinuidade que perfaz o tipo de cultura produzida pelos pequenos produtores, descontinuidade na maneira de lidar com a terra, descontinuidade nas tecnologias utilizadas, descontinuidade no processo de comercialização, descontinuidade, até mesmo, na própria posição de pequeno produtor.

Sendo assim, quanto à descontinuidade no tipo de cultura, existia no início um plantio de café na região, que todos os pequenos produtores entrevistados realizaram. Posteriormente, o desenvolvimento de uma pecuária extensiva, tanto de corte quanto de leite. Nos dias atuais, são essas as possibilidades abertas aos pequenos produtores, onde uns se dedicam à pecuária de corte e outros se dedicam a uma pecuária leiteira e outros ainda, produzidos sob uma nova concepção de pequena propriedade, à fabricação de queijo, produção de ovos de codorna ou frango do tipo “semicaipira”. Como disse Foucault (2002a), essas descontinuidades invalidam

algumas unidades, como no caso do café, da mesma forma que instauram outras, como, por exemplo, no caso da pecuária extensiva e do frango semicaipira:

Oh! Mudar, mudou muito, porque antes a região nossa aqui era muito café, eu diria que uns 80% era café e hoje eu acho que não tem 10%. Não tem 10%?! Não tem! Porque aqui mesmo, na região nossa aqui, esse sítio mesmo morava o tio da minha mãe, eram dez alqueires, era só café, ali era outro parente, eram mais dez alqueires e era só café, aí depois eles começaram a mexer com amora, com o bicho da seda, né? Aí pararam também, porque disseram que não estava dando. Aí o que morava ali foi para o Japão. Aí entrou aqui na região gado de corte e leite e está até hoje (Pedro).

Além das culturas, existe ainda o discurso tecnológico, que invalida formas anteriores, que lhes conferem o estatuto de tecnologias rudimentares, ou ultrapassadas, ou ainda tradicionais. Esse tipo de historicidade está carregada, como foi possível constatar nas discussões sobre a pequena propriedade no Brasil, de uma perspectiva evolutiva, como se o homem moderno estivesse num processo de emancipação constante, mas que nunca a alcança. Esses discursos, ou melhor, um suposto contínuo entre o tradicional e o moderno, onde a emancipação está apontada para o moderno, produzem o lugar ocupado pelos pequenos produtores (produtores de cultura tradicionais ou intermediárias) e também implantam as discontinuidades, que apontam em direção para o processo de modernização da pequena propriedade, mas que nunca conduz a uma similaridade com a grande propriedade.

Sob esse discurso, se assentam as imposições (característica negativa do poder) de utilização de novas tecnologias, como no caso do senhor Pedro, sobre a necessidade de se utilizar resfriadores, assim como a possibilidade (característica estratégica do poder) de trabalhar com produtos que agreguem valor e, conseqüentemente, maior lucratividade, como no caso do senhor Avelino e do senhor José:

(...) e para complicar mais, estão falando que a partir de janeiro é obrigado a pôr no resfriador. Aí, provavelmente, muitos produtores de leite pequenos vão ter que parar, porque hoje, um resfriador, o que eles estão exigindo, custa aí, de quinhentos mil litros, custa na faixa aí de dez mil reais. Tem uns que colocam o tambor dentro, eles falam não sei o que de água, né? Resfriador de água, mas disse que aquele lá mais para frente não vai ser

permitido, porque tem o contato do leite com o tambor, essas coisas, eles querem que ponham direto no resfriador, por causa de negócios de bactérias, essas coisas, né? Então o governo está exigindo. Os caminhões não podem puxar mais com tambor, tem que colocar o tanque, né? Então, cada vez está ficando mais difícil na lavoura (Pedro).

Oh! Aí é difícil viu! Porque em termos de pequena propriedade, ou se adapta à tecnologia moderna, você passa a produzir bastante em pouca área, ou você pode ir para a cidade. É o que a gente tenta aqui, a gente está mexendo, né? Ou você passa a produzir em pequenas áreas ou vai ter que voltar para a rua (Avelino).

Eu acho que tem que se buscar uma coisa diferente, tem que buscar uma coisa nova para fazer a propriedade dar lucro, para a propriedade ter um retorno. Se você ficar com pequenas plantações de cereais na pequena propriedade, não, para mim não é uma atividade que dê grandes resultados. Por exemplo, horta bem trabalhada dá lucro, produção de frango diferenciado também, tem que ser uma coisa diferenciada, sair daquela coisa de chácara, de vinte ou trinta anos atrás (José).

Quando vislumbramos a história de vida desses pequenos produtores, observamos constantemente, como diz Foucault (2002a), a invalidação de categorias que não foram, durante muitos anos, facilmente contestadas, sendo o sujeito e o instante. O sujeito invalidado pelas discontinuidades produzidas na posição que ocupa e o instante na forma sempre diferente de conceber o mesmo, ou ainda, na forma sempre mesma de conceber o diferente. O que realmente isto quer dizer? Onde podemos elucidar essa forma sempre diferente de conceber o mesmo?

Com a discussão sobre o Programa Arenito Nova Fronteira, vimos que houve na região de Umuarama a disseminação do cultivo de soja com o objetivo de melhorar a produtividade do solo. Aqui, vale salientar que durante a apresentação do Programa, vimos aí a posição de cientistas da área de agrárias, que vão desenvolver uma discussão sobre as mudanças no tipo de cultura e na região, que congregam toda uma problemática referente ao solo. Posicionamento que não vislumbramos na fala dos pequenos produtores. Voltando à questão do Programa, o cultivo de soja, a mesma soja que os pequenos produtores cultivaram quando chegaram à região, aparece de maneira diferente, invalidando o pequeno produtor a realizar seu plantio, pois agora a soja se sustenta sob um discurso tecnológico, delimitando que tipo de

sujeito tem a possibilidade de cultivá-la. Com essa exposição, vimos elucidar a questão do instante entregue às descontinuidades do mesmo, sempre de forma diferente.

Sendo assim, ao vislumbrar uma suposta “história do presente”, é que podemos observar as descontinuidades provocadas no discurso sobre pequena propriedade no Brasil, além de destacar essa descontinuidade na posição do sujeito. Foi essa a intenção de Foucault (1997a), ao desvelar a história do louco, pois o louco nunca teve o mesmo estatuto durante sua história, mas suas características sempre foram modificadas com o nascimento de saberes que passaram a inventar novas formas de reconhecê-los. Com isso, o louco foi, desde aquele o qual não possui razão, até aquele que, com o nascimento da clínica, oferecia perigo à sociedade, pois a loucura passa a ser vista como doença. O louco teve o estatuto de abandono, lançado a Nau, e em períodos posteriores, o louco é internado.

Essa mobilidade constatada no discurso da loucura perfaz também a mobilidade no discurso sobre a pequena propriedade. Como foi possível mostrar, desde a designação do estatuto de pequena propriedade, houve uma proliferação de discursos que congregam formas diferenciadas de pequena propriedade, como, por exemplo, a pequena agroindústria, agricultura camponesa, agricultura familiar, etc. Essas formas foram constituídas num curto espaço de tempo, não em um recuo tão longo como fez Foucault (1997a), mas que da mesma forma, implanta uma descontinuidade constante.

Assim, a pequena propriedade, com foi possível vislumbrar na fala do senhor Avelino, não possuía muitas restrições em termos mercadológicos e tecnológicos, pois era possível vender e produzir sem muitas restrições. Com o nascimento das instituições de pesquisa, das instituições de fiscalização, dos complexos agroindustriais, e conseqüentemente, do consumidor moderno, houve restrições explícitas, devido à proliferação de novos discursos

que esquadrinharam os pequenos produtores e o reconduziam a se adequar a essa nova realidade, modificando radicalmente sua forma, além de possibilitar outras:

Antigamente, tudo que você fazia na roça dava dinheiro, vendia uma galinha, um porquinho, o que viesse dava dinheiro. Hoje, você vai criar um porco, é um absurdo! Ninguém mais cria porco no sítio, porque você não pode vender um porco na rua, não pode fazer mais nada. Então, vai fazer o que? O pobre tem que ficar disso para pior. A gente investe em alguma coisinha para ver se tira algum lucrinho, senão, eu acho que se continuar assim, o caminho é a cidade mesmo, não tem outro jeito, para nós, pequenos, não tem outro jeito não (Avelino).

Como já havíamos dito, essas restrições estão atreladas ao sempre contínuo, por exemplo, da soja, mas que coloca esse mesmo produto soja, acrescido dos discursos tecnológicos, num outro patamar que não é possível mais o cultivo pelo pequeno produtor, como é possível observar na fala do senhor Joaquim:

Aqui não tinha, logo no começo a gente plantava algum pouco para consumo, né? Aquele tempo que não tinha maquinário, né? Era colhido na mão, mas não plantava do jeito que planta hoje não. Depois que inventou esse negócio do Programa Arenito...sei lá como é que é [risos]...aí começou a plantar, mas pelo que a gente vê, não deu certo não, porque quase ninguém está plantando mais (Joaquim).

Esses discursos atrelados à pequena propriedade invalidam certos objetos, como, por exemplo, o café e a soja, mas passam a inventar outros, como, por exemplo, o frango “semicaipira”, o ovo de codorna e a produção de queijo em pequena escala. Essas novas possibilidades (frango semicaipira, queijo) vão constituir a necessidade de mudanças no próprio sujeito que, como mostramos, sua fala vai estar atrelada à necessidade de uma postura empresarial, à ênfase na capitalização da pequena propriedade, à necessidade de diferenciação dos produtos, etc. Essas novas designações vão constituir o próprio discurso do pequeno produtor, como podemos vislumbrar na fala do senhor Avelino:

Mudou demais, mudou porque a mentalidade é outra, né? Você tem que partir para o tudo ou nada. Como o incentivo do governo, essas coisas, é muito pouco, você tem que fazer tudo no peito. Se você tirar dez reais hoje, investe ele amanhã, vai investindo, dentro de uns quatro anos eu não consegui fazer o que eu quero, tem que ser tudo dinheiro da gente, não tem jeito, você não pode contar com o governo, não pode contar com nada, a

assistência técnica que a gente tem é muito pouca demais, como se diz, não atende (Avelino).

Com essa exposição, acreditamos que chegamos ao limiar de análise da fala dos pequenos produtores. Limiar, porque essa análise não se esgota aqui, nem muito menos se restringe a um discurso tecnológico, mercadológico e econômico, como procuramos enfatizar neste trabalho. Estamos cientes da complexidade do tema sujeito na obra de Michel Foucault, que não se esgota nas categorias que apresentamos aqui, mas que nos possibilitaram analisar a questão da identidade do pequeno produtor sob uma perspectiva compatível a de Michel Foucault. Como havíamos dito, a intenção que Michel Foucault tinha com seus estudos não era propor alternativas que pudessem conduzir o sujeito moderno a uma nova realidade, mas simplesmente mostrar as diferentes formas, os diferentes lugares ocupados pelos sujeitos na história da sociedade. Neste ponto, acreditamos que seria interessante o próprio Foucault (1982e) dizer qual é a sua idéia:

(...) o que aconteceu no Ocidente que faz com que a questão da verdade tenha sido colocada em relação ao prazer sexual? E este é meu problema desde a História da Loucura. Historiadores me dizem: “está certo, mas por que você não estudou as diferentes doenças mentais que se encontram nos séculos XVII e XVIII? Por que você não fez uma história das epidemias de doenças mentais?” Não consigo fazê-los entender que, na verdade, tudo isto é muito interessante, mas que não é o meu problema. Em relação à loucura, meu problema era saber como se pôde fazer a questão da loucura funcionar no sentido dos discursos de verdade, isto é, dos discursos tendo estatuto e função de discursos verdadeiros. No Ocidente, trata-se do discurso científico. Foi sob este ângulo que quis abordar a sexualidade (FOUCAULT, 1982e, p.150).

Para finalizar este percurso, gostaríamos de apresentar a idéia geral que nos conduziu na análise das falas, o qual perfaz magnificamente um trecho da obra de Foucault (1997). A intenção de colocá-la neste ponto do trabalho é possibilitar que o leitor deguste em um só parágrafo, toda a discussão que tentamos realizar acima, ou seja, algo como um fechamento desta parte da dissertação:

Esses sistemas de formação não devem ser tomados como blocos de imobilidade, formas estáticas que se impoem do exterior ao discurso e

definiriam, de uma vez por todas, seus caracteres e possibilidades. Não são coações que teriam sua origem no pensamento dos homens, ou no jogo de suas representações, mas não são, tampouco, determinações que, formadas ao nível das instituições ou das relações sociais ou da economia, viriam a transcrever-se, à força, na superfície dos discursos. Esses sistemas – já insistimos nisso – reside no próprio discurso; ou antes (já que não se trata de sua interioridade e do que ela pode conter, mas de sua existência específica e de suas condições) em suas fronteiras, nesse limite em que se definem as regras específicas que fazem com que exista como tal. Por sistemas de formação, é preciso, pois, compreender um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal ou qual conceito, para que organize tal ou qual estratégia (FOUCAULT, 1997, p.81-82).

5 CONCLUSÕES: A IDENTIDADE DO PEQUENO PRODUTOR DESVELADA

Durante esse longo caminho, tivemos como objetivo compreender a influência de um programa governamental no processo de construção, desconstrução ou manutenção da identidade do pequeno produtor da região de Umuarama-PR. Claro que o leitor já está ciente disso, mas a nossa idéia é, neste ponto, realizar uma compilação de toda a discussão que realizamos acima. Sendo assim, após a delimitação do tema de estudo, que no nosso caso é a identidade, procuramos entender e estudar os pressupostos e as discussões que giram em torno deste tema. Durante esse percurso nos enveredamos numa discussão que, em muitos casos, chegou a fugir do tema identidade, transitando por outras áreas e outras discussões que nos fez questionar a importância que tal discussão tinha em nosso trabalho. Algo muito claro que tínhamos, quando iniciamos esse estudo, foi possibilitar uma contribuição ao desenvolvimento das ciências administrativas, por esse motivo transitamos em áreas como a Psicologia, Sociologia, Filosofia, entre outras, que nos proporcionou um olhar diferente sobre os estudos do sujeito e suas relações com a organização (aqui empregada em sentido *lato*).

Como bem expõe Burrell (1998), a ciência administrativa sempre esteve atrelada à importância de explicar seu fenômeno, ou seja, enquanto uma ciência que nasceu no próprio berço da Revolução Industrial, sem levar em consideração o quadro em que se assentava, que no caso era positivista e estrutural. Nos últimos anos, vimos aflorar uma complexidade nos estudos organizacionais, que arrancou seu estatuto fixo, típica da era moderna, colocando em cheque esse quadro positivista e estrutural. É neste contexto que aproximamos esse estudo para uma perspectiva classificada como pós-estruturalista.

Voltando à nossa discussão, procuramos inicialmente verificar sob que estatutos ou idéias se assentam as discussões sobre a identidade. Neste ponto, podemos esclarecer o porquê nos

distanciamos, em alguns casos, de uma discussão sobre a identidade, pois nossa intenção não foi exprimir o conceito que cada autor tinha sobre ela [a identidade], mas trabalhar sua idéia e em meio a ela [a idéia], desvelar qual a concepção que tal autor tinha sobre a identidade. Por esse motivo, por exemplo, realizamos uma descrição exaustiva do olhar de Sigmund Freud, que nunca escreveu nada sobre a identidade, vindo apenas, em uma de suas conferências frente à sociedade psicanalista, como mostra Erikson (1975), uma única vez falar sobre ela [a identidade].

Durante esse percurso do desvelar da idéia de cada autor, alguns pontos foram semelhantes, apesar das divergências de idéias, que colocaram a identidade como algo que possibilita a continuidade do indivíduo no contexto social. Quando abordamos a idéia de alguns autores mais clássicos como Hegel (2002), Heidegger (1971), Freud (1976) e Nietzsche (1983), observamos que esses autores tocam de alguma forma numa problemática, que será corrompida pelos autores conterrâneos como, por exemplo, Deleuze e Guattari (2001), Foucault (1999), Lacan (1998d) e, até mesmo, Berger (1995), que seria a existência de uma natureza humana.

Ora, se o que, de alguma forma, nos fazia acreditar, por um só instante, na existência de uma natureza humana, onde éramos a origem de tudo aquilo que falávamos, conseqüentemente não poderíamos vislumbrar também uma subjetividade ou mesmo em uma identidade individual. Esse “véu” que cobria toda uma discussão da identidade acabou sendo desvelado, como mostramos, num retorno que Foucault (1999) faz sobre o nascimento do homem para o saber, chegando a constatar que antes do século XVIII, ele não existia como figura ou objeto das ciências. A questão não foi tanto o nascimento do homem para o saber moderno, mas em entender que quando passamos a fazer parte da sociedade, já de início temos que nos alocar em categorias que constituem a subjetividade do sujeito, que já existem antes mesmo dele nascer.

Sob essa designação, vemos nascer, nos estudos organizacionais, discussões em torno da identidade cultural, identidade ocupacional, identidade social, entre outras formas de identidade, que apesar do foco ser o indivíduo, as discussões giram em torno das categorias sociais. Se a designação máxima atrelada à discussão da identidade, a mostra como qualificação do ser, e que o torna diferente dos outros, ou seja, algo como semelhante a mim mesmo e diferente dos outros, essa qualificação deveria perfazer as intenções do próprio indivíduo, e não das categorias sociais. É por esse caminho que realizamos nosso estudo e por esse motivo nos aproximamos das considerações críticas de Michel Foucault, na tentativa de vislumbrar um outro olhar sobre a problemática da identidade.

Sendo assim, realizamos o delineamento de uma região, pois a nossa intenção era um passo em direção a uma pesquisa empírica, onde pudéssemos vislumbrar essas considerações teóricas de Michel Foucault. Foi neste contexto que tivemos contato com um programa do Governo do Estado do Paraná, denominado Arenito Nova Fronteira, que tinha como objetivo difundir tecnologias na região Noroeste do Estado e contribuir para melhorar as condições do solo da região, devido à sua característica arenosa. A intenção em desenvolver o trabalho na região de Umuarama, já dedicamos tempo suficiente durante o percurso metodológico, o que nos faz abandonar essas considerações, pois o foco central agora é realizar uma discussão sobre os pequenos produtores entrevistados e a análise dos resultados obtidos.

Sendo assim, realizamos entrevistas do tipo história de vida, porque a questão da historicidade e continuidade do indivíduo são temas centrais nas discussões da identidade, com cinco pequenos produtores. As entrevistas congregaram basicamente uma discussão da história deste pequeno produtor no trabalho com a terra. Esse vínculo de sua história de vida com sua história de trabalho com a terra, deve-se à forte relação com o trabalho, pois o local de trabalho perfaz o mesmo local onde ele [pequeno produtor] reside com a família, por serem agricultores familiares. Essa relação de proximidade entre sua história de vida e sua história

de trabalho com a terra nos destituiu, num primeiro momento, de realizar uma discussão sobre a questão do trabalho, pois não conseguiríamos vislumbrar a história de vida desses pequenos produtores, senão atrelada à sua história do trabalho com a terra. Num segundo momento, realizar uma discussão teórica sobre o trabalho teria um impacto marginal nesta dissertação, porque não estamos estudando algo como uma “identidade ocupacional” ou “identidade no trabalho”, mas uma identidade individual, se é que foi possível constatar a existência dela.

Com essa exposição, seguindo as pegadas abertas pela discussão da identidade, inicialmente procuramos vislumbrar a história de vida dos pequenos produtores, pois como havíamos constatado, uma das características fundamentais da identidade está ligada ao tempo, ou melhor, à continuidade do sujeito no contexto social ou, como disse Heidegger (1971), que o indivíduo continue a ser hoje o que ele foi ontem. Além da questão da identidade se expressar como algo idêntico ao indivíduo e o que torna diferente dos outros, sua continuidade no contexto social é uma característica importante para se exprimir ou vislumbrar a existência da identidade. Por outro lado, quando realizamos a pesquisa e analisamos a fala dos pequenos produtores, observamos o aflorar de uma série de discontinuidades que vão desde sua posição enquanto pequeno produtor até os tipos de culturas que esses pequenos produtores cultivam. Além deste aspecto, podemos ir além e vislumbrar ainda, não uma diferença discursiva, mas muitas similaridades.

É neste contexto, e com o intuito de desvelar as discussões sobre a identidade, tendo como foco o pequeno produtor da região de Umuarama, que nos aproximamos das considerações teóricas de Michel Foucault, pois é com esse percurso que conseguimos vislumbrar essa discontinuidade do sujeito moderno e sua problemática de estar entregue aos discursos sociais, pois como disse Foucault (1996b), a verdade que constitui a subjetividade do sujeito não é uma verdade que parte dele, mas uma verdade que parte da posição que ele ocupa no contexto social.

É neste ponto que Foucault (1999) possibilita um salto, ao apresentar sua idéia sobre o duplo empírico-transcendental, pois essas exigências sociais perfazem e interpelam a própria constituição do sujeito e dos discursos sobre a pequena propriedade. Por esse motivo, ou melhor, pelo fato do discurso constituir a suposta subjetividade do sujeito moderno, é que Foucault (1999) não propõe um método ou uma maneira de libertar esse homem, chegando a pronunciar várias vezes, como apresenta Deleuze (1997), a morte deste homem moderno. Não é destruindo essa objetividade construída na modernidade que o homem se libertará, como acreditava, por exemplo, Marx (1966) e Heidegger (1971), pois a objetividade perfaz a própria subjetividade do sujeito, como acredita Foucault (1999).

Sendo assim, não está a cargo deste trabalho propor uma maneira que melhor possibilitaria o pequeno produtor sobreviver neste mundo capitalista tão excludente com as categorias marginalizadas ou periféricas, pois estaríamos inventando novas formas de reconhecê-los, mas simplesmente apresentar o quanto os sujeitos modernos estão entregues aos discursos, como apresenta Foucault (1999), discursos científicos, que solapam sua subjetividade. A necessidade de uma defesa da sociedade foi tema central nos cursos de 1975 e 1976 proferidos por Foucault (2002b) no *Collège de France*, apresentando o lado belicoso da história dos saberes na constituição dos sujeitos. Nesta mesma linha, se seguiram as idéias de Nietzsche (1983) que desferia críticas severas contra o Estado, pois ele [o Estado], ia contra uma cultura da sociedade, fazendo com que ocorresse uma divisão dos sujeitos em várias nacionalidades e assim a geração de conflitos. Esta idéia está por trás do que Foucault (1999) expõe sobre os discursos sempre inventarem novas formas de reconhecer o homem, como o perigo de encontrar nele [o homem] todas essas formas.

6 REFERÊNCIAS

ACCARINI, José Honório. **Economia rural e desenvolvimento**: reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

ALENCAR, Edgard. **Associativismo rural e estratégia e intervenção**. UFLA/DAE: Lavras, 1997 (Roteiro para discussão).

ALENCAR, Edgard. **Complexos agroindustriais**. UFLA/FAEPE: Lavras, 2001.

ALVES, Eliseu. **Pobreza rural no Brasil**: desafios da extensão e da pesquisa. Brasília: CODEVASF, 1988.

ALVESSON, Mats; DEETZ, Stanley. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org) / CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia (Org. Bras.). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998. p. 227-266.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.

ARALDI, Claudemir Luís. Os desafios da filosofia da interpretação. **Cadernos Nietzsche** – Grupo de Estudos Nietzsche do Departamento de filosofia da Universidade de São Paulo, São Paulo, n.12, p. 7-14, jul./dez.2002.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à filosofia da ciência**. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.

AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Trad. José Horta Nunes. Campinas-SP: UNICAMP, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Persona, 1977.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. A transição na política agrícola brasileira. In: MONTOYA, Pedro Antonio; PARRÉ, José Luiz (Orgs). **O agronegócio brasileiro no final do século XX**. Passo Fundo-RS: UPF, 2001.

BERGER, Peter L. **O dossiê sagrado**: elementos para uma teoria da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 15ª ed. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BOM MEIHY, José Carlos. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Brasília-DF: Congresso Nacional, 1964.

BURRELL, Gibson. Ciência Normal, Paradigmas, Metáforas, Discursos e Genealogia da Análise. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org) / CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia (Org. Bras.). **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998. p. 439-446.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organisational analysis**. London-Exeter-New Hampshire: Heinemann, 1982.

CARDIM, Sílvia Elisabeth de C. S.; VIEIRA, Paulo de Tarso L.; VIÉGAS, José Leopoldo R. Análise da Estrutura Fundiária Brasileira. **Net**. Brasília: INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Jan. 2005. Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/pubs.htm. Acesso em 17 de agosto de 2005.

CARVALHO, João Carlos M. **O desenvolvimento da agropecuária brasileira**. EMBRAPA, Brasília, 1992. 171p.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. In: CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. II, 2ª ed. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Ana Célia; NOGUEIRA, Antonio Carlos; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; BICUDO, José Pereira Wilken; MOURA, Margarida Maria; LINHARES, Maria Yedda Leite; DELGADO, Nelson Giordano; BESKOW, Paulo Roberto. **Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira**: síntese das transformações. Brasília: BINAGRI, 1979.

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná. **Manual de orientação da câmara especializada de agronomia**. Curitiba: CREA-PR, 2003.

DALLMAYR, Fred. Para além da democracia fugidia: algumas reflexões modernas e pós-modernas. In: Souza, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Universidade de Brasília: Brasília, 2001.

DELEUZE, Gilles. As dobras ou o lado de dentro do pensamento (Subjetividade). In: DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Cláudia S. Martins. Rev. Renato J. Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1988a.

DELEUZE, Gilles. Um novo arquivista (Arqueologia do saber). In: DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Cláudia S. Martins. Rev. Renato J. Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1988b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**: Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DOMINGUES, José Maurício. Cidadania, direitos e modernidade. In: Souza, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Universidade de Brasília: Brasília, 2001.

ERIKSON, Erik H. **Identidade**: juventude e crise. 2ª ed. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento. Trad. Octanny S. da Mota e Leônidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FONTANA, Andrea; FREY, James H. The interview: from structured questions to negotiated text. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (editors). **The Handbook of qualitative research**. 2nd ed. Thousand Oaks-California: Sage Publications, 2000.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982a.

FOUCAULT, Michel. A casa dos loucos. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982b.

FOUCAULT, Michel. Poder-corpo. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982c.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982d.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982e.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramallete. 28 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: O cuidado de si. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Neto e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau ed., 1996b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nau ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Invenção das tecnologias positivas do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

FOUCAULT, Michel. Novo ponto de partida teórico: o cuidado de si. In: FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do sujeito**: Curso no Collège de France (1981-1982). Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural pronunciada no colégio da França em 02 de dezembro de 1970. Trad. Edmundo Cordeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosinha Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREUD, Sigmund. Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental [1911]. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1974a.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução [1914]. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1974b.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia [1917]. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1974c.

FREUD, Sigmund. Psicologia de Grupo e análise do ego [1921]. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1975a.

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer [1920]. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1975b.

FREUD, Sigmund. Mal estar na civilização [1930]. In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1976a.

FREUD, Sigmund. O ego e o id [1923]. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1976b.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Cultura, 1963.

GALJART, Benno. Difusão cultural, modernização e subdesenvolvimento. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs). **Vida rural e mudança social**. 3ª ed. São Paulo: Nacional, 1979.

GASKELL, George; BAUER, Martin W. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: GASKELL, George; BAUER, Martin W.

Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 3ª ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** Trad. Raul Fikel. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social.** Trad. Cibele Saliba Rizek. São Paulo: UNESP, 1998.

GILL, Laurence. Análise de discurso. In: GASKELL, George; BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 3ª ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

GONSALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização da economia brasileira em 1960-1980.** São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2ª ed. Campinas-SP: UNICAMP-IE, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse.** Trad. José N. Heck. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade.** Trad. Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito.** Trad. Paulo Menezes, Colab. Karl-Heing Efken e José Nogueira Machado. 7ª ed. rev. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

HEIDEGGER, Martin. **O que é isto – a filosofia?** Identidade e diferença. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

HODDER, Ian. The interpretation of documents and material culture. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (editors). **The handbook of qualitative research.** 2nd ed. Thousand Oaks-California: Sage Publications, 2000.

ICHIKAWA, Elisa Yoshie. O Estado no apoio à pesquisa agrícola: uma visão histórica. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 3, maio/jun. 2000, p. 89-102.

ICHIKAWA, Elisa Yoshie; BORGONHONI, Priscilla; SANTOS, Lucy Woellner dos; OLIVEIRA, Neusa Cortes de; STRUCKEL, Antonio Carlos. Compreendendo a gênese de um programa governamental no setor de C&T agrícola. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. CD-ROM.

KLEIN, Melanie. Sobre o desenvolvimento do funcionamento mental [1958]. In: KLEIN, Melanie. **Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)**. Vol. III. Trad. Belinda H. Mandelbaum et al. Rio de Janeiro: Imago, 1991a.

KLEIN, Melanie. Sobre a identificação [1955]. In: KLEIN, Melanie. **Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)**. Vol. III. Trad. Belinda H. Mandelbaum et al. Rio de Janeiro: Imago, 1991b.

KLEIN, Melanie. Influência mútua no desenvolvimento de ego e id [1952]. In: KLEIN, Melanie. **Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)**. Vol. III. Trad. Belinda H. Mandelbaum et al. Rio de Janeiro: Imago, 1991c.

LACAN, Jacques. Desmontagem da pulsão. In: LACAN, Jacques. **O Seminário: XI Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

LACAN, Jacques. Da rede dos significantes. In: LACAN, Jacques. **O Seminário: XI Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

LACAN, Jacques. O inconsciente freudiano e o nosso. In: LACAN, Jacques. **O Seminário: XI Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998c.

LACAN, Jacques. A sexualidade nos desfiles do significante. In: LACAN, Jacques. **O Seminário: XI Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998d.

LAMARCHE, Hugues. Introdução geral. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Trad. Ângela Maria Noako Tijiwa. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 1993.

LEACH, Joan. Análise retórica. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ª ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

LIAKOPOULOS, Milos. Análise argumentativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. 3ª ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (editors). **The Handbook of qualitative research**. 2nd ed. Thousand Oaks-California: Sage Publications, 2000.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. 3º ed. Trad. Álvaro Cabral. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1966.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. Trad. Marília Barroso. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença, 1966.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Vol. 1. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 15ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Vol. 2. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 15ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996b.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos técnicas. Trad. Carlos Alberto Silveira N. Soares. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAURINA Antonio C.; PALADINI, Felipe Lameu dos S.; BARDI, João Batista; MUEHLMANN, Luiz Danilo; BULBLITZ, Udo. **Arenito Caiuá**: Integração agricultura e pecuária. Curitiba: EMATER, 1998.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research and case study applications in education**. Rev. and expanded. 1st ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4ª ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MUELLER, Charles C. **Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial**: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983.

MUELLER, Charles C. A racionalização, o poder e a formulação de políticas agrícolas no Brasil. In: VIEIRA, Arnaldo Pereira. **Políticas agrícolas**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.

MÜLLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população**: ensaio sobre estagnação e incorporação regional. Petrópolis-RJ: Vozes, 1980.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. In: NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Obras incompletas**. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

OLIVEIRA, Elir de; MEDEIROS, Garibaldi B. de; MARUM, Felipe; OLIVEIRA, José Carlos de; GARCIA SÁ, José Pedro; COLOZZI FILHO, Arnaldo; SILVA JR, Nelson Fonseca da; ABRAHÃO, José Jorge dos S.; GUERINI, Valdir Luiz; MARTIN, Gervázio Luiz de. **Recuperação de Pastagens no Noroeste do Paraná**: bases para o plantio direto e integração lavoura e pecuária. Londrina: IAPAR, 2000.

OLIVEIRA, Elir de. O Sistema de plantio direto e a renovação de pastagens. In: **Seminário Regional de Manejo e Conservação do solo e da água**: Recuperando a biodiversidade. Umuarama-PR: IAPAR, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas-SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5ª ed. Campinas-SP: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise, HANK, Toni. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel; FUNCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise, HANK, Toni. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1997.

REVOLUÇÃO planejada. **Revista da rural**. v. 2, n. 38, 2004. Edição histórica da Sociedade Rural de Umuarama.

ROVAI, Mauro Luiz. **Os saberes de si**. Memória, violência e identidade nos poemas de Álvaro de Campos. 1995, 182 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Lucy dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. Arenito Nova Fronteira: em busca do desenvolvimento sustentável para o noroeste do Paraná. In: **Monografias premiadas no 3º concurso de monografias sobre a relação Universidade/Empresa**. Curitiba: IPARDES: IEL-PR, 2003b. p. 211-240.

SELLTIZ, Claire; JOHODA, Marie; DEUTSCH, Morton; COOK, Stuart W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. ed. revisada. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

SILVERMAN, David. Analyzing talk and text. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (editors). **The Handbook of qualitative research**. 2nd ed. Thousand Oaks-California: Sage Publications, 2000.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. Perspectiva, 1991.

TAYLOR, Steven J.; BOGDAN, Robert. **Introduction to qualitative research methods**: A guidebook and resource. 3rd ed. Canada: John Wiley & Sons Inc., 1998.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 3ª ed. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

TREMEA, Odalir. Uma proposta para viabilizar a agricultura familiar: o Pacto Novo Rio Grande. In: TEDESCO, João Calos (Org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: UFP, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3ª Ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. v. 2. Brasília: Unb, 1999.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PRODUTORES RURAIS

- 1) Fale sobre a sua vida.
- 2) O que é o Programa Arenito Nova Fronteira?
- 3) Quais as tecnologias agrícolas que o senhor usava antes e usa agora?
- 4) Quais as transformações que o Programa Arenito Nova Fronteira propiciou na região?